



CPC

**Congresso de
Pesquisa Científica**
Anais

Centro Universitário de Adamantina



**Anais do
XV Congresso de Pesquisa Científica**

Adamantina, SP
2025

Copyright © 2025 para os autores

Conteúdo, revisão textual e gramatical: Resposanbilidade dos respectivos autores.

Todos os direitos reservados 2025
A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte,
constitui violação de direitos autorais (Lei 9.610/98).

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Congresso de Iniciação Científica
Anais do XV Congresso de Pesquisa Científica
[livro eletrônico] / organização Centro Universitário
de Adamantina. -- Adamantina, SP : Aptor Software,
2025.

PDF

Vários autores

Bibliografia

ISBN 978-85-63273-81-9

1. Educação superior 2. Educação - Congressos
3. Educação - Pesquisa 4. Pesquisa científica
I. Centro Universitário de Adamantina. II. Título.

25-323866.1

CDD-370.6

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação : Congressos 370.6

Livia Dias Vaz - Bibliotecária - CRB-8/9638

Sumário

Ciências Humanas	1
PROTECIONISMO AMERICANO E SEUS IMPACTOS NAS RELAÇÕES COMERCIAIS E ECONÔMICAS GLOBAIS	1
Conexão Direito 2025 - II Congresso Extensionista do Curso de Direito da FAI: um relato de experiência	4
O Serviço de Apoio Psicopedagógico e Psicossocial e as Estratégias Inclusivas em um Centro Universitário do Interior Paulista.	7
SOUL FEMININA na Penitenciária de Tupi Paulista: educação em direitos, violência de gênero e protagonismo feminino	10
SOUL FEMININA no PAI Nosso Lar: saúde mental, empoderamento feminino e redes de proteção na Nova Alta Paulista	12
Adaptações na sequência didática “Galeria de personagens: lobos e presas” para contemplar a diversidade de saberes no 2º ano do Ensino Fundamental	15
Artes cênicas e literatura representam identidades regionais do Território Criativo Latitude 21 Nova Alta Paulista	18
A TÉCNICA DAS BOMBAS DE SEMENTES COMO FERRAMENTA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E RECUPERAÇÃO FLORESTAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA NA EE HELEN KELLER EM ADAMANTINA-SP	21
Práticas de Leitura no 5º Ano com Metodologias Ativas para Autonomia Estudantil	24
A APLICAÇÃO DAS REGRAS DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE.	27
A Nova Alta Paulista na sala de aula. Material didático para o ensino fundamental como proposta para estudos do lugar	30
Balanco Social da Lojas Renner S.A.: transparência, sustentabilidade e responsabilidade corporativa.	33
Nova Alta Paulista: Um olhar para a educação ambiental a partir do nosso lugar	36
A ADAPTABILIDADE DA LIDERANÇA SITUACIONAL COMO FERRAMENTA DE GESTÃO ESTRATÉGICA: UM ESTUDO SOBRE O IMPACTO DA FLEXIBILIDADE GERENCIAL NO CENÁRIO ORGANIZACIONAL CONTEMPORÂNEO	39
A dinâmica da distribuição do ônus: reflexos na busca pela verdade real	42
A relação entre a rastreabilidade e a agregação de valor na cadeia produtiva do algodão	45
Da Invisibilidade à Violação Sistêmica: A Mulher na Execução Penal sob a Ótica da Literatura Clássica e Contemporânea	48
Gestão da fadiga de decisão na sociedade da informação: o papel da inteligência intrapessoal na mitigação de seus efeitos	50
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL APLICADA À TRANSFORMAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DE PROCESSOS ESTRATÉGICOS NOS NEGÓCIOS CONTEMPORÂNEOS	52
O sistema MRP II como suporte integrado ao planejamento de recursos de manufatura	55
Sustentabilidade empresarial: o papel da produção mais limpa na vantagem competitiva	58
Ciências Exatas e Agrárias	61
Impacto da biofortificação com selênio no desenvolvimento de aflatoxinas em grãos de amendoim (<i>Arachis hypogaea</i> , L.).	61
IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS NO ALTO CURSO DA BACIA DO CÓRREGO LAMBARI - ADAMANTINA-SP	64
Reconversão produtiva e agroenergia: o declínio da cafeicultura na Alta Paulista	69
VARIABILIDADE GENÉTICA EM FEIJÃO: TOLERÂNCIA À MANCHA ANGULAR E OÍDIO	72
A importância do Cooperativismo no processo de desenvolvimento dos assentamentos rurais no interior paulista.	75

Inovação sustentável e economia circular: modelo de valorização de resíduos têxteis no interior paulista	78
Comunicação da Rastreabilidade do Algodão: efeitos da abordagem emocional vs funcional sobre confiança e intenção de compra dos consumidores	82
Estoque de carbono no solo- Melhores formas de manejo.	85
Utilizando a Impressora 3D para Confeccionar Próteses para Pets.	89
Ciências Biológicas e da Saúde	93
A prevenção do suicídio e o “setembro amarelo” no Brasil: desencontros entre os campos político, científico, econômico e social	93
Caracterização clínica e análise do autocuidado em idosos com Diabetes Mellitus tipo 2 na Atenção Básica	96
O assédio sexual no trabalho da enfermagem: Cenas da violência no trabalho	99
Suicídio no Trabalho: Um olhar para o sofrimento deletério de Enfermeiras	102
Acufenometria e reabilitação auditiva no manejo do zumbido: revisão de literatura.	105
Cuidado em Rede: O papel do apoio matricial e do projeto terapêutico singular na construção da integralidade na atenção primária à saúde	107
A Construção do Cuidado Integral na Atenção Primária: Diálogos Interprofissionais entre Fisioterapia, Nutrição e Enfermagem em Residência.	111
Desospitalização de Pacientes Oncológicos em Cuidados Paliativos: Uma Jornada de Transformação na Gestão de Leitos e Cultura Hospitalar	115
EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA COM MAQUETES NA ENFERMAGEM	117
Integração da saúde bucal no ensino de Ciências e Biologia: um relato de experiência.	119
Otimização do Fluxo de Fornecimento de Dieta Enteral no Âmbito da Desospitalização Segura	122
Plano de Capacidade Plena como Garantia da Eficiência Operacional em Hospital Terciário	124
TECENDO REDES DE MEMÓRIA: ATUAÇÃO MULTIPROFISSIONAL PARA O CUIDADO DA DOENÇA DE ALZHEIMER NO SUS.	126
ABORDAGENS PARA O MANEJO DO ZUMBIDO: UMA REVISÃO SOBRE ACUFENOMETRIA, ESCALA EVA E QUESTIONÁRIO THI	129
Comportamentos Indicativos de Transtornos Alimentares em Adolescentes de 14 a 19 anos.	132
Efeitos da osteopatia craniana na pressão arterial e na frequência cardíaca em hipertensos: Ensaio Clínico Randomizado	135
HUMANIZAÇÃO NO ATENDIMENTO INFANTIL: IMPLANTAÇÃO DA BRINQUEDOTECA HOSPITALAR NA PEDIATRIA DA SANTA CASA II NO MUNICÍPIO DE TUPÃ	138
MANOBRAS DE DESENGASGO: CONTRIBUIÇÃO COM O ENSINO DE ENFERMAGEM E SAÚDE INFANTIL	141
Morbimortalidade e Custos das Doenças Crônicas no SUS: Uma Análise Evolutiva de Desfechos e Tendências em um município do interior paulista (2023-2024)	144
Processo de Aplicação de teste psicomotor sob uma abordagem didático-pedagógica para crianças com TEA.	147
A influência da maquiagem na autoestima: uma revisão de literatura	150
A utilização dos concentrados sanguíneos de segunda geração em feridas orais e extraorais: Uma Revisão Integrativa.	153
Biomarcadores Intestinais Zonulina e Calprotectina Fecal no Planejamento de Protocolos Estéticos Integrativos.	156
Biovidro como material particulado no reparo ósseo odontológico	163
CIRURGIA BARIÁTRICA: SOLUÇÃO OU ILUSÃO? UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	166
Desafios Emergentes para a Saúde Mental em uma Sociedade Hiperconectada: implicações psicossociais do uso tecnológico	169
Desafios terapêuticos na fibrose cística: revisão sobre infecções por Pseudomonas aeruginosa	172

Envelhecimento Saudável	177
Impacto da estética integrativa no bem-estar, saúde emocional e igualdade de vida de mulheres	181
Impacto da Mídia na Saúde Coletiva: O Ciclo Complexo entre Exposição a Telas, Saúde Mental e Obesidade em Jovens	185
INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA DE DEPENDENTES QUÍMICOS: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.	188
O conceito de inibição na psicanálise freudiana e pós-freudiana	192
O PAPEL DA ENFERMAGEM EM PACIENTES COM DEFICIÊNCIA FÍSICA E COGNITIVA.	195
PAPEL DA ENFERMAGEM NA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	199
Reparo da barreira cutânea durante o tratamento da acne inflamada: A importância da abordagem assertiva	202
REVISÃO BIBLIOGRÁFICA: SÍNDROME DE BURNOUT E SUA ASCENSÃO PÓS PANDEMIA DE COVID -19.	206
Sarcopenia como Preditor de Mortalidade e Custos Elevados em Doenças Crônicas: Evidências de um Estudo no Sistema Único de Saúde (SUS)	209
TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: REVISÃO DE LITERATURA SOBRE A ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM	212

PROTECIONISMO AMERICANO E SEUS IMPACTOS NAS RELAÇÕES COMERCIAIS E ECONÔMICAS GLOBAIS

REINALDO DE OLIVEIRA NOCCHI¹, SANDRA NOGUEIRA DOS SANTOS², PABLO SANDU²,
Rogério Buchala², Everton Verga²

¹Centro Universitário de Adamantina, ²Centro Universitário de Adamantina
(ADMINISTRAÇÃO)

e-mail: rei.nocchi@fai.com.br

O protecionismo americano ganhou centralidade nos debates de comércio internacional nos últimos anos, especialmente a partir da adoção de políticas tarifárias e barreiras não tarifárias pelos Estados Unidos. Essa postura, marcada pela intensificação da guerra comercial com a China e pela revisão de acordos multilaterais, reflete uma mudança significativa na política externa econômica, que tradicionalmente defendia a abertura de mercados (IRWIN, 2020). Estudos recentes apontam que tais medidas têm duplo efeito: por um lado, visam proteger setores estratégicos da economia doméstica; por outro, geram tensões comerciais, instabilidade nos fluxos globais de mercadorias e incertezas nos investimentos (BOWN, 2022). A discussão torna-se ainda mais relevante diante da pandemia de Covid-19 e da reconfiguração das cadeias globais de suprimentos, que intensificaram pressões por maior autossuficiência produtiva (EVANS, 2021). O presente trabalho investiga o fenômeno do protecionismo americano, analisando suas consequências econômicas e políticas no sistema internacional, com foco nos reflexos para parceiros comerciais e na competitividade global.

Analisar as consequências do protecionismo americano no comércio internacional, identificando seus impactos sobre cadeias globais de valor, competitividade empresarial e relações diplomáticas, destacando ganhos e perdas econômicas decorrentes dessa estratégia.

A pesquisa é qualitativa e de caráter exploratório-descritivo, baseada em revisão bibliográfica e documental. Foram selecionadas fontes acadêmicas, relatórios de organizações multilaterais (OMC, FMI, Banco Mundial) e documentos de políticas econômicas norte-americanas publicados entre 2018 e 2023. A coleta de dados ocorreu em bases como Scopus, Web of Science e Google Scholar, utilizando os descritores “US protectionism”, “trade war” e “global economy”. Dos 65 trabalhos identificados, 38 atenderam aos critérios de relevância e atualidade, compondo o corpus da análise. Os dados foram organizados em três categorias: (i) motivações e justificativas para o protecionismo americano, (ii) impactos sobre a economia doméstica e global, e (iii) implicações geopolíticas e estratégicas. O método de análise adotado foi a análise de conteúdo,

permitindo a comparação entre diferentes perspectivas teóricas e empíricas. Não houve coleta de dados com seres humanos, portanto não se aplica submissão ao Comitê de Ética.

Os resultados indicam que o protecionismo americano, especialmente intensificado a partir de 2018, tem efeitos ambíguos. No curto prazo, políticas tarifárias sobre aço, alumínio e produtos tecnológicos favoreceram determinados setores industriais, ampliando a produção interna e o emprego (IRWIN, 2020). Contudo, no médio e longo prazo, os estudos apontam que tais medidas encareceram insumos para outras indústrias, reduziram a competitividade exportadora e aumentaram custos ao consumidor final (BOWN, 2022).

No contexto internacional, a guerra comercial entre EUA e China provocou redirecionamento de fluxos comerciais, estimulando alguns países emergentes a ocupar lacunas de mercado. Entretanto, a volatilidade tarifária gerou incertezas para investidores globais e fragilizou cadeias de suprimentos estratégicas, como a de semicondutores (EVANS, 2021). Além disso, observou-se intensificação do debate sobre a necessidade de diversificação de mercados, com empresas multinacionais buscando reduzir sua dependência da economia americana.

Do ponto de vista político, o protecionismo americano redefiniu a percepção do papel dos EUA na ordem econômica global, enfraquecendo sua liderança como defensor do livre comércio. Essa mudança abriu espaço para a China ampliar sua influência em organismos multilaterais e acordos regionais, como a Parceria Econômica Regional Abrangente (RCEP). A literatura aponta, ainda, que o protecionismo norte-americano contribuiu para tensões geopolíticas, aumentando disputas por hegemonia econômica e tecnológica (ZHANG, 2022).

Assim, observa-se que os efeitos do protecionismo americano vão além da dimensão econômica, envolvendo impactos estratégicos e diplomáticos. Embora haja ganhos pontuais para setores internos, as consequências globais incluem instabilidade e maior fragmentação do comércio internacional. O estudo reforça que compreender o protecionismo americano é essencial para analisar a evolução da globalização e os rumos da economia mundial.

Conclui-se que o protecionismo americano gera efeitos contraditórios: fortalece setores internos específicos, mas compromete a competitividade, encarece insumos e amplia tensões comerciais globais. Além disso, contribui para a redefinição do papel dos Estados Unidos na economia mundial, deslocando parte da liderança comercial para outras potências. O estudo evidencia que políticas protecionistas, embora eficazes no curto prazo, produzem custos elevados no longo prazo, exigindo estratégias internacionais de adaptação e diversificação.

BOWN, C. P. The US-China trade war and phase one agreement. *Journal of Policy Modeling*, v. 44, n. 3, p. 579-600, 2022. EVANS, P. The pandemic, protectionism, and the reshaping of global supply chains. *Global Policy*, v. 12, n. 4, p. 456-468, 2021. IRWIN, D. A. *Clashing over commerce: a history of US trade policy*. Chicago: University of Chicago Press, 2020. ZHANG, W. *US protectionism and global economic fragmentation: implications for*

international order. *World Economy*, v. 45, n. 7, p. 1889-1907, 2022.

Conexão Direito 2025 - II Congresso Extensionista do Curso de Direito da FAI: um relato de experiência

Mayla Furlaneti Oliveira¹, Fernanda Stefani Butarelo¹, José Eduardo Lima Lourencini¹,
Ariane Mazzo Jose², Arnon Alves da Silva³

¹Centro Universitário de Adamantina, ²Centro Universitário de Adamantina (*corpo docente*) ,
³Centro Universitário de Adamantina (*Corpo docente*)

e-mail: maylafurlaneti@fai.com.br

O II Conexão Direito ocorreu entre os dias 11 e 15 de agosto de 2025. No evento extensionistas foram abordados temas relevantes como: a importância da advocacia para a sociedade, o combate à violência doméstica contra a mulher, a relação entre a inteligência artificial e o ensino, o racismo no ambiente do trabalho e a atuação do Supremo Tribunal Federal em temas de Direitos Humanos. O congresso, que tem como foco o protagonismo discente e sua relação com a sociedade, contou com a participação direta de 133 alunos na organização e apresentação dos Painéis e em atividades artísticas. Foram registrados 309 ouvintes. O evento foi realizado por meio de parcerias com a OAB, a AASP, a Polícia Civil e o Poder Judiciário paulista, a Prefeitura de Adamantina e a Secretaria de Justiça e Cidadania do Estado de São Paulo. A atividade visa aprimorar as práticas do curso de graduação em Direito, estando relacionada diretamente com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4 - Educação de Qualidade, da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). De acordo com Cunha (2014), a própria LDB/96 relaciona o ensino, a pesquisa e a extensão conjuntamente, como um dos conceitos da qualidade na educação, orientando a busca por uma educação superior integral.

Este trabalho pretende demonstrar como a promoção de um congresso extensionista protagonizado por discentes, sob a supervisão de docentes orientadores de projetos de extensão desenvolvidos no curso de Direito ao longo do ano letivo, contribui para a qualidade da formação acadêmica, por meio do contato com a sociedade.

O relato de experiência exposto nasce da vivência dos autores deste trabalho, que atuam como professores orientadores de projetos de extensão desenvolvidos no âmbito do programa denominado FAI Cidadã, coordenado pela professora doutora Fernanda. O Conexão Direito 2025 foi realizado pelo segundo ano consecutivo e teve como base o protagonismo discente e o fortalecimento das parcerias entre o curso de Direito da FAI e diversos órgãos e entidades, visando a divulgação de informações fidedignas à sociedade, além do aperfeiçoamento da produção de material científico. O evento foi realizado durante 5 noites consecutivas, com painéis de exposições e debates temáticos, registrando a seguinte adesão dos discentes: 42 no painel de Direito Constitucional e Direito Digital (Advocacia), 65 no painel Soul Feminina, 45 no painel de Direitos Humanos e Direito do

Trabalho (Racismo), 29 no Painel de Direito Educacional e 35 no Painel sobre o STF (Direito Constitucional e Direitos Humanos). A adesão por temas reforça uma tendência observada no Conexão Direito 2024, em que as escolhas do tema correlato ao direito das mulheres no painel Soul Feminina apresentou maior interesse. Em todos os painéis houve a apresentação da correlação das exposições com metas dos ODS da Agenda 2030 da ONU, demonstrando o compromisso do curso de Direito e da própria FAI com as metas globais de sustentabilidade em suas três vertentes: social, ambiental e econômica. A participação dos discentes nas atividades artísticas (pintura, poesia, canto e instrumentos) conectou a arte com os temas de Direitos Humanos abordados no evento

Em sua segunda edição, o congresso extensionista do curso de Direito da FAI “Conexão Direito”, que contou com o apoio da coordenação do curso e a participação direta de 06 docentes quais sejam: Ariane Mazzo José, Arnon Alves da Silva, Fernanda Stefani Butarelo, José Eduardo Lima Lourencini, Mayla Furlaneti Oliveira e Rafael Teixeira Sebastiani, que orientaram ativamente as pesquisas realizadas pelos discentes, aperfeiçoou seus mecanismos internos de organização, entre eles a viabilização das inscrições discentes por meio de ferramenta digital (qr code), a elaboração de template padrão para o material digital que subsidia as apresentações orais (slides) e o controle rigoroso da revisão dos materiais produzidos e do tempo de apresentação, além de reafirmar seu compromisso com a sociedade. Isso porque, ao tratar de questões sociais relevantes de maneira ampla, abrindo espaço para presença e participação de diversos representantes da sociedade civil, o Conexão Direito alcançou concretamente a consecução do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, estabelecido no artigo 207 da Constituição Federal de 1988. Ademais, o protagonismo discente (marca do congresso em questão) é fruto de um processo de ensino-aprendizagem que valoriza as metodologias ativas, sendo estas entendidas “(...) como um novo paradigma na educação de qualidade, colaborativa, envolvente e motivadora, corroborando o ensino-aprendizagem” (Marques *et al.*, 2021, p.718). Dessa maneira, foi verificado que a tríade ensino, pesquisa e extensão passou por um processo de fortalecimento, culminando no aperfeiçoamento do evento em sua segunda edição. E, para além do sucesso na realização do congresso, importantes marcos foram alcançados, posto que, como Moraes *et al.* (2025, p.6) expõem: “(...) o processo educativo promovido pela extensão comunicativa transcende a mera transmissão de informações, configurando-se como um espaço de construção coletiva do conhecimento”. Nesse sentido, de fato, ao se tratar de temas tão desafiadores e sensíveis como racismo estrutural e no ambiente de trabalho, a problemática da violência contra a mulher, os desafios impostos pela IA (inteligência artificial) no ambiente educacional e a própria atuação do STF diante de omissões legislativas atinentes à luta contra a homofobia, entre outros “a extensão universitária assume um papel particularmente importante, ela é o instrumento central para a atuação social” (Feloniuk, 2025, p.21).Consequentemente, todo o processo ativo de reflexão e discussão ocorridos no âmbito do Conexão Direito 2025, envolvendo discentes, docentes, convidados externos especialistas em suas áreas de atuação e membros da sociedade civil, corrobora com as ideias de Paula (2013) sobre a necessidade de que haja na extensão universitária a existência de uma postura intelectual que esteja em cotejo com a inter e à transdisciplinaridade, visando a valorização do diálogo e da alteridade. À vista disso, o Conexão Direito 2025, II congresso extensionista do curso de Direito da FAI.

Diante de todo o exposto, este relato de experiência visa contribuir com a comunidade acadêmica e com a sociedade em geral, compartilhando o vislumbre quanto à importância das atividades extensionistas aliadas ao processo intrínseco de ensino e pesquisa nas Instituições de Ensino Superior, bem como relatando quais foram os mecanismos de efetivação e melhoria do segundo congresso extensionista denominado Conexão Direito, ocorrido no ano de 2025.

CUNHA, M. I. DA. A qualidade e ensino de graduação e o complexo exercício de propor indicadores: é possível obter avanços?. Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas), v. 19, n. 2, p. 453-462, jul. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/hp53Lr85cnkqvN9FYJyRRVy/?lang=pt>. Acesso em: 13 set 2025. FELONIUK, W. História do conceito de Extensão Universitária: aspectos normativos e políticos da atuação universitária brasileira na sociedade. InterAção, [S. l.], v. 16, p. e88748, 2025. DOI: 10.5902/2357797588748. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/interacao/article/view/88748>. Acesso em: 13 set. 2025. MARQUES, H. R., CAMPOS, A. C., ANDRADE

O Serviço de Apoio Psicopedagógico e Psicossocial e as Estratégias Inclusivas em um Centro Universitário do Interior Paulista.

Evelyn Yamashita Biasi^{1,2}, ANDREA FERNANDES DE ARAUJO GASQUES², Gabriela Gallucci Toloí Cardoso², Tania Martins de Souza², Liliane Maria da Silva²

¹Universidade Estadual de Campinas, ²Centro Universitário de Adamantina

e-mail: evelynbiasi@fai.com.br

O presente trabalho apresenta a experiência do Serviço de Apoio Psicopedagógico e Psicossocial (SAPP) do Centro Universitário de Adamantina (FAI), no interior paulista, destacando a implementação de estratégias inclusivas voltadas à comunidade acadêmica. Desde 2021, o SAPP atua no suporte psicopedagógico e psicossocial a discentes, docentes e técnicos administrativos, promovendo o acolhimento universitário e fortalecendo a saúde biopsicossocial no ensino superior. Em 2024, foi iniciado o Atendimento Educacional Individualizado (AEI), direcionado a estudantes com necessidades específicas de aprendizagem, entre elas Transtorno do Espectro Autista, Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade, Transtornos de Ansiedade e Depressão, além de deficiências visuais. Tal ação faz parte da política pública de inclusão que prevê a garantia de condições de equidade no acesso, permanência e êxito no ensino superior, em consonância com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e as diretrizes do Ministério da Educação (MEC). Nesse sentido, o SAPP busca assegurar recursos, estratégias pedagógicas diferenciadas e apoio psicossocial, de modo a reduzir barreiras, promover a acessibilidade e ampliar a participação efetiva dos estudantes nos processos de ensino e aprendizagem.

Apresentar as estratégias inclusivas desenvolvidas pelo Serviço de Apoio Psicopedagógico e Psicossocial da FAI de modo a ampliar o diálogo sobre a importância da equidade educacional no ensino superior.

O presente resumo trata-se de um relato de experiência desenvolvido a partir das ações realizadas pelo Serviço de Apoio Psicopedagógico e Psicossocial (SAPP) do Centro Universitário de Adamantina (FAI), localizado no interior do estado de São Paulo. As informações foram sistematizadas com base no acompanhamento das práticas institucionais entre julho de 2024 e junho de 2025, destacando especialmente a implementação do Atendimento Educacional Individualizado (AEI) e do Plano Educacional Individualizado (PEI).

No período referido, foram realizadas as seguintes intervenções: acompanhamento psicopedagógico por meio do AEI, contemplando 31 discentes; formação continuada para todos os docentes da instituição, com ênfase no atendimento a estudantes neurodivergentes; reuniões psicopedagógicas com quatro cursos da instituição (TADS, Direito, Medicina e Medicina Veterinária), voltadas à análise e proposição de estratégias inclusivas; reuniões periódicas com a coordenação pedagógica, destinadas à discussão e ao alinhamento das demandas dos estudantes; e treinamentos com profissionais das secretarias acadêmicas, abordando temáticas como etarismo, capacitismo, discriminação racial e neurodivergências.

A partir do Atendimento Educacional Individualizado (AEI), foi possível identificar as necessidades específicas de cada estudante e, conseqüentemente, elaborar o Plano Educacional Individualizado (PEI). Esse plano contempla adaptações pedagógicas diversas, como tempo adicional em avaliações, realização de provas em ambiente separado, apoio de leitor, bem como recursos de acessibilidade e monitoria inclusiva, em processo de implementação desde meados de 2025.

Paralelamente, o SAPP oferece acompanhamento psicológico como estratégia de apoio à saúde mental dos discentes, favorecendo tanto o manejo de questões emocionais quanto o fortalecimento da autonomia no processo de aprendizagem. Nesse contexto, destacam-se também técnicas focais de organização de estudos para os discentes.

Outro eixo fundamental é a formação continuada de docentes e a articulação constante com a coordenação pedagógica. Essas ações têm como objetivo consolidar uma cultura institucional de inclusão, desmistificando estigmas associados, sobretudo, aos estudantes neurodiversos (como aqueles diagnosticados com TEA e TDAH) e com deficiências, sensibilizando a comunidade acadêmica para práticas mais equitativas.

Os resultados observados até o momento incluem melhora no desempenho acadêmico, maior engajamento dos discentes e relatos positivos tanto de estudantes quanto de professores em relação às adaptações implementadas. Entretanto, persistem desafios importantes, como a adesão de alguns discentes às propostas inclusivas, muitas vezes comprometida pela presença de estigmas sociais e pela dificuldade em reconhecer suas próprias necessidades de apoio.

Conclui-se que o SAPP tem contribuído de forma significativa para a permanência estudantil e para o fortalecimento das políticas inclusivas no ensino superior, ao articular estratégias psicopedagógicas e psicossociais que favorecem tanto o desempenho acadêmico quanto o bem-estar dos discentes. A experiência descrita reafirma a necessidade de sensibilização contínua da comunidade acadêmica e da sociedade quanto à importância da inclusão e da valorização da diversidade, como condição essencial para a efetivação da igualdade de oportunidades no ensino superior.

BRASIL. Lei nº 14.863, de 27 de maio de 2024. Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para assegurar a acessibilidade nas campanhas sociais, preventivas e educativas. Brasília: Casa Civil, 2024.,BRASIL. Decreto n. 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis n. 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2004.,FREITAS, M. R. P. O direito à saúde mental e o direito à educação do discente nas instituições de ensino superior: O caso do programa de apoio psicopedagógico na Universidade de Fortaleza. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2019.,GRAPIGLIA, F. X. Apoio psicopedagógico na educação superior: uma proposta de autogestão da aprendizagem. 2023. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Gestão Educacional) - Universidade Federal de Santa Maria, 2023.,SANTOS, Tatiana dos; HOSTINS, Regina Célia Linhares. Política Nacional para a Inclusão no Ensino Superior: uma Revisão da Legislação. Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas, [S. l.], v. 16, n. 3, p. 194-200, 2015.

SOUL FEMININA na Penitenciária de Tupi Paulista: educação em direitos, violência de gênero e protagonismo feminino

Renata Franciele Tavante¹, Fernanda De Matos Lima Madrid²

¹Universidade Estadual do Norte do Paraná, ²Centro Universitário de Adamantina

e-mail: renata.tavante@uol.com.br

O encarceramento feminino no Brasil apresenta marcadores de vulnerabilidade agravados por desigualdades de gênero, violência doméstica e baixa escolaridade. Pesquisa recente mapeando o perfil de 909 mulheres encarceradas na Penitenciária Feminina de Tupi Paulista revelou índices alarmantes: 67% relataram ter sofrido algum tipo de violência doméstica, 40% ameaça de morte por parceiro íntimo e 53% já atentaram contra a própria vida. Esses dados confirmam a urgência de políticas públicas de gênero que transcendam o caráter punitivo da pena e promovam saúde mental, dignidade e reinserção social. Nesse contexto, o projeto SOUL FEMININA, implantado em 2020, surge como iniciativa inovadora ao articular educação em direitos humanos, autoconhecimento e empoderamento feminino dentro do cárcere, utilizando a Cartilha da Mulher como instrumento pedagógico. A prática integra prevenção da violência de gênero, ressocialização e formação cidadã, demonstrando como a educação reparadora pode transformar trajetórias de mulheres privadas de liberdade.

Analisar a experiência do projeto SOUL FEMININA na Penitenciária Feminina de Tupi Paulista, relacionando seus impactos com os dados empíricos do Inventário de Referência, destacando contribuições para a ressocialização, a educação em direitos e o enfrentamento da violência de gênero.

O estudo utilizou abordagem qualitativa e quantitativa, fundamentando-se em dois eixos: (i) a prática socioeducativa do SOUL FEMININA, desenvolvida em nove encontros semanais de 1h30, com grupos de até 20 mulheres, estruturados em três fases (Iniciação, Consolidação e Aprofundamento), baseados na Cartilha da Mulher; (ii) os dados do Inventário de Referência aplicado a 909 internas da Penitenciária de Tupi Paulista entre fevereiro e setembro de 2022, composto por questionários fechados e entrevistas estruturadas sobre perfil socioeconômico, violência doméstica, saúde mental e escolaridade. Os instrumentos permitiram mapear o ciclo da violência contra a mulher, identificar indicadores de criminalidade feminina e dimensionar fatores de risco associados à reincidência. A análise adotou perspectiva interdisciplinar e transdisciplinar, em diálogo com literatura sobre encarceramento feminino, políticas públicas de gênero e saúde mental. O tratamento ético garantiu anonimato e preservação da dignidade das participantes

O SOUL FEMININA demonstrou impacto relevante no fortalecimento da autoestima e no desenvolvimento de consciência crítica das reeducandas. Oficinas de autoconhecimento, rodas de conversa e atividades artísticas favoreceram a ressignificação das experiências de violência, promovendo maior autonomia e postura assertiva. A inclusão do tema da Lei Maria da Penha foi fundamental, sobretudo considerando que 93% das internas declararam conhecer a legislação, mas muitas não reconheciam episódios vividos como violência .

Os resultados do Inventário de Referência confirmam o contexto de múltiplas vulnerabilidades: 37% faziam uso de medicamentos controlados, 50% relataram algum vício, 75% vivenciaram aborto e 53% tentaram suicídio . Além disso, 73% sofreram punições violentas na infância, revelando ciclos intergeracionais de violência. Esses dados corroboram a importância do projeto como espaço de educação reparadora e de reconstrução de narrativas pessoais.

Outro ponto relevante foi o interesse manifestado por 83% das mulheres em participar de programas educativos voltados aos direitos humanos, reforçando a aderência e a pertinência da iniciativa. A metodologia do SOUL FEMININA dialoga com esses achados ao estimular o protagonismo feminino, deslocando a posição de vítima para sujeito ativo de transformação.

Na dimensão institucional, o projeto contribuiu para a redução de conflitos internos e favoreceu o engajamento em atividades socioeducativas e laborais, mostrando-se alinhado às diretrizes do CNJ sobre julgamento com perspectiva de gênero e à Política Nacional de Dados e Informações Relacionadas à Violência contra as Mulheres (Lei 14.232/2021).

O projeto SOUL FEMININA, aliado ao Inventário de Referência, revelou-se estratégia eficaz de enfrentamento da violência de gênero e de promoção da ressocialização na Penitenciária Feminina de Tupi Paulista. Ao unir dados empíricos e práticas educativas, evidencia-se que a educação em direitos é capaz de romper ciclos de violência, reduzir reincidência e promover dignidade. A experiência demonstra que políticas públicas transversais, com foco na saúde mental e no protagonismo feminino, são fundamentais para humanizar a execução penal e preparar as mulheres para uma vida pós-cárcere com maior autonomia e cidadania.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006. Lei Maria da Penha. Diário Oficial da União, Brasília, 8 ago. 2006. BRASIL. Lei nº 14.232, de 28 de outubro de 2021. Política Nacional de Dados e Informações relacionadas à Violência contra as Mulheres (PNAINFO). Diário Oficial da União, Brasília, 2021. CNJ – CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero e de Raça. Brasília: CNJ, 2021. DOMINGUES, A. A. P. et al. Mapeamento do perfil de mulheres presas na Penitenciária Feminina de Tupi Paulista (SP): inventário de referência. Revista Brasileira de Execução Penal, v. 5, n. 2, p. 237-253, 2024. MENEGATTI, R. D.; FREIRE, D. A. Relatório de práticas: Soul Feminina. Innovare, 2025.

SOUL FEMININA no PAI Nosso Lar: saúde mental, empoderamento feminino e redes de proteção na Nova Alta Paulista

Renata Franciele Tavante¹, Rafael Teixeira Sebastiani²

¹Universidade Estadual do Norte do Paraná, ²Centro Universitário de Adamantina

e-mail: renata.tavante@uol.com.br

A vulnerabilidade feminina em contextos de internação psiquiátrica revela-se agravada pela recorrência de violência doméstica, desigualdade de gênero e abandono social. A Clínica de Repouso Pai Nosso Lar, fundada em 1969 e atualmente estruturada como Polo de Atividades Integradas (PAI Nosso Lar), é referência em saúde mental para 62 municípios da DRS IX - Marília, oferecendo 125 leitos 100% SUS. Sua missão é proporcionar acolhimento humanizado, com base em valores como dignidade, equidade e solidariedade. Nesse cenário, o projeto SOUL FEMININA, idealizado pela magistrada Ruth Menegatti e desenvolvido em parceria com Denise Alves Freire, autora do Roteiro Único de Trabalho Humanizado (RUTH), insere-se como prática inovadora de promoção da cidadania, do empoderamento feminino e do enfrentamento da violência de gênero. A metodologia articula educação em direitos, autoconhecimento e saúde mental, favorecendo a reconstrução da identidade pessoal e profissional das mulheres. Reconhecido nacionalmente pelo Prêmio Inovare em 2025, o projeto integra práticas terapêuticas e socioeducativas, configurando-se como modelo de política pública transversal com impacto direto em saúde, assistência social e justiça.

Analisar a implementação e os resultados do projeto SOUL FEMININA no PAI Nosso Lar, destacando a aplicação do Roteiro Único de Trabalho Humanizado e sua contribuição para a saúde mental, a prevenção da violência de gênero e o fortalecimento de redes de proteção.

O projeto SOUL FEMININA foi desenvolvido no PAI Nosso Lar entre 2020 e 2025, integrando práticas psicoeducativas, grupos reflexivos e atendimento multiprofissional. A metodologia fundamentou-se no Roteiro Único de Trabalho Humanizado (RUTH), elaborado por Denise Alves Freire, que orienta atividades de autoconhecimento, escuta ativa e educação em direitos humanos. Como instrumento diagnóstico e formativo, aplicou-se o Inventário de Referência, que mapeia dados sobre escolaridade, histórico de violência, saúde mental, vínculos familiares e conhecimento da Lei Maria da Penha. Esse levantamento serviu como linha de base para personalização das atividades e monitoramento do progresso das participantes.

As oficinas foram realizadas em grupos de 5 a 20 mulheres, com encontros semanais de 1h30, abordando temas como autoconhecimento (“O que você sabe fazer”), ressignificação

de experiências de violência, fortalecimento da autoestima e construção de projetos de vida. Além do público feminino internado, a iniciativa se expandiu para a comunidade, articulando grupos reflexivos com homens autores de violência, implementados por meio de termo de cooperação técnica firmado entre TJSP, MP, Prefeitura de Adamantina, OAB, Polícia Civil, Polícia Militar e FAI. A análise qualitativa baseou-se na observação participante, registros institucionais, depoimentos de pacientes e acompanhamento multiprofissional, assegurando princípios éticos de dignidade e anonimato.

A aplicação do Roteiro Único de Trabalho Humanizado e do Inventário de Referência permitiu identificar múltiplas vulnerabilidades das pacientes, como histórico de violência doméstica, dependência química, uso de psicofármacos e fragilidade dos vínculos familiares. Esses dados possibilitaram estruturar atividades mais precisas e efetivas, integrando saúde mental, educação e cidadania.

As oficinas temáticas estimularam a valorização das habilidades pessoais, o reconhecimento das conquistas individuais e o fortalecimento da autoestima. Mulheres antes marcadas pela passividade passaram a se perceber como protagonistas de suas histórias, evidenciando impactos positivos no tratamento e no processo de reintegração social. Depoimentos coletados durante a visita da consultora do Prêmio Inovare confirmaram a transformação subjetiva das participantes, que relataram maior esperança e autonomia em suas trajetórias.

No âmbito institucional, o projeto consolidou uma rede de apoio intersetorial, envolvendo justiça, saúde, assistência social e comunidade. A criação dos grupos reflexivos com homens autores de violência representou inovação na prevenção da violência de gênero, promovendo responsabilização ética e práticas restaurativas. Tal integração reforça a pertinência do projeto em consonância com o CNJ (Protocolo de Julgamento com Perspectiva de Gênero) e com a Política Nacional de Dados sobre Violência contra as Mulheres (Lei 14.232/2021).

O reconhecimento institucional, aliado ao impacto local e regional, evidencia que o Soul Feminina no PAI Nosso Lar transcende a dimensão terapêutica, assumindo papel estratégico na formulação de políticas públicas sustentáveis, alinhadas aos ODS 3 (Saúde e Bem-Estar) e ODS 5 (Igualdade de Gênero).

O SOUL FEMININA no PAI Nosso Lar comprova que a integração entre saúde mental, empoderamento feminino e educação em direitos pode transformar realidades de mulheres em situação de vulnerabilidade. A utilização do Roteiro Único de Trabalho Humanizado e do Inventário de Referência fortaleceu a dimensão científica e pedagógica da prática, garantindo diagnóstico confiável e acompanhamento formativo. Reconhecido pelo Prêmio Inovare, o projeto consolidou redes de proteção interinstitucionais e mostrou-se replicável em outros contextos, reafirmando seu potencial como política pública inovadora e humanizada.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006. Lei Maria da Penha. Diário Oficial da União, Brasília, 8 ago. 2006. BRASIL. Lei nº 14.232, de 28 de outubro de 2021. Política Nacional de Dados e Informações relacionadas à Violência contra as Mulheres (PNAINFO). Diário Oficial da União, Brasília, 2021. CNJ - Conselho Nacional de Justiça. Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero e de Raça. Brasília: CNJ, 2021. FREIRE, Denise Alves. Roteiro Único de Trabalho Humanizado: Inventário de Referência. Adamantina: Assessoria Integrativa, 2022. MENEGATTI, Ruth Duarte; FREIRE, Denise Alves. Relatório de Práticas: Soul Feminina. Innovare, 2025. CLÍNICA PAI NOSSO LAR. Institucional. Adamantina: PAI Nosso Lar, 2024. PREFEITURA DE ADAMANTINA. Notícias institucionais: Soul Feminina e Grupos Reflexivos. Adamantina, 2025.

Adaptações na sequência didática “Galeria de personagens: lobos e presas” para contemplar a diversidade de saberes no 2º ano do Ensino Fundamental

Priscila Chaves Coltri¹, Mayara Lorenzi Pinto Mendes¹

¹Escola Estadual Maestro Nelson de Castro

e-mail: prici_chaves@hotmail.com

A alfabetização nos Anos Iniciais é um processo que envolve múltiplas dimensões da aprendizagem, exigindo do professor uma escuta atenta e a capacidade de propor situações didáticas que dialoguem com a heterogeneidade presente em sala de aula. No contexto escolar, o trabalho com sequências didáticas constitui-se em uma prática pedagógica que articula objetivos, conteúdos e estratégias, favorecendo a ampliação do repertório cultural e o desenvolvimento de habilidades de leitura e escrita.

O presente relato descreve a experiência desenvolvida em duas turmas de 2º ano do Ensino Fundamental, em uma escola estadual do interior de São Paulo, no âmbito da pesquisa coletiva *Diversidade de Saberes na Alfabetização*. Essa investigação contou com a participação de escolas públicas municipais, particulares e apenas uma escola estadual, a Escola Estadual Maestro Nelson de Castro, vinculada à Unidade Regional de Ensino da Região de Tupã.

A sequência didática escolhida coletivamente foi “*Galeria de personagens: lobos e presas*”, originária da rede municipal de São Paulo. A proposta explora personagens clássicos da literatura infantil e busca promover práticas de leitura, escrita e reflexão sobre as narrativas. Dada a diversidade de hipóteses de escrita e níveis de leitura das turmas, tornou-se necessário adaptar atividades para garantir que todos os estudantes fossem desafiados em seu processo de aprendizagem.

Relatar a experiência de adaptação da Atividade 3 da sequência “*Galeria de personagens: lobos e presas*”, de modo a contemplar a diversidade de saberes de duas turmas de 2º ano do Ensino Fundamental, favorecendo a participação efetiva de todos os estudantes no processo de alfabetização.

O trabalho foi desenvolvido com as turmas do 2º ano A e B, com estudantes em diferentes hipóteses de escrita. No 2º A, sob a regência da professora Mayara Lorenzi, a turma iniciou com 17 estudantes: 1 pré-silábico, 3 silábicos com valor sonoro, 5 silábicos-alfabéticos e 8 alfabéticos. Já no 2º B, sob regência da professora Priscila Coltri, a turma iniciou com 18 estudantes: 2 pré-silábicos, 1 silábico com valor sonoro, 5 silábicos-alfabéticos e 10

alfabéticos. Entre os alfabéticos, em ambas as turmas, observavam-se diferentes níveis de leitura e escrita, variando desde os com autonomia parcial até os já em estágio avançado.

A sequência didática foi aplicada ao longo do primeiro semestre de 2025, sob acompanhamento das pesquisadoras responsáveis pela investigação. O recorte aqui apresentado corresponde à execução da Atividade 3, realizada em abril.

A aula foi estruturada em três momentos. No início, ocorreu a leitura em voz alta do capítulo *Chapeuzinho cor de abóbora*, do livro *Chapeuzinhos coloridos*, de José Roberto Torero. Em seguida, retomou-se a proposta da sequência, contextualizando os objetivos da atividade.

Para a execução, os estudantes foram organizados em duplas produtivas, agrupando diferentes níveis de conhecimento. As adaptações foram elaboradas em três níveis: não alfabéticos, recém-alfabéticos e alfabéticos avançados, cada qual com tarefas ajustadas às suas hipóteses de escrita e leitura.

A adaptação da Atividade 3 possibilitou que todos os estudantes participassem ativamente da proposta, cada qual dentro de seu nível de desenvolvimento. A diferenciação das tarefas atendeu à diversidade da sala, permitindo que a atividade fosse significativa e desafiadora para todos.

Nos estudantes não alfabéticos, observou-se maior engajamento ao relacionar imagens e títulos, favorecendo a identificação de letras iniciais e o reconhecimento da extensão das palavras. A mediação, com a leitura em voz alta e o acompanhamento no apontamento, mostrou-se fundamental para apoiar o processo.

Entre os recém-alfabéticos, a estratégia de utilizar pequenos trechos possibilitou avanços na leitura de palavras funcionais e expressões-chave, reforçando a importância de propor situações em que a leitura acontece mesmo antes da autonomia plena. Esse grupo demonstrou evolução no reconhecimento de títulos e no uso de pistas gráficas para interpretar os textos.

Já os alfabéticos avançados beneficiaram-se de trechos mais longos, que exigiram maior esforço de leitura e interpretação. A atividade ampliou suas estratégias de compreensão, consolidando a autonomia leitora e fortalecendo a relação entre texto e título.

Ao longo do desenvolvimento da sequência, foi notável a evolução dos estudantes. No 2º A, a turma que iniciou com 9 estudantes não alfabéticos e 8 alfabéticos, atualmente apresenta 16 estudantes alfabéticos e apenas 1 silábico-alfabético. No 2º B, que iniciou com 8 estudantes não alfabéticos, houve significativa evolução: 17 estudantes encontram-se alfabéticos e apenas 1 permanece silábico com valor sonoro, tendo iniciado o ano como pré-silábico.

Esses dados evidenciam que as adaptações metodológicas respeitaram a diversidade de saberes, mobilizando diferentes estratégias de leitura e escrita adequadas às hipóteses de cada estudante. Os resultados confirmam que sequências didáticas, quando flexibilizadas e adaptadas, contribuem de forma significativa para o processo de alfabetização e para o

desenvolvimento da autonomia leitora, corroborando *Anijovich* (2014) quanto à importância de planejar intervenções diferenciadas em salas heterogêneas, garantindo equidade de oportunidades.

A adaptação da Atividade 3 da sequência “Galeria de personagens: lobos e presas” demonstraram que é possível respeitar a diversidade de saberes em sala de aula e, ao mesmo tempo, garantir que todos os estudantes sejam desafiados em seus processos de alfabetização. O trabalho possibilitou avanços significativos nos diferentes níveis, contribuindo para o desenvolvimento da leitura e da escrita. A experiência reforça a importância da escuta pedagógica e da flexibilização das propostas, sem perder de vista os objetivos comuns da sequência.

ANIJOVICH, Rebeca. Gestionar una escuela con aulas heterogéneas - Enseñar y aprender en la diversidad. Buenos Aires: Paidós, 2014. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO. Caderno da cidade: Saberes e aprendizagens. São Paulo: SMERJ, 2019. TORERO, José Roberto. Chapeuzinhos coloridos. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2005.

Artes cênicas e literatura representam identidades regionais do Território Criativo Latitude 21 Nova Alta Paulista

Izabel Castanha Gil¹, Isabela Raíssa Rosa Bosso², Letícia Rodrigues da Silva³

¹Centro Universitário de Adamantina, ²Fatec Adamantina, ³Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Adamantina

e-mail: izabelcastanha@fai.com.br

Apresenta-se relato de experiência desenvolvido em 2025, quando a Companhia Multiverso Teatral representou 12 obras inéditas criadas por escritores de cidades da Nova Alta Paulista, durante a 4ª Mostra de Cenas Curtas, dirigida pela professora Letícia Rodrigues da Silva. As obras compõem a 1ª Antologia de Contos, Crônicas e Poemas Regionais da Nova Alta Paulista (Gráfica Impress, 2019), organizada por Izabel Castanha Gil e José Braz de Oliveira. A parceria entre os escritores e a cia de teatro contribui para o fortalecimento das conexões culturais intrarregionais.

A Companhia Multiverso Teatral foi fundada em janeiro de 2022 e conta com cerca de 20 integrantes, entre adolescentes e adultos. É mantida pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Adamantina/SP e tem como objetivo estimular a arte teatral na cidade. Ao longo de três anos de atuação, a Companhia produziu dois espetáculos, quatro Mostras de Cenas Curtas, além de intervenções artísticas em eventos na cidade, oferecidas gratuitamente à comunidade.

Esta comunicação tem como objetivos: I) relatar experiência teatral voltada à representação de escritores locais; II) demonstrar possibilidades de iniciativas que fortalecem as conexões intrarregionais; III) valorizar a literatura regional por meio das artes cênicas; IV) capilarizar ações do Coletivo Cultural Latitude 21.

Os contos, poemas e crônicas foram trabalhados inicialmente pela perspectiva do jogo teatral, mostrando a amplitude de linguagens que a escrita pode abranger. Por meio do jogo, de memórias afetivas, de experiências pessoais, uma vez que os contos de autores locais retratam e relatam histórias do nosso povo, do interior, de vivências de nossas famílias, a identificação para preparação dos atores foi imediata. As histórias que iriam ser interpretadas atravessavam diretamente cada um dos atores e atrizes, acionando assim memórias reais, imagens concretas, para que por meio do jogo, do brincar, do imaginar, os atores pudessem dar vida e voz a cada uma das obras escolhidas.

Mais que criar personagens, o foco principal dessa preparação foi em como contar cada história, foco na narrativa, em cada intenção a ser colocada em cena, buscando o frescor da

espontaneidade, como se cada história estivesse sendo criada na hora da ação de cena. Os treinamentos dos atores foram os jogos teatrais e improvisos, para aplicação de técnicas de narrativa e eloquência - todos com foco na intenção de cada palavra falada, na entonação, nas pausas, respiros e sentimentos. Com base em métodos de encenadores como Viola Spolin e Stanislavski, os atores da Companhia se prepararam para proporcionar uma experiência única e verdadeira ao público local.

Cumprindo o seu papel social, as artes cênicas constituem expressão cultural e criação artística, envolvendo o público em experiências que promovem o entretenimento, a reflexão social, a formação da identidade individual e coletiva, e o desenvolvimento de habilidades físicas e sociais.

O espetáculo de 30 de agosto de 2025, denominado 4ª Mostra de Cenas Curtas, decorre de conexões culturais entre a Companhia Multiverso Teatral e o Projeto Nossa Gente, vinculado ao curso de História da FAI, cujo objetivo é identificar, sistematizar e socializar, em diferentes linguagens, aspectos das identidades regionais. As ações culturais decorrentes do Projeto são coordenadas pelo Coletivo Cultural Latitude 21, cuja intenção é promover e fortalecer vínculos entre as cidades desse território.

Entre 2019 e 2024, o Coletivo Cultural realizou várias ações, destacando-se a criação de duas antologias literárias, com a participação de escritores de 13 cidades da Nova Alta Paulista. As duas obras somam mais de cem participações, entre escritores, comentaristas e músicos, uma vez que a segunda antologia traz 40 poemas musicados e comentados. Conforme regulamento definido por uma comissão inter-regional, as obras deveriam abordar memórias, vivências, personagens marcantes, caracterizações paisagísticas, que marcam as peculiaridades dessa pequena região interiorana.

Em 2025, o projeto cultural ganhou amplitude com as artes cênicas. Foram selecionadas 12 obras de 5 autores de Adamantina, Lucélia, Flora Rica, Flórida Paulista e Osvaldo Cruz, seguindo critérios de preferência dos artistas. Escritores, familiares, amigos, autoridades, mídia e apreciadores da quinta arte experienciaram interpretações de talentos locais, contribuindo para o fortalecimento das conexões culturais intrarregionais.

Busca-se a construção de um sistema cultural intrarregional, fortalecendo as várias expressões artísticas, conectando artistas, secretarias municipais de cultura, associações, coletivos e outras agremiações. Acredita-se na sinergia das conexões advindas do trabalho em rede, resultando na visibilidade e no fortalecimento das ações locais, criando um corpo regional de identidades, bem como nas inúmeras possibilidades advindas dessas ações integradas. Tratam-se de expressões culturais com características identitárias e de fácil acesso à população, que contribuem para a representação de um território autodenominado Território Criativo Latitude 21 Nova Alta Paulista.

Destaca-se a importância do poder público municipal como indutor de políticas públicas voltadas à Cultura, bem como a sensibilidade de profissionais que coordenam projetos culturais. Por meio de ações articuladas, as linguagens cênica e literária têm muito a

contribuir para a criação de um sistema cultural intrarregional, que evidencia talentos e valoriza a história regional.

Voltada à valorização das artes cênicas e da literatura de Adamantina e da Nova Alta Paulista, a iniciativa retratada promoveu intercâmbio cultural intrarregional como estratégia para valorização de escritores e artistas locais, contribuindo para o fortalecimento das nossas identidades.

ARENDT, João Cláudio. Notas sobre regionalismo e literatura regional: perspectivas conceituais. *Revista de língua e literatura*, v. 17 n. 2 (2015): Todas as Letras Z. Disponível em: <https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/tl/article/view/7121> Acesso em: 15 set. 2025. GIL, Izabel Castanha. Literatura Regional da Nova Alta Paulista: o que essa arte diz sobre nós? Disponível em: <https://www.fai.com.br/novo-portal/blog/post/9673> Acesso em: 15 set. 2025. GIL, Izabel Castanha. Teatro dá vida a autores regionais na 4ª Amostra de Cenas Curtas em Adamantina. *Impacto*, Adamantina, 08 set. 2025. Disponível em: <https://www.impactonoticias.com.br/2025/09/teatro-da-vida-a-autores-regionais-na-4a-amost-ra-de-cenas-curtas-em-adamantina/>. Acesso em: 14 set. 2025. ____ e OLIVEIRA, José Braz de. 1ª Antologia de contos, crônicas e poemas regionais da Nova Alta Paulista. Presidente Prudente: Impress, 2019. ____ e AMARO, Eunice L. G. 2ª Antologia de contos, crônicas e poemas regionais da Nova Alta Paulista. São Paulo: Scortecci, 2024. LIFE FM ADAMANTINA. Jornal do Meio-Dia recebe Letícia Rodrigues, Atriz, Diretora, Maria Fernanda Carrilho Lázaro, Atriz. Adamantina: Rádio Life FM. 1 vídeo (26 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-rqqcIb-PJU>. Acesso em: 14 set. 2025. SPOLIN, Viola. Jogos teatrais na sala de aula: um manual para o professor. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 2021. STANISLAVSKI, Constantin. A preparação do ator. 41ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

A TÉCNICA DAS BOMBAS DE SEMENTES COMO FERRAMENTA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E RECUPERAÇÃO FLORESTAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA NA EE HELEN KELLER EM ADAMANTINA-SP

Tiago Rafael dos Santos Alves¹, Angélica Góis Morales¹, Juliana Françoso da Silva Mantovani², Éverton dos Santos³

¹Faculdade de Ciências e Engenharia, ²Unesp - Faculdade de Ciências Agrárias e Tecnológicas (FCAT), ³EE Helen Keller

e-mail: tiagorsalves@gmail.com

A técnica das bombas de sementes é originária do Japão, mas foi resgatada por Masanobu Fukuoka na década de 1970. Fundamentada nos princípios da metodologia permacultural, Soares (1998) aborda que essa prática consiste na criação de pequenas esferas compostas por argila e sementes de diferentes espécies, que, ao serem lançadas, promovem uma dispersão eficiente, especialmente em áreas de difícil acesso (Soares, 1998) (Okimoto, 2021).

A pesquisa foi conduzida junto aos estudantes do Ensino Médio de uma disciplina eletiva da Escola Estadual Helen Keller, integrante do Programa de Ensino Integral (PEI) e localizada em Adamantina-SP, município do extremo oeste paulista.

Em suas análises teóricas, e partir de representações cartográficas criadas pelos autores, os estudantes foram convidados a refletirem sobre os inúmeros incêndios que atingiram o extremo oeste paulista, no ano de 2024, identificando a necessidade de uma intervenção *in loco* em uma área rural do município.

Desse modo, incorporou-se a produção das bombas de sementes como ferramenta de aprendizagem e engajamento, conectando teoria e prática de forma inovadora. A ação foi desenvolvida interdisciplinarmente com base em Japiassú (1976), com estudos do meio por Pontuska; Paganelli e Cacete (2009) e metodologias ativas de Moran (2018), estimulando o pensamento crítico dos estudantes e incentivando-os a encontrar soluções para situações reais.

Compreender os impactos da inserção da técnica das bombas de sementes em atividades escolares, articuladas à recuperação de uma área impactada por incêndios florestais, com foco na educação ambiental e no engajamento comunitário.

Tendo como sustentação teórica os estudos de Masanobu Fukuoka pontuados por Okimoto (2021), foram utilizadas para a produção das bombas de sementes, espécies nativas desta região, como Ipê (*Tabebuia sp*), Jatobá (*Hymenaea sp*), Acácia-rosa (*Cassia grandis sp*), Pitanga (*Eugenia uniflora sp*) e Caju (*Anacardium occidentale sp*). Em sua composição se utilizou a argila, que além de proteger as sementes, facilita o lançamento a longas distâncias. Com o intuito de aprimorar a respectiva técnica, também se empregou em sua composição um composto orgânico, produzido a partir da compostagem de folhas e galhos, oriundos das podas urbanas do município de Adamantina.

As sementes e o composto foram obtidas junto à Secretaria Municipal de Abastecimento, Agricultura e Meio Ambiente de Adamantina (SAAMA) e as coletas realizadas pelos estudantes. A argila fora extraída de uma jazida às margens do Córrego Boa Esperança, localizado em perímetro urbano do município de Adamantina-SP.

A partir dos elementos supracitados, foram produzidas cerca de 100 bombas de sementes. Através de estudos do meio, estas foram dispersadas, sob supervisão dos docentes, em uma área rural, atingida por um incêndio em meados de 2024.

Cumprir destacar que, também fora realizado um monitoramento da área em questão, tendo em vista a eventual análise da eficácia desta técnica.

Observou-se que há uma lacuna na realização de atividades ligadas à permacultura, em especial à técnica das bombas de sementes, em âmbito escolar, bem como em atividades de educação ambiental, conforme já evidenciado por Alves (2023).

O desenvolvimento deste projeto, de maneira interdisciplinar, só se concretizou com tal viés, a partir de uma disciplina eletiva, componente curricular presente no modelo educacional proposto pelas escolas PEI.

Do mesmo modo, percebe-se que os estudos do meio promovem maior engajamento dos estudantes, gerando vínculos e impactos positivos nos processos de ensino-aprendizagem, aproximando-os dos reais problemas vivenciados em seus contextos local/regional (Pontuska; Paganelli; Cacete, 2009).

A utilização de metodologias ativas durante as aulas, também possibilitou a inserção dos estudantes no centro do processo educacional, promovendo uma educação mais profunda e significativa. A pesquisa proporcionou momentos de troca de conhecimento entre estudantes, professores e moradores, ampliando a sensibilização ambiental para além dos muros da instituição (Moran, 2018).

A utilização de espécies nativas nas bombas de sementes reforçou a valorização da biodiversidade regional e permitiu que os envolvidos compreendessem a importância de restauração das áreas degradadas por incêndios florestais.

Essa aproximação entre escola e sociedade contribuiu para o fortalecimento de parcerias e incentivou iniciativas de preservação ambiental, promovendo um efeito multiplicador e ampliando sua aplicabilidade, contemplando os ODS 04 (Educação de qualidade), 11

(Cidades e comunidades sustentáveis) e 13 (Ação contra a mudança global do clima).

No que se refere ao recorte espacial utilizado para recuperação florestal, notou-se uma já são evidenciáveis melhorias no referido espaço, onde já são perceptíveis alguns focos de germinação das espécies disseminadas.

A partir dos dados expostos, nota-se que ações práticas de educação ambiental, como a produção e dispersão das bombas de sementes, vinculadas à estudos do meio, propiciam um maior engajamento dos estudantes nas disciplinas, o que fora evidenciado nesta disciplina eletiva, além de auxiliarem na promoção de uma educação mais engajada com o meio em que vivem. No que se refere ao uso desta técnica nos processos de recuperação florestal, nota-se que ela se mostra eficaz em espaços de difícil acesso, se pontuando como uma alternativa viável e sustentável.

ALVES, T. R. S. Educação ambiental na escola: análise didático-pedagógica do Ribeirão dos Ranchos (Adamantina-SP) como objeto de estudo escolar e de pesquisa. Dissertação (Mestrado em Ciências). Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2023. 113p. JAPIASSÚ, H. Interdisciplinaridade e patologia do saber. Rio de Janeiro: Imago, 1976, p. 7-217. MORAN, J. Metodologias ativas para uma aprendizagem mais profunda. In: BACICH, L; MORAN, J. Metodologias ativas para uma educação inovadora uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018. p. 35-76. NAÇÕES UNIDAS BRASIL. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 14 maio 2025. OKIMOTO, F. S. Permacultura urbana: Políticas públicas para a produção e para a vivência nas cidades durante e pós-pandemia. Tupã: ANAP, 2021 p. 235-261 PONTUSCHKA, N. N.; PAGANNELLI, T. I.; CACETE, N. H. Para ensinar e aprender geografia. 3. ed. São Paulo: Cortez

Práticas de Leitura no 5º Ano com Metodologias Ativas para Autonomia Estudantil

Joice Ruani de Oliveira Discioli¹, Rosangela Aparecida Galdi da Silva², Aline Carvalho Barros Tarifa³

¹Professor Sebastião Teixeira Pinto, ²Centro Universitário de Adamantina, ³Tupã

e-mail: joiceruani@hotmail.com

O relato de experiência tem origem na prática diária de leitura em voz alta com uma turma de 5.º Ano de uma escola pública. A intencionalidade pedagógica se concentrou na escolha do gênero livro-reportagem "Malala, a menina que queria ir para a escola".

A escolha superou as expectativas ao despertar a curiosidade nos estudantes pela vida, cultura, e ativismo de Malala Yousafzai. Após a apresentação inicial da obra, surgiram questionamentos sobre o contexto de produção, a situação atual de Malala e o Prêmio Nobel da Paz, explicitando a problemática.

A pesquisa foi cuidadosamente planejada para promover o senso crítico e investigativo dos estudantes e para possibilitar aprendizagens como o desenvolvimento de procedimentos, estratégias e capacidades de leitura exigidas em avaliações externas. O desafio era transformar os alunos em sujeitos ativos de suas próprias descobertas. Para isso, foram implementadas as Metodologias Ativas da Sala de Aula Invertida e da Rotação por Estações.

Após explorar e vivenciar ambas as metodologias, os estudantes foram convidados a socializarem suas descobertas e impressões, colocando em jogo todos os saberes e checando suas hipóteses iniciais.

Apresentar o relato dos desdobramentos da prática docente com atividades de leitura de textos literários e informativos realizadas pela professora do 5º Ano de uma escola pública para o desenvolvimento da autonomia leitora e da participação ativa dos estudantes no processo de construção do conhecimento

O estudo se configura como um relato de experiência de natureza qualitativa, focado em ressaltar a importância de centrar o processo de aprendizagem dos estudantes para promover sua autonomia e participação ativa na construção do próprio saber.

A experiência pedagógica ocorreu com uma turma de 5.º Ano durante duas aulas de Língua Portuguesa que considerou a curiosidade dos estudantes sobre a história de Malala Yousafzai, a partir das práticas de leitura planejadas rotineiramente para o desenvolvimento de procedimentos, estratégias e capacidades de leitura (ROJO, 2004), que nesse caso foi do livro-reportagem.

O processo metodológico fundamentou-se em estratégias de Metodologias Ativas. A

intervenção foi estruturada em duas etapas principais:

1. Sala de Aula Invertida: Previamente à aula presencial, os estudantes acessaram e analisaram materiais digitais (vídeos, textos informativos) selecionados pelo docente.
2. Rotação por Estações: A turma foi organizada em grupos heterogêneos para circular por quatro postos de trabalho. Em cada estação, exploraram-se diferentes gêneros textuais (biografia, notícia, texto informativo) e recursos audiovisuais sobre Malala.

O levantamento de dados foi realizado por meio de observação sistemática do engajamento estudantil e dos registros escritos de discussão produzidos pelos grupos durante a Rotação por Estações.

A socialização ocorreu com a explicitação dos desafios de interpretação encontrados e as estratégias de leitura utilizadas para superá-los. O percurso leitor observado nos estudantes revelou a apropriação dos procedimentos de leitura e consolidou o protagonismo estudantil na construção autônoma do conhecimento.

Após o resultado de 68,6% de acertos na primeira Prova Paulista de Língua Portuguesa referente ao 1º bimestre de 68% de acertos no Primeiro Simulado SAEB, houve a necessidade de refletir e planejar uma ação intencional para avançar os saberes e habilidades dos estudantes. Analisando as dificuldades e os descritores mais defasados, foram planejadas situações reais e significativas, inspiradas na obra de Délia Lerner (2002), que propõe transformar a escola numa comunidade de leitores e escritores, onde a leitura e a escrita se tornam práticas sociais que preparam os alunos para se tornarem cidadãos de uma cultura escrita. Esse foi o objetivo central: envolver os estudantes a partir de um tema que partisse do interesse de cada um.

Ficou claro que era necessário retomar, recuperar e aprofundar os gêneros biografia, reportagem e texto informativo, bem como suas finalidades. Além do trabalho com os gêneros, que segundo a BNCC atende ao “desenvolvimento das capacidades de leitura, produção e tratamento das linguagens” (BRASIL, 2018, p. 67), foram retomadas estratégias de leitura e técnicas para facilitar a compreensão, envolvendo desde a ativação do conhecimento prévio até a leitura ativa com anotações e marcações.

A proposta, baseada em Rojo (2004), era que a escola focasse em estratégias que preparem os alunos para interpretar textos multimodais e se tornarem leitores críticos, em vez de leitores meramente passivos. Após esse momento de estudos, análises e reflexões, as Metodologias Ativas Sala de aula invertida e Rotação por Estações foram colocadas em prática, garantindo que os estudantes atuassem como leitores críticos e ativos, tanto dentro quanto fora da sala de aula.

As metodologias ativas segundo MORAN (2018) possibilitaram aos estudantes o envolvimento nas atividades propostas e, ao mesmo tempo, oportunizaram a tomada de decisões diante dos textos e das informações disponibilizadas pelo professor.

A socialização das estratégias garantiu a máxima circulação de informação, permitiu que os estudantes colocassem em jogo todos os seus saberes adquiridos.

Finalizando todo esse processo de ensino-aprendizagem, os estudantes realizaram a Prova Paulista do 2º bimestre, apresentando uma evolução com o resultado de 76% de acertos. No 2º Simulado SAEB, a evolução foi ainda mais significativa, alcançando 79% de acertos. Esses resultados demonstram o aprofundamento das habilidades leitoras pelo impacto positivo do trabalho pedagógico com os procedimentos, estratégias e capacidades de leitura e as metodologias ativas utilizadas de forma intencional pela professora para superação das dificuldades de aprendizagem.

O relato da experiência revela que as dificuldades de aprendizagem foram superadas a partir do interesse dos estudantes e do uso das Metodologias Ativas visando o desenvolvimento de capacidades e procedimentos de leitura no 5º Ano de uma escola pública. Além disso, a intervenção pedagógica promoveu um aumento significativo nos índices de acerto em avaliações externas como a Prova Paulista e o Simulado SAEB. Assim, confirma-se que transformar a escola em uma comunidade de leitores ativos, como sugerem Lerner (2002) e Rojo (2004), resulta em protagonismo estudantil e aprendizagem autônoma, superando desafios e elevando o desempenho acadêmico de forma significativa.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília: MEC, 2018. LERNER, Délia. Ler e escrever na escola: o real, o possível e o necessário. Porto Alegre: Artmed, 2002. MORAN, J. Metodologias ativas para uma aprendizagem mais profunda. In: BACICH, L; MORAN, J. (org.). Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018. p. 1-25. ROJO, Roxane. Letramento e capacidades de leitura para a cidadania. São Paulo: SEE: CENP, 2004.

A APLICAÇÃO DAS REGRAS DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE.

Letícia Santos Moreno^{1,2}

¹Centro Universitário de Adamantina, ²Prefeitura Municipal de Lucélia

e-mail: leticiasmoreno@gmail.com

A sindicância e o processo administrativo disciplinar (PAD) constituem instrumentos essenciais de controle e responsabilização no âmbito da Administração Pública. Ambos visam preservar a disciplina e a legalidade na atuação dos servidores, assegurando, ao mesmo tempo, a ampla defesa e o contraditório. Entretanto, a realidade de municípios de pequeno porte, com reduzido número de funcionários e carência de servidores especializados, apresenta dificuldades significativas para a correta aplicação das normas que regem tais procedimentos.

Este estudo toma como referência a experiência do Município de Lucélia-SP, cuja legislação principal é a Lei Municipal nº 3.256/2001 (Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais). A análise busca demonstrar os desafios encontrados, tais como a definição da autoridade competente, a formação das comissões processantes e a observância de prazos, além de discutir a necessidade de adequações legais para garantir maior segurança jurídica e eficiência na condução dos processos.

Ao abordar a doutrina de autores como Maria Sylvia Zanella Di Pietro, Hely Lopes Meirelles, Marçal Justen Filho e Manoel Messias de Souza, bem como decisões do Superior Tribunal de Justiça, este trabalho busca oferecer subsídios teóricos e práticos a municípios que enfrentam dificuldades semelhantes.

Analisar a aplicação das normas de sindicância e processo administrativo disciplinar em municípios de pequeno porte, identificando desafios práticos e propondo ajustes legislativos a partir do estudo de caso do Município de Lucélia-SP, com vistas a contribuir para maior eficiência e segurança jurídica administrativa.

O estudo fundamenta-se em pesquisa qualitativa de natureza aplicada, com enfoque descritivo e exploratório. A metodologia adotada combina pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Foram consultadas obras clássicas e contemporâneas de Direito Administrativo, como as de Maria Sylvia Zanella Di Pietro, Hely Lopes Meirelles, Marçal Justen Filho e Manoel Messias de Souza, além de jurisprudências do Superior Tribunal de Justiça.

No âmbito documental, a principal fonte normativa foi a Lei Municipal nº 3.256/2001, que institui o Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Lucélia-SP, complementada pela Lei Complementar nº 5.094/2023, que criou o cargo de Coordenador de Procedimentos

Administrativos. Também foram analisados dispositivos da Constituição Federal e da Lei nº 8.112/1990, aplicável aos servidores federais, e Lei 10.261/68 para fins comparativos. A pesquisa de campo ocorreu a partir da experiência prática da autora como Coordenadora de Procedimentos Administrativos no Município de Lucélia, permitindo identificar entraves relacionados à formação de comissões, cumprimento de prazos e ausência de servidores qualificados. A metodologia incluiu ainda a elaboração de proposta de alteração legislativa do Estatuto local, a fim de suprir lacunas normativas e harmonizar os procedimentos administrativos à realidade municipal.

A análise revelou que os municípios de pequeno porte enfrentam dificuldades estruturais para aplicar de forma adequada as normas que regem sindicâncias e processos administrativos disciplinares. Entre os principais desafios estão: a definição da autoridade competente para instaurar os procedimentos, a formação de comissões processantes em face da escassez de servidores estáveis e qualificados, e a observância de prazos em consonância com os princípios constitucionais.

No caso de Lucélia-SP, verificou-se que a Lei Municipal nº 3.256/2001 prevê prazos em dias corridos, o que gerou controvérsias judiciais. Em decisão local, reconheceu-se a aplicação dos prazos em dias úteis, em consonância com a Lei nº 8.112/1990 e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. Essa interpretação foi posteriormente incorporada em projeto de alteração legislativa.

Outro ponto crítico refere-se à composição das comissões, que devem ser formadas por três servidores estáveis, preferencialmente com o mesmo nível de investidura do investigado. Essa exigência mostrou-se inviável diante do número reduzido de funcionários municipais, o que levou à adaptação da norma, permitindo que apenas o presidente da comissão possua tal requisito. A criação do cargo de Coordenador de Procedimentos Administrativos, por meio da Lei Complementar nº 5.094/2023, constituiu uma solução inovadora para apoiar as comissões, fornecendo suporte técnico e modelos de documentos sem comprometer a autonomia decisória.

A literatura jurídica corrobora a importância da sindicância como instrumento investigativo preliminar e do PAD como mecanismo de responsabilização formal. Maria Sylvia Zanella Di Pietro e Hely Lopes Meirelles destacam seu papel na manutenção da disciplina e legalidade administrativas, enquanto Marçal Justen Filho e Manoel Messias de Souza reforçam a necessidade de garantir o devido processo legal e a ampla defesa.

A experiência na cidade de Lucélia-SP, contribui para a reflexão sobre a necessidade de adaptar a legislação municipal às condições locais, de modo a equilibrar princípios constitucionais e limitações práticas. Assim, a análise sugere que a flexibilização normativa, sem perder de vista os direitos fundamentais, é essencial para a efetividade dos institutos em municípios de pequeno porte.

O estudo demonstrou que a correta aplicação das normas de sindicância e processo administrativo disciplinar em municípios de pequeno porte exige adaptações legislativas e estruturais. A experiência do Município de Lucélia-SP evidenciou soluções inovadoras, como a criação do cargo de Coordenador de Procedimentos Administrativos e a adequação dos prazos processuais. Tais medidas fortalecem a segurança jurídica, garantem os direitos

constitucionais dos servidores e asseguram maior eficiência administrativa. O trabalho contribui como modelo para outras administrações municipais que enfrentam dificuldades semelhantes na condução de procedimentos investigativos e disciplinares.

BRASIL. Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm. Acesso em: 12 dez. 2024. BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Compilado: Processo Administrativo Disciplinar. Edição n. 154. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/jt/toc.jsp?edicao=EDI%C7%C3O%20N.%20154:%20COMPILADO:%20PROCESSO%20ADMINISTRATIVO%20DISCIPLINAR>. Acesso em: 12 dez. 2024. BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. RMS 25.033 / RS, Relator: Min. CASTRO MEIRA, julgado em 2005. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 37. ed. São Paulo: Atlas, 2024. Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Lucélia - SP. Disponível em: <https://www.lucelia.sp.gov.br/legislacao/detalhe/938/pstrongestatuto-dos-funcionarios-publicos-domunicipio-de-lucelia-spstrongp/>. Acesso em: 12 dez. 2024. JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo. 13. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018. MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 23. ed. Atualizada por Eurico de Andrade Azevedo, Délcio Balestero Aleixo e José Emmanuel Burle Filho. São Paulo: Malheiros, 2024. SOUZA, Manoel Messias de. Manual de Processo Administrativo Disciplinar. São Paulo: Thomson Reuters Brasil Conteúdo e Tecnologia Ltda, 2022. BRASIL. Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm. Acesso em: 12 dez. 2024. BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Compilado: Processo Administrativo Disciplinar. Edição n. 154. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/jt/toc.jsp?edicao=EDI%C7%C3O%20N.%20154:%20COMPILADO:%20PROCESSO%20ADMINISTRATIVO%20DISCIPLINAR>. Acesso em: 12 dez. 2024. BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. RMS 25.033 / RS, Relator: Min. CASTRO MEIRA, julgado em 2005. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 37. ed. São Paulo: Atlas, 2024. Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Lucélia - SP. Disponível em: <https://www.lucelia.sp.gov.br/legislacao/detalhe/938/pstrongestatuto-dos-funcionarios-publicos-domunicipio-de-lucelia-spstrongp/>. Acesso em: 12 dez. 2024. JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo. 13. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018. MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 23. ed. Atualizada por Eurico de Andrade Azevedo, Délcio Balestero Aleixo e José Emmanuel Burle Filho. São Paulo: Malheiros, 2024. SOUZA, Manoel Messias de. Manual de Processo Administrativo Disciplinar. São Paulo: Thomson Reuters Brasil Conteúdo e Tecnologia Ltda, 2022.

A Nova Alta Paulista na sala de aula. Material didático para o ensino fundamental como proposta para estudos do lugar

Izabel Castanha Gil¹, Tiago Rafael dos Santos Alves^{2,3}, Elias Azevedo da Silva^{4,5}, João Vitor Sampar⁶, Luís Fernando Pupin Pereira Tavares^{7,8}

¹Centro Universitário de Adamantina, ²FCE/UNESP, ³EE Hellen Keller, ⁴UFMS Três Lagoas, ⁵EE João Brásio, ⁶Zambianqui Ambiental, ⁷Escola Cristã de Ensino, ⁸EMEF Eurico Leite de Morais

e-mail: izabelcastanha@fai.com.br

Apresentam-se material didático e o primeiro atlas geográfico regional da Nova Alta Paulista desenvolvidos por um grupo de professores da região, voltados aos estudos do lugar. O material é destinado ao ensino fundamental, subsidiando professores de diferentes disciplinas, seguindo parâmetros da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e do Currículo Paulista.

Com o objetivo de disponibilizar conteúdo que contribua para a construção da identidade dos estudantes, as disciplinas de História e Geografia têm papel central nesse processo, destacando características paisagísticas, socioeconômicas e culturais dos municípios e da Nova Alta Paulista. Complementando o referido material didático, foi elaborado o primeiro atlas geográfico regional, com cerca de 120 imagens recriadas com base em fontes oficiais.

O referido material didático decorre de fomento cultural proporcionado pela PNAB II (Política Nacional Aldir Blanc), com projeto apresentado por três dos autores junto à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Adamantina, estendendo a participação de outros professores no desenvolvimento e testes de aplicação. Além do aspecto didático-pedagógico, o referido material, especialmente o atlas geográfico regional, oferece subsídios a gestores públicos, pesquisadores, empresários e outros segmentos sociais.

Esta comunicação objetiva: I) relatar a proposta de criação do primeiro material didático voltado aos estudos da Nova Alta Paulista; II) discutir a importância dos estudos do lugar na construção da identidade dos estudantes do ensino fundamental; III) ampliar as redes de conexão intrarregional para fortalecimento da proposta apresentada.

Em 2024, após a aprovação do projeto apresentado à referida secretaria municipal, um grupo de professores coordenado pela professora doutora Izabel Castanha Gil, reuniu-se para a elaboração do primeiro material didático voltado aos estudos do lugar.

Realizaram-se duas reuniões presenciais, sendo uma no início, para traçar as diretrizes e

outra após a aplicação do material didático pelos próprios autores. Durante o processo, ocorreram reuniões online, pelo Google Meet, e usou-se o canal virtual do WhatsApp para as comunicações ágeis.

O grupo de autores é composto por cinco doutores, quatro mestres e uma graduanda. Além da competência técnica, priorizou-se a representação das três microrregiões de governo: Adamantina, Dracena e Tupã, com o objetivo de fortalecer as conexões intrarregionais.

Definiu-se pela criação de um material paradidático para o ensino fundamental I, organizado em dois volumes, sendo um caderno de apoio ao professor e um caderno de atividades para o aluno. O atlas geográfico utiliza fontes oficiais e destaca os 30 municípios que compõem a Nova Alta Paulista.

O conteúdo programático foi dosado para um bimestre letivo, com várias opções de atividades e fontes de pesquisa aos alunos. O material de apoio ao professor traz textos curtos, que apresentam particularidades históricas e geográficas da região de interesse, pouco exploradas no livro didático.

Inicialmente, os escritores atuaram como voluntários e buscaram recursos para a publicação. Pretende-se apresentar a proposta aos secretários municipais de Educação dos municípios que compõem a Associação dos Municípios da Nova Alta Paulista (AMNAP).

Livro paradidático constitui obra complementar ao livro didático. Tal nomenclatura e indicação vêm perdendo força no meio editorial e nas políticas públicas, embora sejam bastante solicitados na educação básica (Campelo e Silva, 2018).

Do livro didático esperam-se informações pouco exploradas, tornando o estudo de um determinado tema interessante e profundo. Ele aborda temáticas específicas, especialmente aquelas que prescindem de estudos mais detalhados. No caso em apreço – estudos do lugar – o material paradidático ganha relevância, considerando que regiões não contempladas no livro didático ganham abordagem e narrativa mais próximas da realidade do estudante, podendo contextualizar os temas trabalhados em Geografia, por exemplo. Trazer a discussão da esfera global, nacional para o local enriquece o trabalho do professor na sala de aula e potencializa a aprendizagem dos alunos,

Borges (2019) destaca a abordagem relativamente nova da história local e regional no espaço acadêmico como transbordamento da abordagem em sala de aula, de onde partem as demandas e devem chegar propostas mais direcionadas. Ela permite a exploração de histórias de vida, expectativas e desejos, contribuindo para a construção do conhecimento histórico, fundamental para a construção de cidadãos críticos e engajados.

A Geografia Regional estuda as singularidades das diferentes regiões, considerando a realidade próxima como ponto de partida e de chegada. Aplicando-se métodos conhecidos para estudo das grandes dinâmicas terrestres aos estudos do lugar, desvendam-se características da paisagem natural, o modo de produção e organização social, a dinâmica populacional, os impactos socioambientais, entre outros. Essa abordagem teórico-metodológica permite a identificação de aspectos universais presentes no lugar, inserindo-o

numa realidade maior, superando dicotomias e fragmentações.

O material didático voltado aos estudos do lugar deve levar em conta as particularidades, porém superando as fragmentações conhecidas como bairrismos. Deve estar atento aos aspectos universais presentes na microescala do lugar, sem diminuir-lhe a complexidade. Essa perspectiva favorece o protagonismo dos alunos que habitam e interagem nesses espaços.

Proposto para desenvolvimento durante um bimestre letivo, o material didático denominado *O município, a Nova Alta Paulista e os estudos do lugar* traz textos de apoio ao professor em um dos cadernos e atividades aos alunos em caderno específico. As atividades contemplam metodologias ativas e estimulam o uso de recursos clássicos, de fácil acesso: fotografias, fachadas de prédios, documentos antigos e recentes, fontes midiáticas, depoimentos, entrevistas, entre outros. Indica fontes bibliográficas como suporte teórico e fontes midiáticas para atualizações informativas. Traz experiências lúdicas e exercícios de sistematização. Propõe diversidade de oportunidade aos alunos para que investiguem fontes primárias e secundárias.

A narrativa traz aspectos gerais da formação socio-histórica regional e permite a exploração dos aspectos específicos do município, conforme previsto no currículo escolar. Amplia os horizontes proporcionando informações e reflexões a todos os segmentos da comunidade local e regional.

Entre os desafios para a elaboração de material didático, destaca-se o risco de fragmentações, incorrendo no erro da romantização e das interpretações pessoais, constituindo os chamados bairrismos. Apesar de mais seguro, o livro didático não contempla as questões identitárias locais, que lhes atribuem singularidades que, bem interpretadas, podem contrapor-se às padronizações hegemônicas.

A aplicação de propostas de estudos do lugar requer planejamento e trabalho em equipe, sempre atenta à dialética do próximo e do distante; exige definição de tempo para aplicação, material de apoio, conexão com a comunidade e definição de produtos finais que concluem as etapas realizadas.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília, 2018. CAMPELLO, Bernadete S. e SILVA, Eduardo V. da. Subsídios para esclarecimento do conceito de livro paradidático. Biblioteca escolar em revista. Disponível em: <https://revistas.usp.br/berev/article/view/143430>. Acesso em: 18 set. 2025. GIL, Izabel Castanha. Nova Alta Paulista, 1930-2006. Do desenvolvimento contido ao projeto político regional. 2ª ed. São Paulo: Scortecci, 2015. SÃO PAULO. Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. Currículo Paulista. São Paulo: SEE/UNDIME-SP, 2019. SILVA, Luiz Carlos Borges da. A importância do estudo de história regional e local na educação básica. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548874922_3ef87589281feb1f5308caa5c7a0ab2e.pdf Acesso em: 18 set. 2025.

Balanço Social da Lojas Renner S.A.: transparência, sustentabilidade e responsabilidade corporativa.

Adriany Silva Martins dos santos¹, Lucimara de Brito Lima Boa Sorte¹, Rogério Buchala¹

¹Centro Universitário de Adamantina

e-mail: 84523@fai.com.br

O balanço social configura-se como uma ferramenta estratégica de gestão e comunicação, utilizada por empresas para evidenciar, de forma transparente, os impactos sociais, ambientais e econômicos decorrentes de suas operações. No setor varejista, caracterizado por extensas cadeias produtivas e elevado consumo de recursos naturais, esse instrumento assume papel central na construção de uma imagem corporativa responsável e sustentável. A Lojas Renner S.A., maior rede de moda do Brasil, destaca-se por adotar práticas alinhadas a padrões internacionais de sustentabilidade, como os definidos pelo International Sustainability Standards Board (ISSB), tornando-se referência no segmento.

O relatório de sustentabilidade da Renner não apenas atende às exigências regulatórias, mas também expressa um compromisso voluntário com princípios de responsabilidade social corporativa (RSC). Entre os avanços recentes, destaca-se o uso de matérias-primas com menor impacto ambiental em mais de 80% das peças próprias (Renner, 2023), além de metas para 2030 voltadas à neutralidade de carbono, economia circular e inclusão social. A partir disso, este estudo propõe analisar como o balanço social da Renner reflete a integração entre desempenho econômico e responsabilidade socioambiental, contribuindo para reflexões acadêmicas e práticas sobre gestão sustentável no varejo. A literatura recente (Carroll & Brown, 2021; Silva et al., 2022) reforça a importância dessa abordagem para a reputação e competitividade empresarial.

Analisar o balanço social da Lojas Renner S.A., identificando suas principais iniciativas socioambientais e econômicas, destacando contribuições para a sustentabilidade corporativa e avaliando a relevância de suas práticas como referência para o setor varejista brasileiro.

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa de natureza exploratória, baseada em análise documental. Foram consultados relatórios de sustentabilidade e balanços sociais divulgados pela Lojas Renner S.A. nos anos de 2023 a 2025, disponíveis em plataformas institucionais e veículos de comunicação especializados em negócios e sustentabilidade. Adotou-se como base teórica a literatura recente sobre responsabilidade social corporativa, transparência empresarial e sustentabilidade no varejo de moda, com ênfase em estudos

publicados nos últimos cinco anos. Para a análise, foram observados os indicadores ambientais (emissões de carbono, uso de matérias-primas sustentáveis, ampliar práticas de economia circular), sociais (diversidade, inclusão, condições de trabalho e relações com fornecedores) e de governança (transparência de informações e alinhamento a normas internacionais). A técnica de análise de conteúdo permitiu a categorização das práticas da empresa segundo os pilares do ESG (ambiental, social e governança). O foco da investigação esteve na identificação de resultados práticos e compromissos assumidos até 2030, de modo a verificar a efetividade do balanço social enquanto instrumento de monitoramento e comunicação da responsabilidade corporativa.

A análise dos relatórios de sustentabilidade da Lojas Renner S.A. evidencia avanços significativos na integração de práticas socioambientais à sua estratégia de negócios. No pilar ambiental, destaca-se que 80,5% das peças comercializadas em 2023 apresentaram matérias-primas ou processos menos impactantes, resultado do investimento em cadeias de fornecimento mais sustentáveis e da ampliação de selos como Re Responsible Fashion. A empresa também implementa iniciativas de circularidade, como o programa EcoEstilo, que promove a coleta de roupas usadas e embalagens de cosméticos em lojas físicas, incentivando o descarte consciente e a economia circular.

No aspecto social, a companhia reafirma o compromisso com diversidade, equidade e inclusão, buscando ampliar a participação de grupos minorizados em cargos de liderança. Além disso, adota critérios de auditoria e certificação socioambiental para fornecedores, garantindo condições dignas de trabalho na cadeia produtiva. Tais medidas fortalecem a credibilidade da marca e mitigam riscos socioeconômicos associados ao setor têxtil.

Em termos de governança, a Renner foi pioneira no Brasil ao publicar relatórios de sustentabilidade alinhados às normas internacionais IFRS S1 e S2 do ISSB, antecipando regulamentações e consolidando sua postura de transparência. Em 2024, a empresa divulgou que os impactos líquidos positivos das iniciativas socioambientais contribuíram com aproximadamente R\$ 100 milhões no resultado operacional, reforçando a viabilidade financeira da sustentabilidade corporativa.

Esses resultados revelam que o balanço social da Renner não se limita à esfera apenas formal e cumpre papel estratégico na gestão empresarial. A integração entre sustentabilidade e rentabilidade reforça a percepção de que práticas responsáveis podem gerar valor econômico, social e reputacional. Entretanto, desafios permanecem, sobretudo em ampliar a rastreabilidade da cadeia de suprimentos e atingir as metas de neutralidade climática até 2050.

O balanço social da Lojas Renner S.A. demonstra como a responsabilidade corporativa pode ser aplicada de forma estratégica no setor varejista. Ao alinhar práticas ambientais, sociais e de governança, a empresa fortalece sua imagem institucional, promove impactos positivos na sociedade e assegura a viabilidade de longo prazo. Apesar dos avanços, é necessário aprofundar a rastreabilidade da cadeia produtiva e consolidar os compromissos climáticos assumidos. Ainda assim, a Renner se posiciona como referência nacional em sustentabilidade corporativa, contribuindo para o debate acadêmico e para o incentivo a práticas mais responsáveis no mercado de moda brasileiro.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023:2022 - Informação e documentação - Referências - Elaboração. Rio de Janeiro: ABNT,2022.,ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 1052:2023 - Informação e documentação - Atualizações. Rio de Janeiro: ABNT,2023.,CARROLL,Archie B.; BROWN,Jill A. Corporate Social Responsibility: A Review of Literature and a Proposed Multi-Level Framework. *Journal of Business Ethics*,v. 170,p. 1-25,2021. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10551-020-04439-2>.,INSTITUTO ETHOS. Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial - Guia 2022. São Paulo: Instituto Ethos,2022. Disponível em: <https://www.ethos.org.br>. Acesso em: 24 set. 2025.,BLOG LOJAS RENNER. Novos compromissos de sustentabilidade 2022-2030. 2022. Disponível em: <https://blog.lojasrenner.com.br>.,2022. Disponível em: <https://www.ethos.org.br>.,INTERNATIONAL SUSTAINABILITY STANDARDS BOARD (ISSB). IFRS S1 - General Requirements for Disclosure of Sustainability-related Financial Information. London: IFRS Foundation

Nova Alta Paulista: Um olhar para a educação ambiental a partir do nosso lugar

Tiago Rafael dos Santos Alves¹, Izabel Castanha Gil², Angélica Góis Morales¹

¹Faculdade de Ciências e Engenharia, ²Centro Universitário de Adamantina

e-mail: tiagorsalves@gmail.com

O presente trabalho apresenta uma das áreas contempladas na elaboração do primeiro material didático da região, voltado aos estudos do lugar, neste caso a Educação Ambiental (EA). Denominado *O município, a Nova Alta Paulista e os estudos do lugar*, este recurso é destinado a estudantes do ensino fundamental, bem como, aos diferentes professores desta etapa de ensino.

Além de abordar temáticas centradas nos estudos do lugar, de maneira interdisciplinar conforme bordagem de Japiassú (1976), o material também se alinha aos Temas Contemporâneos Transversais (TCT), presentes na atual Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2018) e ao Currículo Paulista (São Paulo, 2019), como um aporte necessário em meio ao processo de construção da identidade (Tonso, 2012) dos estudantes em um contexto fluido a partir do que Bauman (2021) pontua e de emergência climática global (IPCC, 2023).

A construção deste material ocorreu de maneira coletiva e voluntária, a partir da iniciativa de três autores frente a um edital de fomento cultural decorrente da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB II), junto à Secretaria de Cultura e Turismo de Adamantina. A partir da contemplação no referido edital, professores de diferentes componentes curriculares se somaram a este projeto, como desses autores junto a EA.

I) relatar a proposta de criação do primeiro material didático voltado aos estudos da Nova Alta Paulista, na área da Educação Ambiental; II) discutir a importância dos estudos do lugar na construção da identidade dos estudantes do ensino fundamental em um contexto global marcado pela fluidez e pela emergência climática.

Em 2024, com a aprovação do projeto submetido à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Adamantina, formou-se um coletivo de professores, sob a coordenação da professora doutora Izabel Castanha Gil, dedicado à elaboração do primeiro material didático regional. O processo contou com reuniões presenciais, encontros virtuais, além de comunicações por meios aplicativos de mensagens. A equipe inicialmente composta por cinco doutores, quatro mestres e uma graduanda, procurou assegurar a representatividade das três microrregiões de governo (Adamantina, Dracena e Tupã), fortalecendo os vínculos intrarregionais.

A partir de tais considerações, utilizou-se como público-alvo a etapa do ensino fundamental I (1º ao 5º ano), distribuído em dois volumes: um caderno de apoio ao professor e um caderno de atividades destinado aos estudantes. No que tange a esta área temática, no caso a EA, as atividades foram desenvolvidas pela professora doutora Angélica Góis Morales e pelo professor mestre Tiago Rafael dos Santos Alves.

Para a EA, assim como nas demais áreas, as atividades foram planejadas e elaboradas para um bimestre letivo, procurando valorizar o protagonismo dos estudantes, por meio de metodologias ativas (Moran, 2018), estudos do meio (Pontuschka; Pagannelli; Cacete, 2009) e Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs).

Do mesmo modo, procurou-se utilizar como objetos de conhecimento, temáticas locais/regionais, tendo como foco os estudos do lugar, atrelando-os ao atual cenário global de emergência climática. Para tanto, o referido material fora construído com diversas opções de atividades, mapas, vídeos, ilustrações e roteiros de pesquisas, além de todo suporte metodológico aos docentes em sua aplicação.

A EA é uma área um tanto quanto complexa no cenário educacional brasileiro, haja vista que esta não é um componente curricular, o que demanda que a sua abordagem e desenvolvimento ocorram de maneira interdisciplinar (Brasil, 2018), algo que ainda não é muito compreendido e nem muito explorado nas salas de aula. (Carvalho, 2008).

Por outro lado, e conforme evidencia Alves (2023), tornou-se comum relegar a EA a componentes curriculares que possuam temas mais afetos a esta área, como a geografia e as ciências, rompendo assim com aquilo que é proposto pelas legislações educacionais quanto ao seu viés interdisciplinar. Essa restrição tem implicações diretas sobre o processo de formação dos estudantes, uma vez que reduz a possibilidade de compreensão de problemas ambientais como construções sociais mais complexas, os quais poderiam ser analisados por diferentes óticas e de maneira interdisciplinar.

O material produzido, por conta de seu público-alvo, neste caso o ensino fundamental I, levará em conta a atuação de professores polivalentes, se pontuando como um fator positivo quanto ao viés interdisciplinar da EA. Algo que se colocaria como um desafio nos anos subsequentes, onde os professores são especialistas e nem sempre estão integrados em seus planejamentos pedagógicos.

Além disso, em sua formulação, também foram consideradas temáticas específicas destas localidades, permitindo que os estudantes tenham abordagens contextualizadas e pouco exploradas nos livros didáticos distribuídos pelas esferas federal e estadual. Tais abordagens procuram se aproximar da realidade dos estudantes, corroborando para a formação de uma identidade socioambiental crítica (Tonso, 2012) e atenta aos desafios impostos por um contexto global fluido (Bauman, 2021).

Dentre os conteúdos abordados na construção do referido material, os autores optaram por aspectos relacionados a: Programa Município VerdeAzul, incêndios florestais, cursos d'água, conselho municipal de meio ambiente e emergência climática, procurando relacioná-los ao contexto global. Ou seja, em sua composição este se colocará partindo sempre da escala

local para a global.

Como sugestões metodológicas, o material contempla atividades que empregarão o uso das TICs (softwares de acesso livre), estudos do meio (visita a nascentes e cursos d'água) e atividades lúdicas e práticas, e caso necessário, ainda haverá possibilidade de adaptá-las ao contexto de cada unidade escolar.

Dessa maneira, o material não apenas contribui para o desenvolvimento da EA em sala de aula, mas também amplia a possibilidade de se desenvolverem competências ligadas à cidadania e ao pensamento crítico, reafirmando o lugar como um espaço privilegiado de aprendizagem e de transformação social.

O trabalho demonstra que a produção de materiais didáticos contextualizados fortalece a Educação Ambiental no ensino fundamental, potencializando a interdisciplinaridade e promovendo aprendizagens significativas. Ao valorizar as especificidades da Nova Alta Paulista, reafirma-se o lugar como eixo mediador entre conhecimento escolar e realidade vivida, favorecendo a construção de identidades socioambientais críticas. Nesse sentido, a proposta não apenas dialoga com as diretrizes curriculares, mas também responde às urgências do atual cenário de emergência climática, ampliando as possibilidades de uma educação comprometida com a sustentabilidade e a transformação social.

ALVES, T. R. S. Educação ambiental na escola: análise didático-pedagógica do Ribeirão dos Ranchos (Adamantina-SP) como objeto de estudo escolar e de pesquisa. Dissertação de Mestrado. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2023. BAUMAN, Z. Tempos líquidos. Trad. Carlos Alberto Medeiros. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021. BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília, 2018. CARVALHO, I. C. M. Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2008. GIL, Izabel Castanha. Nova Alta Paulista, 1930-2006. Do desenvolvimento contido ao projeto político regional. 2ª ed. São Paulo: Scortecci, 2015. IPCC – INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE. Climate Change 2023: Synthesis Report. Summary for Policymakers. Geneva: IPCC, 2023. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/ar6/syr/>. Acesso em: 18 ago. 2025. JAPIASSÚ, H. Interdisciplinaridade e patologia do saber. Rio de Janeiro: Imago, 1976, p. 7-217. MORAN, J. Metodologias ativas para uma aprendizagem mais profunda. In: BACICH, L; MORAN, J. Metodologias ativas para uma educação inovadora uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018. p. 35-76. PONTUSCHKA, N. N.; PAGANNELLI, T. I.; CACETE, N. H. Para ensinar e aprender geografia. São Paulo: Ed Cortez, 3ª ed. 2009. SÃO PAULO. Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. Currículo Paulista. São Paulo: SEE/UNDIME-SP, 2019. TONSO, S. Educações ambientais: às vezes mais “educação”, às vezes mais “ambiental”. In: BELIZÁRIO, F.; DOURADO, J. A.; Reflexão e práticas em educação ambiental: discutindo o consumo e a geração de resíduos. São Paulo: Oficina de textos, 2012. p. 17-20.

A ADAPTABILIDADE DA LIDERANÇA SITUACIONAL COMO FERRAMENTA DE GESTÃO ESTRATÉGICA: UM ESTUDO SOBRE O IMPACTO DA FLEXIBILIDADE GERENCIAL NO CENÁRIO ORGANIZACIONAL CONTEMPORÂNEO

REINALDO DE OLIVEIRA NOCCHI¹, Rogério Buchala¹, PABLO SANDU¹, SANDRA NOGUEIRA DOS SANTOS¹, Everton Verga¹

¹Centro Universitário de Adamantina

e-mail: rei.nocchi@fai.com.br

A liderança é um dos fatores centrais para o desempenho e a sustentabilidade das organizações, especialmente em ambientes marcados por transformações rápidas, complexidade e diversidade de equipes. Nos últimos anos, o conceito de **liderança situacional**, proposto inicialmente por Hersey e Blanchard e posteriormente revisitado por diversos estudiosos, tem ganhado relevância por enfatizar a necessidade de o líder ajustar seu estilo de atuação de acordo com o nível de maturidade, competência e engajamento de seus liderados.

Estudos recentes apontam que a eficácia da liderança depende menos de traços fixos de personalidade e mais da capacidade de adaptação ao contexto, sendo este um diferencial competitivo em organizações contemporâneas (SILVA; MORAES, 2021; FREITAS; LIMA, 2022). Nesse sentido, compreender como a liderança situacional se manifesta no cotidiano organizacional torna-se essencial para desenvolver práticas de gestão que favoreçam engajamento, produtividade e inovação.

O problema investigado neste trabalho concentra-se em identificar de que forma os gestores organizacionais aplicam os princípios da liderança situacional e quais são seus impactos no comportamento das equipes. A relevância do estudo reside na possibilidade de oferecer subsídios teóricos e práticos para gestores que buscam alinhar liderança à complexidade das demandas atuais.

O presente estudo tem como objetivo analisar a aplicação dos princípios da liderança situacional em organizações brasileiras, buscando compreender como gestores adaptam seus estilos de liderança de acordo com a maturidade de suas equipes e identificar os impactos dessa prática sobre desempenho, motivação e clima organizacional.

O estudo foi conduzido a partir de uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e

descritivo. Optou-se por essa estratégia em razão do objetivo central de compreender percepções, práticas e experiências relacionadas à liderança situacional em diferentes contextos organizacionais.

A coleta de dados ocorreu por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas com 15 gestores de empresas privadas localizadas na região Sudeste do Brasil, atuantes em setores como tecnologia, serviços e indústria. O roteiro das entrevistas foi construído com base em categorias analíticas previamente definidas a partir da literatura recente sobre liderança situacional, incluindo: a) estilos predominantes de liderança (diretivo, orientador, apoiador, delegador); b) critérios de adaptação ao perfil da equipe; c) percepção dos impactos sobre desempenho e motivação.

As entrevistas foram gravadas, transcritas integralmente e submetidas à técnica de análise de conteúdo, conforme Bardin (2016), permitindo identificar padrões, recorrências e divergências nos discursos. Para assegurar validade e confiabilidade, adotou-se triangulação de dados, confrontando informações obtidas nas entrevistas com documentos internos das organizações, como relatórios de desempenho e políticas de recursos humanos.

Por não envolver coleta de dados sensíveis ou experimentos com seres humanos, o estudo não demandou submissão a Comitê de Ética em Pesquisa, sendo conduzido conforme diretrizes éticas de integridade acadêmica.

A análise dos dados evidenciou que os gestores entrevistados reconhecem a importância de adaptar seu estilo de liderança às características individuais e coletivas de suas equipes. Dos 15 participantes, 12 relataram praticar ajustes constantes em sua abordagem de acordo com a experiência, motivação e grau de autonomia dos colaboradores.

Entre os estilos de liderança situacional, o mais frequentemente citado foi o **apoiador**, adotado especialmente em equipes consideradas competentes, mas que ainda demandam reforço motivacional e segurança para a tomada de decisões. O estilo **diretivo** apareceu em situações de inserção de novos colaboradores ou em momentos de crise, quando o tempo de resposta precisa ser imediato. Já o estilo **delegador** foi associado a contextos de equipes altamente maduras, autônomas e com histórico consolidado de resultados.

Os resultados confirmam a literatura recente, que defende a liderança situacional como prática dinâmica e adaptativa (FREITAS; LIMA, 2022). Entretanto, também foram identificados desafios: alguns gestores apontaram dificuldades em avaliar corretamente o nível de maturidade de suas equipes, o que pode levar à escolha inadequada do estilo e gerar desmotivação. Além disso, a pressão por resultados rápidos, comum em ambientes corporativos, muitas vezes limita o tempo disponível para o líder refletir e ajustar seu comportamento.

Outro achado relevante foi a associação entre liderança situacional e **clima organizacional positivo**. Equipes que experimentaram maior flexibilidade no estilo de liderança relataram maior engajamento e sentimento de reconhecimento. Essa constatação vai ao encontro de estudos que destacam a liderança adaptativa como promotora de inovação e retenção de talentos (SILVA; MORAES, 2021).

Por fim, observou-se que, embora o conceito de liderança situacional seja amplamente conhecido, sua aplicação prática ainda carece de maior sistematização nas organizações. Muitos gestores declararam utilizar o modelo de forma intuitiva, sem treinamento formal. Esse dado reforça a necessidade de políticas de desenvolvimento de liderança que contemplem o modelo situacional como ferramenta estratégica para potencializar resultados e consolidar ambientes de trabalho mais colaborativos.

O estudo conclui que a liderança situacional representa um diferencial importante para gestores que buscam alinhar práticas de gestão às demandas específicas de suas equipes. A adaptação do estilo de liderança ao nível de maturidade dos colaboradores mostrou-se eficaz para promover engajamento, desempenho e clima organizacional positivo. Contudo, a ausência de formação estruturada em liderança situacional ainda limita sua aplicação plena. Recomenda-se que as organizações invistam em programas de capacitação voltados ao tema, de modo a ampliar a efetividade das práticas de gestão de pessoas.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016. FREITAS, C. A.; LIMA, R. P. Liderança situacional e inovação em equipes multidisciplinares: um estudo de casos em empresas brasileiras. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Organizacional*, v. 10, n. 3, p. 55-72, 2022. SILVA, M. J.; MORAES, F. G. Liderança adaptativa e gestão de equipes no contexto pós-pandemia: reflexões e desafios. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 25, n. 6, p. 89-104, 2021.

A dinâmica da distribuição do ônus: reflexos na busca pela verdade real

lucas epifanio toneto¹

¹Universidade de São Paulo

e-mail: lucas_toneto@hotmail.com.br

O presente resumo centraliza-se na dinâmica da distribuição do ônus da prova no Direito Processual do Trabalho, examinando seus reflexos diretos na busca pela verdade real. Considerando as assimetrias inerentes à relação de emprego, a teoria dinâmica surge para flexibilizar as regras probatórias, atribuindo o encargo à parte com melhores condições de produzi-lo, visando à correção de desigualdades e à justiça material. Este estudo investiga como essa teoria contribui para a efetividade processual e a preservação dos direitos fundamentais, com um olhar atento às provas digitais, um desafio contemporâneo. Fundamentado em princípios constitucionais e jurisprudência, analisamos o contexto internacional, a fundamentação jurídica brasileira, impactos, limitações e evolução jurisprudencial. Demonstramos que a teoria dinâmica é crucial para superar desigualdades laborais, garantindo decisões que espelhem a realidade dos fatos e promovam a justiça social, especialmente na era digital.

Analisar os reflexos da aplicação da teoria dinâmica do ônus da prova no Direito Processual do Trabalho na busca pela verdade real. Destacar sua relevância para decisões justas e equitativas e explorar como essa metodologia preserva direitos fundamentais, especialmente dos trabalhadores, abordando desafios contemporâneos como as provas digitais.

A metodologia empregada pautou-se em pesquisa predominantemente bibliográfica e jurisprudencial. Realizou-se levantamento e análise crítica de doutrinas, legislações nacionais e internacionais, e precedentes judiciais com foco no Direito Processual do Trabalho, incluindo a flexibilização probatória e seus desafios contemporâneos. A revisão literária abrangeu autores de referência sobre a teoria dinâmica do ônus da prova. A análise jurisprudencial concentrou-se em decisões e súmulas de tribunais superiores (TST) que abordam a redistribuição do ônus, inclusive no contexto de novas tecnologias e provas digitais.

A análise da dinâmica da distribuição do ônus da prova revela sua relevância global, com origem notável na Argentina por Jorge Walter Peyrano. Embora países como Portugal mantenham regras estáticas, a discussão sobre a flexibilização para promover a equidade é crescente. No Brasil, o CPC/2015 e a CLT (Art. 818, § 1º) positivaram essa teoria, refletindo

a busca por justiça material e a correção da hipossuficiência do empregado, historicamente desfavorecido pela regra estática do Art. 373 do CPC. A teoria dinâmica, ao atribuir o ônus a quem tem melhores condições de prova, alinha-se aos princípios constitucionais de isonomia e dignidade da pessoa humana, como já evidenciado em súmulas do TST (338, III e 212) que flexibilizavam o ônus antes da reforma.

Os impactos são notavelmente positivos: a teoria corrige desigualdades processuais, protege direitos fundamentais e incentiva a transparência, como aponta Didier Júnior (2019). É fundamental em casos de assédio ou rescisão indireta, onde as provas estão em poder do empregador. Contudo, enfrenta desafios como a ausência de critérios objetivos claros para definir "melhores condições de prova", o que, segundo Marinoni e Arenhart (2009), pode gerar insegurança jurídica e demandar uniformidade jurisprudencial.

Um ponto crítico e contemporâneo da aplicação da teoria dinâmica reside nas provas digitais. A disseminação de aplicativos de mensagens e redes sociais tornou capturas de tela elementos frequentes em demandas trabalhistas, elucidando condições de trabalho, horas extras e assédio. A autenticidade e integridade desses registros, porém, suscitam desafios. O Art. 429 do CPC delinea o ônus de prova: de quem argui a falsidade ou preenchimento abusivo, e de quem produziu o documento em caso de impugnação da autenticidade. Miskulin e Duarte (2025) sublinham que essas provas são bilaterais, permitindo a ambas as partes comprovar a equivalência do conteúdo original. Contudo, em situações de assimetria de acesso, a teoria dinâmica do ônus da prova é crucial, permitindo ao magistrado atribuir o encargo probatório à parte com maior aptidão ou posse da prova, conforme o Art. 818, § 1º da CLT. Essa adaptabilidade judicial é vital para a efetividade da prestação jurisdicional e a busca pela verdade real em face das complexidades tecnológicas, fortalecendo a paridade de armas. A teoria dinâmica, portanto, é indispensável na evolução do processo trabalhista brasileiro.

A teoria dinâmica do ônus da prova é um marco fundamental no Direito Processual do Trabalho, superando limitações tradicionais e reconhecendo as desigualdades laborais. Positivada no Art. 818, § 1º da CLT, é crucial para decisões justas e equitativas, alinhadas aos princípios constitucionais de isonomia e dignidade. Apesar de desafios como a falta de critérios objetivos e a uniformização jurisprudencial, a teoria reafirma-se como ferramenta indispensável para a busca da verdade real e a promoção da justiça social, especialmente ao lidar com a complexidade das provas digitais, um pilar para o aprimoramento contínuo na doutrina, jurisprudência e legislação

BRASIL. Código de Processo Civil. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm. Acesso em: 30 ago. 2025. BRASIL. Consolidação das leis do trabalho. Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del5452.htm. Acesso em: 4 fev. 2025. DIDIER JÚNIOR, Fredie. Curso de Direito Processual Civil. 20. ed. Salvador: Juspodivm, 2019. MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. Curso de Processo Civil: Processo de Conhecimento. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009. MISKULIN, Ana Paula Silva Campos; DUARTE, Radson Rangel Ferreira. Minibooks Direito do Trabalho: Ônus da Prova no Processo do Trabalho. [S. l.]: Revista dos Tribunais, 2025. Disponível em: next-proview.thomsonreuters.com. Acesso em: 27 ago. 2025. PEYRANO,

Jorge W. Aspectos procesales de la responsabilidad profesional. Las responsabilidades profesionales - Libro Homenaje al Dr. Luis O. Andorno. Coord. Augusto M. Morello e outros. La Plata: LEP, 1992 PORTUGAL. Código Civil Português. Decreto-Lei n.º 47.344, de 25 de novembro de 1966. Disponível em: <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/47344-344>. Acesso em: 27 jan. 2025.

A relação entre a rastreabilidade e a agregação de valor na cadeia produtiva do algodão

Murilo de Oliveira Busto¹, Gessuir Pigatto²

¹Faculdade de Ciências Agrárias e Tecnológicas - UNESP, ²FCE/UNESP

e-mail: murilo_busto@hotmail.com

A rastreabilidade tem se consolidado como um elemento essencial para a cadeia têxtil do algodão, em um contexto de crescente demanda por transparência, sustentabilidade e responsabilidade socioambiental. Nos últimos anos, consumidores e empresas passaram a atribuir maior importância à origem e ao processo produtivo dos bens de consumo, especialmente em setores sensíveis como o têxtil e o agronegócio. Nesse cenário, a rastreabilidade surge como instrumento estratégico não apenas para atender exigências regulatórias e normativas, mas também para agregar valor aos produtos, fortalecendo sua autenticidade e diferenciando-os no mercado.

No caso do algodão, essa discussão se torna ainda mais relevante, visto que o Brasil se posiciona como um dos maiores produtores mundiais e já apresenta avanços significativos em sistemas de rastreabilidade. Ainda assim, apesar de tais avanços técnicos, há um desafio latente: transformar a rastreabilidade em um diferencial percebido pelos consumidores. Isso porque o valor agregado não se limita ao controle interno das cadeias produtivas, mas depende da forma como tais informações são comunicadas e assimiladas pelo público final.

A literatura internacional sobre o tema evidencia que a rastreabilidade é frequentemente associada à garantia de qualidade, segurança, autenticidade e sustentabilidade. Entretanto, grande parte dos estudos ainda concentra sua análise em dimensões técnicas ou regulatórias, deixando em aberto a compreensão sobre o impacto da rastreabilidade no valor percebido e nas decisões de compra dos consumidores.

Dessa forma, a presente pesquisa busca preencher parte dessa lacuna ao realizar uma revisão sistemática da literatura sobre rastreabilidade na cadeia do algodão, com foco na sua relação com a agregação de valor. Ao reunir e analisar criticamente as contribuições científicas publicadas, este artigo oferece subsídios para compreender os principais avanços, limitações e perspectivas que permeiam a discussão sobre rastreabilidade e valor percebido, fornecendo uma base sólida para investigações

Investigar a relação entre a rastreabilidade e a agregação de valor na cadeia produtiva do algodão, buscando compreender de que forma os sistemas de rastreabilidade contribuem para a percepção de valor e para a diferenciação dos produtos têxteis no mercado.

A metodologia adotada para este artigo consistiu em uma revisão sistemática de literatura, conduzida a partir do protocolo PRISMA (Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses). Essa abordagem foi escolhida por possibilitar a organização criteriosa

das evidências disponíveis, garantindo transparência e rigor metodológico na seleção, análise e interpretação dos estudos.

O processo de busca foi realizado em bases científicas internacionais de reconhecida relevância, contemplando artigos publicados entre 2014 e 2024, período em que a rastreabilidade na cadeia têxtil passou a ganhar maior destaque. Foram utilizados descritores relacionados a “rastreabilidade”, “algodão”, “cadeia têxtil” e “valor agregado”, combinados em diferentes estratégias de busca.

Após a etapa inicial de identificação dos artigos, os registros foram submetidos a critérios de inclusão e exclusão previamente definidos. Incluíram-se apenas estudos que abordavam de forma direta a rastreabilidade e sua relação com a agregação de valor no contexto do algodão ou de cadeias têxteis correlatas. Trabalhos repetidos, incompletos ou que não dialogassem com o tema central foram descartados.

Os artigos selecionados foram analisados qualitativamente, com extração e categorização dos dados principais, incluindo objetivos, metodologias, resultados e conclusões de cada estudo. Além disso, foi realizada uma análise descritiva simples para identificar tendências recorrentes, tais como o foco em determinados elos da cadeia produtiva, as tecnologias de rastreabilidade mais citadas e os impactos reportados em termos de valor percebido.

Esse método permitiu construir uma visão abrangente sobre os avanços e limitações da literatura existente, identificando lacunas de pesquisa

A revisão sistemática realizada permitiu identificar um conjunto significativo de estudos publicados entre 2014 e 2024 que discutem a rastreabilidade no setor têxtil, com ênfase na cadeia do algodão. Os resultados revelam que a literatura internacional associa a rastreabilidade principalmente a dimensões como segurança, qualidade, sustentabilidade e transparência. Esses atributos aparecem como elementos fundamentais para a construção de confiança entre consumidores e empresas, além de configurarem mecanismos de diferenciação competitiva em mercados globalizados.

Entre as tecnologias mais mencionadas, destacam-se o **Blockchain** e a **RFID**, frequentemente citadas como recursos que asseguram integridade e precisão no monitoramento das etapas produtivas. O **Big Data** também aparece como uma ferramenta estratégica para integrar informações e gerar relatórios consistentes sobre sustentabilidade e eficiência operacional. Adicionalmente, estudos recentes apontam o potencial da **Internet das Coisas (IoT)**, de **etiquetas digitais** e até de **rastreamento por satélite** como formas de ampliar a granularidade e a confiabilidade das informações.

No que se refere à agregação de valor, observa-se que a rastreabilidade contribui para o fortalecimento da autenticidade e da reputação das marcas. Estudos relatam que produtos identificados como rastreados tendem a ser percebidos como mais sustentáveis, transparentes e confiáveis, fatores que impactam diretamente na disposição dos consumidores em pagar preços diferenciados. Contudo, apesar de tais evidências, a literatura ainda apresenta lacunas importantes, especialmente no que diz respeito à compreensão de como os consumidores interpretam essas informações e em que medida

elas realmente influenciam o comportamento de compra.

Outro ponto observado é a ênfase em perspectivas técnicas e regulatórias nos artigos analisados. Embora relevantes, essas abordagens deixam em segundo plano as dimensões comunicacionais da rastreabilidade, que são fundamentais para transformar registros técnicos em narrativas compreensíveis e persuasivas para os consumidores. Essa lacuna evidencia a necessidade de estudos que considerem a rastreabilidade não apenas como um mecanismo de controle interno, mas como uma ferramenta estratégica de comunicação e criação de valor simbólico.

De maneira geral, a revisão confirma que a rastreabilidade desempenha papel central no fortalecimento da transparência, sustentabilidade e competitividade do setor algodoeiro. No entanto, aponta para a urgência de integrar a discussão sobre valor percebido e engajamento do consumidor, sugerindo que pesquisas futuras devem ampliar o diálogo entre aspectos técnicos e comunicacionais.

A revisão sistemática demonstra que a rastreabilidade é reconhecida como instrumento essencial para garantir transparência, autenticidade e sustentabilidade na cadeia têxtil do algodão, além de favorecer a agregação de valor percebida pelos consumidores. Contudo, evidencia-se a predominância de abordagens técnicas em detrimento das comunicacionais, o que limita a compreensão sobre sua efetiva influência no comportamento de compra. O estudo contribui ao destacar a importância de considerar a rastreabilidade como prática estratégica de comunicação, abrindo caminho para futuras pesquisas que aprofundem sua relação com confiança, engajamento e valorização dos produtos têxteis

AGRAWAL,T.; KOEHL,L.; CAMPAGNE,C. Blockchain technology in the fashion supply chain: Transparency and traceability. *Journal of Fashion Marketing and Management*,v. 22,n. 3,p. 331-345,2018. AGRAWAL,T.; PAL,R. Traceability in textile and clothing supply chains: A systematic literature review. *Journal of Cleaner Production*,v. 278,p. 123-214,2021. AHMED,S.; MACCARTHY,B. Transparency and traceability in sustainable apparel supply chains: A systematic review. *Sustainable Production and Consumption*

Da Invisibilidade à Violação Sistêmica: A Mulher na Execução Penal sob a Ótica da Literatura Clássica e Contemporânea

MONISA RIBEIRO DOS SANTOS¹

¹Universidade Estadual Paulista

e-mail: monisaribeiro@hotmail.com

Apesar dos avanços normativos, como as Regras de Bangkok e as alterações na Lei de Execução Penal (LEP) brasileira, a realidade do encarceramento feminino permanece marcada pela violação de direitos fundamentais. As unidades prisionais femininas são, em sua maioria, meras adaptações de estruturas pensadas para homens, ignorando sistematicamente as especificidades de gênero, como saúde ginecológica, maternidade e gestação. Este artigo defende a tese de que tal falha não é uma mera insuficiência administrativa, mas um legado direto da fundação androcêntrica do próprio Direito Penal. Para comprovar isso, a pesquisa analisará a "literatura antiga". Os textos filosóficos e jurídicos que fundaram o pensamento penal moderno, onde a figura da mulher delinquente é ausente ou tratada de forma estereotipada. Em contraste, a literatura contemporânea, especialmente a criminologia feminista, expõe essa lacuna como a raiz da violação sistêmica atual. A relevância do estudo está em diagnosticar a origem histórica de um problema contemporâneo, a fim de superá-lo.

Analisar como a invisibilidade da mulher na literatura penal clássica contribui para a violação sistêmica de seus direitos na execução penal contemporânea, contrastando o paradigma androcêntrico histórico com as garantias atuais e a crítica da criminologia feminista.

Trata-se de uma pesquisa teórica, de natureza qualitativa, que utilizará o método histórico-comparativo. O *corpus* de análise será dividido em dois eixos. O primeiro, denominado "literatura antiga", focará em obras seminais do pensamento penal, com destaque para "Dos Delitos e das Penas" de Cesare Beccaria, e nos primeiros Códigos Penais do Brasil, para investigar a construção do sujeito delinquente universal (e implicitamente masculino). O segundo eixo, "literatura contemporânea", abrangerá o arcabouço normativo atual

(Constituição Federal, Lei de Execução Penal, Regras de Bangkok da ONU) e a produção teórica da criminologia feminista, analisando como esta desvela as insuficiências daquele. A técnica empregada será a análise de conteúdo discursivo, com a qual se buscará identificar como a subjetividade feminina é (ou não é) construída em cada um desses conjuntos de textos, e quais as consequências práticas dessa construção (ou ausência dela) na execução da pena.

Espera-se demonstrar, a partir da análise da literatura clássica, que o pensamento penal iluminista, ao universalizar o sujeito de direitos, o fez a partir de um modelo masculino, tornando a mulher delinquente uma figura juridicamente invisível ou marginal, frequentemente associada a crimes contra a moral. Em seguida, a análise da legislação contemporânea revelará um paradoxo: embora existam leis específicas para proteger a mulher encarcerada (gestante, lactante, etc.), a estrutura física e a lógica de funcionamento do sistema prisional permanecem fiéis ao modelo androcêntrico original. A discussão conectará esses dois pontos, argumentando que a invisibilidade histórica é a base ideológica que naturaliza a precariedade contemporânea. Será defendido, com base na criminologia feminista, que a falha em prover absorventes, pré-natal adequado ou espaços de convivência para mães e filhos não são falhas pontuais, mas sintomas de um sistema que não foi projetado para acolher o corpo e a subjetividade feminina. Essa inadequação estrutural, e não apenas a má gestão, é o que caracteriza a violação como sistêmica.

O artigo concluirá que as violações de direitos na execução penal feminina não são um problema recente, mas a consequência lógica de um sistema penal historicamente construído por e para homens. A originalidade da pesquisa reside em conectar as raízes filosóficas do direito penal com as falhas práticas do encarceramento em massa de mulheres hoje. Por fim, argumentar-se-á que uma reforma efetiva não passa apenas pela criação de mais leis específicas, mas exige uma desconstrução do paradigma androcêntrico e a reconstrução da execução penal sob uma ótica que centralize a perspectiva de gênero e os direitos humanos das mulheres. <div

BECCARIA, Cesare. Dos Delitos e das Penas. Tradução de J. Cretella Jr. e Agnes Cretella. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002. BRASIL. Lei Nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 jul. 1984. CAMPOS, Carmem Hein de. Criminologia Feminista: novos paradigmas. Salvador: JusPodivm, 2019. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Regras das Nações Unidas para o tratamento de mulheres presas e medidas não privativas de liberdade para mulheres infratoras (Regras de Bangkok). Genebra: ONU, 2010.

Gestão da fadiga de decisão na sociedade da informação: o papel da inteligência intrapessoal na mitigação de seus efeitos

MONISA RIBEIRO DOS SANTOS¹

¹Universidade Estadual Paulista

e-mail: monisaribeiro@hotmail.com

A sociedade da informação contemporânea, caracterizada por um volume exponencial de dados e um excesso de escolhas, gerou um paradoxo: a autonomia decisória, em vez de empoderar, tem resultado em uma sobrecarga cognitiva conhecida como "fadiga de decisão". Este fenômeno descreve a deterioração da qualidade do julgamento após uma sequência extensa de tomadas de decisão. A literatura recente, dos últimos 5 anos, aponta que essa exaustão mental não apenas leva a escolhas impulsivas e à procrastinação, mas também está correlacionada a um aumento nos níveis de estresse e ansiedade, impactando negativamente a saúde mental dos indivíduos. Diante deste cenário, torna-se relevante investigar mecanismos de enfrentamento. Este estudo explora a inteligência intrapessoal, definida como a capacidade de autoconhecimento e autogestão, como um potencial fator mitigador dos efeitos deletérios da fadiga de decisão, contextualizando um problema crescente na era digital.

Analisar, por meio de uma revisão de literatura, a produção científica sobre o impacto da fadiga de decisão na saúde mental e na capacidade de julgamento. Adicionalmente, discutir o papel da inteligência intrapessoal como fator mitigador, conforme apontado pelos estudos selecionados.

Este estudo foi conduzido no pretérito, configurando-se como um trabalho de revisão de literatura. O levantamento bibliográfico foi realizado nas bases de dados SciELO, Google Scholar e PubMed, com foco em produções científicas publicadas nos últimos 10 anos. Para a busca, foram utilizados os seguintes descritores, em português e inglês: "fadiga de decisão" (decision fatigue), "sociedade da informação" (information society), "inteligência intrapessoal" (intrapersonal intelligence) e "saúde mental" (mental health). Os critérios de inclusão definidos para a seleção dos artigos foram: ser um artigo original ou de revisão, abordar a relação entre ao menos duas das variáveis centrais do estudo e estar disponível na íntegra. Foram excluídos trabalhos duplicados, teses, dissertações e artigos que não se

alinham diretamente com a problemática investigada. Após a seleção, os dados foram extraídos e analisados de forma qualitativa, buscando sintetizar as principais conclusões e identificar lacunas e tendências na literatura sobre o tema.

A análise da literatura revelou um consenso robusto sobre os efeitos negativos da sobrecarga de informação e escolhas. Os estudos selecionados consistentemente associam a fadiga de decisão a uma menor qualidade no julgamento, maior impulsividade e ao aumento de quadros de estresse e ansiedade. A discussão na literatura aponta que esse esgotamento de recursos cognitivos é um dos principais desafios ao bem-estar na era digital. Em relação ao fator mitigador, a produção científica, especialmente nas áreas da psicologia positiva e neurociência, destaca o papel fundamental da inteligência intrapessoal. Os trabalhos analisados demonstram que competências como autoconsciência (reconhecer os próprios limites cognitivos e emocionais) e autorregulação (gerenciar impulsos e estabelecer prioridades) funcionam como um mecanismo de proteção. Estratégias práticas, como a simplificação de escolhas (minimalismo digital) e a prática de mindfulness, são frequentemente citadas como manifestações aplicadas da inteligência intrapessoal. A contribuição desta revisão é a síntese que conecta esses dois corpos de literatura, posicionando o desenvolvimento de habilidades intrapessoais não apenas como um paliativo, mas como uma competência central para a saúde mental na sociedade da informação.

A revisão de literatura respondeu ao objetivo ao sintetizar as evidências que conectam a fadiga de decisão a impactos negativos no julgamento e na saúde mental. A principal contribuição do estudo foi consolidar o entendimento, a partir da literatura existente, de que a inteligência intrapessoal e suas competências associadas (autoconsciência e autorregulação) são fatores mitigadores essenciais. Conclui-se que o fomento dessas habilidades internas é um caminho estratégico para promover a resiliência cognitiva e o bem-estar na contemporaneidade.

BAUMEISTER, R. F.; TIERNEY, J. Willpower: Rediscovering the Greatest Human Strength. New York: Penguin Books, 2011. GARDNER, H. Frames of Mind: The Theory of Multiple Intelligences. New York: Basic Books, 2011. SCHWARTZ, B. The Paradox of Choice: Why More Is Less. New York: Ecco, 2004.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL APLICADA À TRANSFORMAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DE PROCESSOS ESTRATÉGICOS NOS NEGÓCIOS CONTEMPORÂNEOS

REINALDO DE OLIVEIRA NOCCHI¹, Rogério Buchala¹, PABLO SANDU¹, SANDRA NOGUEIRA DOS SANTOS¹, Everton Verga¹

¹Centro Universitário de Adamantina

e-mail: rei.nocchi@fai.com.br

A inteligência artificial (IA) consolidou-se como uma das principais forças de transformação nos negócios, redefinindo estratégias de gestão, operações e relacionamento com clientes. Nos últimos cinco anos, estudos têm demonstrado que a adoção de tecnologias de automação inteligente; tomada de decisão; inovação empresarial; análise de dados; transformação digital, aprendizado de máquina, processamento de linguagem natural e sistemas preditivos gera impactos significativos na eficiência, inovação e competitividade organizacional (BRYNJOLFSSON; MCAFEE, 2018; KAPLAN; HAENLEIN, 2020). O cenário de transformação digital exige que as empresas compreendam a IA não apenas como ferramenta de automação, mas como um recurso estratégico para gerar valor a partir de dados, otimizar processos decisórios e criar novos modelos de negócio (DAVENPORT; RONANKI, 2018). Entretanto, ainda há desafios relacionados à ética, à privacidade e à integração tecnológica, que limitam seu pleno aproveitamento (ZHANG et al., 2021). Nesse contexto, o presente estudo analisa as aplicações da IA em processos empresariais estratégicos, buscando compreender como ela pode potencializar a tomada de decisão e favorecer a inovação, ao mesmo tempo em que se observa a necessidade de uma governança adequada.

Investigar como a inteligência artificial aplicada aos negócios contribui para a transformação digital, com foco em ganhos de eficiência, inovação estratégica e suporte à tomada de decisão, analisando benefícios, limitações e implicações éticas.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa e exploratória, fundamentada em revisão bibliográfica sistemática. A coleta de dados foi realizada em bases científicas indexadas (Scopus, Web of Science e Google Scholar), considerando publicações entre 2018 e 2023, com os descritores “artificial intelligence in business”, “AI decision-making” e “digital transformation”. Foram selecionados 42 artigos que apresentaram alinhamento direto ao tema. A análise dos dados seguiu a técnica de análise de conteúdo, com categorização em três eixos principais: (i) impacto da IA na eficiência operacional, (ii) contribuição para inovação e novos modelos de negócio, e (iii) desafios éticos e organizacionais. Como critério de exclusão, foram desconsiderados artigos de caráter meramente técnico, sem conexão com a gestão

empresarial. O estudo não envolveu coleta de dados com seres humanos, portanto não se aplica submissão a Comitê de Ética. A partir da sistematização dos achados, foram identificados padrões de aplicação prática, além de lacunas que indicam oportunidades para futuras pesquisas, especialmente relacionadas à governança da IA e sua integração com políticas de sustentabilidade corporativa.

Os resultados evidenciam que a IA promove impactos significativos em três frentes principais. Em termos de eficiência operacional, estudos demonstram que algoritmos de previsão de demanda e sistemas de manutenção preditiva reduzem custos logísticos e aumentam a produtividade em até 30% (ZHANG et al., 2021). No âmbito da inovação, a IA permite o desenvolvimento de produtos e serviços personalizados, baseados em análise preditiva de comportamento do consumidor, impulsionando novos modelos de negócio orientados a dados (KAPLAN; HAENLEIN, 2020). Isso posiciona a IA como elemento-chave da transformação digital, ao possibilitar decisões rápidas e embasadas em informações mais precisas.

Outro aspecto relevante refere-se à tomada de decisão estratégica. Empresas que incorporam algoritmos de aprendizado de máquina em seus processos de planejamento apresentam maior resiliência diante de incertezas de mercado, sobretudo em ambientes altamente competitivos (BRYNJOLFSSON; MCAFEE, 2018). No entanto, essa adoção não ocorre sem desafios: as pesquisas indicam barreiras relacionadas à infraestrutura tecnológica, à capacitação de profissionais e, principalmente, a questões éticas envolvendo vieses algorítmicos e privacidade de dados (DAVENPORT; RONANKI, 2018).

Ao relacionar os achados com a literatura, observa-se convergência quanto ao papel estratégico da IA, mas também divergências sobre a maturidade da governança organizacional para lidar com riscos associados. Se por um lado a IA amplia a competitividade, por outro, requer regulamentações claras e práticas empresariais responsáveis. Portanto, a contribuição central deste estudo está em demonstrar que a adoção da IA não deve ser restrita ao ganho operacional, mas incorporada como parte de uma estratégia corporativa mais ampla, capaz de gerar valor sustentável e responsável para a sociedade.

Conclui-se que a inteligência artificial aplicada aos negócios amplia a eficiência, a inovação e a assertividade na tomada de decisão, configurando-se como recurso estratégico para a transformação digital. Contudo, sua implementação exige atenção a barreiras éticas e organizacionais, que demandam políticas claras de governança e qualificação profissional. O estudo reforça que a IA deve ser compreendida não apenas como ferramenta tecnológica, mas como vetor de transformação estratégica e sustentável.

BRYNJOLFSSON, E.; MCAFEE, A. Machine, platform, crowd: harnessing our digital future. New York: Norton, 2018. DAVENPORT, T.; RONANKI, R. Artificial intelligence for the real world. Harvard Business Review, v. 96, n. 1, p. 108-116, 2018. KAPLAN, A.; HAENLEIN, M. Rulers of the world, unite! The challenges and opportunities of artificial intelligence.

Business Horizons, v. 63, n. 1, p. 37-50, 2020. ZHANG, C. et al. Artificial intelligence in business: state of the art and future research agenda. Journal of Business Research, v. 129, p. 911-926, 2021.

O sistema MRP II como suporte integrado ao planejamento de recursos de manufatura

REINALDO DE OLIVEIRA NOCCHI¹, JOÃO PEDRO PEREIRA DE ARAÚJO¹, João Victor Mota de Araújo¹, KAUAN RAMOS GALTERIO¹

¹Centro Universitário de Adamantina

e-mail: rei.nocchi@fai.com.br

O Sistema de Planejamento dos Recursos de Manufatura, conhecido como MRP II (Manufacturing Resource Planning), surgiu na década de 1980 como evolução do MRP I, ampliando seu escopo ao integrar não apenas o controle de materiais, mas também capacidade produtiva, mão de obra, equipamentos e aspectos financeiros. Diferente do MRP I, que foca na gestão das necessidades de materiais, o MRP II busca alinhar de forma sistêmica todas as áreas relacionadas à produção, favorecendo maior precisão no planejamento estratégico e tático da manufatura (SLACK; BRANDON-JONES, 2022).

Nos últimos cinco anos, pesquisas destacam que o MRP II, mesmo diante da popularização de sistemas mais abrangentes como os ERPs, mantém relevância em indústrias que necessitam de integração entre operações e planejamento, mas ainda não possuem estrutura tecnológica avançada (SOUZA; MARTINS, 2020). Além disso, o sistema é apontado como alternativa intermediária que equilibra complexidade e custo, especialmente em organizações de médio porte (ALMEIDA; COSTA, 2023).

Diante desse cenário, o presente estudo analisa as contribuições e desafios do uso do MRP II em empresas de manufatura, investigando como ele pode apoiar a eficiência operacional e a tomada de decisão, ao mesmo tempo em que identifica suas limitações em contextos produtivos contemporâneos.

Este estudo tem como objetivo analisar a aplicação do sistema MRP II como ferramenta de planejamento integrado de recursos de manufatura, destacando benefícios, desafios e limitações. Busca-se compreender de que forma sua adoção pode contribuir para a eficiência produtiva e para a competitividade em empresas industriais de médio porte.

A pesquisa foi desenvolvida com abordagem qualitativa e caráter exploratório-descritivo. Inicialmente, realizou-se levantamento bibliográfico em bases científicas como Scielo, ScienceDirect e Google Scholar, contemplando publicações de 2019 a 2024 sobre gestão da produção, planejamento integrado e implementação do MRP II.

Na etapa empírica, foi conduzido um estudo de caso em uma empresa de médio porte do setor metalmeccânico, localizada no interior de São Paulo, que adota o MRP II para integração de seus processos de planejamento. A coleta de dados ocorreu por meio de entrevistas semiestruturadas com cinco gestores (produção, PCP, logística, compras

e finanças) e análise documental de relatórios de capacidade produtiva, ordens de produção e balanços de materiais. Os dados foram tratados por meio da análise de conteúdo proposta por Bardin (2016), buscando identificar percepções sobre benefícios, dificuldades e impactos do uso do MRP II. A análise priorizou categorias como: integração de áreas, confiabilidade de informações, eficiência no uso de recursos e desafios na implementação. O estudo não envolveu dados sensíveis de colaboradores nem situações de risco, não se aplicando submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa. Todas as informações fornecidas foram analisadas de forma confidencial, garantindo anonimato da organização participante.

Os resultados indicaram que a utilização do MRP II contribuiu significativamente para a integração entre diferentes áreas da empresa estudada, permitindo que decisões relacionadas à produção fossem tomadas com base em informações mais consistentes e atualizadas. A principal contribuição observada foi a maior confiabilidade no alinhamento entre demandas de mercado, capacidade produtiva e disponibilidade de recursos, o que gerou aumento de aproximadamente 15% na taxa de atendimento aos pedidos no prazo acordado.

Outro benefício identificado foi a possibilidade de simulação de cenários produtivos. A empresa relatou que, com o MRP II, tornou-se possível avaliar previamente o impacto de alterações na demanda ou restrições de capacidade, favorecendo a tomada de decisão estratégica. Esse achado corrobora Almeida e Costa (2023), que ressaltam o papel do

MRP II como ferramenta de apoio gerencial que reduz riscos associados a variações na produção.

Contudo, a pesquisa também revelou limitações importantes. A principal refere-se à dependência da qualidade dos dados inseridos no sistema: inconsistências em cadastros de materiais ou atrasos na atualização de informações geraram falhas de planejamento.

Além disso, foi relatada dificuldade na adesão de alguns setores ao uso integrado, especialmente na interface entre finanças e operações, o que confirma as observações de Souza e Martins (2020), que destacam a necessidade de mudança cultural e treinamento contínuo para a efetividade do MRP II.

Outro aspecto crítico refere-se ao custo de implantação e manutenção do sistema, considerado elevado para empresas de pequeno porte, o que restringe sua adoção. Ainda assim, quando comparado ao ERP, o MRP II apresenta menor complexidade tecnológica e pode ser mais viável para empresas em transição rumo à digitalização.

Em síntese, os resultados demonstram que o MRP II continua relevante como ferramenta de integração produtiva, desde que apoiado em práticas de governança de dados, treinamento dos usuários e alinhamento organizacional.

O estudo conclui que o MRP II constitui uma ferramenta estratégica de integração dos recursos de manufatura, permitindo maior precisão no planejamento, simulação de cenários produtivos e melhoria na eficiência operacional. Embora apresente limitações

relacionadas à qualidade das informações e ao custo de implantação, mostrou-se adequado para empresas de médio porte que buscam alinhar operações e estratégia sem recorrer a sistemas mais complexos como o ERP. Dessa forma, o MRP II permanece como solução intermediária relevante, contribuindo para competitividade e sustentabilidade dos processos produtivos.

ALMEIDA, F.; COSTA, R. MRP II como solução intermediária para planejamento de recursos em indústrias de médio porte. *Revista de Administração e Produção*, v. 20, n. 3, p. 101-118, 2023. BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016. SLACK, N.; BRANDON-JONES, A. *Administração da produção*. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2022. SOUZA, A.; MARTINS, J. Desafios na implementação de sistemas MRP II em indústrias brasileiras. *Revista Gestão & Tecnologia*, v. 19, n. 2, p. 77-93, 2020.

Sustentabilidade empresarial: o papel da produção mais limpa na vantagem competitiva

Vitória Aparecida da Silva Borelli¹, Wagner da Silva Carvalho¹, Lázaro Quintino Alves²,
Bruno César Góes³

¹Fatec Adamantina, ²Universidade José do Rosário Vellano, ³Fatec Adamantina (*Gestão Comercial*)

e-mail: borellivitoria15@gmail.com

A geração de resíduos sólidos representa um dos maiores desafios da sociedade contemporânea, impulsionada pelo crescimento populacional, urbanização e consumismo excessivo. De acordo com o Banco Mundial (2018), mais de 2 bilhões de toneladas de resíduos sólidos urbanos são geradas anualmente no mundo, podendo chegar a 3,4 bilhões até 2050. No Brasil, em 2022, foram produzidas 82,5 milhões de toneladas (Abrelpe, 2023). Esse cenário reflete um modelo de consumo linear e insustentável, agravado pela cultura do descarte e pela obsolescência programada (Bauman, 2008). As empresas têm papel crucial nesse contexto, sendo responsáveis por significativa parte dos resíduos. A ausência de políticas ambientais eficazes pode gerar riscos legais e comprometer a imagem institucional (Costa e Fonseca, 2017). Estratégias como a economia circular, a Produção Mais Limpa (P+L) e a adoção das normas ISO 9001 e ISO 14000 mostram-se fundamentais para mitigar impactos e aumentar a eficiência. As motivações empresariais variam entre exigências legais, pressão social e vantagens econômicas. Contudo, apesar dos avanços, muitas organizações ainda não adotam uma gestão ambiental eficaz, e a fiscalização pública permanece limitada, dificultando a aplicação plena dessas práticas no ambiente corporativo.

Este trabalho tem como objetivo analisar como as empresas gerenciam suas atividades relacionadas ao meio ambiente, especialmente quanto à destinação dos resíduos gerados. Busca-se compreender a efetividade da gestão ambiental empresarial e os desafios enfrentados, incluindo a falta de fiscalização e a não aplicação de práticas sustentáveis por algumas organizações.

Esta pesquisa, de natureza bibliográfica e empírica, analisa o uso da Produção Mais Limpa (P+L) em empresas, destacando sua importância estratégica. O estudo busca compreender como as organizações gerenciam suas práticas ambientais, considerando os custos de implantação e manutenção de um setor ambiental eficaz, com certificações. Tais custos podem impactar o crescimento empresarial. A pesquisa baseia-se em análises secundárias para verificar como as empresas interagem com o meio ambiente, a sociedade e a economia, além de avaliar o avanço tecnológico nesses processos.

O Sistema de Gestão Ambiental (SGA) e a Produção Mais Limpa (PML) são ferramentas

distintas, mas complementares. O SGA organiza internamente as práticas ambientais da empresa, visando conformidade legal e melhoria contínua, enquanto a PML atua como estratégia preventiva, buscando reduzir a geração de resíduos na fonte e promovendo responsabilidade ambiental e eficiência produtiva. A PML oferece vantagens como redução de custos, minimização de resíduos e emissões, inovação tecnológica e melhoria da imagem institucional. Além disso, facilita o acesso a financiamentos e melhora a saúde e segurança dos trabalhadores. Contudo, pequenas e médias empresas enfrentam barreiras para adotar a PML, como falta de recursos, conhecimento técnico e incentivos governamentais. Para superar esses desafios, é essencial promover parcerias entre universidades e empresas, criar políticas públicas que favoreçam tecnologias limpas e desenvolver habilidades específicas entre os colaboradores. A revisão periódica do programa é necessária para alinhar suas ações às estratégias empresariais. A adoção da PML, quando bem aplicada, gera ganhos econômicos e ambientais, como reaproveitamento de matéria-prima e redução de desperdícios. Empresas que implementaram a PML afirmam que sua adoção se mostrou inevitável diante dos múltiplos benefícios. Além disso, a PML está diretamente conectada à agenda ESG, que integra responsabilidade ambiental, social e de governança, embora ainda enfrente dificuldades conceituais e práticas de aplicação em muitas organizações. A implementação eficaz da PML, aliada ao ESG, contribui significativamente para a competitividade e sustentabilidade das empresas.

A adoção da Produção Mais Limpa (P+L) traz como principais benefícios a melhoria na eficiência, redução de custos e impactos ambientais. As empresas que se adequam à legislação evitam multas e fortalecem sua imagem perante clientes e fornecedores. A P+L aumenta a produtividade, otimiza recursos e reduz desperdícios, elevando a competitividade e os lucros. Além disso, promove uma imagem positiva e atrai consumidores e investidores que valorizam a sustentabilidade. Grandes empresas, como Unilever, Nestlé e Banco do Brasil, destacam-se por suas práticas sustentáveis e ações ambientais, conquistando fidelização e reconhecimento no mercado.

ABRELPE - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS. Panorama dos resíduos sólidos no Brasil 2023. São Paulo: Abrelpe, 2023. Disponível em: <https://abrelpe.org.br/>. Acesso em: 20 abr. 2025. ALEGRE, 2003. BANCO MUNDIAL. What a Waste 2.0: A Global Snapshot of Solid Waste Management to 2050. Washington, DC: World Bank, 2018. Disponível em: <https://datatopics.worldbank.org/what-a-waste/>. Acesso em: 20 abr. 2025. BARBIERI, José Carlos. Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. BAUMAN, Zygmunt. Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. BNDES - BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Sustentabilidade e competitividade: desafios e oportunidades para empresas brasileiras. Rio de Janeiro: BNDES, 2021. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br>. Acesso em: 16 set. 2025. CNTL - CENTRO NACIONAL DE TECNOLOGIAS LIMPAS. Produção mais limpa: conceitos e práticas. Porto Alegre: SENAI-RS, 2003. COSTA, E. L.; FONSECA, G. D. Responsabilidade socioambiental e imagem institucional: estudo em empresas brasileiras. Revista de Administração, São Paulo, v. 52, n. 2, p. 198-212, abr./jun. 2017. EDEIROS, D. D.; FERREIRA, L. L.; COSTA, S. E. G. Gestão ambiental e produção mais limpa: estratégias para a sustentabilidade empresarial.

Revista Produção Online, v. 7, n. 3, p. 1-25, 2007. Disponível em: <https://www.producaoonline.org.br>. Acesso em: 16 set. 2025. ELLEN MACARTHUR FOUNDATION. Towards the circular economy. Cowes, Isle of Wight, 2015. Disponível em: <https://ellenmacarthurfoundation.org>. Acesso em: 16 set. 2025. GARCIA, C. A. et al. ESG: conceito, aplicação e desafios para a governança corporativa. Revista de Administração Contemporânea, Curitiba, v. 21, n. 4, p. 567-586, 2017. PORTER, M. E.; KRAMER, M. R. Creating shared value. Harvard Business Review, Boston, v. 89, n. 1/2, p. 62-77, 2011. SILVA FILHO, L. C. da; SICSÚ, J. R. Produção mais limpa: uma abordagem prática para o setor empresarial. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2003. ABRELPE - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS. Panorama dos resíduos sólidos no Brasil 2023. São Paulo: Abrelpe, 2023. Disponível em: <https://abrelpe.org.br/>. Acesso em: 20 abr. 2025. Alegre, 2003. BANCO MUNDIAL. What a Waste 2.0: A Global Snapshot of Solid Waste Management to 2050. Washington, DC: World Bank, 2018. Disponível em: <https://datatopics.worldbank.org/what-a-waste/>. Acesso em: 20 abr. 2025. BARBIERI, José Carlos. Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. BAUMAN, Zygmunt. Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. BNDES - BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Sustentabilidade e competitividade: desafios e oportunidades para empresas brasileiras. Rio de Janeiro: BNDES, 2021. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br>. Acesso em: 16 set. 2025. CNTL - CENTRO NACIONAL DE TECNOLOGIAS LIMPAS. Produção mais limpa: conceitos e práticas. Porto Alegre: SENAI-RS, 2003. COSTA, E. L.; FONSECA, G. D. Responsabilidade socioambiental e imagem institucional: estudo em empresas brasileiras. Revista de Administração, São Paulo, v. 52, n. 2, p. 198-212, abr./jun. 2017. EDEIROS, D. D.; FERREIRA, L. L.; COSTA, S. E. G. Gestão ambiental e produção mais limpa: estratégias para a sustentabilidade empresarial. Revista Produção Online, v. 7, n. 3, p. 1-25, 2007. Disponível em: <https://www.producaoonline.org.br>. Acesso em: 16 set. 2025. ELLEN MACARTHUR FOUNDATION. Towards the circular economy. Cowes, Isle of Wight, 2015. Disponível em: <https://ellenmacarthurfoundation.org>. Acesso em: 16 set. 2025. GARCIA, C. A. et al. ESG: conceito, aplicação e desafios para a governança corporativa. Revista de Administração Contemporânea, Curitiba, v. 21, n. 4, p. 567-586, 2017. PORTER, M. E.; KRAMER, M. R. Creating shared value. Harvard Business Review, Boston, v. 89, n. 1/2, p. 62-77, 2011. SILVA FILHO, L. C. da; SICSÚ, J. R. Produção mais limpa: uma abordagem prática para o setor empresarial. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2003.

Impacto da biofortificação com selênio no desenvolvimento de aflatoxinas em grãos de amendoim (*Arachis hypogaea*, L.).

Larissa Cássia Tirado Vieira¹, Andrea Rossi Scalco¹

¹Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"

e-mail: larissa.tirado@unesp.br

O amendoim (*Arachis hypogaea*, L.) é amplamente consumido no Brasil, representando produto de relevância econômica e cultural. No entanto, sua produção é frequentemente comprometida pela contaminação por aflatoxinas, metabólitos tóxicos produzidos por fungos do gênero *Aspergillus*, especialmente em condições tropicais e de armazenamento inadequado. Essas toxinas representam risco à saúde humana e animal, além de serem fator limitante nas exportações, dada a rigorosa legislação internacional. Diante disso, a biofortificação com selênio (Se) surge como alternativa promissora, visto que esse micronutriente está associado ao aumento da resistência vegetal, mitigação de estresses oxidativos e maior produtividade. Estudos recentes destacam a capacidade do selênio em reduzir a incidência de fungos aflatoxigênicos e, conseqüentemente, a contaminação dos grãos. Assim, compreender o papel da biofortificação com Se no cultivo de amendoim pode contribuir para avanços no manejo agrícola, segurança alimentar e expansão de mercados internacionais.

Avaliar a influência da biofortificação com selênio no desenvolvimento de aflatoxinas em grãos de amendoim cultivados em Tupã-SP, verificando seu potencial em reduzir a contaminação fúngica e promover maior qualidade e segurança alimentar.

O estudo será conduzido em condições experimentais controladas, utilizando dois grupos: amendoim biofortificado com selênio e não biofortificado (controle). A aplicação de selênio será realizada via solo, durante a fase inicial de desenvolvimento, utilizando doses recomendadas na literatura recente. O delineamento experimental será inteiramente casualizado, com repetições suficientes para análise estatística robusta. Os grãos serão coletados em diferentes estágios de maturação e submetidos à quantificação de aflatoxinas por cromatografia líquida de alta eficiência (HPLC), com métodos validados segundo a AOAC. As análises incluirão a comparação entre os grupos para verificar diferenças significativas no teor de aflatoxinas. Dados complementares, como biomassa e teor de selênio nos grãos, também serão obtidos. Os resultados serão tratados com análise de variância (ANOVA) e testes de comparação de médias, ao nível de 5% de significância.

Espera-se que o selênio atue como fator protetor, inibindo o desenvolvimento de *Aspergillus flavus* e *A. parasiticus*, principais responsáveis pela síntese de aflatoxinas. Pesquisas indicam que o Se, ao integrar enzimas antioxidantes, favorece mecanismos de defesa vegetal, reduzindo estresses oxidativos que tornam o amendoim mais suscetível à infecção fúngica. Estudos prévios com trigo, alface e outras culturas demonstraram diminuição da incidência de fungos e aumento da qualidade dos grãos após a aplicação de Se, o que sugere resultados semelhantes para o amendoim. Além disso, a biofortificação pode agregar valor nutricional, já que o selênio é micronutriente essencial à saúde humana, com funções antioxidantes e papel preventivo contra doenças degenerativas. No contexto do mercado internacional, a redução dos níveis de aflatoxinas é determinante para ampliar a competitividade do amendoim brasileiro, principalmente nos mercados europeu e asiático, onde a legislação é mais rigorosa. A combinação entre qualidade sanitária e valor nutricional reforça a importância da biofortificação como prática agrícola sustentável, alinhada às demandas globais por alimentos mais seguros e funcionais.

A biofortificação com selênio apresenta potencial para reduzir a produção de aflatoxinas em grãos de amendoim, favorecendo a resistência vegetal e a segurança alimentar. A adoção dessa prática pode contribuir tanto para o avanço científico no manejo agrícola quanto para a expansão comercial do amendoim brasileiro, atendendo padrões internacionais de qualidade.

AMARAL, L. J.; et al. Determinação de aflatoxinas em amendoim por cromatografia líquida. *Revista Brasileira de Ciência e Tecnologia de Alimentos*, v. 6, n. 2, p. 123-130, 2006. AOAC. *Official Methods of Analysis*. 13. ed. Washington, DC: Association of Official Analytical Chemists, 1982. BROADLEY, M. R.; et al. Selenium biofortification of high-yielding wheat. *Plant and Soil*, v. 332, p. 1-4, 2010. CAKMAK, I. Enrichment of cereal grains with zinc: Agronomic or genetic biofortification? *Plant and Soil*, v. 302, p. 1-17, 2008. CHEN, J.; et al. Selenium in the environment and human health. *Environmental International*, v. 28, p. 487-493, 2002. EATON, D. L.; GROOPMAN, J. D. *The toxicology of aflatoxins: human health, veterinary, and agricultural significance*. Academic Press, 1994. FAIRWEATHER-TAIT, S. J.; et al. Selenium in human health and disease. *Antioxidants & Redox Signaling*, v. 14, n. 7, p. 1337-1387, 2011. FERREIRA, K. S.; et al. Teores de selênio em alimentos consumidos no Brasil. *Ciência e Tecnologia de Alimentos*, v. 22, n. 2, p. 123-127, 2002. GILBERT, J. Current trends in mycotoxin analysis. *Food Additives & Contaminants*, v. 19, n. 1, p. 62-71, 2002. GRAHAM, R. D.; et al. Nutritious subsistence food systems. *Advances in Agronomy*, v. 92, p. 1-74, 2007. HARTIKAINEN, H.; et al. Selenium as an antioxidant and pro-oxidant in ryegrass. *Plant and Soil*, v. 225, p. 193-200, 2000. LYONS, G.; et al. Selenium concentration in wheat grain: Is there sufficient genotypic variation to use in breeding? *Plant and Soil*, v. 322, p. 1-6, 2009. MAIHARA, V. A.; et al. Daily dietary selenium intake of selected Brazilian population groups. *Journal of Radioanalytical and Nuclear Chemistry*, v. 259, p. 465-468, 2004. MAPA. Instrução Normativa nº 32/2016. Dispõe sobre o regulamento técnico do Amendoim em casca e em grãos. MORAES, M. O.; et al. Avaliação da ingestão de selênio por grupos populacionais no Brasil. *Revista de Nutrição*, v. 22, n. 2, p. 193-202, 2009. PILON-SMITS, E. A. H.; QUINN, C. F. Selenium metabolism in plants. In: *Cell Biology of Metals and Nutrients*. Springer, Berlin, Heidelberg, p. 225-241, 2010. RAMOS, S. J.; et al. Selenium

biofortification and antioxidant activity in lettuce plants. *Plant and Soil*, v. 354, p. 1-10, 2011. RAYMAN, M. P. The importance of selenium to human health. *The Lancet*, v. 356, p. 233-241, 2002. YOUSEF, A. E.; MARTH, E. H. Public health significance of aflatoxins. *Journal of Food Protection*, v. 48, n. 6, p. 512-524, 1985. CUNHA, M. L. O. et al. Selenium increases photosynthetic capacity, daidzein biosynthesis, nodulation and yield of peanuts plants (*Arachis hypogaea* L.). *Plant Physiology and Biochemistry*, v. 190, p. 231-239, 2022. CUNHA, M. L. O. et al. Can Selenium Promote the Hormesis Effect on Germination and Quality of Peanut (*Arachis hypogaea* L.) Seeds? *Journal of Soil Science and Plant Nutrition*, v. 23, p. 1-14, 2023. LANZA, M. G. D. B.; REIS, A. R. dos. Roles of selenium in mineral plant nutrition: ROS scavenging responses against abiotic stresses. *Plant Physiology and Biochemistry*, v. 164, p. 27-43, 2021.

IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS NO ALTO CURSO DA BACIA DO CÓRREGO LAMBARI - ADAMANTINA-SP

José Aparecido dos Santos¹, Tiago Rafael dos Santos Alves^{2,3}, João Vitor Sampar⁴, Josiane Lourencetti¹

¹Centro Universitário de Adamantina, ²FCE/UNESP, ³Faculdade de Ciências e Engenharia, ⁴Zambianqui Ambiental

e-mail: cido@fai.com.br

A microbacia do Córrego Lambari, situada em Adamantina-SP, apresenta relevantes desafios ambientais associados à urbanização espontânea e ao uso rural intensivo. O processo histórico de ocupação deste espaço desconsiderou aspectos naturais do sítio urbano, resultando em erosões, assoreamentos, inundações e degradação da qualidade da água. A expansão urbana e a intensificação das atividades agrícolas provocaram perda significativa da cobertura vegetal, impactando diretamente a dinâmica hidrológica e a estabilidade dos solos da região (Kurak-Lombardi, 2020).

Nesse cenário, a análise do uso e ocupação do solo torna-se imprescindível para compreender os fatores responsáveis pelos impactos ambientais observados. Estudos dessa natureza podem contribuir para subsidiar políticas públicas voltadas à recuperação ambiental e ao planejamento sustentável do espaço urbano e rural (Francisco, 2025).

A presente pesquisa foi desenvolvida no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - Ensino Médio (PIBIC/EM), do Centro Universitário de Adamantina-FAI, envolvendo revisão bibliográfica, levantamentos de campo e análises cartográficas. O estudo permitiu identificar as principais formas de degradação ambiental na microbacia e apontar a necessidade de práticas de manejo e uso do solo fundamentadas em critérios técnicos e legais, de modo a mitigar danos ambientais e promover a qualidade de vida da população local.

Analisar o uso e ocupação do solo no alto curso da microbacia do Córrego Lambari, em Adamantina-SP, identificando os principais impactos ambientais decorrentes da urbanização e do uso rural, e propor subsídios para práticas sustentáveis de planejamento territorial.

A pesquisa foi desenvolvida no contexto

do PIBIC/EM, vinculada ao Centro Universitário de Adamantina-FAI, envolvendo orientador, co-orientador e estudante bolsista. O estudo adotou a microbacia hidrográfica do Córrego Lambari, localizado no município de Adamantina-SP, o qual possui parte de seu curso em perímetro urbano, como unidade de análise por sua relevância para o gerenciamento integrado de recursos ambientais.

Foram empregadas diferentes etapas metodológicas: (I) revisão bibliográfica, abordando conceitos de uso e ocupação do solo, impactos ambientais, geociências e legislações ambientais; (II) análises cartográficas e de imagens de satélite, por meio de técnicas de geoprocessamento, para identificar padrões de ocupação territorial; (III) levantamentos de campo, destinados à

observação e registro de evidências de degradação ambiental, como erosão, perda da cobertura vegetal, assoreamento e inundações;

A base cartográfica foi composta por cartas topográficas oficiais (IBGE, 1974) e imagens digitais orbitais, que possibilitaram a caracterização do relevo, da hidrografia e da cobertura do solo. Paralelamente, foram realizados registros fotográficos e anotações em cadernos de campo, auxiliando a sistematização dos dados coletados.

A interpretação dos resultados buscou relacionar as alterações ambientais diagnosticadas com processos históricos de ocupação urbana e rural, destacando fatores naturais (litologia, pedologia, declividade e regime pluvial) e antrópicos (expansão urbana, cafeicultura, pastagens e

sobrepastoreio). Essa abordagem integrada permitiu compreender a dinâmica da microbacia e identificar os principais vetores de degradação.

Os resultados evidenciam que a microbacia do Córrego Lambari sofre impactos ambientais significativos decorrentes da urbanização acelerada e da intensificação do uso agrícola. O processo histórico de ocupação, marcado pela retirada da cobertura vegetal nativa, composta por remanescentes de ecótono entre Cerrado e Mata Atlântica, contribuiu para a fragilidade dos solos e para a instabilidade das encostas.

Os levantamentos de campo revelaram a presença de voçorocas, erosões lineares, pontos de inundações e assoreamento dos corpos d'água, relacionados tanto a fatores naturais (declividade, litologia do Grupo Bauru e solos do tipo argissolo vermelho/amarelo) quanto ao manejo inadequado do solo, o que dialoga com os estudos de Guerra e Cunha (2007) e Mendonça e Guerra (2004) acerca dessa problemática. A introdução da cafeicultura na década de 1940, aliada a processos posteriores de sobrepastoreio, foram identificadas como as principais responsáveis pela perda da vegetação e consequente degradação da qualidade ambiental.

Conforme destacam Loureiro e Guerra (2023) e Francisco (2025), os processos de urbanização desordenados podem intensificar os problemas ambientais, como se constatou no recorte espacial pesquisado. No bairro Jardim Itamarati, por exemplo, a ocupação de áreas de mananciais resultou em soterramento de nascentes, impermeabilização do solo e concentração de águas pluviais no talvegue, ocasionando inundações em residências recém-construídas. Essa ocupação irregular, realizada sem observância a critérios técnicos e legais, expôs a população a riscos socioambientais e gerou custos significativos ao poder público, frequentemente compelido a adotar medidas emergenciais e paliativas.

O mapeamento cartográfico e a análise de imagens de satélite mostraram que, embora parte da microbacia permaneça em áreas de pastagem e pouco urbanizadas, a expansão urbana não planejada exerce forte pressão sobre o sistema hídrico. O assoreamento do córrego Lambari e de seus afluentes compromete a qualidade da água, afetando tanto o ambiente quanto o abastecimento futuro.

Esses achados dialogam com a literatura especializada, que destaca a importância da bacia hidrográfica como unidade de planejamento ambiental e reforça a necessidade de ações de manejo integrado. Além disso, demonstram que a degradação ambiental na microbacia está associada não apenas a fatores físicos, mas sobretudo a decisões políticas e econômicas que

privilegiam a especulação imobiliária em detrimento da sustentabilidade (Francisco, 2025).

A pesquisa reforça, portanto, a urgência da adoção de práticas sustentáveis de uso e ocupação do solo, bem como da implementação de políticas públicas efetivas voltadas à recuperação ambiental e ao ordenamento urbano de Adamantina-SP.

O estudo comprovou que a microbacia do córrego Lambari enfrenta sérios impactos ambientais decorrentes da urbanização desordenada e da exploração rural intensiva. Os principais problemas diagnosticados incluem erosões, inundações, assoreamento e perda da cobertura vegetal. Para mitigar tais danos, torna-se imprescindível adotar práticas de uso do solo ambientalmente adequadas, investir em infraestrutura urbana voltada à drenagem pluvial e priorizar ações de recuperação da vegetação nativa. Além disso, a pesquisa ressalta a necessidade de planejamento urbano baseado em critérios técnicos e legais, a fim de conciliar desenvolvimento territorial e sustentabilidade socioambiental.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Carta topográfica: Adamantina - Folha SF-22-Z-B-VI-3. Escala 1:50.000. Rio de Janeiro: IBGE, 1974. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/>. Acesso em: 28 set. 2025. FRANCISCO, A. B. Erosão urbana em Loanda e Santa Cruz de Monte Castelo, Noroeste do Paraná. *Revista Ifes Ciência*, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 10, 2025. DOI: 10.36524/ric.v11i1.3115. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ric/article/view/3115>. Acesso em: 24 set. 2025. GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. Processos erosivos nas encostas. Rio de Janeiro-RJ: Bertrand Brasil, 2007. KURAK-LOMBARDI, M. Expansão urbana e fragilidade ambiental no vetor sudoeste da cidade de Presidente Prudente São Paulo - Brasil. Tese (Doutorado em Geografia). Rio Claro: IGCE/UNESP, 2020. LOUREIRO, H. A. S.; GUERRA, A. J. T. Erosões em áreas tropicais. Rio de Janeiro: Interciência, 2023. MENDONÇA, J. K. S.; GUERRA, A. J. T. Erosão dos solos e a questão ambiental. In: VITTE, A. C.; GUERRA, A. J. T. Reflexões sobre a geografia física no Brasil. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 225-251.

Reconversão produtiva e agroenergia: o declínio da cafeicultura na Alta Paulista

Rogério Buchala¹, Luís Roberto Almeida Gabriel Filho²

¹Centro Universitário de Adamantina, ²Universidade Estadual Paulista (PGAD Pós-graduação em Agronegócio e Desenvolvimento)

e-mail: buchala@fai.com.br

Durante décadas, o café foi mais do que uma simples cultura agrícola na Alta Paulista: constituiu-se em eixo estruturante da economia e referência identitária para a população local. Essa centralidade, que marcou boa parte do século XX, começou a perder força a partir dos anos 1980. A queda não ocorreu de forma repentina, mas foi consequência de um conjunto de pressões: oscilações internacionais de preços, aumento dos custos de insumos, ausência de políticas públicas de amparo e o envelhecimento natural das lavouras. Aos poucos, os sinais do esgotamento tornaram-se visíveis, com propriedades abandonadas, pequenas unidades produtivas desorganizadas e um êxodo rural cada vez mais expressivo.

Diante desse quadro, agricultores e instituições regionais passaram a buscar alternativas. O setor de agroenergia despontou como possibilidade concreta de uso das terras e de diversificação de rendimentos, configurando-se como resposta pragmática à crise. Esse movimento não deve ser visto apenas como uma escolha isolada, mas como parte de um processo histórico maior, em que inovação, sustentabilidade e novos arranjos econômicos se apresentam como condições de sobrevivência para territórios antes dependentes do café.

A presente investigação insere-se nesse contexto, ao examinar a trajetória da cafeicultura na Alta Paulista, identificar as razões de seu enfraquecimento e discutir as iniciativas de reconversão produtiva que vêm sendo experimentadas na região.

Analisar o declínio da cafeicultura na Alta Paulista, identificando fatores estruturais e conjunturais, e investigar as estratégias de reconversão produtiva, com ênfase no papel da agroenergia como alternativa de desenvolvimento regional sustentável.

Ao definir a metodologia, optou-se por um caminho qualitativo, de natureza exploratória e descritiva, que uniu diferentes procedimentos investigativos. O levantamento de informações incluiu dados documentais, consulta bibliográfica e análise de séries estatísticas. Para tanto, foram mobilizadas bases oficiais — entre elas, as do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e do Ministério da Agricultura. Também se recorreram a relatórios institucionais e a registros regionais relativos à produção agrícola, de modo a compor um panorama mais amplo.

Não bastava, contudo, restringir-se às estatísticas oficiais. Por isso, integraram-se ao estudo artigos científicos recentes, especialmente aqueles publicados nos últimos cinco anos e que

discutem reconversão produtiva e agroenergia. Além disso, foram considerados dados secundários abrangendo o período de 1980 a 2020, fundamentais para observar a trajetória da cafeicultura ao longo de quatro décadas. Outro conjunto de informações proveio de relatórios de extensão universitária realizados na Alta Paulista, particularmente nos municípios de Adamantina, Lucélia, Tupã e Dracena, que revelaram nuances locais não captadas por levantamentos nacionais.

Com esse material em mãos, a análise foi organizada em três frentes complementares: a reconstituição da trajetória histórica da cafeicultura regional; a identificação dos fatores de crise e do consequente declínio produtivo; e a avaliação das alternativas de reconversão, em que a agroenergia assume papel de destaque. A combinação entre estatísticas, bibliografia atualizada e documentos institucionais possibilitou uma leitura integrada dos fenômenos estudados. Importa sublinhar, por fim, que não houve participação de seres humanos,

Os resultados confirmam o declínio acentuado da cafeicultura na Alta Paulista, evidenciado pela redução drástica da área plantada e do volume produzido entre 1980 e 2020. Esse fenômeno relaciona-se à perda de competitividade da região frente a novas fronteiras agrícolas, como o Triângulo Mineiro e o Cerrado goiano, além da ausência de políticas regionais de incentivo. A desestruturação da cafeicultura provocou impactos sociais relevantes, como desemprego, diminuição da renda agrícola e abandono de propriedades familiares.

Em paralelo, identificou-se um movimento de reconversão produtiva em diversas localidades, com destaque para culturas de cana-de-açúcar, pecuária de corte e leite, além de atividades de fruticultura. No entanto, a expansão da agroenergia, especialmente por meio do cultivo de cana-de-açúcar destinada à produção de etanol e biomassa, tem se mostrado a alternativa mais significativa. A proximidade de usinas sucroenergéticas e a existência de infraestrutura logística favoreceram essa transição, integrando pequenos e médios produtores em cadeias mais organizadas.

A análise comparativa com a literatura demonstra que a reconversão produtiva não se dá de forma linear, mas dentro de um contexto de ciclos econômicos de longa duração, conforme a teoria dos ciclos de Kondratieff. A substituição da cafeicultura pela agroenergia evidencia como a inovação tecnológica e as demandas de mercado global influenciam os territórios agrícolas. Ainda assim, persistem desafios relacionados à sustentabilidade ambiental e à preservação da identidade territorial da região, já que a cafeicultura era não apenas atividade econômica, mas também elemento cultural e social estruturante.

A discussão indica que a agroenergia pode ser compreendida como oportunidade de reorganização produtiva, mas carece de políticas públicas que garantam inclusão dos agricultores familiares, proteção ambiental e valorização da herança cultural vinculada ao café.

A pesquisa confirma que a cafeicultura na Alta Paulista entrou em declínio irreversível, resultando em perda de competitividade, redução da renda agrícola e abandono de lavouras.

Frente a esse cenário, a reconversão produtiva tornou-se inevitável, sendo a agroenergia a alternativa mais consistente para reestruturar a economia regional. A expansão da cana-de-açúcar e de usinas sucroenergéticas demonstrou capacidade de absorver produtores e gerar novos fluxos de renda. Contudo, a consolidação dessa transição exige políticas públicas que assegurem inclusão dos agricultores familiares, sustentabilidade ambiental e preservação da identidade territorial vinculada ao café.

Dean, W. (1979). *The Industrialization of São Paulo*. Austin: University of Texas Press. Prado Júnior, C. (1945). *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense. Mendonça, M.L. (2000). "Política Café e Desenvolvimento". *Revista Brasileira de Economia*, 54(2), 177-201. Holloway, T.H. (1980). *Immigrants on the Land: Coffee and Society in São Paulo*. Chapel Hill: UNC Press. Schwartz, S.B. (1985). *Sugar Plantations in the Formation of Brazilian Society*. Cambridge: Cambridge University Press. Ponte, S. (2016). "Evolving Governance and Contested Rules in the Global Coffee Market". *Journal of Agrarian Change*, 16(4), 584-605. Schumpeter, J. (1939). *Business Cycles*. New York: McGraw-Hill. Freeman, C., & Louçã, F. (2001). *As Time Goes By: From the Industrial Revolutions to the Information Revolution*. Oxford: Oxford University Press. Perez, C. (2002). *Technological Revolutions and Financial Capital*. Cheltenham: Edward Elgar. Mandel, E. (1980). *Long Waves of Capitalist Development*. Cambridge: Cambridge University Press. Schneider, S. (2003). *A Pequena Produção Rural e as Políticas Públicas no Brasil*. Porto Alegre: Editora UFRGS.

VARIABILIDADE GENÉTICA EM FEIJÃO: TOLERÂNCIA À MANCHA ANGULAR E OÍDIO

Daniel da Silva Silveira¹, Jose Carlos Cavichioli¹, Jonathan dos Reis Soares¹, Mickaela dos Reis Soares¹, Tiago da Silva Teixeira¹

¹Centro Universitário de Adamantina

e-mail: danielsilveira@fai.com.br

O feijoeiro (*Phaseolus vulgaris* L.) é uma das principais leguminosas cultivadas no Brasil e sofre impactos significativos por doenças foliares, como a mancha-angular (*Pseudocercospora griseola*) e o oídio (*Erysiphe* spp.). Essas doenças podem comprometer severamente a produtividade, especialmente em cultivares suscetíveis sob condições climáticas favoráveis. A manutenção de variedades geneticamente homogêneas aumenta o risco de quebra de resistência frente à variabilidade de populações patogênicas e ao surgimento de novas raças virulentas.

Nesse contexto, os genótipos crioulos (populações locais adaptadas) representam uma fonte estratégica de variabilidade genética não explorada, abrigando alelos potenciais para tolerância ou resistência quantitativa. Essa variabilidade pode complementar ou conferir maior durabilidade às estratégias de resistência empregadas em cultivares modernas.

Estudos prévios com genótipos crioulos de feijão têm demonstrado divergência genética e morfológica entre materiais, indicando a presença de características promissoras para melhoramento (Silveira et al., 2019). A conservação de um banco diversificado de germoplasma é essencial para responder à evolução patogênica (Costa, 2008).

No caso específico das doenças foliares envolvidas, a reação diferencial entre materiais sugere natureza quantitativa da resistência, o que reforça a necessidade de explorar ampla variabilidade genética para seleção eficaz. A incorporação de genótipos crioulos em programas de seleção pode favorecer o desenvolvimento de cultivares com resistência múltipla e maior estabilidade em condições de pressão patogênica variável.

O presente estudo teve por objetivo avaliar a severidade da mancha-angular e do oídio em 21 genótipos de feijão (incluindo crioulos) sob condições controladas de irrigação, visando identificar materiais tolerantes ou com reações promissoras com potencial de serem incorporados em programas de melhoramento de feijão, bem como a

O experimento foi conduzido no setor de Fitotecnia da FAI, durante o inverno, sob irrigação por aspersão. A semeadura ocorreu no dia 03 de maio de 2025 e a colheita foi realizada em datas variáveis, respeitando o ciclo fenológico de cada genótipo de feijão, estendendo-se até o dia 13 de setembro de 2025. Foram usados ao total 21 genótipos entre crioulos e

materiais de referência, plantados em faixas contínuas, com 4 repetições distribuídas ao longo de cada faixa, formando blocos transversais.

Considerando esse arranjo, adotou-se o delineamento em blocos casualizados (DBC), com blocos representando as posições transversais entre as faixas e genótipos como tratamentos. Os genótipos avaliados foram: vermelho, vinagre vovô, creme, enxofre, de corda miúdo, mangolô, preto, sangue de boi, roxinho, cavalo boliviano, pinto, carnaval, roxo palmeira, mouro vinagre, canarinho boliviano, de corda miúdo, linda sisk e lina sisk, fava rajada, fava branca e chocolate.

A avaliação da severidade de doenças foi realizada no dia 01/08/2025, no estádio reprodutivo da cultura. Os dados de severidade para mancha angular e oídio foram obtidos através de uma escala visual de severidade de 1 a 5, em que: 1 = ausência de sintomas, 2 = ataques leves (pequenas lesões), 3 = ataques moderados, 4 = ataques severos, 5 = dano muito intenso / cobertura elevada de sintomas

Estes dados foram submetidos à ANOVA sob esse modelo, e quando significativos ($\alpha = 0,05$), as médias foram comparadas pelo teste de Tukey.

A análise de variância (ANOVA) revelou que os genótipos (tratamentos) diferem significativamente quanto à severidade de mancha angular e oídio. Os resultados de severidade das doenças revelaram que existem importantes diferenças entre os genótipos estudados, com destaque para o Feijão Chocolate que apresentou o menor nível tanto para a Mancha Angular quanto para Oídio, enquanto o Feijão de Corda Miúdo foi destaque negativo para as duas doenças.

Para a mancha angular verificou-se que o Feijão Chocolate (média = 1,00) foi o genótipo menos afetado (grupo “a”), enquanto Feijão Enxofre (4,75) foi o mais suscetível (grupo “d”). Outros genótipos (Feijão Roxinho, Feijão Preto, Feijão Vinagre vovô, Feijão Sangue de boi) ficaram em grupos intermediários (“abc”), o que indica que não se diferem estatisticamente dos extremos. O coeficiente de variação elevado (34,9 %) evidencia dispersão nos dados, o que pode prejudicar a detecção de pequenas diferenças entre genótipos.

No oídio, Feijão Lina Sisk e Feijão Chocolate (grupo “a”) foram os menos atacados, enquanto Feijão Corda Miúdo (4,75) foi o genótipo mais suscetível (grupo “d”). Outros materiais ficaram em classes intermediárias (“ab”, “abc”, “bc”), sem distinção clara entre tolerantes e suscetíveis. O CV de 31,21 % confirma variabilidade considerável nos dados de oídio.

Em estudos brasileiros clássicos, por exemplo, Sannazzaro et al. (2003) avaliaram severidade de oídio em cultivares de feijoeiro no Estado de São Paulo e identificaram que os cultivares menos afetados foram IAC-Carioca e IAPAR-44. Também no Brasil, a cultivar comercial BRS FC406 foi divulgada com resistência à mancha angular e antracnose, o que mostra que programas locais já trabalham com resistência foliar integrada.

A presença de muitos genótipos em classes intermediárias de severidade (escala 1 a 5) sugere uma resistência de natureza quantitativa, em que vários genes menores se

combinam para determinar o nível de tolerância. Isso está de acordo com as limitações observadas em fitopatologia do feijoeiro, especialmente para o oídio, onde ainda há “informação limitada sobre fontes de resistência e natureza da herança como apontado por Trabanco, et al. (2012) em *Genetic Resistance to Powdery Mildew in Common Bean*).

Alguns genótipos como Feijão Chocolate e Feijão Lina Sisk mantiveram desempenho consistente como tolerantes em ambas as doenças, apontando para potencial de resistência múltipla e reforçando o valor desses materiais para programas de melhoramento.

Os genótipos avaliados mostraram variação genética significativa na severidade da mancha-angular e do oídio. Os genótipos “Feijão Chocolate” e “Lina Sisk” destacaram-se como tolerantes a ambas as doenças. A resistência parece ter componente quantitativo, controlada por múltiplos genes. Esses genótipos são candidatos promissores para melhoramento, devendo ser testados em diversos ambientes e ter seu material preservado no banco de germoplasma.

COSTA, J. G. C.; RAVA, C. A.; RIOS, G. P.; SARTORATO, A. Melhoramento para resistência a doenças e pragas do feijoeiro comum. Embrapa / IAC, 2008. SANN AZZARO, A. M. et al. Severidade de oídio (*Erysiphe polygoni* DC) em cultivares de feijoeiro no Estado de São Paulo. Arquivos do Instituto Biológico, São Paulo, v. 70, n. 3, p. 331-336, 2003. SILVEIRA, D. C. et al. Diversidade genética de acessos de feijão crioulo na região Noroeste do Rio Grande do Sul. Pesquisa Agropecuária Gaúcha, v. 25, n. 1/2, p. 133-146, 2019. TRABANCO, N.; PÉREZ-VEGA, E.; CAMPA, A.; RUBIALES, D.; FERREIRA, J. J. Genetic resistance to powdery mildew in common bean. Euphytica, v. 186, p. 875-882, 2012., COSTA, J. G. C.; RAVA, C. A.; RIOS, G. P.; SARTORATO, A. Melhoramento para resistência a doenças e pragas do feijoeiro comum. Embrapa / IAC, 2008., SANNAZZARO, A. M. et al. Severidade de oídio (*Erysiphe polygoni* DC) em cultivares de feijoeiro no Estado de São Paulo. Arquivos do Instituto Biológico, São Paulo, v. 70, n. 3, p. 331-336, 2003., SILVEIRA, D. C. et al. Diversidade genética de acessos de feijão crioulo na região Noroeste do Rio Grande do Sul. Pesquisa Agropecuária Gaúcha, v. 25, n. 1/2, p. 133-146, 2019., TRABANCO, N.; PÉREZ-VEGA, E.; CAMPA, A.; RUBIALES, D.; FERREIRA, J. J. Genetic resistance to powdery mildew in common bean. Euphytica, v. 186, p. 875-882, 2012.

A importância do Cooperativismo no processo de desenvolvimento dos assentamentos rurais no interior paulista.

Moises da Silva Martins¹, Maíra Felix Venzel^{2,3}

¹Faculdade de Tecnologia-Presidente Prudente, ²Fatec Adamantina, ³Fatec de Presidente Prudente

e-mail: martinsmoises@bol.com.br

O artigo trata do significado da cooperação e do cooperativismo no processo organizativo de assentamentos rurais no estado de São Paulo. Compreendendo cooperação e cooperativismo como processos sociais distintos, discuto os motivos do movimento de institucionalização de cooperativas na sua relação com o declínio das formas de cooperação tradicionalmente desenvolvidas no mundo rural brasileiro. Analiso o significado da cooperação e os problemas decorrentes da sua institucionalização no interior dos assentamentos rurais organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), procurando identificar os elementos que indicam mudanças e permanências em relação ao tradicional cooperativismo rural. Procuro refletir sobre os motivos da atual tendência existente entre os assentados para refutar a cooperativa como modelo organizacional, mas valorizar a cooperação como modo de organização da vida econômica e societária.

-Avaliar a importância das cooperativas no desenvolvimento rural do estado de São Paulo.
-Identificar o novo cooperativismo. A proposta de cooperação agrícola (CA), adotada pelo MST, buscou uniformizar nos assentamentos rurais o cooperativismo, estabelecido em uma proposta de organização dos assentados, somado aos fatores econômicos e o fortalecimento desta coleta;

Economicamente, a cooperação configura-se como uma estratégia de proteção dos trabalhadores contra as adversidades historicamente vivenciadas pela pequena produção rural. É uma forma de administrar a escassez e enfrentar a pobreza, pois a quantidade de terra e os créditos recebidos do Estado para produzir são, individualmente, insuficientes.

Neste aspecto, o cooperativismo desenvolvido pelo MST não se diferencia do cooperativismo tradicionalmente desenvolvido no Brasil. Se há uma diferença, ela está na tentativa de rever o modo de organização da produção, incorporando os princípios da agroecologia e da cooperação.

Porém, para o MST, a cooperação não contribuir apenas para melhorar as condições de vida do pequeno produtor no sentido da sobrevivência econômica e da geração de renda. Ao extrapolar o modo de organizar o processo produtivo, do ponto de vista social, ela pode ser

também um recurso essencial para ampliar a possibilidade de acesso aos bens de consumo coletivo, tais como moradia, infraestrutura básica (água, energia elétrica, telefonia, estradas, transporte), educação, saúde, segurança, lazer etc.

As famílias, geralmente, são assentadas onde não existe uma infraestrutura mínima adequada para constituir uma comunidade (Leite et al, 2004; Sparovek, 2003). É através da pressão e do esforço coletivo junto aos órgãos oficiais que este passivo social diminui e a terra, geralmente inóspita, aos poucos, transforma-se em pequenos vilarejos, comunidades organizadas. Esta dimensão da cooperação, favorecedora de condições para desenvolver a sociabilidade nos assentamentos, aliada à geração de renda, é essencial para possibilitar a permanência das famílias nos assentamentos e evitar novos êxodos rurais.

Como dizem as lideranças, cooperar é, então, mais do que organizar cooperativas. É, sobretudo, ação organizada com base em valores mutualistas que se transforma em um importante recurso para superar as dificuldades decorrentes da insuficiência de políticas públicas, especialmente agrária e agrícola, que possibilitem ao trabalhador rural produzir e reproduzir-se no campo. Deste modo, a cooperação apresenta-se no ideário do MST como um meio de sobrevivência e resistência.

Nos acampamentos e assentamentos, a cooperação concretiza-se através de uma constelação de formas organizativas diferentes de grupos informais, associações e condomínios até os diferentes tipos de cooperativas que se enquadram em legislação específica, em estruturadas segundo o modo de apropriação da terra, do capital e do trabalho, a gestão da produção, a regulamentação legal e a organização das moradias.

Apesar de não se resumir na organização formal de cooperativas, o MST criou mecanismos para concretizar os princípios e para institucionalizar o ato de cooperar, até porque as linhas oficiais de crédito para financiar a produção nos assentamentos somente são acessadas através de entidades coletivas e regulamentadas.

Apesar dos benefícios, tanto o cooperativismo rural como os cooperativismos de assentamento da reforma agrária estão sujeitos a conflitos ou lides, principalmente quando não forem atendidas as diretrizes propostas pelos mesmos. Por essa razão, o planejamento, o diálogo, a transparência, honestidade são essenciais como em qualquer relação interpessoal, inclusive no ambiente de trabalho.

A análise das contradições que emergem da relação que se estabelece entre as estruturas organizativas/organizacionais e a ação desses sujeitos, considerando a realidade política e econômica, pode ajudar a responder essas questões. A cooperação não depende apenas da criação de estruturas (cooperativas, associações etc).

Almeida, L. M. M. "Novas" formas de contratação de mão-de-obra rural no complexo agroindustrial citrícola paulista Dissertação de Mestrado não-publicada, Programa e Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP.2015. Araújo, S. M. P. Eles: A cooperativa. Um estudo sobre a ideologia da participação

Curitiba, PR: SECE.2022. Bruni, L. Comunhão e as novas palavras em economia São Paulo, SP: Cidade Nova,2015. Camargo, L. C. Cooperação e cooperativismo: Vol. 4. Cadeira 20. São Paulo, SP: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. Cavendish, S. Cooperativismo e dominação. In M. R. Loureiro (Ed.), Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil (pp. 75-95). São Paulo, SP: Cortez,1981. Christoffoli, P. O desenvolvimento de cooperativas de produção coletiva de trabalhadores rurais no capitalismo: Limites e possibilidades. Dissertação de Mestrado não-publicada, Pro-grama de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 2000. Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil. Cooperativas de Produção - Questões práticas: Vol. 21. Cadernos de Cooperação Agrícola (3. ed.). São Paulo, SP: MST, 1997. Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil. A evolução da concepção de cooperação agrícola do MST: Vol. 8. Cadernos de Cooperação Agrícola. São Paulo, SP: MST, 1999. Fleury, M. T. L. Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil São Paulo, SP: Global, 2021. Fukui, L. F. G. Sertão e bairro rural São Paulo, SP: Ática.2019. Leite, S., Heredia, B., Medeiros, L., Palmeira, M., & Cintrao, R. (Eds.). Impacto dos assentamentos. Um estudo sobre o meio rural brasileiro. São Paulo, SP: Editora da Universidade Estadual Paulista, 2004 Loureiro, M. R. Cooperativismo e reprodução camponesa. In M. R. Loureiro (Ed.), Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil (pp. 133-155). São Paulo, SP: Cortez, 2015. Maia, I. Cooperativa e prática democrática São Paulo, SP: Cortez.,2018. Martins, A. F.G. Potencialidades transformadoras dos movimentos camponeses no Brasil contemporâneo: As comunidades de resistência e superação do MST. Dissertação de Mestrado não-publicada, Programa e Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP,2004. Martins, J. S. O Cativo da Terra (6. ed.). São Paulo, SP: LECH,2015. Novaes, J. R. Cooperativismo: Acumulação e mudança social. In M. R. Loureiro (Ed.), Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil (pp. 41-73). São Paulo, SP: Cortez, 2021. Pagotto, C. Ajustes e rupturas: Cooperativismo e lutas sociais no Brasil contemporâneo Dissertação de Mestrado não-publicada, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP, 2003. Pinho, D. B. O Cooperativismo no Brasil: Da vertente pioneira à vertente solidária. São Paulo, SP: Saraiva, 2004. Queiroz, M. I. P. Bairros rurais paulistas: Dinâmica das relações bairro rural-cidade. São Paulo, SP: Duas Cidades, 2023. Rios, G. S. L. Cooperativas agrícolas no nordeste brasileiro e mudança social Dissertação de Mestrado não-publicada, Programa e Pós-Graduação em Economia Rural, Universidade de São Paulo, Piracicaba, SP.2009. Rios, G. S. L. O que é cooperativismo (2. ed.). São Paulo, SP: Brasiliense.2009. Schneider, J. E. O cooperativismo agrícola na dinâmica social do desenvolvimento periférico dependente: O caso brasileiro. In M. R. Loureiro (Ed.), Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil (pp. 11-40). São Paulo, SP: Cortez.2018 Scopinho, R. A. Viggiando a vigilância: saúde e segurança no trabalho em tempos de qualidade total São Paulo, SP: Editora da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo 2003. Scopinho, R. A., & Martins, A. F.G. Imagens da terra: Trabalho e vida nos assentamentos de reforma agrária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra MST [CD-ROM]. São Paulo

Inovação sustentável e economia circular: modelo de valorização de resíduos têxteis no interior paulista

Lilian Fortuna Clara Fabiani¹, Andrea Rossi Scalco¹

¹Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"

e-mail: lilian.fortuna@unesp.br

A indústria têxtil desempenha papel relevante na economia global, mas figura entre as mais impactantes ambientalmente, devido ao uso intensivo de recursos naturais, à geração de resíduos e às emissões de poluentes (NIINIMÄKI et al., 2020). O descarte de materiais têxteis em aterros sanitários contribui para a liberação de microplásticos e agrava os efeitos das mudanças climáticas (KANT, 2023).

Na região da Nova Alta Paulista, interior de São Paulo, há grande concentração de fábricas de roupas, pequenas confecções, facções de costura e profissionais autônomos. Apesar da importância econômica desse setor, ainda faltam políticas públicas específicas para a destinação de resíduos, e observa-se baixo conhecimento popular sobre moda circular e reaproveitamento de tecidos (ELLEN MACARTHUR FOUNDATION, 2017).

A valorização de resíduos têxteis, integrada à lógica da economia circular, pode gerar benefícios ambientais, sociais e econômicos. Sua implementação conecta-se a diferentes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): o ODS 8 fomenta trabalho decente e crescimento econômico; o ODS 11 incentiva cidades sustentáveis; o ODS 12 promove padrões de consumo e produção responsáveis; e o ODS 13 atua na mitigação das mudanças climáticas. Nesse contexto, apresenta-se uma iniciativa regional para os municípios da Nova Alta Paulista, com experiência piloto em Osvaldo Cruz, já aprovada pelas autoridades locais.

Propor um modelo de valorização de resíduos têxteis nos municípios da Nova Alta Paulista, como estratégia de inovação sustentável e desenvolvimento regional.

Este estudo foi delineado como um modelo de intervenção regional, com implementação inicial em Osvaldo Cruz. O projeto, já aprovado localmente, será utilizado como piloto para ajustes e expansão.

A fundamentação foi construída a partir de revisão bibliográfica entre 2020 e 2025, utilizando descritores como *textile waste*, *circular fashion* e *recycling* em diversas bases científicas.

O planejamento inclui reuniões com gestores municipais das áreas de meio ambiente, educação e desenvolvimento econômico. As principais ações previstas são:

- Pontos de Entrega Voluntária (PEVs): instalação em escolas, unidades de saúde e espaços públicos;
- Campanhas sazonais: coletas temáticas em períodos estratégicos;
- Parcerias educacionais: oficinas, gincanas e atividades em escolas e universidades;
- Coleta itinerante: rotas mensais integradas à coleta seletiva;
- Colaboração comercial: estabelecimentos locais como pontos de recebimento.

Rotas de aproveitamento dos materiais coletados:

- Reuso direto: doação de roupas em bom estado à famílias carentes;
- Upcycling: oficinas comunitárias e escolares de costura criativa;
- Reciclagem industrial e inovadora: transformação de tecidos em cobertores, reaproveitamento de fibras de jeans, produção de tijolos ecológicos, entre outros;
- Educação e sensibilização: atividades pedagógicas, gincanas ambientais e exposições sobre consumo consciente.

Para acompanhamento, serão monitorados indicadores como: toneladas coletadas, percentual de resíduos desviados de aterros, número de PEVs ativos, adesão comunitária, quantidade de itens reaproveitados ou reciclados, número de oficinas realizadas e postos de trabalho gerados.

Esse conjunto de ações integra inovação social, engajamento comunitário e desenvolvimento sustentável.

A execução piloto do projeto em Osvaldo Cruz já possibilita observar efeitos iniciais da proposta de valorização de resíduos têxteis, estruturada para integração entre poder público, comunidade e setor privado. Entre as primeiras ações destacam-se a instalação de Pontos de Entrega Voluntária (PEVs) em locais estratégicos, a realização de oficinas educativas e a coleta inicial de materiais destinados a reuso, *upcycling* e reciclagem industrial. Essas práticas buscam não apenas reduzir o volume de resíduos encaminhados a aterros, mas também sensibilizar a população sobre os impactos ambientais da moda e os potenciais da economia circular.

Projetam-se efeitos mais amplos à medida que o projeto avança, como o aumento do percentual de resíduos desviados de aterros sanitários, a geração de renda em cooperativas e oficinas comunitárias, e a criação de novos insumos para a indústria local, como cobertores reciclados, tijolos têxteis e enchimentos. O alinhamento às metas globais é evidente: o ODS 8 é contemplado pelo incentivo ao trabalho decente; o ODS 11 pelo fortalecimento de cidades sustentáveis; o ODS 12 pela promoção de padrões de produção e consumo responsáveis; e o ODS 13 pela contribuição à mitigação das mudanças climáticas.

A literatura recente confirma que a circularidade no setor têxtil pode reduzir

significativamente os impactos ambientais e abrir oportunidades socioeconômicas (NIINIMÄKI et al., 2020; KANT, 2023; UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME, 2021). Além disso, relatórios internacionais destacam que a gestão dos resíduos têxteis ainda carece de modelos locais adaptados às especificidades regionais, o que reforça a originalidade da proposta.

Para mensurar o avanço das ações, foram definidos indicadores que incluem: toneladas de resíduos coletados, número de PEVs ativos, percentual de desvio de aterro, participação comunitária por mil habitantes, quantidade de itens reaproveitados, oficinas realizadas e postos de trabalho gerados. O acompanhamento desses parâmetros permitirá avaliar a efetividade do modelo, ajustando estratégias conforme as demandas regionais.

Assim, a experiência em andamento em Osvaldo Cruz se apresenta como referência inicial para a Nova Alta Paulista. A replicação em outros municípios dependerá da capacidade de mobilização social e da articulação entre os setores, mas os resultados preliminares já evidenciam a viabilidade da proposta como caminho para inovação sustentável e fortalecimento da economia circular em nível regional.

A proposta de valorização de resíduos têxteis para os municípios da Nova Alta Paulista consolida-se como estratégia de inovação sustentável, com potencial de integrar benefícios ambientais, sociais e econômicos. Sua implementação iniciou em Osvaldo Cruz, onde foi aprovada pelas autoridades locais, permitindo validar ações em escala piloto. Essa experiência prática possibilitará ajustar metodologias, superar desafios e ampliar a aplicação em outros municípios da região. Dessa forma, a iniciativa fortalece a economia circular e contribui para o desenvolvimento regional sustentável, além de oferecer subsídios para políticas públicas locais.

ELLEN MACARTHUR FOUNDATION. A new textiles economy: redesigning fashion's future. 2017. Disponível em: <https://www.ellenmacarthurfoundation.org/a-new-textiles-economy>. Acesso em: 5 set. 2025. KANT, R. Textile waste and recycling: environmental and economic perspectives. *Journal of Cleaner Production*, v. 412, p. 137-148, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2023.137148> . Acesso em: 5 set. 2025. NIINIMÄKI, K.; PETERS, G.; DAHLBO, H.; PEREZ, E.; RUSSELL, M.; KAUPPINEN, T.; HASSI, L. The environmental price of fast fashion. *Nature Reviews Earth & Environment*, v. 1, p. 189-200, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1038/s43017-020-0039-9>. Acesso em: 5 set. 2025. RECICLA SAMPA. Saiba tudo sobre a reciclagem de resíduos têxteis no Brasil. Disponível em: <https://www.reciclasampa.com.br/artigo/saiba-tudo-sobre-a-reciclagem-de-residuos-texteis-no-brasil>. Acesso em: 29 set. 2025. UN FASHION ALLIANCE. Mapping report. 2021. Disponível em: https://unfashionalliance.org/wp-content/uploads/2021/10/UN-Fashion-Alliance-Mapping-Report_Final.pdf. Acesso em: 5 set. 2025. UNITED NATIONS. Transforming our world: the 2030 agenda for sustainable development. New York: UN, 2015. Disponível em: <https://sdgs.un.org/goals>. Acesso em: 5 set. 2025. UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME. Sustainability and circularity in the textile value chain: a global roadmap. Nairobi: UNEP, 2021. Disponível em: <https://www.unep.org/resources/report/sustainability-and-circularity-textile-value-chain-global-roadmap>. Acesso em: 10 set. 2025. PLATAFORMA CIRCULAR. PlataformaCircular.

Disponível em: <https://www.plataformacircular.app/>. Acesso em: 29 set. 2025.

Comunicação da Rastreabilidade do Algodão: efeitos da abordagem emocional vs funcional sobre confiança e intenção de compra dos consumidores

Murilo de Oliveira Busto¹

¹Faculdade de Ciências Agrárias e Tecnológicas - UNESP

e-mail: murilo_busto@hotmail.com

A crescente demanda por sustentabilidade e transparência nas cadeias produtivas tem impulsionado a adoção de práticas de rastreabilidade no setor têxtil. No caso do algodão, um dos principais insumos da indústria da moda, essas práticas permitem comunicar origem, responsabilidade socioambiental e valor agregado aos consumidores. Contudo, o diferencial competitivo não está apenas na implementação técnica da rastreabilidade, mas também na forma como ela é comunicada. As estratégias de marketing digital, em especial nas redes sociais, assumem papel central nesse processo, possibilitando diferentes abordagens comunicacionais.

Pesquisas apontam que mensagens de caráter funcional, com ênfase em informações técnicas e objetivas, tendem a gerar maior credibilidade entre consumidores com maior envolvimento e conhecimento sobre o tema. Por outro lado, abordagens emocionais, que exploram narrativas simbólicas, vínculos afetivos e apelos à consciência social, podem despertar maior intenção de compra entre consumidores que valorizam experiências e significados. Nesse contexto, este estudo busca compreender como diferentes tipos de comunicação sobre rastreabilidade influenciam variáveis comportamentais-chave, como confiança, intenção de compra e valor percebido.

Ao propor um experimento baseado em postagens fictícias no Instagram, este artigo explora a interação entre duas dimensões: tipo de comunicação (emocional vs funcional) e presença ou ausência de selo de rastreabilidade. A pesquisa contribui tanto para o campo acadêmico, ao aprofundar o debate sobre comunicação da sustentabilidade, quanto para o setor empresarial, ao indicar práticas eficazes de marketing voltadas à valorização do algodão rastreado.

Avaliar o impacto das comunicações emocional e funcional sobre a intenção de compra, confiança e valor percebido dos consumidores acerca da rastreabilidade em produtos de algodão.

A pesquisa adotou abordagem quantitativa experimental, com delineamento fatorial 2x2 entre sujeitos. Os estímulos foram construídos a partir de quatro postagens fictícias no Instagram, que apresentavam uma peça de roupa de algodão (camiseta branca), variando conforme o tipo de comunicação (emocional vs funcional) e a presença ou ausência do selo de rastreabilidade.

A coleta de dados foi realizada por meio de questionário online, distribuído a consumidores finais. O instrumento incluiu escalas validadas para medir construtos como confiança, intenção de compra, valor percebido e envolvimento com o algodão, além de questões demográficas. A amostra foi segmentada por perfil de consumidor, garantindo diversidade em termos de idade e gênero.

Os dados serão analisados em duas etapas: (i) análise descritiva, para caracterização da amostra e verificação da consistência das escalas utilizadas, e (ii) análise inferencial, por meio de ANOVA fatorial e regressões múltiplas, visando identificar os efeitos principais e as interações entre os fatores manipulados. Essa estratégia metodológica possibilita compreender a influência da comunicação sobre variáveis-chave do comportamento do consumidor, contribuindo tanto para a validação teórica quanto para a aplicação prática no marketing de moda sustentável.

os resultados do experimento mostraram efeitos significativos da comunicação da rastreabilidade na intenção de compra, na confiança e no valor percebido pelos consumidores. Foram analisadas quatro condições experimentais: (i) publicações com selo de rastreabilidade e apelo emocional; (ii) publicações com selo de rastreabilidade e apelo funcional/técnico; (iii) publicações sem selo de rastreabilidade e apelo emocional; e (iv) publicações sem selo de rastreabilidade e apelo funcional/técnico.

Entre as condições testadas, a comunicação emocional associada ao selo de rastreabilidade foi a mais efetiva, gerando maior confiança e intenção de compra. Os consumidores relataram perceber maior autenticidade e engajamento com a proposta da marca, atribuindo valor simbólico à transparência e à responsabilidade socioambiental comunicadas. Esse resultado reforça a importância de associar narrativas emocionais à certificação visual (selo), que serve como evidência concreta e confiável da prática de rastreabilidade.

Na segunda posição de impacto positivo, destacaram-se as publicações com selo de rastreabilidade e apelo funcional/técnico. Embora o nível de engajamento emocional tenha sido menor, essas mensagens foram bem avaliadas pelos consumidores com maior envolvimento e conhecimento prévio sobre sustentabilidade. Isso demonstra que a clareza e a objetividade técnica continuam sendo valorizadas por perfis mais racionais, reforçando a ideia de que diferentes segmentos de público respondem de forma diferenciada às estratégias comunicacionais.

Já as postagens sem o selo de rastreabilidade apresentaram resultados significativamente inferiores, tanto no formato emocional quanto no funcional. Apesar de algumas narrativas emocionais gerarem identificação parcial, a ausência do selo reduziu a credibilidade e a percepção de autenticidade, limitando o impacto na intenção de compra. Isso sugere que a rastreabilidade, quando não é visivelmente comprovada, perde parte de sua capacidade de gerar valor agregado, mesmo diante de mensagens bem elaboradas.

De modo geral, os achados indicam que a combinação de selo de rastreabilidade com apelos emocionais é a estratégia mais eficaz para construir confiança e fortalecer a intenção de compra. No entanto, a presença do apelo funcional, especialmente quando associada ao

selo, também se mostrou relevante, sobretudo para consumidores com maior nível de criticidade ou engajamento prévio. Dessa forma, as empresas podem adotar estratégias híbridas, ajustando a ênfase comunicacional conforme o perfil do público-alvo.

Esses resultados contribuem para a literatura sobre marketing sustentável e comportamento do consumidor, evidenciando que a rastreabilidade não deve ser tratada apenas como recurso técnico-operacional, mas como atributo estratégico que, quando comunicado de forma adequada, amplia a percepção de valor e diferencia produtos no mercado têxtil.

O estudo demonstrou que a eficácia da comunicação da rastreabilidade do algodão depende da forma como ela é apresentada ao consumidor. A presença do selo de rastreabilidade foi determinante para a construção de confiança, especialmente quando associada a narrativas emocionais, que ampliaram a intenção de compra e o valor percebido. Estratégias funcionais também mostraram relevância, sobretudo para consumidores mais críticos. Assim, os resultados reforçam que a rastreabilidade é um atributo que deve ser comunicado de forma estratégica, integrando elementos emocionais e técnicos, a fim de maximizar sua contribuição simbólica e mercadológica no setor têxtil.

BARROS, M. et al. Comunicação da sustentabilidade em mídias sociais: uma análise de estratégias de engajamento. *Revista Brasileira de Marketing*, v. 24, n. 1, p. 1-19, 2025. BRAUN, V.; CLARKE, V. Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006. CHAUDHURI, A.; HOLBROOK, M. B. The chain of effects from brand trust and brand affect to brand performance: the role of brand loyalty. *Journal of Marketing*, v. 65, n. 2, p. 81-93, 2001. CHEN, Y. S.; CHANG, C. H. Enhance green purchase intentions: the roles of green perceived value, green perceived risk, and green trust. *Management Decision*, v. 50, n. 3, p. 502-520, 2012. FRASER, J.; VAN DER VEN, H. Transparency in global supply chains: a framework for analysis. *Business Strategy and the Environment*, v. 31, n. 4, p. 1623-1636, 2022. JABBOUR, C. J. C. et al. Digitalization for sustainable development: challenges, opportunities and research agenda. *Journal of Cleaner Production*, v. 421, p. 138-147, 2024. MORHART, F. et al. Brand authenticity: An integrative framework and measurement scale. *Journal of Consumer Psychology*, v. 25, n. 2, p. 200-218, 2015. NAPOLI, J. et al. Brand authenticity: brand trust and brand loyalty. *European Journal of Marketing*, v. 48, n. 7/8, p. 1095-1112, 2014. SCHNACKENBERG, A. K.; TOMLINSON, E. C. Organizational transparency: A new perspective on managing trust in organization-stakeholder relationships. *Journal of Management*, v. 42, n. 7, p. 1784-1810, 2016. SWEENEY, J. C.; SOUTAR, G. N. Consumer perceived value: The development of a multiple item scale. *Journal of Retailing*, v. 77, n. 2, p. 203-220, 2001.

Estoque de carbono no solo- Melhores formas de manejo.

Moises da Silva Martins¹, Gustavo Bott Bianchini², Elcio Carlos Francelino Pereira²

¹Faculdade de Tecnologia-Presidente Prudente, ²Faculdade de Tecnologia de Presidente Prudente

e-mail: martinsmoises@bol.com.br

O solo é um importante compartimento de Carbono e exerce papel fundamental sobre a emissão de gases do efeito estufa e consequentes mudanças climáticas globais. Mudanças no uso e manejo do solo podem causar tanto efeito negativo como positivo no que se refere à emissão de gases de efeito estufa para a atmosfera. Entretanto, atualmente tem sido constatada a intensificação do aquecimento global, causado pelo aumento das emissões dos gases responsáveis pelo efeito estufa, oriundos principalmente da queima de combustíveis fósseis, do desmatamento e do uso inadequado do solo para agricultura. O uso e manejo inadequado do solo, além de contribuir para o efeito estufa, ainda traz problemas relacionados à sua sustentabilidade devido à degradação da matéria orgânica do solo, o que atinge negativamente os seus atributos físicos e químicos, bem como sua biodiversidade. Por outro lado, práticas adequadas de manejo, que visam à manutenção ou mesmo o acúmulo de C no sistema solo-planta, podem atenuar os efeitos do aquecimento global. Essas práticas de manejo podem ser: implementação de sistemas de plantio direto, recuperação de pastagens degradadas, implantação de sistemas integrados de cultivo, reflorestamento de áreas marginais, uso de espécies que tenham alta produção de biomassa, eliminação de queimadas, entre outras. O objetivo desta revisão foi avaliar algumas das principais fontes de gases do efeito estufa relacionadas à agricultura e mudança do uso da terra e, ainda, apresentar estratégias para mitigar tais emissões e aumentar o sequestro de C no sistema solo planta.

- Mostrar a importancia do manejo,
- Estudar as fontes de gases do efeito estufa.
- Apresentar estrtégias para mitigar as emissoes e aumentar o sequestrio de carbono no solo.

Emissões de Dióxido de Carbono (CO₂) no Brasil Nos países desenvolvidos a principal fonte de emissões de CO₂ é o uso energético

As mudanças climáticas devido ao aumento da emissão de gases pelo homem causam modificações no regime hídrico e na temperatura global, influenciando diretamente a produtividade das culturas. Simulações sugerem que nas regiões de clima tropical haverá reduções mais acentuadas na produção agrícola (IPCC, 2001, 2007).

No entanto, alguns estudos têm demonstrado que o aumento da concentração de CO₂ na

atmosfera não é totalmente nocivo para algumas plantas cultivadas (Siqueira et al., 2001; Streck, 2005). Segundo esses estudos, o aumento da diferença de CO₂ entre a planta e a atmosfera adjacente também aumentaria a taxa fotossintética e a produtividade de algumas plantas cultivadas.

Streck (2005) compilou vários trabalhos que demonstraram que as plantas, de modo geral, aumentaram sua produção em 28 % em relação ao controle (concentrações atuais de CO₂ na atmosfera). Realizando uma estratificação do aumento na produção dessas plantas, os autores observaram incremento na ordem de 23, 32, 42, 52 e 54 % para frutíferas, cereais de ciclo fotossintético C3, folhosas, tubérculos e leguminosas, respectivamente.

O efeito do aumento da concentração de CO₂. A cultura da soja foi a que mais resistiu ao aumento de temperatura, observando-se redução no rendimento apenas com um aumento de temperatura de 6 °C (Streck & Alberto, 2006).

Desse modo, mesmo existindo alguns benefícios referentes à maior concentração de CO₂ na atmosfera, o aumento da temperatura resultante da maior concentração desse GEE pode resultar em inúmeras injúrias às plantas, impedindo um ganho efetivo de produtividade (Siqueira et al. 2001; Streck, 2005; Streck & Alberto, 2006).

A emissão de CO₂ do solo para a atmosfera ocorre principalmente por dois processos biológicos: a decomposição de resíduos orgânicos e a respiração de organismos e sistema radicular das plantas. No solo, o CO₂ se movimenta por meio da difusão, de uma região de maior concentração para outra de menor concentração, e, por fluxo de massa, o CO₂ move-se junto com o ar ao qual está misturado (Ball & Smith, 1991).

A concentração de CO₂ nos poros do solo é significativamente maior do que na atmosfera, na ordem de 10 a 100 vezes (Moreira & Siqueira, 2006). Esse fato está associado à atividade respiratória no solo, sendo a respiração radicular responsável por 20 % desse aumento na concentração de CO₂, e os 80 % restantes são oriundos da atividade biológica do solo (Melillo et al., 2002).

A diferença de potencial entre o solo e a atmosfera cria um fluxo ascendente de CO₂ (Ball & Smith, 1991).

As variáveis climáticas influenciam diretamente o fluxo de CO₂ para a atmosfera, e seus principais condicionantes são a temperatura (solo e atmosfera) e a umidade do solo (Duiker & Lal, 2000).

A temperatura merece destaque especial no fluxo de CO₂, uma vez que acréscimos podem elevar exponencialmente a taxa de respiração do solo (Fang & Moncrieff, 2001).

Em razão de as massas de ar que circulam no planeta possuírem diferentes temperaturas, o fluxo de CO₂ no globo terrestre também é diferenciado; em regiões mais quentes as emissões serão superiores

O aumento da concentração de GEE na atmosfera pode influenciar a produção agrícola mundial. No Brasil, as principais fontes de GEE para a atmosfera são mudanças no uso da terra, agricultura e pecuária. A agricultura e a pecuária correspondem a quase 30 % do produto interno bruto (PIB) no Brasil e são atividades altamente dependentes de variáveis climáticas, podendo ser diretamente influenciadas pelo aquecimento global e por possíveis mudanças climáticas.

Entretanto, no setor agropecuário, o uso e manejo adequado do solo podem resultar em aumento nos estoques de C no solo, na vegetação, bem como atuar na redução da emissão.

BUSTAMANTE, M.M.C.; CORBEELS, M.; SCOPEL, E. & ROSCOE, R. Soil carbon and sequestration potential in the Cerrado Region of Brazil. In: LAL, R.; CERRI, C.C.; BERNOUX, M.; ETCHEVERS, J. & CERRI, C.E.P. Carbon sequestration in soils of Latin America. New York, Haworth, 2006. p.285-304. CARVALHO, J.L.N.; CERRI, C.E.P.; FEIGL, B.J.; PICOLLO, M.C.; GODINHO, V.P. & CERRI, C.C. Carbon sequestration in agricultural soils in the Cerrado region of the Brazilian Amazon. *Soil Tillage Res.*, 103:342-349, 2009. CERRI, C.C. & CERRI, C.E.P. Agricultura e aquecimento global. *B. Inf. SBCS*, 23:40-44, 2007. CERRI, C.C.; BERNOUX, M.; ARROUAYS, D.; FEIGL, B.J. & PICCOLO, M.C. Carbon stocks in soils of the Brazilian Amazon. In: LAL, R.; KIMBLE, J.; FOLLET, R. & STEWART, B.A. Global climate change and tropical ecosystems. Boca Raton, CRC Press, 1999. p.33-50. CERRI, C.C.; BERNOUX, M.; ETCHEVERS, J. & CERRI, C.E.P. Carbon sequestration in soils of Latin America. New York, Haworth, 2006a. p.41-47. CERRI, C.E.P.; CERRI, C.C.; BERNOUX, M.; VOLKOFF, B. & RONDÓN, M.A. Potential of soil carbon sequestration in the Amazonian Tropical Rainforest. In: LAL, R.; CERRI, C.C.; BERNOUX, M.; ETCHEVERS, J. & CERRI, C.E.P. Carbon sequestration in soils of Latin America. New York, Haworth, 2006b. p.245-266. CERRI, C.E.P.; EASTER, M.; PAUSTIAN, K.; KILLIAN, K.; COLEMAN, K.; BERNOUX, M.; POWLSON, D.S.; BATJES, N.H.; MILNE, E. & CERRI, C.C. Predicted soil organic carbon stocks and changes in the Brazilian Amazon between 2000 and 2030. *Agric. Ecosyst. Environ.*, 122:58-72, 2007b. CERRI, C.E.P.; SPAROVEK, G.; BERNOUX, M.; EASTERLING, W.E.; MELILLO, J.M. & CERRI, C.C. Tropical agriculture and global warming: Impacts and mitigation options. *Sci. Agric.*, 64:83-99, 2007a. CERRI, C.E.P.; COLEMAN, K.; JENKINSON, D.S.; BERNOUX, M.; VICTORIA, R.L. & CERRI, C.C. Modeling soil carbon from forest and pasture ecosystems of Amazon, Brazil.. *Soil Sci. Soc. Am. J.*, 67:1879-1887, 2003. CERRI, C.C.; NEILL, C.; PICCOLO, M.C.; MELILLO, J.M. & STEUDLER, P.A. Nitrogen dynamics in Amazon forest and pasture soils measured by ¹⁵N pool dilution.. *Soil Biol. Biochem.*, 31:567-572, 1999. CERRI, C.C.; BERNOUX, M.; CERRI, C.E.P. & FELLER, C. Carbon cycling and sequestration opportunities in South America: the case of Brazil.. *Soil Use Manag.*, 20:248-254, 2004. DIAS-FILHO, M.B.; DAVIDSON, E.A. & CARVALHO, C.J.R. Linking biogeochemical cycles to cattle pasture management and sustainability in the Amazon Basin. In: MCCLAIN, M.E.; VICTORIA, R.L. & RICHEY, J.E., eds. *The biogeochemistry of the Amazon Basin*. New York, Oxford University Press, 2001. p.84-105. ESWARAN, H.; van den BERG, E. & REICH, P. Organic carbon in soils of the word. *Soil Sci. Soc. Am. J.*, 57:192-194, 1993. FELLER, C.F. Efeitos da colheita sem queima da cana-deaçúcar sobre a dinâmica do carbono e as propriedades do solo. Piracicaba, FAPESP, 2001. 150p. (Relatório Técnico) GREEN, V.S.; STOTT, D.E.; CRUZ, J.C. & CURI, N. Tillage impacts on soil biological activity and aggregation in a Brazilian Cerrado Oxisol. *Soil*

Tillage Res., 92:114-121, 2007.

Utilizando a Impressora 3D para Confeccionar Próteses para Pets.

Silvio Luis Agostinho dos Santos¹

¹Professor Carlos Umberto Carrara

e-mail: silvioluis@prof.educacao.sp.gov.br

A tecnologia de impressão 3D tem revolucionado diversos setores, incluindo a medicina veterinária e a engenharia. Em particular, a fabricação de próteses personalizadas tem sido uma das áreas mais impactadas por essa inovação. No contexto veterinário, a impressão 3D oferece uma oportunidade única para melhorar a qualidade de vida dos animais de estimação que enfrentam desafios ortopédicos devido a lesões ou deformidades congênitas.

Os animais de estimação, assim como os seres humanos, podem sofrer de condições que afetam sua mobilidade e bem-estar. Muitas vezes, essas condições exigem soluções ortopédicas especializadas para restaurar a funcionalidade e o conforto dos pets. Tradicionalmente, o processo de criação de próteses para animais era limitado por altos custos e uma disponibilidade restrita de soluções personalizadas. No entanto, a impressão 3D permite a criação de dispositivos ortopédicos com uma precisão impressionante e a um custo reduzido. Utilizando a metodologia da aprendizagem significativa de David Ausubel.

O projeto "Utilizando a Impressora 3D para Confeccionar Próteses para Pets" visa explorar o potencial desta tecnologia para desenvolver próteses personalizadas para animais de estimação. Ao empregar a impressão 3D, o projeto busca criar próteses que se ajustem de maneira exata às necessidades individuais de cada animal, proporcionando uma solução eficaz e acessível para problemas ortopédicos.

Desenvolvimento de Próteses Personalizadas: Criar modelos de próteses que se ajustem perfeitamente às necessidades individuais de cada animal, com base em medições e análises personalizadas.

Uso de Tecnologias Avançadas.

Melhoria na Qualidade de Vida dos pets.

Educação e Conscientização.

1 Pesquisa Inicial:

- Realizar uma pesquisa para entender a demanda e a necessidade de próteses para pets.
- Identificar os tipos de próteses mais requisitadas (patas, caudas, membro anterior ou

posterior).

2. Desenvolvimento do Design da Prótese

2.1 Modelagem 3D:

- Utilizar softwares de modelagem 3D (como Tinkercad, Fusion 360, ou Blender) para criar os designs das próteses.
- Considerar aspectos anatômicos dos pets e ergonomia no design das próteses.

2.2 Prototipagem:

- Imprimir protótipos iniciais para testar o ajuste e funcionalidade.
- Realizar ajustes no design com base no feedback e testes iniciais.

3. Seleção de Materiais

3.1 Pesquisa de Materiais:

- Pesquisar materiais que sejam biocompatíveis, duráveis e confortáveis para os pets.
- Considerar o uso de filamentos de PLA, ABS, TPU e outros materiais flexíveis e resistentes.

3.2 Testes de Materiais:

- Realizar testes de resistência, flexibilidade e durabilidade com os materiais selecionados.
- Escolher o material que oferece o melhor equilíbrio entre conforto, durabilidade e custo.

Impressão dos Modelos:

- Imprimir os modelos finais das próteses.
- Monitorar a impressão para garantir que não haja falhas ou imperfeições.

Acabamento da Prótese:

- Realizar acabamentos na prótese, como lixamento e remoção de suportes, para garantir um ajuste confortável.
- Adicionar revestimentos ou acolchoamentos, se necessário, para aumentar o conforto do pet.

Ajuste Personalizado:

- Ajustar a prótese de acordo com as medidas específicas do pet.
- Garantir que a prótese se encaixe corretamente

e não cause desconforto ou irritação.

O projeto "Utilizando a Impressora 3D para Confeccionar Próteses para Pets" busca alcançar os seguintes resultados e impactos:

1. Desenvolvimento de Próteses Personalizadas: Espera-se criar próteses ortopédicas personalizadas e adaptadas às necessidades específicas de cada animal de estimação, com base em medições detalhadas e design individualizado. Essas próteses deverão proporcionar um ajuste preciso e confortável para os pets, contribuindo para sua reabilitação e bem-estar.

2. Redução de Custos e Acessibilidade: A utilização da impressão 3D deverá resultar na redução significativa dos custos de fabricação de próteses, tornando essas soluções mais acessíveis para os tutores de animais. A expectativa é que a abordagem de impressão 3D permita a produção de próteses a um custo menor em comparação com métodos tradicionais, ampliando a disponibilidade de cuidados ortopédicos para pets.

3. Eficiência e Durabilidade: A implementação de materiais e técnicas avançadas de impressão 3D deve garantir a durabilidade e a funcionalidade das próteses, assegurando que sejam resistentes ao uso diário e ofereçam o suporte necessário para a mobilidade dos animais. Espera-se que as próteses sejam eficientes em atender as demandas ortopédicas específicas de cada pet.

4. Melhoria na Qualidade de Vida: Com o uso das próteses personalizadas, espera-se uma melhoria significativa na qualidade de vida dos animais, com aumento da mobilidade e do conforto. A adaptação e aceitação das próteses pelos pets devem ser observadas através de testes e feedback dos tutores, indicando um impacto positivo na capacidade de locomoção e no bem-estar geral dos animais.

5. Educação e Disseminação do Conhecimento: O projeto visa promover a conscientização sobre a aplicação da impressão 3D na medicina veterinária, contribuindo para a educação e a disseminação do conhecimento sobre tecnologias assistivas para animais. Espera-se que o projeto inspire a adoção de práticas inovadoras e estimule o desenvolvimento de novas soluções para cuidados ortopédicos.

6. Modelo Reprodutível: Espera-se que o projeto estabeleça um modelo de prática para a fabricação de próteses para pets utilizando impressão 3D, que possa ser replicado e adaptado para diferentes contextos e necessidades, beneficiando uma gama mais ampla de animais e suas famílias.

Esses resultados devem confirmar a viabilidade e a eficácia da impressão 3D na confecção de próteses para pets, demonstrando o potencial desta tecnologia para transformar o cuidado veterinário e proporcionar melhorias significativas na vida dos animais de estimação.

O projeto "Utilizando a Impressora 3D para Confeccionar Próteses para Pets" demonstrou o potencial transformador da tecnologia de impressão 3D na criação de soluções ortopédicas personalizadas para animais de estimação. Ao longo da execução do projeto, foram alcançados resultados significativos que confirmam a eficácia e os benefícios desta abordagem inovadora.

• AUSUBEL, D. P. Aquisição e retenção de conhecimentos: uma perspectiva cognitiva. Lisboa: Plátano, 2003. • AUSUBEL, D. P.; NOVAK, J. D.; HANESIAN, H. Psicologia educacional. Rio de Janeiro: Interamericana, 1980., Gibson, I., Rosen, D. W., & Stucker, B. (2015). Additive Manufacturing Technologies: 3D Printing, Rapid Prototyping, and Direct Digital Manufacturing. Springer. Bártolo, P. J. (2016). 3D Printing and Additive Manufacturing: Principles and Applications. CRC Press. Ng, W. F., & Wong, Y. S. (2019). 3D Printing in Medicine: A Practical Guide. Springer. Niemeyer, J., & Schubert, C. (2020). 3D Printing in Veterinary Medicine: Applications and Challenges. Wiley-VCH. Medeiros, J. A., & Silva, A. P. (2021). Tecnologia de Impressão 3D: Avanços e Aplicações em Engenharia e Saúde. Editora Universitária. Fischer, M., & Friedrich, K. (2018). Design and Fabrication of 3D Printed Prostheses for Animals. *Journal of Veterinary Science and Technology*, 9(3), 456-469. Huang, Y., & Zhao, Q. (2022). Recent Advances in 3D Printing Technology for Prosthetic Applications. *Advanced Materials Research*, 112(4), 892-905. Smith, C. R., & Johnson, T. A. (2017). The Impact of 3D Printing on Veterinary Orthotics. *Veterinary Clinics: Small Animal Practice*, 47(2), 235-250.

A prevenção do suicídio e o “setembro amarelo” no Brasil: desencontros entre os campos político, científico, econômico e social

ANA VITÓRIA SALIMON-SANTOS¹

¹Centro Universitário de Adamantina

e-mail: anavitoria@fai.com.br

O suicídio é um grave problema de Saúde Pública mundial. A redução de suas taxas é um dos indicadores dos objetivos de desenvolvimento sustentável da Organização das Nações Unidas, do Programa Geral de Trabalho da Organização Mundial da Saúde _ OMS e do Plano de Ação Integral para a Saúde Mental da OMS, período 2013-2030 (WHO). O Brasil, embora tenha definido, através de portaria do Ministério da Saúde, em 2006, Diretrizes Nacionais de Prevenção do Suicídio e tenha aprovado em 2019 a Lei Federal 13.819 que institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, tem apresentado vertiginosa elevação das taxas de mortalidade por suicídio (Brasil, 2024). No Brasil não há um plano nacional de prevenção do suicídio e iniciativas de organizações diversas, individuais ou coletivas, realizam ações nomeadas como de prevenção do suicídio. Uma delas denomina-se “setembro amarelo”, a qual caracteriza-se por palestras, cartazes, divulgações em rede, decorações predominantemente amarelas, durante o mês de setembro, geralmente objetivando conscientizar sobre a importância de falar sobre suicídio. Nos últimos anos, especialistas, sobreviventes enlutados, associações discutem se o “setembro amarelo” contribui para a prevenção ou pode se caracterizar num fator de risco ou agravamento à saúde.

Esta pesquisa objetiva apresentar uma análise crítica referente à existência no Brasil do “setembro amarelo”, um mês inteiro dedicado à campanha de prevenção do suicídio.

Foi realizado um estudo qualitativo, de caráter exploratório descritivo. Realizou-se uma revisão bibliográfica narrativa, utilizando-se os descritores “suicídio” and “setembro amarelo”, “suicídio” e campanha”, e foram coletadas notícias, postagens e divulgações em sites e redes sociais durante o mês de setembro de 2025 (1 a 28/09), material que se somou a outros arquivados ao longo dos anos em acervo próprio. Após reunidos, os materiais foram categorizados para análise, resultando em: aspectos históricos, aspectos políticos-normativos, “marketing amarelo” e “posicionamento crítico”, vertente científica e vertente social. O referencial de análise utilizado foi multidisciplinar conforme demanda a área de estudo da suicidologia.

O “Setembro amarelo” iniciou no Brasil entre os anos de 2014 e 2015 direcionado, a princípio pela Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP) e pelo Centro de Valorização da Vida (CVV), os quais propunham que ações fossem realizadas durante todo o mês de setembro para conscientizar, alertar e orientar sobre suicídio e sua prevenção. Já nessa ocasião, muitos municípios adotavam o dia 10 de setembro para manifestações, pois desde 2003 a Associação Internacional de Prevenção do Suicídio, com apoio da OMS instituiu nessa data o dia internacional de prevenção do suicídio. Ao longo do tempo as manifestações, constituídas geralmente por palestras, cartazes, posts em redes sociais, entrevistas, iluminação de prédios públicos com a cor amarela, utilização de laços amarelos ampliou-se significativamente, existindo também o acompanhamento de cafés e brindes, de modo presencial e virtual, sendo executadas por órgãos governamentais ou não, instituições privadas, igrejas, população em geral, com os mais diversos perfis como leigos, científicos, políticos, religiosos. Verificou-se que setembro amarelo é marca registrada da Associação Brasileira de Psiquiatria, Setembro Amarelo®. Em 2022 existiam três sites: pela ABP: <https://www.setembroamarelo.com/>, pelo CVV: <https://www.setembroamarelo.org.br/> e outro governamental: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/setembro-amarelo> (Salimon-Santos, 2024). Em 09 de setembro de 2025 foi aprovada a Lei 15.199 que institui oficialmente no Brasil a campanha setembro amarelo, estabelece o dia 17 de setembro como o dia nacional de prevenção da automutilação e 10 de setembro como o dia nacional de prevenção do suicídio. Enquanto conteúdo, verifica-se a existência de diversos perfis de ações, muitas se destacam como “marketing amarelo”: divulgações de produtos, serviços e profissionais acompanhando frases motivacionais ou orientações para ajuda, venda de kits com brindes, doces, palestras, telas de apresentação e posts/cartazes prontos expondo uma face exploratória e comercial; existem ações que associam o suicídio a doença mental, geralmente depressão; ao mesmo tempo, há publicações que combatem as ações focadas no sujeito, como responsável por sua suicidabilidade, e apresentam posts como a necessidade de comida na mesa, seguridade social, emprego, qualidade nas relações de trabalho, garantia de Educação e Assistência em Saúde, respeito enquanto pessoa e cidadão; e ainda, enlutados por suicídio, como através da ABRASES (Associação Brasileira dos Sobrevivente Enlutados Por Suicídio) apresentam o sofrimento dos enlutados e de pessoas que estão vivendo situações referentes ao comportamento suicida que são submetidos diuturnamente ao tema; suicidologistas apresentam a importância da conscientização sobre o tema e de orientação a população e estudos recentes demonstram que as taxas de suicídio subiram vertiginosamente a partir de 2015, o que, apesar de não permitir uma relação causal entre aumento de suicídios e a campanha setembro amarelo, comprova que a mesma não é um meio eficiente de redução do suicídio (Damiano et al, 2024).

A campanha “setembro amarelo” apresenta diversas facetas que respondem a interesses e óticas diversas desde um genuíno interesse pela preservação da vida até propósitos comerciais, corporativistas, políticos diversos. Constatou-se a existência de conceitos e abordagens equivocadas e até mesmo a sanção de uma lei que define uma campanha que não tem evidência científica de impacto, que apresenta inadequações éticas e que ainda levanta dúvidas sobre seus efeitos iatrogênicos. Neste sentido os desencontros entre as várias abordagens do “setembro amarelo” se constituem uma “neblina amarela” que impede o desnudamento da ausência de políticas públicas efetivas de prevenção do suicídio no Brasil.

ABRASES. Associação Brasileira de Apoio aos Sobreviventes Enlutados por Suicídio. <https://abrases.org.br/> BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Boletim Epidemiológico: Panorama dos suicídios e lesões autoprovocadas no Brasil de 2010 a 2021, v. 55, n. 4, fev. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/e-dicoes/2024/boletim-epidemiologico-volume-55-no-04.pdf> . Acesso em: 3 mar. 2025. BRASIL. Lei nº 13.819, de 26 de abril de 2019. Institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, a ser implementada pela União, em cooperação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; e altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano CLVII, n. 81, p. 1, 29 abr. 2019a. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/lei-n%C2%BA-13.819-de-26-de-abril-de-2019-85673796>. Acesso em: 15 abr. 2021. DAMIANO, R.F., BEIRAM, L., DAMIANO, B.B.F., HOFFMANN, M.S., MOREIRA-ALMEIDA, A., RÜCK, C., TAVARES, H., BRUNONI, A.R., MIGUEL, E.C., MENEZES, P.R., SALUM, G.A. Associations between a Brazilian suicide awareness campaign and suicide trends from 2000 to 2019: Joinpoint and regression discontinuity analysis. J Affect Disord. 2024 Nov 15; 365:459-465. SALIMON-SANTOS, A. V. Suicídio: uma questão de Saúde Pública no Brasil? 2024. 263 f. Tese (Doutorado em Psicologia) — Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Assis, 2024. WHO. WORLD HEALTH ORGANIZATION. Suicide. 25 de março de 2025. Disponível em <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/suicide>. Acesso em 28/09/2025.

Caracterização clínica e análise do autocuidado em idosos com Diabetes Mellitus tipo 2 na Atenção Básica

Isadora Mizuno Barbosa¹, Liliana Cristina Tino¹, Fabio Antônio Venancio¹

¹Centro Universitário de Adamantina

e-mail: 10005024@fai.com.br

O Diabetes Mellitus tipo 2 (DM2) representa um dos principais desafios globais de saúde pública, caracterizado por hiperglicemia crônica e elevada morbimortalidade. Estima-se que 16,8 milhões de brasileiros entre 20 e 79 anos convivam com a doença, podendo alcançar 21,5 milhões até 2030 (IDF, 2021).

Entre suas complicações mais prevalentes destaca-se o pé diabético, condição multifatorial associada, sobretudo, à neuropatia periférica e à doença arterial periférica (DAP). Tal agravo ocasiona úlceras, infecções recorrentes e amputações, repercutindo negativamente na qualidade de vida e elevando custos assistenciais (BRITO et al., 2020).

Na Atenção Primária à Saúde (APS), o enfermeiro desempenha papel estratégico na prevenção do pé diabético, por meio da avaliação clínica sistemática dos pés, estratificação do risco e ações educativas voltadas ao autocuidado (SILVA et al., 2022). Entretanto, pesquisas evidenciam lacunas no conhecimento e na prática preventiva dos profissionais, o que reforça a importância de investigações sobre o perfil clínico e os hábitos de autocuidado de idosos com DM2. A análise desse cenário pode subsidiar intervenções mais efetivas, reduzir complicações e fortalecer práticas baseadas em evidências (ARRAIS et al., 2022).

Avaliar o perfil clínico e os hábitos de autocuidado de idosos com Diabetes Mellitus tipo 2 atendidos na APS, por meio da aplicação da Ficha de Avaliação Clínica dos Membros Inferiores para Prevenção do Pé Diabético, identificando a estratificação de risco e potenciais fatores associados.

Trata-se de um ensaio clínico randomizado, transversal e com abordagem quantitativa, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE: 89165725.7.0000.0438). O estudo foi conduzido com 37 idosos DM2, acompanhados pela Estratégia de Saúde da Família (ESF) no município de Adamantina.

A amostra foi definida considerando critérios de inclusão: idade mínima de 60 anos, cadastro na unidade de saúde há pelo menos seis meses, condições cognitivas e físicas adequadas e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Foram excluídos indivíduos com úlceras ativas nos pés, histórico de amputações em membros inferiores, diagnóstico de demência ou limitações motoras impeditivas.

A coleta de dados ocorreu entre julho e setembro de 2025, utilizando a Ficha de Avaliação Clínica dos Membros Inferiores para Prevenção do Pé Diabético, validada por Mello, Pires e

Kede (2017). O instrumento contemplou variáveis clínicas estruturais, musculoesqueléticas, neurológicas, vasculares e cutâneas, bem como indicadores de autocuidado como inspeção diária dos pés, uso de calçados, corte de unhas, hidratação e práticas de risco, como remoção incorreta de calosidades. O risco para pé diabético foi classificado em ausente, baixo, moderado e alto.

Os dados foram organizados em planilha eletrônica e submetidos à análise estatística descritiva. Variáveis quantitativas foram apresentadas em médias e desvios padrão ou em medianas e intervalos interquartis, conforme a normalidade pelo teste de Shapiro-Wilk. Já as categóricas foram expressas em frequências absolutas e percentuais.

A amostra foi composta por 37 idosos com diagnóstico de Diabetes Mellitus tipo 2, com idade média de 68,8 ($\pm 7,8$) anos, predominando o sexo feminino (67,5%). Esse perfil demográfico é semelhante ao encontrado em estudos nacionais, que evidenciam maior prevalência da doença entre mulheres idosas, possivelmente devido à maior sobrevida e maior procura pelos serviços de saúde (CARVALHO et al., 2021).

Na estratificação do risco para pé diabético, observou-se que 59,5% dos participantes apresentaram perda de sensibilidade protetora (PSP) ou doença arterial periférica (DAP) isoladamente. Em contrapartida, 32,43% não apresentaram alterações, enquanto 8,10% exibiram a combinação de PSP, DAP e deformidades, configurando o grupo de maior risco para ulceração. A presença de alterações sensoriais compatíveis com neuropatia periférica foi identificada em 24,32% da amostra, e sinais de comprometimento vascular em 72,97%. Esses achados corroboram a literatura, que aponta alta prevalência de alterações neurológicas e vasculares em pessoas com DM2, fatores diretamente associados à formação de úlceras e risco de amputações (BRITO et al., 2020).

No que se refere às práticas de autocuidado, verificou-se que 70,27% dos idosos relataram realizar inspeção diária dos pés, entretanto apenas 27,02% utilizavam calçados adequados. Além disso, 67,56% apresentavam hábitos de risco, como corte inadequado das unhas ou remoção incorreta de calosidades. A adesão às medidas preventivas demonstrou-se heterogênea, indicando lacunas no conhecimento sobre cuidados essenciais para a prevenção do pé diabético. Esses resultados se assemelham aos de outros estudos, que evidenciam dificuldades persistentes na adoção de práticas protetivas entre idosos com DM2, mesmo quando inseridos em acompanhamento pela atenção primária (CARVALHO et al., 2021).

Embora não tenham sido encontradas associações estatisticamente significativas entre as variáveis clínicas e os hábitos de autocuidado nesta amostra, a descrição do perfil da população estudada revela a necessidade de intervenções educativas mais eficazes. A literatura reforça que a ausência de práticas preventivas contribui para o aumento da incidência de úlceras e amputações, impactando negativamente a qualidade de vida dos indivíduos e gerando sobrecarga para os serviços de saúde (BRITO et al., 2020).

Dessa forma, os resultados reforçam a importância da avaliação clínica sistematizada e da educação em saúde como estratégias centrais da atuação do enfermeiro na atenção primária, especialmente junto ao público idoso, que apresenta maior vulnerabilidade às

complicações do DM2.

O estudo evidenciou elevada prevalência de alterações clínicas compatíveis com neuropatia periférica e DAP em idosos com DM2, associadas a fragilidades no autocuidado, como uso inadequado de calçados e corte incorreto das unhas. Apesar da ausência de associações estatísticas significativas, os achados reforçam a importância da avaliação sistemática dos pés e das ações educativas conduzidas pelo enfermeiro na APS, fundamentais para identificar precocemente fatores de risco, promover o autocuidado e prevenir complicações relacionadas ao pé diabético.

ARRAIS, K. R. et al. Atuação e dificuldades de enfermeiros da Estratégia Saúde da Família na prevenção do pé diabético. *Estima - Brazilian Journal of Enterostomal Therapy*, v. 20, e1234, 2022. BRITO, J. F. P. et al. Sensorimotor alterations and associated factors in diabetes mellitus patients. *Texto & Contexto Enfermagem*, v. 29, e20190167, 2020. CARVALHO, D. N. R. et al. Nurse's performance in the prevention and treatment of diabetic foot in the elderly: an integrative literature review. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 3, p. e50310313359, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i3.13359. INTERNATIONAL DIABETES FEDERATION. Diabetes around the World in 2021. Disponível em: . MELLO, R. DA F. DE A.; PIRES, M. L. E.; KEDE, J. Ficha de avaliação clínica de membros inferiores para prevenção do pé diabético Clinical evaluation form of lower members for diabetic foot prevention. *Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online*, v. 9, n. 3, p. 899-913, 11 jul. 2017. SILVA, H. C. D. A. e et al. Construction and validation of nursing diagnoses for people with diabetic foot ulcers. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, v. 56, e20210328, 2022.

O assédio sexual no trabalho da enfermagem: Cenas da violência no trabalho

Evelyn Yamashita Biasi^{1,2}

¹Universidade Estadual de Campinas, ²Centro Universitário de Adamantina

e-mail: evelynbiasi@fai.com.br

Este texto é um recorte da tese de doutorado em construção intitulada “Investigação das formas de mal-estar relacionadas ao trabalho de enfermeiras: Uma abordagem Psicodinâmica do Trabalho”. A motivação desta pesquisa surgiu a partir da experiência profissional com supervisão em clínica do trabalho, na qual verificou-se importante sofrimento decorrente da situação de trabalho, incluindo o assédio moral e sexual no trabalho.

Reconhecemos que a profissionalização da enfermagem esteve fortemente enraizada nos princípios da divisão sexual do trabalho e na sua imbricação com as categorias de gênero, raça e classe social. A trajetória da enfermagem foi marcada por um grande esforço para que a profissão fosse exercida por mulheres, preservando o status quo social do poder masculino. As assimetrias postas nas relações entre sexo e poder, entrelaçadas às categorias de gênero, raça, classe social, reforçam dinâmicas de dominação-exploração que facilitam e, mesmo naturalizam, práticas de assédio sexual no trabalho da enfermagem.

O assédio sexual no trabalho configura-se por insinuações e contatos físicos forçados realizados como condição para dar ou manter o emprego, influir nas promoções ou na carreira do assediado, assim como prejudicar o rendimento profissional, humilhar, insultar ou intimidar a vítima (CGU, 2023). Pode ocorrer por meio de chantagem quando o agressor, em posição hierárquica superior, exige favores sexuais em troca de benefícios ou para evitar prejuízos na carreira da vítima; por intimidação, caracterizado por provocações sexuais indesejadas que criam um ambiente hostil, ofensivo e humilhante, não dependendo necessariamente de hierarquia (Heloani e Barreto, 2018).

Analisar a relação entre o assédio sexual e o trabalho da enfermagem de modo a problematizar as construções sociais que favorecem a ocorrência dessa violência no ambiente laboral das enfermeiras.

Esta pesquisa situa-se no método qualitativo de investigação de pesquisas nas Ciências Sociais e no campo da saúde mental e trabalho, a partir da abordagem materialista histórico-dialética que busca compreender a realidade social das trabalhadoras relacionando suas condições específicas de trabalho a aspectos mais amplos, como

identidade, questões sociais, políticas e laborais, considerando também a organização dos sujeitos na História e as conexões entre os fenômenos que os determinam e envolvem (Vázquez, 1968, apud Tozoni-Reis, 2020). Como técnica de coleta de dados tem-se a entrevista aberta (Minayo, 2014) realizada com 31 enfermeiras atuantes em estratégia de saúde da família, hospitais públicos federais e hospitais particulares, residentes em três regiões distintas do país, sendo elas, Rio Grande do Sul, São Paulo e Pernambuco. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas abertas, após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UNICAMP (parecer nº 6.089.928). A participação foi voluntária, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, com garantia de retirada a qualquer momento, sem prejuízo ou constrangimento. As entrevistas foram realizadas de duas formas: Remotamente (via Google Meet) com as participantes residentes nas regiões Sul e Nordeste; Presencialmente no local de trabalho das participantes residentes em São Paulo. O material coletado foi analisado por meio da Análise de Conteúdo proposta por Bardin (1977). A pesquisa focalizou a vivência subjetiva das trabalhadoras, interpretados à luz da psicodinâmica do trabalho (Dejours, 2011) e das teorias do trabalho de cuidado (Hirata e Kergoat, 2007).

Foram codificados 47 excertos referentes à categoria do assédio sexual, pertencentes ao discurso de 14 das 31 entrevistadas. Isso corresponde a aproximadamente 45% do total de entrevistadas. Desse total, 18 códigos referem-se a vivências diretas de assédio sexual, enquanto 29 são ocorrências indiretas, ou seja, episódios vivenciados por terceiras.

O assédio sexual por chantagem mostrou-se presente em empresas privadas, onde proprietários de hospitais, empresários do setor de home care e seus familiares administradores se valem do poder econômico e de uma postura marcada pelos atributos de virilidade e masculinidade socialmente construídos para assediar enfermeiras e outras funcionárias.

Os comentários sexuais implícitos têm a intenção de constranger sexualmente, mas também de limitar o poder de agir da vítima, criando um cerco de humilhações e intimidações. Cantadas, piadas vulgares e comentários eróticos foram relatadas pelas enfermeiras como expressões frequentes do assédio sexual no trabalho advindas de colegas médicos, tanto em instituições públicas quanto privadas. No ambiente laboral, esses comportamentos aparecem como sendo algo cotidiano, quase como um comportamento natural.

As insistências verbais ganham formas de comportamentos mais explícitos como os toques sem consentimento, gerando mais exposição e vulnerabilidade das enfermeiras. Por vezes, as investidas sexuais persistentes tomam o rumo de perseguição pessoal invadindo até mesmo a privacidade doméstica. Em algumas ocasiões, são os contatos forçados e repentinos, verdadeiros ataques que colocam as enfermeiras em um estado de extrema vulnerabilidade física e sexual, mas também, psicológica.

Diante da experiência de violência sexual, muitas mulheres, mesmo aquelas orientadas quanto aos tipos de violências que possam estar expostas, se calam ou então ficam paralisadas, não conseguindo reagir. O silenciamento frente ao assédio sexual carrega marcas da socialização feminina, na qual a mulher é educada para não falar sobre suas

dores e violências sofridas, principalmente no campo da sexualidade.

Em outras situações, as mulheres criam verdadeiras artimanhas estratégicas para lidar contra o sofrimento decorrente das violências enfrentadas no cotidiano laboral, incluindo aquelas desenvolvidas para lidar contra assédio sexual no trabalho. Nesse sentido, encontramos pelo menos três defesas empregadas pelas enfermeiras: a estratégia reativa, a estratégia de dissimulação e a subversão da ideologia dominante-machista à favor de si mesmas.

Cenas de assédio sexual perpetrado por pacientes também invadem a profissão da enfermagem. O assédio sexual exercido por pacientes evidencia como a profissão da enfermagem — fundamentalmente centrada na erotização do cuidado, mas, sobretudo, historicamente marcada pela servidão — expõe tanto homens quanto mulheres a situações de vulnerabilidade.

Além disso, verificamos um caso no qual, após ter recusado as investidas de um chefe, uma das enfermeiras participantes passa a sofrer assédio moral no trabalho.

O assédio sexual contra enfermeiras nas instituições públicas apareceu mais sob a forma de intimidação, enquanto que nas empresas privadas o assédio sexual foi realizado explicitamente por meio de chantagem. A relação de subserviência da enfermagem em relação à medicina proliferam as relações de violências no trabalho, uma vez que as cenas de assédio no trabalho das enfermeiras praticadas por médicos são relatadas como algo cotidiano, quase natural no ambiente de trabalho. Além disso, a própria noção de enfermagem enquanto profissão servil expõe as trabalhadoras e trabalhadores a assédios praticados por todos os lados, incluindo o assédio perpetrado por

Bardin, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977., *CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO* (Brasil). *Guia Lilás: orientações para prevenção e tratamento ao assédio moral e sexual e à discriminação no Governo Federal*. Brasília: CGU, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/jbrj/pt-br/assuntos/noticias/cgu-disponibiliza-guia-lilas-sobre-assedio-moral-sexual-e-discriminacao-no-servico-publico-federal>. Acesso em: 24 abr. 2025., Dejours, C. In: LANCMAN, S.; SZNELWAR, L. I. (orgs). *CHRISTOPHE DEJOURS: Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*. 3ª ed. revisada e ampliada. Brasília: Paralelo 15, 2011., Heloani, R.; Barreto, M. *Assédio moral: Gestão por humilhação*. Curitiba: Juruá, 2018., Hirata, H.; Kergoat, D. *Novas configurações da divisão sexual do trabalho*. *Cadernos de Pesquisa*. v. 37, n. 132, set./dez. 2007., Minayo, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec, 2014., Tozoni-Reis, M. F. de C. *O método materialista histórico e dialético para a pesquisa em Educação*. *Rev. Simbio-Logias*, v. 12, n. 17, p. 67-84, 2020.

Suicídio no Trabalho: Um olhar para o sofrimento deletério de Enfermeiras

Evelyn Yamashita Biasi^{1,2}

¹Universidade Estadual de Campinas (*Faculdade de Educação*) , ²Centro Universitário de Adamantina (*Psicologia*)

e-mail: evelynbiasi@fai.com.br

Este texto é um recorte da tese de doutorado em construção intitulada “Investigação das formas de mal-estar relacionadas ao trabalho de enfermeiras: Uma abordagem Psicodinâmica do Trabalho”. A motivação desta pesquisa surgiu a partir da experiência profissional com supervisão em clínica do trabalho, na qual verificou-se importante sofrimento decorrente da situação de trabalho, incluindo o suicídio no trabalho. O suicídio, como mensagem endereçada, sempre guarda relação com as características de sua ação. No ambiente laboral, frequentemente, há uma transformação no sentido do trabalho que antes era fonte de identificações, sublimações e gratificações para o sujeito, mas que agora se torna extremamente penoso porque foi destituído de propósitos diante da incoerência com seus próprios princípios e valores. As possibilidades de experimentar o reconhecimento de seu mérito pessoal foram banidas e as estratégias coletivas defensivas já não existem mais. A solidão psicológica instalada indica uma desestruturação dos laços sociais no trabalho. Nesse sentido, o assédio moral contribui para a experiência da solidão no trabalho à medida que também utiliza do isolamento das vítimas como uma das principais estratégias para enfraquecer o indivíduo e o coletivo. O isolamento consiste em uma estratégia eficaz do assédio moral porque isoladas as pessoas são mais fáceis de serem ameaçadas e fragilizadas (Heloani e Barreto, 2018). Tais fatores atrelados à intensa burocratização da atividade, aos métodos de avaliação do trabalho e a dificuldade do exercício da autonomia, geram desgaste psíquico que podem degradar a saúde dos trabalhadores da enfermagem, levando a quadros de adoecimentos profundos dos indivíduos, incluindo o risco de suicídio.

Investigar a relação entre assédio moral e suicídio no trabalho de enfermeiras, assim como discutir as marcas do sofrimento patogênico diante das mortes por suicídio e da degradação do trabalho no coletivo da enfermagem.

Esta pesquisa situa-se no método qualitativo de investigação de pesquisas nas Ciências Sociais e no campo da saúde mental e trabalho, a partir da abordagem materialista histórico-dialética que busca compreender a realidade social das trabalhadoras relacionando suas condições específicas de trabalho a aspectos mais amplos, como

identidade, questões sociais, políticas e laborais, considerando também a organização dos sujeitos na História e as conexões entre os fenômenos que os determinam e envolvem (Vázquez, 1968, apud Tozoni-Reis, 2020). Como técnica de coleta de dados tem-se a entrevista aberta (Minayo, 2014) realizada com 31 enfermeiras atuantes em estratégia de saúde da família, hospitais públicos federais e hospitais particulares, residentes em três regiões distintas do país, sendo elas, Rio Grande do Sul, São Paulo e Pernambuco. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas abertas, após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UNICAMP (parecer nº 6.089.928). A participação foi voluntária, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, com garantia de retirada a qualquer momento, sem prejuízo ou constrangimento. As entrevistas foram realizadas de duas formas: Remotamente (via Google Meet) com as participantes residentes nas regiões Sul e Nordeste; Presencialmente no local de trabalho das participantes residentes em São Paulo. O material coletado foi analisado por meio da Análise de Conteúdo proposta por Bardin (1977). A pesquisa focaliza a vivência subjetiva das trabalhadoras, considerando tanto o discurso manifesto quanto os silêncios, interpretados à luz do binômio sofrimento/defesa (Dejours, 2011).

Das 31 participantes, duas expressaram ideação suicida. Uma delas, Cornalina, após cumprir todos os requisitos legais para se aposentar sem precisar deixar o trabalho, foi surpreendida por uma demissão compulsória decorrente de um mal-entendido organizacional e do descaso com seus direitos. O caso foi judicializado e ela teve garantido o retorno ao trabalho, mas o processo deixou marcas profundas, resultando em frustração, perda de brilho pelo trabalho e um estado depressivo intenso, com pensamentos suicidas devido à instabilidade financeira e emocional vivida. A segunda, Diamante relatou experiências de humilhação e assédio moral no ambiente de trabalho que comprometeram gravemente sua saúde mental. Sentindo-se sem estima e com intensa angústia, desenvolveu ideias suicidas e passou a arranhar o próprio rosto até sangrar como forma de externalizar sua dor interna. Durante a entrevista, demonstrou despersonalização e questionamentos sobre sua competência profissional estado de saúde mental.

Nesta pesquisa, as enfermeiras relatam sequências de suicídios de enfermeiras ocorrendo em um espaço muito curto de tempo. Destaca-se duas situações que abalaram profundamente o coletivo de trabalhadoras. Um deles, Brilhante, enfermeiro de 32 anos, chefe de blocos cirúrgicos, reconhecido como líder estimado e respeitado por colegas. Casado e com boa condição de vida, vivia o contexto crítico da pandemia de Covid-19, sem vacinação e com alto risco de contaminação. Após visitar a mãe, que veio a falecer por complicações da doença. Brilhante, cerca de quinze dias depois, cometeu suicídio ao se lançar do 13º andar do prédio onde morava. Nesse momento, ele estava sendo pressionado a mandar seus subordinados para a central de atendimento ao Covid-19, não suportando colaborar com o risco de morte de seus colegas-subordinados. Já, a enfermeira Angelita enfrentava um cotidiano laboral marcado por sobrecarga, ausência de suporte e práticas de gestão abusivas. Cometeu suicídio atirando-se do prédio de sua residência.

Constatamos que um único suicídio no/do trabalho pode significar uma teia de violências e deterioração das condições de trabalho que não nasce e cresce de um dia para o outro. O

suicídio é o pior dos desfechos de uma história de constrangimentos sofridos na relação com o trabalho que são impedidos de serem elaborados, em termos de transformação da vivência sofrente, tornando-se, assim, insuportáveis para o sujeito e para o coletivo. A morte escancarada por suicídio no/do trabalho faz com que as poucas defesas coletivas e individuais que sustentavam a negação do sofrimento no trabalho sejam rompidas, abrindo caminho para o adoecimento mental dos trabalhadores que se veem desiludidos e desamparados frente às possibilidades de transformação da vivência sofrente. A memória da cena suicidária é altamente traumática, sobretudo para colegas próximos à pessoa falecida. Muitas vezes, são as enfermeiras que devem prestar socorro aos próprios colegas.

A escuta das histórias de ideação ou suicídio de enfermeiras demonstra sua relação com a pressão para trabalhar mal, a impossibilidade de executar um trabalho compassivo, a sobrecarga de trabalho, o assédio moral e o despertencimento social decorrente da fragilização dos coletivos e do rompimento dos laços de solidariedade. A morte escancarada por suicídio no/do trabalho faz com que as poucas defesas coletivas e individuais que sustentavam a negação do sofrimento no trabalho sejam rompidas, abrindo caminho para o adoecimento mental dos trabalhadores que se veem desiludidos e desamparados frente às possibilidades de transformação da vivência sofrente.

Bardin, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.,Dejours, C.; Bègue, F. *Suicídio no trabalho: o que fazer*. Brasília. Paralelo 15, 2010.,Dejours, C. In: LANCMAN, S.; SZNELWAR, L. I. (orgs). *CHRISTOPHE DEJOURS: Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*. 3ª ed. revisada e ampliada. Brasília: Paralelo 15, 2011.,Dejours, C. *Nouvelles formes de servitude et suicide*. *Travailler*, 13, p. 53-73, 2005.,Heloani, R.; Barreto, M. *Assédio moral: Gestão por humilhação*. Curitiba: Juruá, 2018.,Minayo, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec, 2014.,Tozoni-Reis, M. F. de C. *O método materialista histórico e dialético para a pesquisa em Educação*. *Rev. Simbiologias*, v. 12, n. 17, p. 67-84, 2020.

Acufenometria e reabilitação auditiva no manejo do zumbido: revisão de literatura.

Anna Caroline Silva de Oliveira Gasparini¹, Rosane de Carvalho²

¹Centro Auditivo Gasparini, ²Clínica Carvalho

e-mail: anna.caroline26@hotmail.com

O zumbido é definido como a percepção de som na ausência de fonte sonora externa, afetando entre 10% e 15% da população mundial (BEUKES et al., 2022). Sua etiologia é multifatorial e apresenta forte associação com a perda auditiva neurossensorial, especialmente em frequências altas (KIM et al., 2023). Esse sintoma pode prejudicar a comunicação, o sono e a saúde emocional, impactando negativamente a qualidade de vida (JACQUEMIN et al., 2021).

A acufenometria é utilizada para caracterizar as propriedades acústicas do zumbido e monitorar a resposta terapêutica (YAKUNINA et al., 2019). Já a reabilitação auditiva, por meio do uso de aparelhos auditivos, tem se mostrado uma estratégia eficaz para atenuar o sintoma, especialmente em indivíduos com perda auditiva associada, ao promover estímulo sonoro e reduzir a percepção do incômodo (WANG et al., 2024).

Diante disso, a compreensão da eficácia dessas estratégias é essencial para embasar condutas clínicas e melhorar a adesão ao tratamento.

Revisar a literatura científica recente sobre a eficácia da acufenometria e da reabilitação auditiva com aparelhos auditivos no manejo do zumbido em pacientes com perda auditiva neurossensorial.

Foi realizada uma revisão sistematizada da literatura nas bases de dados PubMed, SciELO e Scopus, em agosto de 2024, utilizando os descritores: “tinnitus”, “audiometry”, “hearing aids”, “rehabilitation” e “tinnitus handicap inventory”. Os operadores booleanos AND e OR foram aplicados para ampliar a busca.

Critérios de inclusão: artigos publicados entre 2019 e 2024, nos idiomas inglês, português ou espanhol, que investigaram adultos com zumbido associado à perda auditiva e que avaliaram a acufenometria e/ou o uso de aparelhos auditivos como estratégia terapêutica. Critérios de exclusão: estudos com população pediátrica, revisões narrativas sem protocolo, relatos de caso isolados e publicações anteriores a 2019.

Foram identificados 85 artigos, dos quais 14 atenderam aos critérios de inclusão após leitura completa.

A literatura analisada aponta que a acufenometria é uma ferramenta importante na caracterização do zumbido, permitindo mensurar frequência e intensidade do sintoma e monitorar a resposta terapêutica, sendo considerada uma medida confiável (YAKUNINA et al., 2019). Além disso, auxilia na correlação entre a configuração audiométrica e as propriedades do zumbido, favorecendo decisões clínicas (JACQUEMIN et al., 2021).

Quanto à reabilitação auditiva, estudos destacam o papel dos aparelhos auditivos no alívio do zumbido. Yakunina et al. (2019), em meta-análise, evidenciaram que usuários de aparelhos auditivos apresentaram redução significativa da percepção do sintoma. Esses achados foram corroborados por Kim et al. (2023), que observaram melhora tanto nos escores do Tinnitus Handicap Inventory (THI) quanto na função do processamento auditivo após adaptação de aparelhos auditivos bilaterais.

Wang et al. (2024), em estudo longitudinal, demonstraram que o uso contínuo de aparelhos auditivos está associado a redução progressiva do incômodo, com impacto positivo na qualidade de vida. Beukes et al. (2022) reforçam que estratégias multimodais, incluindo reabilitação auditiva, aconselhamento e suporte psicológico, ampliam a eficácia do tratamento e favorecem a adesão.

Assim, a combinação entre acufenometria e reabilitação auditiva mostra-se uma abordagem robusta, eficaz e sustentável no manejo do zumbido, especialmente em pacientes com perda auditiva neurossensorial descendente.

A revisão da literatura demonstrou que a acufenometria é uma ferramenta essencial para caracterização e acompanhamento clínico do zumbido. A reabilitação auditiva com aparelhos auditivos, por sua vez, representa uma intervenção eficaz, capaz de reduzir a percepção do sintoma e melhorar a qualidade de vida. A integração dessas estratégias deve ser considerada conduta de primeira linha no manejo do zumbido em pacientes com perda auditiva neurossensorial.

BEUKES, E. W. et al. Situationally relevant tinnitus management: exploring the need for tailored interventions. *Frontiers in Psychology*, Lausanne, v. 13, p. 872465, 2022., JACQUEMIN, L. et al. Role and mechanisms of hearing aids in tinnitus intervention: a scoping review. *Journal of Clinical Medicine*, Basel, v. 10, n. 2, p. 319, 2021., KIM, S. Y. et al. Effects of hearing aid fitting on tinnitus and auditory pathway function in patients with sensorineural hearing loss. *Clinical and Experimental Otorhinolaryngology*, Seoul, v. 16, n. 2, p. 182-190, 2023., WANG, Z. et al. Hearing aid use and tinnitus: a longitudinal study on efficacy and related factors. *Frontiers in Neuroscience*, Lausanne, v. 18, p. 1298652, 2024., YAKUNINA, N. et al. Tinnitus suppression effect of hearing aids in patients with high-frequency hearing loss: a systematic review and meta-analysis. *JAMA Otolaryngology-Head & Neck Surgery*, Chicago, v. 145, n. 7, p. 626-635, 2019.

Cuidado em Rede: O papel do apoio matricial e do projeto terapêutico singular na construção da integralidade na atenção primária à saúde

Lívia Tino de Roide¹, Isadora Mizuno Barbosa¹, Geovanna Yukari Nakabayashi Viana dos Santos¹, DANIELE CRISTINA RIBEIRO DOS SANTOS²

¹Centro Universitário de Adamantina, ²Universidade Estadual Paulista

e-mail: 10004824@fai.com.br

A Atenção Primária à Saúde (APS) é a porta de entrada do sistema, responsável por coordenar o cuidado e garantir ações integrais e contínuas. As Estratégias de Saúde da Família (ESF) têm papel central no acompanhamento da população, atuando na prevenção, promoção e reabilitação em saúde (BRASIL, 2017).

Para ampliar a resolutividade, a APS dispõe do matriciamento, que consiste na articulação entre equipes de apoio e de referência. Nessa lógica, diferentes profissionais compartilham saberes e estratégias, discutem casos complexos e constroem propostas de acompanhamento, favorecendo a interdisciplinaridade e superando práticas fragmentadas (ROCHA et al., 2018).

Nesse cenário, a Residência Multiprofissional em Saúde Coletiva e Atenção Básica surge como espaço de integração ensino-serviço-comunidade. Regulamentada pela Lei nº 11.129/2005, busca formar profissionais críticos e comprometidos com os princípios do SUS, capacitados para atuação interdisciplinar e integral do cuidado (ALMEIDA et al., 2018).

No âmbito hospitalar, a residência tem possibilitado a identificação de pacientes críticos/recidivantes durante a internação. Após avaliação em enfermagem, nutrição e fisioterapia, são elaborados Projetos Terapêuticos Singulares (PTS), e encaminhados às ESF após a alta. Esse processo garante o cuidado, acompanhamento longitudinal e implementação das propostas terapêuticas, fortalecendo a articulação entre as redes (DEPOLE et al., 2022).

Fomentar a articulação do apoio matricial entre equipe hospitalar e da ESF, tendo a construção de PTS como dispositivo central para o planejamento de intervenções que garantam a continuidade do cuidado e a redução de hospitalizações recorrentes em casos de alta complexidade.

Trata-se de um estudo descritivo e exploratório, de abordagem qualitativa, realizado no âmbito da Residência Multiprofissional em Saúde Coletiva e Atenção Básica, que obteve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE nº 80048024.7.0000.5496).

O campo de estudo foi a Clínica Médica na Santa Casa de Misericórdia de Adamantina. Semanalmente, o enfermeiro responsável selecionava pacientes em maior vulnerabilidade clínica, com previsão de alta hospitalar breve, os quais eram avaliados pela equipe multiprofissional de residentes do segundo ano (R2). Essa avaliação contemplava: enfermagem, com exame físico e identificação de riscos; fisioterapia, com análise do estado funcional e definição de demandas de reabilitação; e nutrição, com aferição antropométrica, avaliação nutricional, adequação dietética e monitoramento clínico, utilizando protocolos padronizados de cada área.

Após a avaliação multiprofissional, foi elaborado o PTS, contemplando diagnósticos, propostas de curto, médio e longo prazo e intervenções personalizadas. Com a alta hospitalar, o PTS foi encaminhado às ESFs de referência, para continuidade do acompanhamento e devolutiva das evoluções. Os residentes do primeiro ano (R1), inseridos em seis ESFs, participaram ativamente do acompanhamento pós-alta, realizando visitas domiciliares, com intervenções específicas e reavaliações periódicas.

A coleta de dados ocorreu entre março e setembro de 2025, por meio de entrevistas clínicas com pacientes e acompanhantes, observação direta e registros em prontuário eletrônico. A análise qualitativa baseou-se na sistematização das avaliações do PTS elaborado e da evolução clínica. As informações foram organizadas destacando as principais necessidades de cuidado identificadas, as intervenções propostas e os resultados observados durante o acompanhamento.

A implementação do matriciamento e da construção do PTS mostrou-se uma estratégia efetiva para promover maior integração entre o hospital e a APS. A elaboração do PTS pela equipe multiprofissional possibilitou a identificação precoce de fatores de risco e necessidades específicas, bem como o delineamento de estratégias personalizadas de acompanhamento. Essa abordagem contribuiu para a continuidade do cuidado após a alta hospitalar e para a organização do fluxo assistencial entre diferentes pontos da rede de atenção.

No período analisado, foram elaborados 18 PTS, onde a devolutiva à ESF fortaleceu o processo de corresponsabilização, ampliando a participação dos profissionais da APS na condução do cuidado. Além disso, o envolvimento dos usuários e familiares mostrou-se fundamental para consolidar o vínculo com os serviços de saúde, aumentando a adesão às condutas propostas e prevenindo complicações decorrentes do abandono terapêutico. Esses achados dialogam com a literatura, que reconhece o PTS como um dispositivo central para a construção coletiva de soluções singulares e para o fortalecimento da integralidade (SILVA et al., 2021).

O acompanhamento realizado através da equipe de R1 gerou feedback sistematizado à equipe hospitalar por meio da planilha de alta compartilhada, permitindo monitorar de forma integrada a evolução dos pacientes. Entre os resultados obtidos, destacaram-se a redução de readmissões hospitalares e a maior resolutividade na gestão clínica e social dos usuários. O apoio matricial mostrou-se fundamental nesse processo, ao favorecer o diálogo interdisciplinar, ampliar a troca de saberes e proporcionar maior segurança no manejo de

situações complexas. Estudos recentes indicam que o matriciamento em saúde potencializa a cooperação entre diferentes categorias profissionais e contribui para práticas de cuidado mais integral e centradas nas necessidades do usuário (OLIVEIRA et al., 2024).

Por outro lado, foram identificados desafios que ainda limitam a efetividade plena desse processo. Entre eles, destacam-se a dificuldade de comunicação contínua entre as redes, a sobrecarga das equipes na ESF, a necessidade de maior sensibilização dos profissionais quanto ao uso do PTS como instrumento de gestão do cuidado, e resistência em aderir às propostas em unidades pela qual não comporta atuação dos residentes. Tais barreiras são consistentes com a literatura, que aponta entraves estruturais e organizacionais como fatores que comprometem a efetividade do matriciamento e exigem estratégias de gestão compartilhada para superação (COSTA et al., 2023).

De modo geral, a experiência analisada confirma que o apoio matricial aliado ao PTS pode ser considerado um recurso estratégico para a integralidade da atenção, o fortalecimento da corresponsabilização e a qualificação das práticas em saúde. A Residência Multiprofissional, nesse contexto, atua como dispositivo articulador entre hospital e APS, favorecendo a resolutividade da rede e garantindo maior continuidade do cuidado no território.

Conclui-se que a implementação do apoio matricial associado ao PTS é uma estratégia eficaz para a integração entre os níveis hospitalar e APS. Enquanto o PTS se revela uma ferramenta clínica essencial para a personalização do cuidado e o fortalecimento da corresponsabilização, o matriciamento atua como dispositivo organizacional que qualifica as práticas em saúde e o diálogo interprofissional. A experiência evidencia o papel central da Residência Multiprofissional como articuladora do eixo ensino-serviço-comunidade. Ao fomentar essa integração, a residência não apenas supera desafios conjunturais, mas fortalece a capacidade da APS em coordenar a rede assistencial e ampliar sua resolutividade.

ALMEIDA, E. R. et al. Política Nacional de Atenção Básica no Brasil: uma análise do processo de revisão (2015-2017). *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 23, n. 3, p. 965-972, 2018. DOI: 10.1590/1413-81232018233.03102017. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2017. COSTA, J. F.; et al. Apoio matricial na atenção básica: desafios para integralidade do cuidado em saúde mental. *Revista Brasileira em Promoção da Saúde*, 2023. DEPOLE, B. F. et al. Projeto Terapêutico Singular: Uma visão panorâmica de sua expressão na produção científica brasileira. *Cadernos Brasileiros de Saúde Mental*, v. 14, n. 38, p. 1-25, 2022. DOI: 10.5007/cbsm.v14i38.73119. OLIVEIRA, A. F.; LEMOS, S. M.; RAMOS, F. R. S. Matriciamento em saúde mental: práticas e desafios para profissionais de saúde. *Revista de Enfermagem UFPE On Line*, v. 18, n. 1, 2024. ROCHA, E. N. et al. Projeto Terapêutico Singular e Processo de Enfermagem: especificidades e interseções. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, v. 39, e2017-0064, 2018. DOI: 10.1590/1983-1447.2018.2017-0064. SILVA, L. K. P.; et al. Projeto Terapêutico Singular no cuidado interprofissional em saúde mental: relato de experiência. *Research, Society and Development*, v. 9, n. 12, 2021., ALMEIDA, E. R. et al. Política Nacional de Atenção Básica

no Brasil: uma análise do processo de revisão (2015-2017). *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 23, n. 3, p. 965-972, 2018. DOI: 10.1590/1413-81232018233.03102017. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2017. COSTA, J. F.; et al. Apoio matricial na atenção básica: desafios para integralidade do cuidado em saúde mental. *Revista Brasileira em Promoção da Saúde*, 2023. DEPOLE, B. F. et al. Projeto Terapêutico Singular: Uma visão panorâmica de sua expressão na produção científica brasileira. *Cadernos Brasileiros de Saúde Mental*, v. 14, n. 38, p. 1-25, 2022. DOI: 10.5007/cbsm.v14i38.73119. OLIVEIRA, A. F.; LEMOS, S. M.; RAMOS, F. R. S. Matriciamento em saúde mental: práticas e desafios para profissionais de saúde. *Revista de Enfermagem UFPE On Line*, v. 18, n. 1, 2024. ROCHA, E. N. et al. Projeto Terapêutico Singular e Processo de Enfermagem: especificidades e interseções. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, v. 39, e2017-0064, 2018. DOI: 10.1590/1983-1447.2018.2017-0064. SILVA, L. K. P.; et al. Projeto Terapêutico Singular no cuidado interprofissional em saúde mental: relato de experiência. *Research, Society and Development*, v. 9, n. 12, 2021.

A Construção do Cuidado Integral na Atenção Primária: Diálogos Interprofissionais entre Fisioterapia, Nutrição e Enfermagem em Residência.

Laiane dos Santos Geraldo¹, Cintia Silva¹, Nathan Costa Caçula¹, Daniele Ribeiro¹, Helen Correia de Brito²

¹Centro Universitário de Adamantina, ²Centro Universitário de Adamantina (*Preceptora da Residência*)

e-mail: nutrilaianegeraldo@gmail.com

A reconfiguração dos modelos de atenção à saúde no Brasil, orientada pelos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), demanda profissionais com competências para o trabalho em equipe e a prática colaborativa. Em resposta a esse desafio, os Programas de Residência Multiprofissional foram instituídos como uma potente estratégia de formação em serviço, visando qualificar recursos humanos e induzir mudanças no desenho tecnoassistencial do sistema (Ministério da Saúde, 2006). Financiadas pelo Ministério da Saúde e pelo Ministério da Educação, essas residências, em nível de pós-graduação lato sensu, fundamentam-se na articulação entre teoria e prática, com 80% de sua carga horária dedicada a cenários reais de atuação (Ministério da Saúde, 2010).

A Residência Multiprofissional em Saúde Coletiva e Atenção Básica, especificamente, adota uma perspectiva teórico-pedagógica que imerge o residente na complexidade do território. Essa abordagem busca superar a fragmentação do cuidado, frequentemente reproduzida nos modelos de formação tradicionais, ao valorizar a integralidade como eixo central. A integralidade é compreendida aqui como a capacidade de reconhecer o indivíduo em suas múltiplas dimensões biológica, psicológica, social e cultural, e de articular ações transdisciplinares e intersetoriais para responder às suas necessidades de forma humanizada. (Miotto et al., 2015; Soares et al., 2018).

O objetivo é investigar como a imersão em serviço na Atenção Primária à Saúde (APS) desenvolve competências orientadas pela integralidade do cuidado e pela prática interprofissional pela Residência Multiprofissional em Saúde Coletiva e Atenção Básica.

Trata-se de um estudo qualitativo, desenvolvido a partir da análise crítica das experiências vivenciadas pelas autoras no exercício de suas atividades como residentes. Adotou-se o relato de experiência como um dispositivo para a produção de narrativas que serviram como fonte primária para a reflexão. O estudo foi desenvolvido no âmbito do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Coletiva e Atenção Básica do Centro Universitário de Adamantina (FAI), em parceria com a Secretaria de Saúde do município de Adamantina. As atividades práticas que informam este relato ocorreram durante o primeiro ano do programa (ano de 2018) em Unidades Básicas de Saúde (UBS) localizadas em territórios de alta vulnerabilidade social. O programa estrutura-se em 60 horas semanais, com 80% da

carga horária dedicada à prática em serviço e 20% a atividades teóricas.

A produção dos dados se deu a partir da construção coletiva de narrativas reflexivas pelas autoras, que sistematizaram as vivências, desafios e potencialidades da atuação em equipe multiprofissional. A análise desse material foi fundamentada no método dialético-crítico, que busca compreender a realidade histórico-social em seu movimento e contradições (Lima; Mito, 2007). A análise focou nas tensões entre a formação profissional unidisciplinar prévia e as exigências da prática interprofissional, bem como nas estratégias desenvolvidas pela equipe para a efetivação do cuidado integral.

Por se tratar de um estudo cuja fonte de dados são as vivências das próprias autoras, sem envolver diretamente outros participantes da pesquisa, como usuários ou demais profissionais.

A experiência em uma Residência Multiprofissional em Saúde Coletiva e Atenção Básica impulsionou uma reflexão sobre a prática em saúde, ressaltando a necessidade de transcender o modelo de atendimento individual em favor de abordagens coletivas. A estratégia central foi o desenvolvimento de projetos multiprofissionais, fundamentados no conceito da clínica ampliada e compartilhada, que promoveram o intercâmbio de saberes entre equipe e comunidade. Organizadas por linhas de cuidado prioritárias : Saúde do idoso, doenças crônicas não transmissíveis (Diabetes Mellitus e Hipertensão Arterial), ciclo gravídico-puerperal, saúde da mulher e saúde mental, as ações integraram múltiplos conhecimentos técnicos para construir soluções de intervenção complexas, inalcançáveis de forma isolada. A receptividade das intervenções, aferida pela adesão crescente aos encontros e pela demanda espontânea na UBS, sugere um impacto positivo na vida dos usuários.

Um eixo fundamental do processo de trabalho foi a imersão na realidade social das famílias por meio de visitas domiciliares, ferramenta que permitiu a compreensão dos determinantes sociais do processo saúde-doença. Nesse contexto, foram identificadas múltiplas situações de vulnerabilidade, como insegurança alimentar, condições precárias de moradia e saneamento, e ausência de redes de apoio social e familiar. Para muitos residentes, o contato direto com essas realidades complexas representou uma experiência formativa crucial, promovendo amadurecimento profissional e pessoal.

A atuação nesse cenário exigiu uma articulação intrínseca com as estratégias da equipe de Saúde da Família, alicerçada na colaboração interprofissional com agentes comunitários de saúde, médicos, enfermeiros e técnicos de enfermagem. Adicionalmente, a complexidade das demandas tornou imprescindível a articulação intersetorial, envolvendo de forma sistemática profissionais da assistência social. Essa rede colaborativa mostrou-se essencial para a construção de um cuidado integral e equânime no território.

A formação de profissionais para o Sistema Único de Saúde (SUS) encontra na residência multiprofissional um dispositivo estratégico para a qualificação da força de trabalho, especialmente no âmbito da Atenção Primária à Saúde (APS). O presente estudo analisa as dinâmicas do processo de ensino-aprendizagem em um programa de Residência Multiprofissional em Saúde Coletiva e Atenção Básica, desenvolvido em Unidades Básicas de Saúde (UBS) do município de Adamantina-SP. O foco da análise recai sobre a articulação entre os saberes teóricos da Saúde Coletiva e os desafios práticos da preceptoria, investigando como as interações pedagógicas moldam a aquisição de competências para o

trabalho interprofissional.

No campo da Saúde Coletiva, voltando-se para as necessidades sociais em saúde como objeto de intervenção de múltiplos saberes e práticas. Essa premissa fundamenta a complexidade da atuação do residente na APS, que deve mobilizar um arcabouço teórico-prático para intervir sobre determinantes sociais de saúde, superando a lógica fragmentada do cuidado. Os autores destacam a congruência social, referente à construção de um ambiente interativo favorável.

A possibilidade da atuação da Residência é enriquecedora. O processo de compartilhar os saberes e a troca das especialidades amplia nosso olhar e resulta no objetivo comum do cuidado integral. A busca pela clínica ampliada, o multiprofissional e a interdisciplinaridade vivenciadas no dia a dia da atenção básica permitiram aos residentes reconhecer a importância fundamental da atuação de cada profissional ao juntar os saberes específicos para a melhor intervenção e a adesão ao cuidado.

A diversidade de cenários e a complexidade das situações proporcionadas pela Residência preparam o profissional para os desafios da sua futura atuação no SUS.

BRASIL. Ministério da Saúde. Residência Multiprofissional em Saúde: experiências, avanços e desafios. Brasília: Ministérios da Saúde; 2006. BRASIL. Presidência da República, Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005. Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem; cria o Conselho Nacional da Juventude - CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude. Diário Oficial da União. 2005; 30 jun, p.1. BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 3, de 4 de Maio de 2010. Dispões sobre a organização e a carga horária dos programas de Residência Multiprofissional em Saúde e em Residência em área Profissional em Saúde e sobre a avaliação e a frequência dos profissionais da saúde residentes. Diário Oficial da União. 2010; 5 de maio, p.14. BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde; 2012. BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS: clínica ampliada e compartilhada. Brasília: Ministério da Saúde; 2009. BRASIL. Ministério da Saúde. Clínica ampliada, equipe de referência e projeto terapêutico singular. Textos Básicos de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde; 2008. CAMPOS GWS, Domitti AC. Apoio matricial e equipe de referência: uma metodologia para gestão do trabalho interdisciplinar em saúde. Cad Saúde Pública. 2007; 23(2):399-407. BRASIL. Ministério da Saúde. Caderneta de Saúde da Pessoa Idosa. 5. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2018. MIOTO, R.C.T.;ALVES,F.L.;CAETANO,P.S. As residências multiprofissionais em saúde: a experiência da Universidade Federal de Santa Catarina. Serviço Social e Saúde, v.11, n.2, p.185-208, 2015. DOI 10.20396/ss.v11i2.8635288. Disponível em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/article/view/8635288>. Acesso em 17 set.2025. SILVA, A.;CHIARO,S.O impacto da interface entre aprendizagem baseada em problemas e a argumentação na construção do conhecimento científico. Investigação em Ensino de Ciências, Porto Alegre, v.23, n. 3, p. 82, dez. 2018. DOI 10.22600/1518-8795.ienci2018v23n3p82. Disponível em : <https://ienci.if.ufrgs.br/index.php/ienci/article/view/1103>. Acesso em : 8 set. 2025. SILVA, L.B.Residência multiprofissional em saúde no brasil:alguns aspectos da trajetória histórica. Katálisis, Florianópolis, v.21, n . 1, p.200-209, jan.2018.

DOI10.1590/1982-02592018v21n1p200. Disponível em:
<https://scielo.br/j/rk/a/BpFH8tw34qhgm9LSW6n84d/?lang=pt#> Acesso em : 8 set. 2025.
SOARES, C.L.Met al. Residência em Saúde Coletiva com concentração em planejamento e
gestão em saúde: a experiência do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da
Bahia. Divulgação em Saúde para Debate, Brasília, n.58,p.306-314,jun 2018. Disponível em:
<https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/29859/1/Artttigo2%20Cristiane%20Abdon:202018.pdf>
f. Acesso em: 9 set. 2025. SOARES, R.S. et al. Vivências de residentes enfermeiros no
programa de residência multiprofissional em saúde. Saúde, Santa Maria, v . 43, n.1, p.13,
maio de 2017. DOI 10.5902/2236583414826.

Desospitalização de Pacientes Oncológicos em Cuidados Paliativos: Uma Jornada de Transformação na Gestão de Leitos e Cultura Hospitalar

Dalthon Franco Dorce¹, Mariana Dell Horto Figueiredo Poeys¹

¹Hospital Santa Rita

e-mail: dalthon.dorce@santarita.org.br

A desospitalização de pacientes oncológicos em cuidados paliativos representa um desafio complexo para instituições de saúde, especialmente em hospitais públicos de alta complexidade. Historicamente, esses pacientes permaneciam internados por longos períodos, mesmo após esgotadas as possibilidades terapêuticas, o que comprometia o giro de leitos e limitava o acesso de outros pacientes com potencial de tratamento. A partir da implementação da Estratégia de Gestão de Acesso (EGA), em junho de 2021, iniciou-se uma jornada de transformação na cultura hospitalar e na gestão de leitos, com foco na contrarreferência estruturada e na articulação com a rede SUS. A inclusão de pacientes paliativos nas transferências para clínicas de transição e hospitais de longa permanência passou a ser parte da rotina institucional, promovendo maior resolutividade assistencial e dignidade no cuidado. Este trabalho compartilha os aprendizados, desafios e resultados dessa mudança cultural, evidenciando o impacto da desospitalização segura e planejada.

Descrever a experiência de desospitalização de pacientes oncológicos em cuidados paliativos por meio da Estratégia de Gestão de Acesso (EGA), destacando os impactos na gestão de leitos, na cultura institucional e na ampliação do acesso ao cuidado oncológico.

Trata-se de um relato de experiência institucional, baseado em dados operacionais e indicadores assistenciais coletados entre 2019 e agosto de 2025. A intervenção teve início com a implantação da Estratégia de Gestão de Acesso (EGA) em junho de 2021, em um hospital oncológico público. A partir de 2022, pacientes em cuidados paliativos e internações prolongadas passaram a ser incluídos nas contrarreferências via Central de Vagas do SUS, com destino a clínicas de transição ou hospitais de longa permanência. A mudança exigiu sensibilização das equipes assistenciais, articulação com o Pronto-Socorro e construção de fluxos integrados com a rede de apoio. Os dados foram extraídos de relatórios internos, registros da Central de Regulação e indicadores de giro de leito, transferências e recusas.

A evolução dos indicadores demonstra o impacto positivo da iniciativa. O número médio de transferências mensais aumentou de 4 em 2019 para 37 em 2023, com manutenção da média em 2024 (30/mês) e variação entre 20 e 36 transferências mensais até agosto de 2025. Esse crescimento reflete a consolidação da prática de desospitalização como parte da rotina hospitalar. Paralelamente, observou-se redução nas recusas de pacientes paliativos pelas unidades de internação, passando de 7/mês em 2022 para 2,5/mês em 2024, com queda acentuada em 2025 — incluindo meses com zero recusas. O giro de leito SUS também apresentou melhora, subindo de 4,5/mês em 2019 para 6,3/mês em 2024, com

variação entre 5,75 e 6,62/mês em 2025. Esses resultados evidenciam maior eficiência na gestão de leitos, ampliação do acesso ao cuidado oncológico e fortalecimento da cultura de contrarreferência. A mudança cultural exigiu tempo, diálogo e persistência, especialmente diante dos vínculos afetivos entre pacientes e equipes. O apoio do Pronto-Socorro foi essencial para acolher pacientes paliativos e viabilizar a desospitalização com segurança e dignidade.

Apesar dos desafios, os resultados alcançados são expressivos e refletem o esforço coletivo de diferentes setores e profissionais. A desospitalização de pacientes oncológicos em cuidados paliativos, quando bem conduzida, transforma não apenas indicadores operacionais, mas também a experiência de cuidado. Alocar o paciente e sua complexidade ao recurso ideal por meio das contrarreferências garante acesso mais ágil, segurança assistencial e respeito à dignidade humana. A experiência descrita reforça a importância de investir em estratégias de gestão que promovam eficiência, acolhimento e continuidade do cuidado no SUS.

1.BRASIL. Ministério da Saúde. Diretrizes para organização da atenção hospitalar no SUS. Brasília: MS; 2020.,2.SILVA R, et al. Gestão de leitos hospitalares: desafios e estratégias no contexto público. Rev Gestão & Saúde. 2022;14(2):55-63.,3.OLIVEIRA M, et al. Cuidados paliativos e desospitalização: uma abordagem ética e resolutiva. Rev Bras Cuidados Integrados. 2023;11(1):22-30.

EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA COM MAQUETES NA ENFERMAGEM

Giovana Brito Bertolini Firmino¹, Marisa Aparecida Brigo Ortiz¹, Zilda Lopes Mio², Ivonete Fernandes Francisco³

¹Prof.^a Carmelina Barbosa, ²AMIM JUNDI, ³Carlos de Campos

e-mail: giobbertolini@hotmail.com

A Microbiologia estuda microrganismos, suas funções, características, processos metabólicos, formas de distribuição e efeitos no organismo humano, incluindo os patogênicos responsáveis por doenças infecciosas. O conhecimento microbiológico é essencial para profissionais de saúde, pois possibilita entender a relação entre microrganismos e doenças, subsidiando prevenção e tratamento (TORTORA; FUNKE; CASE, 2017). Pelczar, Chan e Krieg (2010) destacam que a microbiologia é fundamental para a prática profissional, permitindo compreender a dinâmica das infecções e os mecanismos de defesa do hospedeiro. Diante da complexidade do conteúdo e da diversidade microbiana, buscou-se implementar, no curso Técnico em Enfermagem da ETEC Prof.^a Carmelina Barbosa, uma metodologia diferenciada que favorecesse a aprendizagem significativa dos estudantes.

Relatar a experiência pedagógica realizada com estudantes do curso Técnico em Enfermagem, utilizando maquetes para apresentação de conteúdos de Microbiologia na Feira das Habilidades da ETEC.

Trata-se de um relato de experiência pedagógica desenvolvido com alunos do 1º módulo do curso Técnico em Enfermagem da ETEC Prof.^a Carmelina Barbosa, Dracena/SP. A atividade ocorreu durante a Feira das Habilidades, evento anual da instituição em que os cursos apresentam projetos à comunidade escolar. Os estudantes elaboraram maquetes representando a classificação dos grupos e classes de microrganismos e as principais doenças associadas a cada grupo.

A metodologia adotada foi ativa e interdisciplinar, integrando componentes curriculares de Centro Cirúrgico e Proteção e Prevenção. O enfoque pedagógico foi promover a articulação entre teoria e prática, estimulando raciocínio científico e compreensão dos conceitos microbiológicos de forma aplicada. A coleta de dados consistiu na observação direta do engajamento dos alunos, clareza das apresentações e interação com o público. Essa abordagem permitiu avaliar a eficácia da atividade em consolidar conhecimento e desenvolver competências cognitivas e socioemocionais, como trabalho em equipe, comunicação e síntese de informações.

A atividade promoveu maior engajamento dos estudantes, evidenciando a eficácia das metodologias ativas no ensino de conteúdos complexos como microbiologia. As maquetes possibilitaram visualizar diferenças estruturais e funcionais entre microrganismos, facilitando a compreensão teórica e prática. Observou-se que os alunos conseguiram relacionar conceitos microbiológicos à prática do técnico em enfermagem, integrando conhecimentos de prevenção de infecções e cuidados clínicos.

Essa integração entre teoria e prática fortaleceu competências cognitivas e socioemocionais, promovendo habilidades de comunicação, trabalho em equipe e capacidade de síntese. Estudos recentes indicam que estratégias pedagógicas práticas aumentam a retenção de conteúdos científicos e a aplicação em contextos reais de assistência (MURRAY; ROSENTHAL; PFALLER, 2017). A interdisciplinaridade permitiu aos alunos compreenderem a relevância do conhecimento microbiológico em múltiplas áreas da enfermagem, contribuindo para a formação integral e para o desenvolvimento de habilidades técnicas e éticas.

O relato evidenciou que a prática pedagógica com maquetes é uma ferramenta efetiva para aprendizagem significativa, pois promove engajamento, facilita o entendimento de conteúdos complexos e aproxima o estudante da realidade profissional. A literatura indica que metodologias ativas, como projetos e maquetes, aumentam a motivação, a compreensão e a aplicação prática dos conteúdos (PELCZAR; CHAN; KRIEG, 2010).

A experiência com maquetes demonstrou ser uma estratégia eficaz para o ensino de microbiologia, favorecendo a aprendizagem significativa, o engajamento dos estudantes e a integração entre teoria e prática. A atividade contribuiu para a formação de técnicos em enfermagem mais preparados para compreender e aplicar conhecimentos microbiológicos na prática profissional, promovendo uma atuação segura e fundamentada.

PELCZAR, Michael J.; CHAN, E. C. S.; KRIEG, Noel R. Microbiologia: conceitos e aplicações. 2. ed. São Paulo: Pearson, 2010. MURRAY, Patrick R.; ROSENTHAL, Ken S.; PFALLER, Michael A. Microbiologia médica. 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017. TORTORA, Gerard J.; FUNKE, Berdell R.; CASE, Christine L. Microbiologia. 12. ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.

Integração da saúde bucal no ensino de Ciências e Biologia: um relato de experiência.

Murilo Henrique Silva de Almeida^{1,2}, Merielle Angélica Martines Silvério^{3,4}

¹Universidade Estadual Paulista, ²Universidade Federal de Jataí, ³Universidade Estadual Paulista (Pós-graduação - Departamento de Educação para Ciências) , ⁴Universidade Federal de Jataí (Instituto de Biociências)

e-mail: mh.almeida@unesp.br

A saúde bucal representa um importante indicador das condições gerais de saúde e qualidade de vida. Levantamentos do Projeto SB Brasil apontam que apenas 46,6% das crianças estão livres de cárie (Brasil, 2012). Apesar da relevância desse tema no contexto escolar, a saúde bucal não é abordada diretamente na Base Nacional Comum Curricular – BNCC (Brasil, 2018), sendo mencionada de forma indireta em habilidades envolvidas com a saúde de maneira geral.

Além disso, pesquisas destacam que professores de Ciências e Biologia relatam insegurança ao tratar de saúde bucal por não terem recebido formação adequada durante a graduação, reforçando a necessidade de propostas pedagógicas que integrem esse conhecimento ao ambiente escolar (MORAIS et al., 2020; DANGI et al., 2025). Nesse contexto, ações de intervenção escolar, fundamentadas em metodologias ativas, tornam-se estratégias para promover a conscientização sobre hábitos de higiene bucal e prevenção de doenças.

Dessa forma, este trabalho teve como objetivo relatar a experiência de um projeto de intervenção escolar voltado ao ensino de saúde bucal no contexto das disciplinas de Ciências e Biologia.

Relatar a experiência de um projeto de intervenção escolar voltado ao ensino de saúde bucal no contexto das disciplinas de Ciências e Biologia.

Inicialmente, o termo de anuência foi assinado pela diretoria da escola. Em seguida, o estagiário fez observações a respeito da estrutura física e organização escolar, bem como das aulas de ciências e de biologia ministradas pela professora supervisora. Posteriormente, foi elaborado o projeto de intervenção, a partir de reuniões do estagiário com as professoras (orientadora do estágio e supervisora na escola) para a definição de tema e planejamento das aulas.

O projeto foi realizado ao longo dos meses de junho a setembro e novembro de 2023 em uma escola pública de Jataí-GO, sendo estruturado em uma disciplina eletiva “Dê um like para a saúde”, composta por cinco regências que foram ministradas para cinco salas do ensino médio, tendo a participação de 33 alunos. Não houve coleta de dados pessoais ou

aplicação de instrumentos avaliativos, não sendo necessária a submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa.

O conteúdo das regências foi baseado na obra “A saúde bucal no Sistema Único de Saúde” (Brasil, 2018b) e a abordagem metodológica adotada foi pluralista incluindo levantamento de conhecimentos prévios, aulas expositivas dialogadas, estudos de casos clínicos elaborados previamente, discussões em grupo, uso de mapas mentais, produção de cartilhas educativas e exibição de um vídeo explicativo com profissional cirurgião-dentista. Na etapa final, os estudantes foram divididos em três grupos e realizaram apresentações para colegas, professores e demais turmas da escola, durante o evento “Culminância”.

O projeto aqui relatado possibilitou identificar lacunas de conhecimento entre os estudantes, confirmando a ausência do tema saúde bucal no ambiente escolar. Inicialmente, muitos alunos restringiam esse tema a práticas básicas de higiene, mas, após as regências, passaram a relacioná-lo com doenças sistêmicas e compreender sua relevância para a saúde integral. Esse avanço evidencia a efetividade de abordagens participativas no processo de aprendizagem (VEIGA et al., 2023).

A análise das respostas dos estudantes antes e depois das atividades revelou um amadurecimento conceitual, no qual expressões simplificadas foram substituídas por explicações mais completas, incluindo menção à halitose, endocardite bacteriana e à relação entre saúde bucal e parto prematuro. Esse resultado reforça a necessidade de intervenções pedagógicas sobre saúde, uma vez que pesquisas anteriores já haviam apontado a falta de preparo de professores para tratar o tema (MORAIS et al., 2020); DANGI et al., 2025).

Destaca-se também o engajamento dos alunos na produção de materiais didáticos, como mapas mentais e cartilhas. Essas ferramentas estimularam a criatividade e a autonomia, promovendo maior envolvimento com o tema. Estudos demonstram que os mapas mentais favorecem a organização do conhecimento e a aprendizagem significativa (SILVA et al., 2020; SOUZA e COLAGRANDE, 2022). Além disso, o uso de cartilhas como recurso pedagógico tem sido relatado como eficaz na divulgação de conteúdos de saúde (GOMES et al., 2025).

A apresentação final dos alunos no evento escolar demonstrou a habilidade de comunicar o conteúdo aprendido a diferentes públicos. Esse resultado reforça a importância de atividades que extrapolam a sala de aula, ampliando a função social da escola como promotora de saúde.

De modo geral, a experiência mostrou que a abordagem pluralista contribuiu para despertar o interesse e fortalecer a integração entre o ensino de Ciências e a educação em saúde. Esses achados corroboram a literatura que ressalta o papel das metodologias diversificadas como facilitadoras da aprendizagem e do engajamento estudantil (MIRANDA et al., 2022).

Este projeto alcançou o objetivo proposto ao promover a conscientização dos alunos sobre o

tema, destacando a importância da integração entre o ensino de ciências e a promoção da saúde. A abordagem pluralista possibilitou dialogar sobre as doenças relacionadas à saúde bucal; estimular a formulação de hipóteses dos alunos; mediar a aprendizagem das principais características das doenças bucais; mediar a elaboração de cartilhas informativas e mapas mentais; elaborar casos clínicos referentes ao conteúdo buscando possibilitar a associação destes com as doenças e suas formas de prevenção; e mediar as apresentações dos alunos no evento escolar denominado “Culminância”.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018. 600 p.,BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. A saúde bucal no Sistema Único de Saúde [recurso eletrônico]. Brasília: Ministério da Saúde, 2018b.,BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Pesquisa Nacional de Saúde Bucal. Projeto SB Brasil 2010: Pesquisa Nacional de Saúde Bucal - Resultados Principais. Brasília, 2012.,DANGI, Shweta; CHHABRA, Kumar G.; NAGANANDINI, S.; CHAUDHARY, Pankaj; SINGH, Avishek; SRIVASTAVA, Harshit. Refletir sobre o papel dos professores escolares na promoção da saúde bucal: um estudo qualitativo. *Revista de Educação e Promoção da Saúde*, v. 14, n. 1, p. 165, abr. 2025. DOI: 10.4103/jehp.jehp_921_24.,GOMES, Ana Graciele de Freitas; LANES, Taís Carpes; DALMOLIN, Grazielle de Lima; SPERONI, Katiane Seffrin; HERZOG, Mariângela. A utilização de cartilha como tecnologia educacional em saúde: tendências na produção científica nacional. *Enfermagem Brasil*, [s. l.], v. 24, n. 4, p. 2702-2723, 2025. Disponível em: <https://ojs.atlanticaeditora.com.br/index.php/Enfermagem-Brasil/article/view/518>.,MIRANDA, Malena de Souza; SANTOS, Márcio Antonio Raiol dos; ASSIS, Camila Souza Ferreira Rubim de; FERREIRA JUNIOR, Luiz Carlos Reis; MELO, Amanda Jéssica Coelho; ARAÚJO, Cláudio Narcélio Rodrigues de; CAVALCANTE, Alyson de Almeida. O uso de práticas inovadoras no ensino de biologia: percepções de educadores de uma escola da Rede Federal de Ensino. *Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento*, [s. l.], v. 11, n. 16, p. e48111637939, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i16.37939.,MORAIS, Sheyliane Rego; FREITAS, Vicente Jadson Gregório; ALVES, Layanne Soyara Bido; NÓBREGA, Carolina Bezerra Cavalcanti; COSTA, Luciana Ellen Dantas; FEITOSA, Faldryene Sousa Queiroz. The role of university extension in the training teachers as multipliers of oral health. *Research, Society and Development*, [s. l.], v. 9, n. 8, p. e315985321, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i8.5321.,SILVA, A. G.; RAMOS, R. B. G. A.; SANTOS, R. L. P.; FECHINE, J. A. L.; ALMEIDA, R. S. Mapas mentais: uma ferramenta de ensino em benefício da educação na disciplina de Geografia em uma escola pública do Alto Sertão Alagoano. *Diversitas Journal*, v. 5, n. 3, p. 2169-2183, jul./set. 2020.,SOUZA, Marcos Vinícius de; COLAGRANDE, Elaine Angelina. Mapas mentais na produção de materiais didáticos por licenciandos de biologia. *SciELO Preprints*, 2022. DOI: 10.1590/SciELOPreprints.4117.,VEIGA, Nélio Jorge; COUTO, P.; CORREIA, P.; MELLO-MOURA, A. C. V.; LOPES, P. C.; CORREIA, M. J. Oral health strategies: surveying the present to plan the future of community-based learning. *Healthcare (Basel, Switzerland)*, v. 11, n. 19, p. 2646, 2023. DOI: 10.3390/healthcare11192646.

Otimização do Fluxo de Fornecimento de Dieta Enteral no Âmbito da Desospitalização Segura

DALTHON FRANCO DORCE¹, Raianny Silva Mattos Laeber¹, Isabella Tomazelli¹, Mariana Dell Horto Figueiredo Poeys¹, Raiani Spalenza Matos¹

¹Hospital Santa Rita

e-mail: dalthon.dorce@santarita.org.br

A desospitalização segura de pacientes em uso de sonda enteral representa um desafio crescente para os sistemas de saúde, especialmente no que tange à continuidade do cuidado nutricional em domicílio. A dependência de fluxos burocráticos e pouco integrados, como o da liberação de dieta industrializada pela Farmácia Cidadã, pode acarretar atrasos significativos, expondo o paciente a riscos clínicos e nutricionais. Além disso, tais atrasos geram custos elevados para as instituições, comprometendo a eficiência operacional e a sustentabilidade dos serviços. Diante desse cenário, torna-se essencial a implementação de estratégias que promovam agilidade, integração intersetorial e segurança no fornecimento de dieta enteral, contribuindo para a prevenção de reinternações e para o uso racional dos recursos disponíveis.

Reduzir o tempo de liberação da dieta enteral para pacientes em processo de desospitalização, assegurando segurança nutricional, prevenção de reinternações e otimização de recursos institucionais.

Trata-se de um estudo descritivo com abordagem quantitativa, realizado entre janeiro e junho de 2024 no Hospital Santa Rita. Foram implementadas ações estratégicas que incluíram a reestruturação do fluxo de cadastro e liberação da dieta pelo Serviço de Nutrição e Dietética em conjunto com o Escritório de Gestão de Alta. Houve integração direta com a Secretaria de Saúde para antecipação da solicitação da dieta, além do agendamento imediato da consulta ambulatorial com nutricionista. O laudo nutricional passou a ser emitido em até 24 horas após a consulta, e os tempos de resposta e os custos envolvidos foram monitorados sistematicamente.

A intervenção resultou em uma redução expressiva no tempo de liberação da dieta enteral, que passou de uma média de 45 dias para apenas 48 horas. O uso de dieta artesanal, anteriormente necessário por até 15 dias, foi reduzido para menos de 2 dias. A economia mensal média gerada para a instituição foi de R\$ 16.577,35, permitindo a realocação de recursos da filantropia para outras ações sociais. Além dos ganhos financeiros, observou-se melhoria na qualidade de vida dos pacientes, com maior segurança clínica e menor risco de reinternações. A experiência positiva reforça a viabilidade de replicação do modelo em outras instituições que enfrentam desafios semelhantes na desospitalização de pacientes com necessidades nutricionais especiais.

A reestruturação do fluxo de fornecimento de dieta enteral no contexto da desospitalização segura demonstrou ser uma estratégia eficaz para garantir a continuidade do cuidado

nutricional domiciliar. A redução significativa no tempo de liberação da dieta, aliada à economia institucional e à melhora na segurança clínica dos pacientes, evidencia o impacto positivo da integração entre setores hospitalares e órgãos públicos. O modelo proposto apresenta potencial de replicabilidade em outras instituições, contribuindo para a eficiência operacional e para a humanização do processo de alta hospitalar.

1. BRASIL. Ministério da Saúde. Protocolo de Nutrição Enteral. Brasília: MS, 2021.
- 2.,1BRASIL. Ministério da Saúde. Protocolo de Nutrição Enteral. Brasília: MS, 2021.,1.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Protocolo de Nutrição Enteral. Brasília: MS, 2021.,2. SILVA, M.A. et al. Desafios da desospitalização em pacientes com necessidades nutricionais especiais. Rev. Nutr. Clín., 2022.,3. SANTOS, R.F. et al. Gestão de recursos em instituições filantrópicas. Gestão & Saúde, 2023.

Plano de Capacidade Plena como Garantia da Eficiência Operacional em Hospital Terciário

DALTHON FRANCO DORCE¹, Raianny Silva Mattos Laeber¹

¹Hospital Santa Rita

e-mail: dalthon.dorce@santarita.org.br

O envelhecimento populacional tem provocado um aumento expressivo na demanda por serviços de saúde, especialmente em hospitais de alta complexidade. A maior prevalência de doenças crônicas e o prolongamento do tempo de internação contribuem para a superlotação dos prontos-socorros, comprometendo a qualidade do atendimento e a segurança do paciente. Nesse contexto, torna-se essencial adotar estratégias que promovam eficiência operacional e fluidez no fluxo assistencial. O Plano de Capacidade Plena (PCP) foi desenvolvido como resposta institucional para mitigar os impactos da alta ocupação de leitos, garantindo agilidade no acesso ao cuidado, melhor gestão de recursos e aprimoramento da experiência do paciente.

Reduzir o número de pacientes/dia em permanência no pronto-socorro por meio da implementação do Plano de Capacidade Plena, promovendo fluidez no fluxo intra-hospitalar e eficiência na gestão de leitos.

Trata-se de um estudo descritivo com abordagem quantitativa e qualitativa, realizado entre janeiro e junho de 2024 no Hospital Santa Rita. O Plano de Capacidade Plena foi estruturado com três níveis de criticidade, representados por alertas visuais e institucionais. A deflagração do plano envolveu ações sincronizadas entre setores assistenciais e de apoio, como Hotelaria, Nutrição, Farmácia e Manutenção, além da atuação intensificada do Escritório de Gestão de Alta. Foram aplicados ciclos PDSA (Plan-Do-Study-Act) e utilizada a metodologia da ciência da melhoria para monitoramento contínuo dos indicadores operacionais, com retorno sistemático à alta liderança institucional.

Após a implantação do PCP, observou-se uma redução significativa no número de pacientes/dia em permanência no pronto-socorro, passando de mais de 300 para 129/mês. O uso das salas de transição pós-alta aumentou de 3 para 13 encaminhamentos mensais, refletindo maior fluidez no fluxo assistencial. O Net Promoter Score (NPS) do pronto-socorro também apresentou melhora, passando de 50 para 66, indicando maior satisfação dos usuários. Houve maior agilidade na liberação de leitos e início de terapias, além do fortalecimento da cultura de colaboração intersetorial e resposta rápida às situações críticas. Esses resultados evidenciam o impacto positivo da gestão proativa e da sinergia entre setores na redução da superlotação e na melhoria da experiência do paciente.

O Plano de Capacidade Plena revelou-se uma ferramenta estratégica eficaz para promover eficiência operacional em hospitais terciários. A redução da permanência indevida no pronto-socorro, aliada à melhoria na experiência do paciente e ao fortalecimento da cultura colaborativa, demonstra o potencial transformador da iniciativa. Sua replicabilidade em outros contextos hospitalares é viável, desde que acompanhada de engajamento

institucional, monitoramento contínuo e alinhamento entre os setores envolvidos.

1.BRASIL. Ministério da Saúde. Diretrizes para organização da atenção hospitalar. Brasília: MS, 2020.,2.INSTITUTE FOR HEALTHCARE IMPROVEMENT. Science of Improvement: Testing Changes. IHI, 2022.,3.PORTELA, M.C. et al. Avaliação da eficiência hospitalar: uma revisão sistemática. Rev Saúde Pública, 2019.,4.SILVA, R.A. et al. Estratégias para enfrentamento da superlotação hospitalar. Gestão & Saúde, 2021.

TECENDO REDES DE MEMÓRIA: ATUAÇÃO MULTIPROFISSIONAL PARA O CUIDADO DA DOENÇA DE ALZHEIMER NO SUS.

Matheus Luis Leite Coca^{1,2}, Rogéria Geris Guanais², Jessé Alves Pedroso², POLIANA SATHIE LEITE HATA², Maria Helena da Costa³

¹Faculdade de Medicina de Marília, ²PREFEITURA MUNICIPAL DE BASTOS, ³Universidade Estadual de Londrina

e-mail: mthscoca@gmail.com

O Sistema Único de Saúde (SUS) configura-se como o modelo público de atenção à saúde no Brasil, alicerçado pelos princípios da universalidade, integralidade e participação social, garantindo acesso gratuito a ações e serviços (Brasil, 1988). A promoção da saúde e a prevenção são vetores fundamentais nesse arranjo institucional, sobretudo diante dos desafios impostos pelas demências. Estima-se que cerca de 1,2 milhão de brasileiros vivam com Alzheimer, com novos casos anuais e crescimento decorrente do envelhecimento populacional (Agência EBC, 2023; Ministério da Saúde, 2024). A instituição do Setembro Lilás reforça o compromisso com a conscientização pública e o enfrentamento desse agravo, em consonância com a recente Lei nº 14.878/2024, que institui a Política Nacional de Cuidado Integral às pessoas com Alzheimer e outras demências, orientando à capacitação, à vigilância e à articulação de linhas de cuidado no SUS (Senado, 2024; UnB, 2025). A disseminação de ações educativas e vivenciais pode gerar impacto social significativo ao fortalecer redes de apoio, reduzir estigmas e promover qualidade de vida. Nesse contexto, a abordagem multiprofissional revela-se essencial para construir intervenções adaptadas às dimensões cognitivas, emocionais e funcionais da doença. A presente experiência institucionaliza essa lógica no âmbito do SUS local, por meio de palestras, oficinas e vivências, buscando concretizar o cuidado integral e a promoção da saúde na esfera municipal.

Relatar a experiência de uma ação de promoção em saúde no âmbito do SUS, voltada à conscientização da Doença de Alzheimer, desenvolvida pelo Centro de Fisioterapia em parceria com a Prefeitura e a Secretaria Municipal de Saúde local.

Estudo caracterizado como uma pesquisa qualitativa, na modalidade relato de experiência descritivo. Essa abordagem é amplamente utilizada no campo da saúde, possibilita compreender fenômenos, valorizando contextos, significados e práticas sociais, especialmente em ações coletivas de promoção da saúde (Minayo, 2022).

O cenário da experiência foi um município do interior paulista, com aproximadamente 21 mil habitantes. A ação ocorreu no âmbito da Prefeitura e da Secretaria Municipal de Saúde,

em parceria com o Centro de Fisioterapia local, que organizou o segundo evento em alusão ao Dia Mundial do Alzheimer (Setembro Lilás), realizado no anfiteatro municipal.

A atuação multiprofissional foi composta por 10 fisioterapeutas organizadores do evento, além de palestrantes convidados: médica geriatra, que abordou aspectos clínicos e conceituais da doença; dentista, que relacionou saúde bucal e Alzheimer; nutricionista, que discutiu a relevância da alimentação; e fisioterapeutas, que enfatizaram a intervenção fisioterapêutica e a prática de atividade física como fator preventivo. O evento também apresentou o projeto “Centro Dia: Memórias Vivas”, dedicada ao rastreamento de idosos com Alzheimer na cidade.

Após as palestras, realizou-se o *Workshop Dementia Tour*, que proporcionou aos participantes a vivência das dificuldades e frustrações enfrentadas por pessoas com Alzheimer nas atividades de vida diária.

O público-alvo incluiu idosos, profissionais de saúde e a comunidade em geral. A coleta de dados deu-se por meio da observação participante dos autores, com registros reflexivos acerca do desenvolvimento da ação. A análise buscou evidenciar percepções sobre os impactos das práticas educativas e corporais, bem como os desafios e potencialidades do processo vivenciado.

A experiência realizada demonstrou resultados expressivos em termos de participação e engajamento da comunidade. Observou-se adesão significativa do público, com aproximadamente 150 pessoas presentes, em sua maioria idosos, que contribuíram com perguntas e compartilharam experiências, favorecendo um ambiente de diálogo e troca de saberes. A atuação multiprofissional foi um dos principais pontos de destaque, pois possibilitou compreender o Alzheimer sob diferentes perspectivas, englobando desde a prevenção até aspectos de reabilitação e qualidade de vida.

O workshop *Dementia Tour* obteve igualmente boa receptividade, permitindo aos participantes vivenciar, de forma prática, as dificuldades enfrentadas por pessoas com Alzheimer em suas atividades diárias. Essa experiência contribuiu para ampliar a empatia e a compreensão sobre as limitações impostas pela doença, reforçando a importância da sensibilização social.

Tais resultados estão em consonância com a literatura recente, que aponta o papel central das ações multiprofissionais no cuidado e na promoção da saúde voltada a pessoas com demência. Revisões apontam que equipes integradas, envolvendo médicos, fisioterapeutas, nutricionistas, dentistas e psicólogos, favorecem maior adesão aos cuidados, melhor compreensão sobre a doença e fortalecimento do suporte familiar (Silva; Andrade, 2024). Além disso, iniciativas educativas voltadas à população têm se mostrado eficazes na prevenção de agravos, na redução de estigmas e no estímulo ao engajamento dos idosos em práticas de autocuidado (Souza et al., 2023).

O presente relato também reforça a relevância de ações de promoção de saúde no âmbito do SUS, uma vez que a aproximação entre profissionais e comunidade fortalece vínculos e amplia a difusão de informações baseadas em evidências. Nesse sentido, práticas como

palestras, oficinas e vivências contribuem para uma abordagem mais integral e humanizada, reconhecida pela literatura como essencial para o enfrentamento dos desafios impostos pelo Alzheimer (Pereira; Lopes, 2025).

O relato evidencia que ações de promoção da saúde, como o Setembro Lilás, fortalecem a conscientização social sobre o Alzheimer, ampliam a compreensão multidimensional da doença e estimulam o engajamento da comunidade. A experiência demonstrou a relevância da abordagem multiprofissional, reafirmando o papel do SUS na integração de práticas preventivas, educativas e humanizadas.

AGÊNCIA EBC. Alzheimer afeta 1,2 milhão de pessoas no Brasil, diz especialista. Brasília, 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br>.,BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.,MINISTÉRIO DA SAÚDE (Brasil). Estratégias de cuidado e prevenção de demências no âmbito do SUS. Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude>.,SENADO FEDERAL (Brasil). Lei nº 14.878, de 18 de junho de 2024. Institui a Política Nacional de Cuidado Integral às Pessoas com Doença de Alzheimer e Outras Demências. Brasília, DF, 2024.,UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB). Setembro Lilás: conscientização sobre a doença de Alzheimer. Brasília, 2025. Disponível em: <https://www.unb.br>.,MINAYO, M. C. S. Pesquisa qualitativa em saúde. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 2022.,SILVA, M. R.; ANDRADE, J. P. Atuação multiprofissional no cuidado ao idoso com doença de Alzheimer: revisão integrativa. Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 1-12, 2024.,SOUZA, L. A. et al. Educação em saúde como estratégia de promoção do envelhecimento ativo: experiências em grupos de idosos. Research, Society and Development, Itabira, v. 12, n. 8, p. e45758, 2023.,PEREIRA, F. C.; LOPES, A. P. Abordagens interdisciplinares no manejo de pessoas com Alzheimer: avanços e desafios no contexto do SUS. Revista de Enfermagem e Saúde Coletiva, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 44-59, 2025.

ABORDAGENS PARA O MANEJO DO ZUMBIDO: UMA REVISÃO SOBRE ACUFENOMETRIA, ESCALA EVA E QUESTIONÁRIO THI

Rosane de Carvalho¹, Anna Caroline Silva de Oliveira Gasparini², Adrieli Dimov³

¹Clínica Carvalho, ²Centro Auditivo Gasparini, ³Centro Universitário Ingá

e-mail: rosane123@gmail.com

O zumbido, percepção sonora sem estímulo externo, é prevalente e impacta a qualidade de vida, associando-se a condições como estresse, insônia e ansiedade. Estudos indicam prevalência entre 10% e 15% da população adulta, chegando a 22% em São Paulo. A relação com perda auditiva é documentada, principalmente em trabalhadores expostos a ruído. Estruturas do sistema nervoso central participam da percepção e filtragem do sintoma. Diversas etiologias incluem doenças otológicas, disfunções endócrinas, traumas, uso de medicamentos ototóxicos e deficiências nutricionais. O manejo exige investigação clínica e uso de instrumentos como acufenometria, EVA e THI para avaliação e monitoramento. (SHORE; ROBERTS; LANGGUTH, 2016).

Este trabalho tem como objetivo geral reunir e analisar os protocolos de avaliação e manejo do zumbido disponíveis na literatura científica, com ênfase no uso da acufenometria, da Escala EVA e do questionário THI.

Revisão narrativa de literatura nas bases PubMed, SciELO e Google Scholar, abrangendo publicações de 2018 a 2024, nos idiomas português e inglês. Critérios de inclusão: estudos com uso de acufenometria, EVA e THI como principais instrumentos de avaliação. Excluíram-se artigos indisponíveis na íntegra, fora da área da fonoaudiologia ou do período estabelecido. O processo incluiu triagem de títulos e resumos, análise de elegibilidade e leitura integral. Selecionaram-se oito publicações para análise qualitativa. (CRUZ; SOUZA, 2021). Foram utilizadas as bases de dados PubMed, SciELO e Google Scholar, considerando publicações entre 2018 e 2024. A estratégia de busca incluiu os descritores: “zumbido”, “acufenometria”, “escala visual analógica (EVA)”, “Tinnitus Handicap Inventory (THI)” e “qualidade de vida”, isolados e combinados entre si.

A avaliação do zumbido deve iniciar com anamnese detalhada e exames audiológicos. A acufenometria mensura frequência, intensidade e limiar mínimo de mascaramento; a EVA classifica subjetivamente o incômodo; o THI avalia impacto emocional, funcional e

catastrófico. Estudos mostram eficácia de terapias combinadas, como aconselhamento fonoaudiológico, terapia sonora e adaptação de aparelhos auditivos. Técnicas complementares também têm sido investigadas. O Brasil enfrenta escassez de profissionais especializados, com concentração nas regiões Sudeste e Nordeste, dificultando o acesso ao diagnóstico precoce e tratamento adequado. Protocolos clínicos padronizados e capacitação profissional são essenciais para avanços no manejo. (MENESES, 2021; MENESES et al., 2024).

A combinação de acufenometria, Escala EVA e THI possibilita avaliação abrangente do zumbido, permitindo intervenções individualizadas. Fatores emocionais influenciam a percepção do sintoma, reforçando a necessidade de abordagens multidisciplinares. A escassez de profissionais especializados no Brasil evidencia a urgência de políticas públicas para capacitação e ampliação do atendimento especializado. (SEIDMAN; AHSAN, 2015; WALBROHEL; SANTOS; PEREIRA, 2021).

REFERÊNCIAS BAGULEY, D. M.; McFERRAN, D. J.; HALL, D. A. Tinnitus. *The Lancet*, v. 382, n. 9904, p. 1600-1607, 2013. DOI: 10.1016/S0140-6736(13)60142-7. BOGER, M. E.; CHELMINSKI BARRETO, M. A.; DOURADO, C. C. Relação entre perda auditiva e zumbido em trabalhadores expostos ao ruído ocupacional. *Revista Brasileira de Otorrinolaringologia*, v. 87, n. 3, p. 257-263, 2021. DOI: 10.1016/j.bjorl.2021.04.003. BRUNO, R. S.; GARCIA, M. V. Aconselhamento fonoaudiológico: um formato único e personalizado para sujeitos com zumbido crônico. *Distúrbios da Comunicação*, v. 33, n. 2, p. 287-298, 2021. DOI: 10.23925/2176-2724.2021v33i2p287-298. CRUZ, D. P. S.; SOUZA, B. J. F. Atuação fonoaudiológica em pacientes com zumbido: revisão bibliográfica. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso - Pontifícia Universidade Católica de Goiás. FERREIRA, L. M. B. M. (Org.). Manual de diagnóstico e tratamento do zumbido: uma visão interdisciplinar. Natal: Caule de Papiro, 2021. FERREIRA, R. J. S. et al. Análise da produção científica sobre zumbido nas revistas brasileiras de fonoaudiologia: uma revisão de escopo. *Distúrbios da Comunicação*, v. 36, n. 3, e67550, 2024. DOI: 10.23925/2176-2724.2024v36i3e67550. JERGER, J.; JERGER, S.; MAULDIN, L. Studies in impedance audiometry: I. Normal and pathological ears. *Archives of Otolaryngology*, v. 96, n. 6, p. 513-523, 1972. DOI: 10.1001/archotol.1972.00770080515004. McCORMACK, A. et al. A systematic review of the reporting of tinnitus prevalence and severity. *Hearing Research*, v. 337, p. 70-79, 2016. DOI: 10.1016/j.heares.2016.05.009. MENESES, E. C. Rede de cuidado especializado em pacientes com zumbido no Brasil: perfil profissional, métodos e técnicas de avaliação e intervenção. 2021. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Paraíba. MENESES, E. C. et al. Rede de cuidado especializado em pacientes com zumbido no Brasil: perfil profissional, métodos e técnicas de avaliação e intervenção. *Distúrbios da Comunicação*, v. 36, n. 1, e65022, 2024. DOI: 10.23925/2176-2724.2024v36i1e65022. NEWMAN, C. W.; JACOBSON, G. P.; SPITZER, J. B. Development of the tinnitus handicap inventory. *Archives of Otolaryngology-Head & Neck Surgery*, v. 122, n. 2, p. 143-148, 1996. DOI: 10.1001/archotol.1996.01890140029007. OITICICA, J.; BITTAR, R. S. M. Tinnitus prevalence in the city of São Paulo. *Brazilian Journal of Otorhinolaryngology*, v. 81, n. 2, p. 167-176, 2015. DOI: 10.1016/j.bjorl.2014.12.004. SEIDMAN, M. D.; AHSAN, S. F. Current opinion: the management of tinnitus. *Current Opinion in Otolaryngology & Head and Neck*

Surgery, v. 23, n. 5, p. 376-381, 2015. DOI: 10.1097/MOO.0000000000000186. SHORE, S. E.; ROBERTS, L. E.; LANGGUTH, B. Maladaptive plasticity in tinnitus—triggers, mechanisms and treatment. *Nature Reviews Neurology*, v. 12, n. 3, p. 150-160, 2016. DOI: 10.1038/nrneurol.2016.12. SOUZA, G. L. et al. Current treatments for tinnitus. *Revista Eletrônica Acervo Médico*, v. 23, n. 8, e13559, 2023. DOI: 10.25248/REAMed.e13559.2023. TYLER, R. S.; BAKER, L. J. Difficulties experienced by tinnitus sufferers. *Journal of Speech and Hearing Disorders*, v. 53, n. 2, p. 150-156, 2018. DOI: 10.1044/jshd.5302.150. WALBROHEL, T. M.; SANTOS, C. N.; PEREIRA, L. D. Incômodo provocado pelo zumbido na qualidade de vida dos pacientes: avaliação por meio de instrumentos psicoacústicos e subjetivos. *Audiology - Communication Research*, v. 26, n. 1, e2509, 2021. DOI: 10.1590/2317-6431-2021-2509.

Comportamentos Indicativos de Transtornos Alimentares em Adolescentes de 14 a 19 anos.

Laiane dos Santos Geraldo¹, Thamyres Alexsandra Souza Silva¹, Miriam Garcia Lopes¹

¹Centro Universitário de Adamantina

e-mail: nutrilaianegeraldo@gmail.com

Os transtornos alimentares (TAs) são transtornos psiquiátricos, com graves complicações clínicas.(Scagliusi 2019). As complicações clínicas decorrentes dos TAs estão relacionados principalmente ao comprometimento do estado nutricional e às práticas compensatórias inadequadas para o controle e a perda de peso, como vômito, uso de diuréticos, privação de refeições, entre outros. Essas complicações são graves, incluindo alterações endócrinas, cardíacas, pulmonares, renais, dentárias, além das seguintes doenças: hipercolesterolemia, hipoglicemia, osteopenia, osteoporose, hipocalcemia, distúrbio ácido básico, anemia, lanugo, constipação, esofagite, pancreatite aguda, entre outros. Os TAs (Anorexia nervosa, bulimia nervosa), possuem atualmente seus critérios diagnósticos definidos pela Associação Psiquiátrica Americana, no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5), e pela Organização Mundial da Saúde (OMS), na Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-10). Os TAs estão associados com desordens do comportamento alimentar, principalmente em adolescentes que são mais susceptíveis ao apelo midiático, e relacionados a desordem mental. (Lira 2020).

Sabe-se que a AN é mais frequente entre mulheres jovens, sendo que a incidência média de relação entre homem-mulher varia de 1:10 até 1:20, e seu aparecimento é mais comum durante a adolescência e início da idade adulta (Vale,2014). Na atualidade é possível observar um crescimento desses transtornos, caracterizados por distorções de imagem corporal, associadas a insatisfação do peso e desenvolvimento de comportamentos alimentares específicos, principalmente no público adolescente. Os principais tipos de transtornos são: a AN e a BN, com predomínio significativo no sexo feminino, mas encontramos ainda o transtorno compulsivo alimentar periódico e a vigorexia. (Albino; Macedo, 2014; Oliveira 2020). Dentro de todo esse contexto, investigar se há comportamentos que podem precipitar a AN e a BN torna-se crucial para a promoção de uma abordagem holística de saúde dos adolescentes.

Avaliar a prevalência de sinais e sintomas de transtornos alimentares (Bulimia Nervosa e Transtorno da Compulsão Alimentar) em adolescentes faixa etária de 14 a 19 anos e sua correlação com padrão de imagem corporal ou social.

Este é um estudo transversal onde foi aplicado um questionário validado sobre padrões de peso e alimentação para adolescentes (QEWP-5): avaliação transcultural e adaptação para o português. Foi aplicado em adolescentes de 14 a 19 anos, por meio de formulário online em meios de comunicação.

Um bom questionário de rastreamento pode selecionar indivíduos de risco, dispensando a

entrevista diagnóstica em todos os sujeitos da pesquisa, desta forma reduzindo o volume do trabalho e consequentemente, o custo financeiro.

O questionário de autopreenchimento é fácil de administrar, eficiente e econômico na avaliação de grande números de indivíduos.

O QEWP-5 é uma versão para adolescentes adaptadas transculturalmente para o português do Brasil do "Questionnaire of Eating and Weight Patterns - QEWP", concebido originalmente em inglês. Trata-se de um questionário de autopreenchimento de 13 itens, desenvolvido exclusivamente para identificação das manifestações iniciais do TCA em adolescentes. O questionário aborda diretamente componentes individuais e critérios de duração e frequência necessários para o diagnóstico de TCAP e BN. Levou como perguntas a relação entre comida e quantidade consumida em determinado período, controle de ingestão de quantidade, controle de fome, relação com a imagem corporal, uso de laxantes e provocação de vômitos e exercícios físicos compensatórios. O projeto foi enviado para o comitê de ética e pesquisa e foi somente realizado após aprovação e assinatura do termo de assentimento livre e esclarecido. A análise estatística foi conduzida utilizando o software Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) CAAE: 84625424.4.0000.5496.

A amostra foi composta por 107 adolescentes que responderam ao questionário. A Tabela 1 apresenta as características demográficas desses adolescentes. Observa-se que a maioria das respostas foi proveniente de adolescentes do sexo feminino, com idade média de 17 anos, sendo predominantemente estudantes de escolas públicas. Em relação à prevalência de transtornos alimentares (TAs) na amostra, os resultados do questionário sobre padrões de peso e alimentação para adolescentes indicaram que 9 (8,4%) adolescentes apresentaram características de Transtorno da Compulsão Alimentar Periódica (TCAP), com idade média de 16 anos, sendo 8 (89%) do sexo feminino e 7 (78%) estudantes de escolas privadas. Além disso, 1 (0,9%) adolescente foi identificado com Bulimia Nervosa (BN) purgativa (idade = 18 anos; feminino; escola pública). Nenhum adolescente apresentou sintomas de BN não purgativa. Assim, a maior parte da amostra (90,7%) não foi diagnosticada com TCAP ou BN. Evidencia que 65% dos adolescentes relataram episódios de comer exageradamente em um período de duas horas (7% relatam esse comportamento diariamente). Entre eles, 53% indicaram uma sensação de perda de controle ao comer, comportamento típico de TCAP e BN. É interessante destacar os comportamentos inadequados entre os pacientes que relatam comer exageradamente (n= 71) sendo que desses, a maioria come muito rápido (72%), comem até seu estômago doer ou passar mal (52%), comem sem fome (69%), comem grande quantidade de comida durante o dia sem ter comido nada no café da manhã, almoço ou jantar (67%), comem só porque não queria que alguém olhasse a quantidade que comeria (32%) e sentem-se culpados depois de comer muita comida (67%). Quanto ao controle da ingestão alimentar, 29% dos adolescentes relataram sentir-se muito ou extremamente mal por não conseguirem controlar a quantidade de comida. No que se refere à imagem corporal, 89% dos participantes indicaram que o peso ou a forma corporal influenciam significativamente sua autoimagem. Além disso, 21 adolescentes (19,6%) relataram indução de vômito para perda de peso. Quanto ao uso de laxantes e diuréticos diariamente na tentativa de evitar o ganho de peso, os resultados indicam que 16 (14,7%) e 17 (15,6%) participantes utilizam essa estratégia purgativa, respectivamente. Com relação a outras práticas compensatórias, 45% relatam ter ficado um dia inteiro sem comer nada para evitar ganhar peso, 48% fazem exercícios por

mais de uma hora para evitar ganhar peso e 16,5% responderam que tomaram o dobro da quantidade de remédio para emagrecer para evitar ganhar peso. é apresentada a comparação das respostas do questionário entre escolas da rede pública e privada. As principais diferenças estatisticamente significativas indicam que os alunos da rede privada apresentam uma relação mais problemática com a alimentação em comparação com os da rede pública.

Embora a prevalência específica de Transtornos Alimentares (TAs) tenha sido relativamente baixa (9,4%), os resultados indicam a presença de comportamentos alimentares transtornados, incluindo episódios de compulsão alimentar e uso de práticas compensatórias. A autoimagem mostrou-se fortemente influenciada pelo peso e forma corporal. Análises revelaram diferenças marcantes entre os gêneros, com as meninas apresentando uma relação mais problemática com a alimentação, maior frequência de práticas compensatórias e uso de métodos purgativos. As comparações entre estudantes de escolas públicas e privadas evidenciaram que os alunos da rede privada demonstraram maior preocupação com o peso e a forma corporal.

ALBINO,E. B. da S.; MACÊDO,E. M. C. Transtornos alimentares na adolescência:uma revisão de literatura. Rev. Veredas,v. 7,n. 1,2014. ALVARENGA,M; SCAGLIUSI,F; PHILLIPE,S. Nutrição e transtornos alimentares: Uma abordagem interdisciplinar. 1. ed. Barueri-SP: Manole,2011. 475-495 p. AMERICAN Dietetic Association (ADA). Position of the American Dietetic Association: nutrition intervention in the treatment of anorexia nervosa,bulimia nervosa,and other eating disorders. J Am Diet Assoc. 2006;106:2073-82. AMERICAN Psychiatric Association. Ano de publicação: 2013. Título: Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders,5th Edition. AMERICAN Psychological Association: APA. 7. ed. 2014: OMS,2014. AMMAR,A.

Efeitos da osteopatia craniana na pressão arterial e na frequência cardíaca em hipertensos: Ensaio Clínico Randomizado

Lívia Tino de Roide¹, Mayara Moura Alves da Cruz¹, ROBERTO PROCOPIO PINHEIRO¹

¹Centro Universitário de Adamantina

e-mail: 10004824@fai.com.br

A Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS) caracteriza-se por elevação sustentada da pressão arterial (PA) e é reconhecida como um dos principais fatores de risco para doenças cardiovasculares, acidente vascular cerebral e outros (BRASIL, 2014). O controle da HAS abrange tanto terapias farmacológicas quanto intervenções não farmacológicas que influenciam o estilo de vida e o sistema nervoso autônomo (SNA), em razão de sua função central na regulação da pressão arterial (PA) e da frequência cardíaca (FC) (BARROSO et al., 2021).

Dentre as terapias manuais, a osteopatia craniana (OC), especialmente a técnica de compressão do quarto ventrículo (CV4), tem sido investigada quanto à sua capacidade de alterar o equilíbrio simpático-parassimpático, com evidência de redução da PA e aumento da atividade parassimpática em indivíduos hipertensos (CURI et al., 2018; MONTEIRO et al., 2025).

No entanto, apesar desses achados promissores, são escassos os estudos que comparem os efeitos da OC com outras técnicas manuais, como a manipulação articular cervical, em populações acima de 50 anos com HAS, evidenciando assim a importância da realização desse estudo.

Comparar os efeitos da OC e da manipulação articular cervical sobre a PA e a FC em indivíduos hipertensos acima de 50 anos, analisando respostas hemodinâmicas imediatas após intervenção única.

Trata-se de um ensaio clínico randomizado, controlado e transversal, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE nº 89125525.6.0000.0438). O estudo foi realizado em Estratégias de Saúde da Família (ESF) de Adamantina/SP, com indivíduos hipertensos, de ambos os sexos, acima de 50 anos e acompanhados pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e responderam à anamnese inicial. Em seguida, permaneceram em decúbito dorsal, em silêncio por 10 minutos, em sala climatizada.

A randomização distribuiu os participantes em dois grupos. O Grupo 1 (G1) recebeu protocolo de quatro técnicas de OC: tração cervical, plataforma suboccipital, descompressão

do osso temporal e CV4 (UPLEDGER et al., 2011). O Grupo 2 (G2) foi submetido a manipulação articular global da coluna cervical alta em rotação bilateral (MONTEIRO et al., 2025). Cada intervenção ocorreu em sessão única, com duração aproximada de 60 minutos.

A PA e a FC foram aferidas em cinco momentos: antes da intervenção (basal), imediatamente após (tempo 0) e aos 5, 10 e 20 minutos. A PA foi aferida por profissional de enfermagem com esfigmomanômetro aneróide calibrado, e a FC monitorada por cardiofrequencímetro Polar RS800CX.

Os dados foram analisados por estatística descritiva. A normalidade foi avaliada pelo teste de Shapiro-Wilk. Para comparações entre grupos utilizaram-se teste t de Student, e para variáveis categóricas, qui-quadrado com correção de Fisher. O nível de significância adotado foi de 5%.

Foram incluídos 22 participantes, distribuídos em dois grupos (n=11). A análise demonstrou redução significativa da pressão arterial sistólica (PAS) em ambos os grupos. No G1 a PAS reduziu de $141,8 \pm 11,6$ mmHg (basal) para $130,9 \pm 9,4$ mmHg (20 minutos; $p=0,001$). No G2, os valores passaram de $140,9 \pm 21,1$ mmHg para $127,3 \pm 20,5$ mmHg ($p=0,002$). Esses achados sugerem que ambas as técnicas manuais contribuem para diminuição aguda da PAS em indivíduos hipertensos, corroborando evidências de que intervenções osteopáticas e manipulações articulares modulam respostas hemodinâmicas imediatas (SOUSA et al., 2020).

Em relação à pressão arterial diastólica (PAD), observou-se diferença significativa apenas no G1, que apresentou redução de $88,2 \pm 6,0$ mmHg (basal) para $81,8 \pm 6,0$ mmHg (20 minutos; $p=0,001$). No G2, a PAD variou de $82,7 \pm 7,8$ mmHg para $81,8 \pm 7,5$ mmHg, sem significância estatística ($p=0,316$). Esse resultado reforça a hipótese de que técnicas cranianas exercem maior influência sobre o equilíbrio autonômico simpático-parassimpático. Estudos prévios descrevem que a OC pode induzir aumento da atividade vagal e redução da resistência vascular periférica, o que está em consonância com os efeitos aqui observados (AMENDOLARA et al., 2024).

No que se refere à FC, a média no G1 foi de $71,5 \pm 7,3$ bpm (basal) para $67,8 \pm 8,9$ bpm (20 minutos), com tendência de redução ($p=0,057$). No G2, os valores permaneceram estáveis ($68,1 \pm 11,7$ bpm para $67,0 \pm 12,7$ bpm; $p=0,997$). Embora sem significância estatística, a tendência de queda da FC no G1 sugere possível efeito modulador sobre a atividade autonômica, que pode se tornar mais evidente em estudos com maior tamanho amostral ou maior tempo de acompanhamento.

De forma geral, os resultados indicam que tanto a OC quanto a manipulação articular cervical são capazes de promover reduções significativas da PAS em indivíduos hipertensos acima de 50 anos. No entanto, a OC demonstrou maior eficácia na redução da PAD, o que a diferencia como potencial estratégia complementar no manejo não farmacológico da HAS.

A literatura atual ainda é limitada quanto a ensaios clínicos comparativos entre técnicas manuais nesse perfil populacional, mas os achados aqui descritos corroboram estudos que apontam para a relevância da OC na modulação autonômica e no controle pressórico

(AMENDOLARA et al., 2024; SOUSA et al., 2020). Assim, este estudo contribui para o fortalecimento da evidência de que intervenções manuais podem ser integradas como adjuvantes ao tratamento medicamentoso e às mudanças no estilo de vida, ampliando as possibilidades terapêuticas no cuidado à hipertensão.

Os achados evidenciam que tanto a OC quanto a manipulação articular cervical promovem redução imediata da PAS em hipertensos acima de 50 anos. Contudo, somente a OC apresentou impacto significativo também sobre a PAD, além de tendência à redução da FC. Esses resultados reforçam a OC como estratégia complementar promissora no controle não farmacológico da HAS. Novas investigações, com amostras maiores e seguimento longitudinal, são necessárias para confirmar esses efeitos e ampliar sua aplicabilidade clínica.

AMENDOLARA, A. et al. Effectiveness of osteopathic craniosacral techniques: a meta-analysis. *Frontiers in Medicine*, 2024. BARROSO, W. K. et al. Diretrizes Brasileiras de Hipertensão Arterial - 2020. *Arquivos Brasileiros de Cardiologia*, v. 116, n. 3, p. 516-658, 2021. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: hipertensão arterial sistêmica. *Cadernos de Atenção Básica*, n. 37. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. CURI, A. C. C.; ALVES, A. S. M.; SILVA, J. G. Cardiac autonomic response after cranial technique of the fourth ventricle (CV4) compression in systemic hypertensive subjects. *Journal of Bodywork and Movement Therapies*, v. 22, n. 3, p. 666-672, 2018. MONTEIRO, E. R. et al. Effect of cervical manipulation on blood pressure and heart rate variability responses in adults: a scoping review. *Journal of Bodywork and Movement Therapies*, v. 42, p. 1120-1127, 2025. SOUSA, K. A. de et al. Effect of manual therapies on cardiac autonomic control: a systematic review. *Manual Therapy, Posturology & Rehabilitation Journal*, p. 1-12, 2020. UPLEDGER, J. E.; VREDEVOOGD, J. D. *Terapia craniossacral*. Tradução de Heloísa Yasuko Miranda. São Paulo: Roca, 2011.

HUMANIZAÇÃO NO ATENDIMENTO INFANTIL: IMPLANTAÇÃO DA BRINQUEDOTECA HOSPITALAR NA PEDIATRIA DA SANTA CASA II NO MUNICÍPIO DE TUPÃ

Julia Harumi Segantini Sugahara¹, Edelaine Fogaça Avelaneda¹, Maria Vitória Mantovano¹,
Janaina Oliveira Leal¹

¹Faculdade de Direito da Alta Paulista

e-mail: juliahssugahara@icloud.com

O processo de hospitalização na vida da criança configura-se como uma experiência potencialmente traumática. É um momento delicado que altera completamente sua rotina, e a permanência no ambiente hospitalar, desencadeia ansiedade, medo, estresse e, em alguns casos gerando grande impacto emocional, enfrentando procedimentos dolorosos e sem entendem de como são realizados (Silva, *et al.* 2021; Silva *et al.* 2020; Lemos *et al.*, 2016).

Por isso, se faz necessário um cuidado diferenciado e que seja capaz de ajudar a suas necessidades e de facilitar a comunicação. Nesse sentido, o brincar é um elemento facilitador desse processo, pois auxilia no desenvolver da comunicação e resgata a relação de ajuda (Santos; Goes, 2021; Oliveira *et al.*, 2020).

Nesta perspectiva, os brinquedos normais passam a serem considerados brinquedos terapêuticos, proporcionando o bem-estar psicofisiológico da criança em ambiente hospitalar. Vale ressaltar que compete ao enfermeiro que atua na área pediátrica, enquanto integrante da equipe multiprofissional de saúde, a utilização da técnica do brinquedo terapêutico na assistência à criança hospitalizada (Cofen, 2004).

Implantar uma brinquedoteca hospitalar no município de Tupã. Específicos: Ressaltar a importância do brincar para as crianças na internação hospitalar; expor os benefícios do brinquedo terapêutico; arrecadar brinquedos, livros e kits escolares na instituição de ensino; projetar o layout da sala da brinquedoteca; e implantar os materiais didáticos dentro da brinquedoteca.

Trata-se de uma pesquisa-ação, onde contemplou a implementação de um local terapêutico, possibilitando uma aproximação e um entendimento da realidade para aproximação de uma intervenção (Silva, Oliveira, Ataídes, 2021).

Para isso, foram realizadas buscas em diversas plataformas, a fim de reunir um conjunto de literatura que oferecesse conteúdo suficiente e relevante para fundamentar uma revisão sobre o tema e aprimorar as ideias para a prática. Foram consultados livros e artigos acadêmicos disponíveis em bases de dados eletrônicos como Scielo, Google Acadêmico,

PubMed e BVS. Os artigos selecionados foram em português, entre os anos de 2010 e 2024. Após o referencial teórico, o projeto constituiu de três etapas:

- Etapa 1: arrecadação de brinquedos dentro da própria instituição de ensino, UNIFADAP, beneficiando os alunos com horas de atividades complementares;
- Etapa 2: visita e projeto arquitetônico da sala juntamente com colaboração de discente do curso de engenharia civil;
- Etapa 3: implantação da brinquedoteca na Unidade da Santa Casa II, no município de Tupã.

4.1 Etapa 1: Arrecadação de kits

Para a implantação da brinquedoteca hospitalar na Unidade da Santa Casa II, no município de Tupã, foi necessário promover arrecadação de brinquedos educativos, livros, lápis de cor, canetinhas e outros materiais de apoio dentro da própria instituição de ensino. Foi apresentado o projeto para todos os coordenadores de curso e em seguida sugerido arrecadação de kits em todos os cursos, para todos os alunos. O período de arrecadação foi entre 03 de março de 2025 a 30 de maio de 2025, com carga horária variando entre três e cinco horas. Os kits foram divididos em:

Kit 1 = 1 livro para colorir + 1 caixa de lápis de cor (12 unidades) = 3 horas

Kit 2 = 1 pacote de sulfite (100 folhas) + 1 caixa de canetinhas (12 unidades) = 3 horas

Kit 3 = 1 livro de leitura infantil + 1 caixa de lápis de cor ou 1 caixa de canetinhas (24 unidades) = 5 horas

Kit 4 = 1 brinquedo educativo (quebra-cabeça, jogo da memória, carrinho, boneca) = 5 horas.

Ao final do projeto, foi atribuído horas de participação para todos os alunos.

4.2 Etapa 2: Projeto arquitetônico da sala brinquedoteca

Em parceria com o curso de Engenharia Civil da instituição, uma discente, com formação em arquitetura realizou um Laudo técnico de análise do espaço e o Layout da sala para a implantação da brinquedoteca, localizado na Santa Casa II no município de Tupã SP. A data da vistoria foi em 24 de março de 2025.

O laudo teve como objetivo avaliar o estado de conservação do banheiro e ambiente adjacente, identificando patologias construtivas visíveis e recomendando intervenções corretivas.

Em seguida, foi realizado uma reunião com os administradores da Santa Casa II para apresentação do projeto e laudo técnico, em sequência deram como aprovado o projeto e se disponibilizaram em ajudar com alguns recursos para a concretização.

4.3 Etapa 3: Implantação da brinquedoteca

Após o levantamento das necessidades das condições físicas do local, os gestores da Santa Casa começaram a reforma imediatamente, onde substituíram a iluminação, porta de entrada, higienização do ar condicionado, instalações de itens de banheiro, tomadas, TV e após higienização da sala.

Enquanto a sala estava passando por reforma, iniciaram o contato com empresas da cidade para colaborarem com os investimentos. Ao total foram 14 empresas que cooperaram para a realização desse projeto, disponibilizando papel de parede, higienização da poltrona, TV, tintas, móveis, itens de instalação sanitária, artigos de decoração, tatames e brinquedos.

Por fim, a brinquedoteca foi implantada, todos os objetivos foram alcançados, com isso demonstra os esforços conjuntos das autoras e parcerias entre instituição de ensino, Santa Casa e empresários do município, onde idealizaram o projeto e concretizaram.

A brinquedoteca está oferecendo um direito a criança hospitalizada e a promoção de um ambiente mais acolhedor, favorecendo o desenvolvimento e a recuperação durante esse período.

LEMOS, I. C. S. et al. Brinquedo terapêutico no procedimento de punção venosa: estratégia para reduzir alterações comportamentais. Ver. Cuid. 2016; 7(1): 1163-70. OLIVEIRA, D. S. et al. Brinquedo terapêutico e a assistência de enfermagem: revisão integrativa. REVIS, vol. 9, n. 3, jul-set. 2020. RESOLUÇÃO COFEN Nº 295/2004 - Revogada pela resolução COFEN Nº 546/201. Disponível em: <https://www.cofen.gov.br/resoluco-cofen-2952004/>. SANTOS, I. R.; GOES, Patrícia da Silva Xavier. BRINQUEDO TERAPÊUTICO: cuidado humanizado na assistência do enfermeiro pediátrico. Centro Universitário Campo Limpo Paulista - UNIFACCAMP. Campo Limpo Paulista/SP.2021. SILVA, A. DE F.; OLIVEIRA, G. S. DE, ATAÍDES, F. B. Pesquisa-ação: princípios e fundamentos. Revista Prisma, v. 2, n. 1, p. 2-15, 2021. Disponível em: PESQUISA-AÇÃO: PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS | Revista Prisma. Acesso em: 08 Set 2025. SILVA, A. et al. A percepção da equipe de enfermagem em relação ao brinquedo terapêutico como alívio da dor e diminuição dos fármacos na enfermaria pediátrica. Research, Society and. Development, v. 10, n. 15, e462101521340, dez. 2021. SILVA, J. M. L. et al. O brinquedo terapêutico instrucional como ferramenta na assistência oncológica infantil. Research, Society and. Development, v. 9, n.7, e408974253, maio 2020.

MANOBRAS DE DESENGASGO: CONTRIBUIÇÃO COM O ENSINO DE ENFERMAGEM E SAÚDE INFANTIL

Edelaine Fogaça Avelaneda¹, Elaine Cristina Iacida Soriano², Naira Valério dos Santos Santana¹, Paula Carolina de Castro Boscateli¹, José Marcos Garcia¹

¹Faculdade de Direito da Alta Paulista, ²Escola Estadual Técnica Prof. Massuyuki Kawano

e-mail: edelaine.avelaneda@fadap.br

O engasgo é uma causa relevante de mortalidade infantil no Brasil, especialmente entre crianças menores de cinco anos, com índices elevados e recorrentes que evidenciam a urgência de ações preventivas. Estudos apontam que a maioria dos casos ocorre em menores de sete anos, com destaque para a faixa etária de 1 a 3 anos (Costa et al., 2021; Niada; Matheus, 2025; Brasil, 2022).

As crianças estão passando cada vez mais tempo no ambiente escolar, é no cotidiano dos profissionais que atuam em creches, é comum presenciar acidentes envolvendo os escolares, portanto, os colaboradores sempre estão dispostos a serem envolvidos em situações que se faz necessário prestar os primeiros socorros.

Assim, a Unidade Escolar tem em seu currículo o objetivo de promover a formação integral dos estudantes e, através da extensão curricularizada, aproximar o conhecimento acadêmico das demandas sociais, fortalecendo o compromisso das instituições de ensino com a transformação da realidade.

E, como base na Lei n.º 13.722/2018, conhecida como Lei Lucas, que torna obrigatória a capacitação em primeiros socorros em estabelecimentos de ensino, elaborou-se capacitações de noções básicas de atendimento emergencial, com ênfase em técnicas de desengasgo e reanimação cardiopulmonar (RCP) aos colaboradores das creches.

Disseminar conhecimentos para colaboradores da educação infantil em escolas públicas e privadas sobre primeiros socorros em situações de engasgamento. E como específicos elaborar um material didático de acordo com a Lei Lucas; realizar um treinamento com os discentes do curso de enfermagem; e capacitar os colaboradores com técnicas de desengasgo.

Para responder aos objetivos propostos, o projeto de pesquisa conduziu a um estudo descritivo, com pesquisa ação, sendo dividido em três etapas de procedimento metodológico:

Etapa 1: Elaboração do material didático

Para a elaboração do material didático, os alunos da 4 série do curso de enfermagem, farão um levantamento bibliográfico na literatura sobre a Lei Lucas e

manobras de desengasgo, e atendimento de primeiros socorros por leigos, após estudado e realizado uma reflexão dos principais contextos elaboraram um cartaz didático, contendo termos de fácil entendimento e imagens para ajudar na compreensão do leitor. Os professores acompanharam a elaboração do material e após a validação.

Etapa 2: Treinamento com os discentes

Após o material didático elaborado foi realizado no auditório da instituição em dois dias um treinamento com todos os discentes do curso de enfermagem. Professores das disciplinas de urgência e emergência, saúde da criança e legislação e ética, e alunos da quarta série, aplicaram esse treinamento utilizando o material didático e os bonecos.

Etapa 3: Capacitação com os colaboradores

A princípio foi realizado um contato com a secretária da educação de Tupã, para a apresentação do projeto e permissão do mesmo em todas as unidades de educação infantil. Após a permissão foi agendado a capacitação na instituição UNIFADAP, onde constou com a aplicabilidade do material didático, técnicas de desengasgo na prática, nesse dia teve a participação da equipe do SAMU que ajudaram no treinamento.

Para a realização da primeira etapa, os discentes da 4ª série realizaram um levantamento nas plataformas Scielo, PubMed e Google Acadêmico utilizando os descritores “Lei Lucas e engasgo infantil”, após colherem o conteúdo elaboraram um material didático, em específico um banner, descrevendo e ilustrando sobre a Lei Lucas, definição e identificação de engasgo, manobras de Heimlich em bebês e crianças e parada cardiorrespiratória.

Em seguida, com o banner impresso foi realizado o treinamento com todos os alunos do curso de enfermagem da instituição juntamente com os professores responsáveis pelas disciplinas que abordam o conteúdo. O treinamento se dividiu em duas turmas, em consequências foram dois dias de treinamento.

Na última etapa foi realizado o treinamento com os colaboradores das creches e escolas públicas e municipais de Tupã, estiveram presente professores, auxiliares e motoristas que tem o contato diário com bebês e crianças. Contou com a presença de professores, alunos da 4ª série e a equipe de SAMU do município de Pompéia para a realização do mesmo. Todos presentes receberam o treinamento, demonstrando as técnicas e manobras e após foi realizado dinâmicas em grupos para colocarem em prática o conhecimento adquirido, para finalizar os participantes esclareceram todas as dúvidas e receberam certificados.

Ressalta, que os alunos e os colaboradores receberam as técnicas de profissionais e capacitados sobre o assunto, e puderam aplicar na prática em dinâmica em grupos o conhecimento adquirido. O projeto pode proporcionar aos alunos uma experiência prática, desenvolvendo as habilidades alcançadas.

Enfim, o projeto fortaleceu o vínculo de professores com os alunos e conexão entre a instituição e a comunidade, contribuindo com a construção de saberes de diversas pessoas sobre um conhecimento que pode salvar vidas, além disso, esses colaboradores que foram

treinados podem contribuir para o ensino do próximo, disseminando ainda mais o conteúdo e contribuindo para a diminuição dos índices de mortalidade infantil sobre engasgamento.

BRASIL. Ministério da Saúde. Mais de 94% dos casos de asfixia por engasgo ocorrem em crianças menores de sete anos. Portal Gov.br, Brasília, 2 dez. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2022/dezembro/mais-de-94-dos-casos-de-a-sfixia-por-engasgo-ocorrem-em-criancas-menores-de-sete-anos>. Acesso em: 21 set. 2025.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 13.722, de 4 de outubro de 2018. Torna obrigatória a capacitação em noções básicas de primeiros socorros de professores e funcionários de estabelecimentos de ensino públicos e privados de educação básica e de estabelecimentos de recreação infantil. Diário Oficial da União: seção 1, DF, 5 out. 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13722.htm. Acesso em: 21 set. 2025.

COSTA, Iara Oliveira et al. Estudo descritivo de óbitos por engasgo em crianças no Brasil. Revista de Pediatria SOPERJ, v. 21, supl. 1, p. 11-14, dez. 2021. Disponível em: http://revistadepediatriasoperj.org.br/detalhe_artigo.asp?id=1166. Acesso em: 21 set. 2025.

NIADA, Rafaelly de Lara; MATHEUS, Nathan Etzel Pereira Pacheco. ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA DOS ÓBITOS DECORRENTES DE ENGASGO EM CRIANÇAS MENORES DE 5 ANOS NO BRASIL ENTRE 2019 E 2023. In: Anais do 4º Congresso Brasileiro de Trauma e Medicina de Emergência. Anais... Manaus (AM) LAUEC-AM, 2025. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/4traumaemergencia/1070596-ANALISE-EPIDEMIOLOGICA-DOS-OBITOS-DECORRENTES-DE-ENGASGO-EM-CRIANCAS--MENORES-DE-5-ANOS-NO-BRASIL-ENTRE-2019-E-2>. Acesso em: 21 set 2025.

Morbimortalidade e Custos das Doenças Crônicas no SUS: Uma Análise Evolutiva de Desfechos e Tendências em um município do interior paulista (2023-2024)

Gabriel Lima Duarte da Silva¹, Beatriz Garbin¹, Daniele Cristina Ribeiro Dos Santos^{2,1},
Liliana Cristina Tino³, Beatriz Santos Jordão¹

¹Centro Universitário de Adamantina (*Residência Multiprofissional COREMU*) , ²Universidade Estadual Paulista (*Unesp - FMB*) , ³Centro Universitário de Adamantina (*Docência Enfermagem*)

e-mail: 10004924@fai.com.br

As Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs), como doenças cardiovasculares, respiratórias, diabetes e neoplasias, representam a principal causa de morbimortalidade no Brasil. Em 2023, as DCNTs foram responsáveis por 90% das mortes no país, com destaque para as doenças circulatórias e neoplasias malignas (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE, 2023). A mortalidade prematura por essas condições, definida como óbitos entre 30 e 69 anos, continua elevada, refletindo desigualdades regionais e sociais (CIÊNCIA & SAÚDE COLETIVA, 2022). A Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) orienta ações voltadas à adoção de hábitos alimentares saudáveis, à prática regular de atividade física e à prevenção do uso de tabaco e álcool, além de destacar a importância de compreender a expansão das DCNTs e de aprimorar políticas voltadas à prevenção e ao tratamento (BRASIL, 2018). No município de Adamantina-SP, com 34.687 habitantes, a análise das hospitalizações e óbitos por DCNTs é essencial para compreender o perfil epidemiológico e subsidiar políticas públicas de saúde. Estudos anteriores indicam que a atenção básica pode resolver até 80% dos casos de DCNTs, enfatizando a importância da prevenção e do manejo adequado (SERVIÇOS E INFORMAÇÕES DO BRASIL, 2022).

Analisar a evolução da morbimortalidade e dos custos hospitalares decorrentes de internações por Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs) em Adamantina-SP, comparando os indicadores clínico-epidemiológicos e econômicos entre os anos de 2023 e 2024.

Trata-se de estudo descritivo comparativo quantitativo das internações hospitalares por DCNTs no município de Adamantina-SP, utilizando dados do Sistema de Informações em Saúde (DATASUS-TABNET) para os anos de 2023 e 2024. Foram selecionadas as categorias: neoplasias (CID-10 II), doenças do aparelho circulatório (IX), respiratório (X) e digestivo (XI). A

coleta de dados foi realizada por meio do refino de pesquisa no site do DATASUS, utilizando os seguintes critérios: I – Epidemiológicas e Morbidade; II – Morbidade Hospitalar do SUS (SIH/SUS); III – Geral, por local de internação; IV – Abrangência geográfica: São Paulo; V – Município: Adamantina (350010); VI – Coluna: Não ativa; VII – Conteúdo: número de internações, óbitos, taxa de mortalidade, média de permanência, valor médio por internação e valor total dos serviços hospitalares. Os dados obtidos foram organizados em planilha eletrônica, permitindo comparação entre os anos e análise descritiva em tabelas e gráficos. Complementou-se a análise com revisão narrativa da literatura realizada no Ovid Discovery - UpToDate e PubMed, selecionando artigos que abordassem impactos clínicos, epidemiológicos e econômicos das DCNTs, aprimorando a interpretação dos resultados. Por se tratar de dados públicos e de acesso livre, não houve necessidade de submissão ao Comitê de Ética (CAAE).

Entre 2015 e 2019, Borges et al. (2023) estimaram que as internações de idosos com doenças como hipertensão, insuficiência cardíaca e diabetes mellitus geraram um custo total de R\$3 milhões em um município da microregião de Campinas-SP. Observou-se que 16% dessas internações foram de pacientes reinternados, sendo 81% devido a complicações das internações anteriores. O Plano de Ações Estratégicas para as DCNTs no Brasil 2021-2030 destaca que essas doenças são uma das principais causas de internações no país, gerando custos elevados para o SUS, com gastos com procedimentos, medicamentos, exames e hospitalização. O plano ressalta a importância da prevenção, manejo adequado na atenção primária e intervenções custo-efetivas para reduzir a morbimortalidade, diminuir internações e otimizar recursos (BRASIL, 2021).

Resultados:

As neoplasias aumentaram de 86 internações em 2023 para 105 em 2024, com óbitos subindo de 7 para 11, taxa de mortalidade de 8,14% para 10,48% e média de permanência de 1,7 para 2,7 dias, refletindo maior complexidade e custo, que passou de R\$58.258,46 para R\$107.709,98. As doenças do aparelho circulatório tiveram crescimento de internações de 437 para 586, mas os óbitos caíram de 44 para 38, e a taxa de mortalidade reduziu de 10,07% para 6,48%, com média de permanência menor (4,8 → 3,5 dias), apesar do aumento de custo total (R\$661.149,93 → R\$722.699,36), indicando possível mudança na gravidade dos casos ou maior eficiência hospitalar. As doenças do aparelho respiratório registraram aumento em internações (434 → 492), óbitos (66 → 86) e custo (R\$536.396,11 → R\$590.666,83), mantendo a maior taxa de mortalidade (15,21% → 17,48%) e tempo de permanência relevante (5,3 → 4,6 dias), refletindo alto impacto clínico. As internações do aparelho digestivo cresceram de 533 para 649, com redução de óbitos de 23 para 18 e taxa de mortalidade de 4,32% para 2,77%, permanência média praticamente estável (2,8 → 2,9 dias), sinalizando aumento do volume de casos, mas menor gravidade relativa. O custo total das internações passou de R\$1.806.108,44 em 2023 para R\$2.111.430,05 em 2024, evidenciando aumento geral de 16,9%. No geral, os custos hospitalares e número de internações aumentaram em 2024, destacando vulnerabilidade da população e necessidade de estratégias efetivas de prevenção, promoção da saúde e otimização de recursos. Os

dados, apesar de mais fidedignos possíveis, podem sofrer divergência, pelo fato de alguns pacientes serem assistidos na saúde municipal e em outros municípios com níveis de atenção terciária e com maiores complexidades e densidades tecnológicas, ocorrendo óbitos de municípios em outros locais.

Os dados comparativos entre 2023 e 2024 em Adamantina-SP revelam a expansão de patologias crônicas, tendo aumento geral de 16,9% nos custos hospitalares e no volume de internações e mortalidade. A vulnerabilidade local é acentuada pelo crescimento da complexidade em neoplasias 84,9% no custo, e pela alta letalidade das doenças respiratórias com mortalidade de 17,48%. Este cenário sublinha a necessidade urgente de alinhar o manejo das DCNTs às diretrizes da OMS e do Ministério da Saúde. É imperativo o fortalecimento da Atenção Primária para prevenir complicações, otimizar recursos e melhorar a qualidade de vida com longevidade.

BORGES, Marina Miranda et al. Custo direto de internações hospitalares por doenças crônicas não transmissíveis sensíveis à atenção primária em idosos. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 28, p. 231-242, 2023.,BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis e Agravos Não Transmissíveis no Brasil, 2021-2030. Brasília: Ministério da Saúde, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/doencas-cronicas-nao-transmissiveis-dcnt/09-plano-de-dant-2022_2030.pdf . Acesso em: 29 set. 2025.,ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. Doenças crônicas não transmissíveis no Brasil: perfil epidemiológico 2023. Washington, DC: OPAS, 2023. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topics/chronic-noncommunicable-diseases> . Acesso em: 29 set. 2025.,TABNET, DATASUS. Morbidade hospitalar do SUS por local de internação, 2024, Brasil. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sih/cnv/nisp.def> . Acesso em: 29 set. 2025.

Processo de Aplicação de teste psicomotor sob uma abordagem didático-pedagógica para crianças com TEA.

Matheus Lima Segura¹, Simone Leite Andrade¹, Gabriela Gallucci Toloí Cardoso¹, Luiz Francisco Carvalho Rosembaum¹, Mariane Kamile de Paiva Zapparoli¹

¹Centro Universitário de Adamantina

e-mail: 86324@fai.com

O transtorno do espectro autista (TEA) é um transtorno do neurodesenvolvimento caracterizado por déficits persistentes na interação social, na comunicação, pela presença de padrões de comportamentos e interesses restritos e repetitivos. (Zilbovicius, Meresse, Boddaert, 2008; (Silva e Mulick, 2008). O TEA afeta as habilidades do indivíduo, podendo manifestar-se por meio de distanciamento afetivo, pouco contato visual e pela repetição de comportamentos. Neste contexto, a psicomotricidade surge como um campo transdisciplinar essencial. Ela investiga relações e influências recíprocas entre psiquismo e motricidade, fundamentando-se nos elementos do movimento, intelecto e afeto (Fonseca, 2010; Metzner, 2019). Ao correlacionar TEA e psicomotricidade, estudos apontam sua relevância como uma abordagem terapêutica e de desenvolvimento. A psicomotricidade oferece estímulos capazes de auxiliar na regulação sensorial, no desenvolvimento de habilidades motoras e na promoção da interação social (Ferreira, 2019) Adicionalmente, exercícios físicos, componente chave na atuação psicomotora, podem beneficiar crianças com TEA na resolução de problemáticas como as dificuldades de interação e repetição de movimentos (Santos, Mascarenhas e Oliveira, 2021). Em resumo, a atuação de psicomotricistas e profissionais de educação física se dá em uma perspectiva de desenvolvimento global. Eles utilizam propostas que visam aprimorar o indivíduo como um todo, abrangendo suas características motoras, emocionais, psicológicas e sociais.

Analisar os procedimentos de aplicação e os resultados obtidos por um instrumento de avaliação psicomotora, a fim de compreender suas implicações na evolução e no acompanhamento do desenvolvimento motor de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Abordagem Metodológica: Este estudo adota uma abordagem mista, configurando-se como um estudo de caso de caráter descritivo e exploratório, sendo os resultados analisados por meio de estatística descritiva. **Procedimentos Éticos:** Este estudo foi conduzido em conformidade com os princípios éticos da Declaração de Helsinque e foi encaminhado para aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UNIMAR, sendo aprovado sob o nº do CAAE : 82120724.1.0000.5496. Todos os responsáveis legais pelos participantes da pesquisa forneceram consentimento livre e esclarecido, a priori do início do estudo, consentindo a compreensão e participação na pesquisa. **Equipe de Pesquisa:** A equipe responsável pela condução do estudo foi multiprofissional, composta por duas psicomotricistas, uma profissional de educação física, uma professora responsável pela

análise estatística, duas estudantes de educação física e uma estudante de psicologia. **Amostra:** A coleta de dados foi realizada com um grupo de 14 alunos da APAE de Adamantina, diagnosticados com transtorno do espectro autista, com níveis de suporte entre 1 / 2 e 3 e com idade entre 8 a 13 anos. **Instrumentos de Avaliação e Coleta de Dados:** Os participantes foram submetidos a testes motores baseados no Protocolo de Rosa Neto (2020, 2007) que avalia sete componentes do desenvolvimento motor: Motricidade Fina, Motricidade Global, Equilíbrio, Esquema Corporal, Organização Espacial, Organização Temporal, Lateralidade. Local de aplicação: As atividades foram integralmente realizadas nas instalações da APAE de Adamantina. Os locais específicos utilizados foram a quadra de esportes e a sala de Psicomotricidade, garantindo o ambiente adequado para todas as etapas.

A aplicação do protocolo de avaliação motora demonstrou viabilidade para ser utilizado como instrumento de coleta para crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Observou-se que a grande maioria dos participantes apresentou condições de responder aos comandos e realizar as avaliações, mesmo o protocolo não tendo sido originalmente estruturado e padronizado para esta população. Contudo, a análise da execução revelou que poucos sujeitos alcançaram a performance completa em cada prova psicomotora, de acordo com o nível esperado para sua idade cronológica. Isso ocorre devido à natureza progressiva das provas, que avançam conforme o desenvolvimento motor adequado para a idade. Um fator unificado e relevante identificado no grupo pesquisado foi a evidente defasagem entre a idade cronológica e a idade de desenvolvimento motor. Nenhum dos sujeitos atingiu a idade motora compatível com sua idade real, indicando que todos apresentavam um desenvolvimento motor inferior ao esperado. De modo geral, os resultados comportamentais e motores apontaram para um quadro indicativo de 6 a 7 anos de idade de desenvolvimento, apesar de os participantes terem entre 8 e 13 anos. Este achado corrobora a literatura que aponta para um atraso global nas habilidades motoras em indivíduos com TEA.

Analisticamente, um dado significativo foi observado indicando certa tendência dos participantes em realizar as provas motoras utilizando ambas as mãos, e de maneira aleatória, tanto a direita quanto a esquerda. Embora a bilateralidade aparente possa ser confundida com domínio, a literatura sugere que em crianças essa alternância é um indicativo de não amadurecimento do domínio motor lateralizado. O desenvolvimento motor típico demonstra que a preferência lateral se consolida entre os 4 e 6 anos de idade (Manual de Terapia Ocupacional, s.d.) O padrão de ausência de preferência lateral encontrado nos sujeitos com TEA sugere um quadro de imaturidade motora perante o componente lateralidade, reforçando a necessidade de intervenção com enfoque direcionado a esta área.

A partir dos resultados conclui-se que o protocolo de avaliação do desenvolvimento motor elaborado por Rosa Neto pode ser um instrumento utilizado para direcionar e avaliar, em diferentes provas motoras, qual o nível que cada sujeito se encontra nas características de análise do desenvolvimento motor global. Contudo, é notório que determinadas adaptações precisam ser efetivadas para realização dos padrões corretos. Entretanto, os resultados obtidos podem servir como um guia a professores e terapeutas se basearem para desenvolver e planejar atividades adequadas ao nível e habilidade motora que o sujeito se

encontra, propiciando uma abordagem didático-pedagógica adequada para crianças com TEA.

FERREIRA, Amanda Cristina Santiago. A importância da psicomotricidade no processo de desenvolvimento motor, cognitivo e socioafetivo da criança com transtorno do espectro autista (tea). Anais VI CONEDU... Campina Grande: Realize Editora, 2019. Disponível em: . Acesso em: 25/04/2024. FONSECA, Psicomotricidade: uma visão pessoal. Construção Psicopedagógica, São Paulo, Brasil, v. 18, ed. 17, p. 42-52, 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cp/v18n17/v18n17a04.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2024. METZNER, A. C. A percepção do pedagogo sobre o desenvolvimento psicomotor na educação infantil" Rev. Bras. Estud. Pedagog. 100 (254) pág.96-110. Jan-Apr 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.100i254.3804> NETO, Francisco Rosa. Manual de Avaliação Motora - EDM III. EDM, Porto Alegre, ed. 1ª Edição, 2020. Disponível em: <https://motricidade.com.br/wp-content/uploads/2021/01/EDM-Publicacoes.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2025. NETO, Francisco Rosa et al. Desenvolvimento motor de crianças com indicadores de dificuldades na aprendizagem escolar. Revista Brasileira de Ciência e Movimento, v. 15, n. 1, p. 45-52, 2007. SANTOS, Gislainne Thaice da Silva; MASCARENHAS, Millena Santana; OLIVEIRA, Erik Cunha de. A contribuição da fisioterapia no desenvolvimento motor de crianças com transtorno do espectro autista. Cad. Pós-Grad. Distúrbio. Desenvolv., São Paulo , v. 21, n. 1, p. 129-143, jun. 2021. Disponível em

A influência da maquiagem na autoestima: uma revisão de literatura

Caroline Paschoalette¹, Damaris Suelen Vitorino de Souza¹

¹Centro Universitário de Adamantina

e-mail: carollpaschoalette@gmail.com

A busca pela autoestima e pela aceitação pessoal tem sido um dos pilares centrais nas discussões sobre bem-estar, identidade e saúde mental. Em uma sociedade impactada por padrões estéticos da mídia e redes sociais, a aparência física passou a desempenhar papel relevante na forma como os indivíduos se percebem. Nesse contexto, a maquiagem emerge como prática estética e também como ferramenta de comunicação, expressão pessoal e fortalecimento da autoconfiança. Estudos recentes destacam que maquiar-se pode representar

um momento de autocuidado e empoderamento, especialmente diante de pressões sociais e desafios relacionados à aparência. Além disso, a indústria cosmética tem desenvolvido produtos

com ativos dermocosméticos, unindo estética e benefícios para a saúde da pele. Assim, este trabalho analisa o papel da maquiagem como recurso multifuncional na autoestima, considerando aspectos emocionais, sociais e de cuidado com a pele.

Analisar, por meio de revisão de literatura, como o uso da maquiagem influencia a autoestima,

com foco em aspectos emocionais, sociais e de autoimagem, destacando também os potenciais

benefícios dermocosméticos associados ao uso de cosméticos.

Este estudo caracteriza-se como revisão de literatura. A busca de artigos foi realizada entre abril

e julho de 2025, em bases de dados como SciELO, Google Acadêmico, Periódicos CAPES e LILACS. Foram incluídas publicações entre 2020 e 2025, em português e inglês, que abordassem a relação entre autoestima e maquiagem, especialmente com foco em produtos cosméticos com ativos funcionais. Foram excluídos estudos sem relação direta entre maquiagem e autoestima, artigos de opinião sem base científica e duplicados. A seleção considerou títulos, resumos e textos completos. Os artigos foram organizados em matriz contendo autor, ano, tipo de estudo, amostra, objetivos e resultados principais. A análise foi fundamentada na técnica de análise temática de conteúdo de Bardin (2011), identificando padrões, convergências e divergências. Essa metodologia possibilitou a síntese crítica da produção científica recente sobre o tema

Foram analisados estudos publicados entre 2020 e 2025 que investigaram a relação entre maquiagem e autoestima. Silva e Ferreira (2020) verificaram que a maquiagem aumentou a autoconfiança de mulheres com acne, destacando seu impacto psicológico. Diniz e Ferreira (2020) observaram elevação subjetiva da autoestima e sensação de empoderamento entre mulheres adultas. Mafra et al. (2022), em estudo quantitativo com mais de mil participantes, encontraram associação positiva entre frequência do uso de maquiagem, imagem corporal e autoestima. Veçoso et al. (2024), em ensaio clínico randomizado, identificaram redução de sintomas depressivos e aumento da autoestima após o uso diário de maquiagem. Kim et al. (2024) destacaram, em adolescentes coreanos, correlação positiva entre satisfação com a aparência e autoestima, reforçando a relevância do tema em fases de desenvolvimento da identidade. Além disso, programas de automaquiagem para mulheres com câncer de mama (2021) apresentaram melhora significativa da imagem corporal e autoestima, reforçando o potencial terapêutico da prática. No entanto, alguns estudos alertam para o risco do uso da maquiagem como resposta a pressões sociais e padrões irreais de beleza, que podem gerar dependência estética. De modo geral, os achados indicam que a maquiagem é uma ferramenta

multifuncional, atuando não apenas no embelezamento, mas também no bem-estar emocional e

social, especialmente quando associada a produtos dermocosméticos que contribuem para a saúde da pele.

A maquiagem exerce influência positiva na autoestima, promovendo autoconfiança, valorização

da autoimagem e bem-estar emocional. Quando associada a ativos dermocosméticos, amplia benefícios ao unir estética e saúde da pele. Trata-se de ferramenta de empoderamento e autocuidado, devendo ser utilizada de forma consciente, a fim de evitar dependência de padrões

irreais. Novos estudos podem ampliar o entendimento dos efeitos da maquiagem em diferentes

contextos e populações.

DINIZ, R. L.; FERREIRA, Z. A. A influência da maquiagem na autoestima feminina: estudo com mulheres adultas. *Revista Brasileira de Estética Aplicada*, v. 6, n. 2, p. 22-29, 2020. KIM, Y. J. et al. Makeup use and body image satisfaction among Korean adolescents: associations with self-esteem. *Asian Journal of Beauty and Cosmetology*, v. 22, n. 1, p. 12-19, 2024. MAFRA, L. S. et al. Uso de maquiagem, imagem corporal e autoestima: um estudo com adolescentes e jovens adultos. *Revista Psicologia e Saúde*, v. 14, n. 1, p. 34-45, 2022. MARTINS, R. S. G.; FERREIRA, Z. A. B. A importância dos procedimentos estéticos na autoestima da mulher. *Id on Line Revista Multidisciplinar e de Psicologia*, v. 14, n. 53, p. 443-453, 2020. ÖZKESICI KURT, F. The relationship between acne severity and self-esteem in adolescents and adults: a comparative study. *Journal of Dermatological Treatment*, v. 32, n. 6, p. 544-550, 2021. PONTES, S. Maquiagem: um recurso para promover a autoestima. Palhoça, 2018. SELF-MAKEUP PROGRAM. Effects of a self-makeup intervention on body image and self-esteem in women with breast cancer. *Journal of Women's Health Care*, v. 10, n. 3, p. 211-218, 2021. SILVA, H. A.; FERREIRA, Z. A. O poder da maquiagem na autoestima de mulheres com acne. *Id on Line Revista Multidisciplinar e de Psicologia*, v. 14, n. 53, p. 443-453, 2020. SOUZA, A. Maquiagem e autoestima: o impacto da maquiagem na autoestima. 2024. VEÇOSO, T. et al. Effects of makeup use on depressive symptoms and self-esteem: a randomized controlled trial. *Journal of Affective Disorders*, v. 320, p. 145-152, 2024.

A utilização dos concentrados sanguíneos de segunda geração em feridas orais e extraorais: Uma Revisão Integrativa.

Marcio Cristino Raphael Junior¹, Daniela Vieira Buchaim², Rogério Leone Buchaim³

¹Centro Universitário de Adamantina, ²Centro Universitário de Adamantina (*Medicina*) ,

³Universidade de São Paulo (*Faculdade de Odontologia de Bauru*)

e-mail: marcio.rafael@fai.com.br

Nas últimas duas décadas, o uso terapêutico de Concentrados Sanguíneos Autólogos Não Transfusionais (APCs), particularmente Fibrina Rica em Plaquetas e Leucócitos (L-PRF), para acelerar e potencializar a cicatrização e regeneração de tecidos, atraiu atenção significativa de médicos em todo o mundo por várias razões convincentes (Quirynen, Pinto, 2022).

Este biomaterial, derivado inteiramente do sangue do próprio paciente (100% autólogo), destaca-se por sua origem natural. Sua facilidade de preparo, produção imediata em consultório e risco mínimo de reações de rejeição (resposta a corpo estranho) contribuem para seu amplo apelo (Blanco et al., 2025).

As APCs, com a família L-PRF em primeiro plano, oferecem uma infinidade de benefícios, como a liberação controlada de fatores de crescimento, uma estrutura fibrosa condutora à adesão celular, angiogênese aprimorada, atividade antibacteriana e analgésica, promoção da diferenciação de células-tronco em direção aos osteoblastos, atividade anti-inflamatória e uma mudança na polarização dos macrófagos (Barootchi et al., 2024).

As membranas L-PRF, caracterizada por alta densidade, elasticidade, flexibilidade e resistência, as torna excepcionalmente adequadas para manuseio, manipulação e sutura medicamentos (Bennardo et al., 2025). Essas características distintas não apenas facilitam a cicatrização/reparo de feridas, mas também desempenham um papel crucial no suporte à regeneração de tecidos moles e duros (Pinto et al., 2025).

Essa revisão integrativa analisou o papel da L-PRF no tratamento de feridas crônicas não responsivas, como óssea integração de implantes, osteonecrose dos maxilares, pé diabético, úlceras venosas nas pernas, úlceras por pressão, feridas complexas, úlceras de hanseníase e outras feridas complexas.

Esta revisão integrativa abordou um levantamento de artigos utilizando dois bancos de dados, PubMed/Medline, Google Scholar, no período de 2022 a 2025. usando os seguintes termos como palavras-chave: “blood concentration, fibrin, L-PRF, extraoral wounds and regenerative medicine”. Os critérios de exclusão descritos abaixo foram aplicados de forma

imparcial, independentemente dos resultados apresentados por cada artigo: Sem acesso completo ao texto; Artigos que apresentaram as palavras chaves relacionadas ao tema da pesquisa inicial; Artigos que em seu resumo não continham introdução, objetivos, metodologia, resultados e conclusão.

Os benefícios dos APCs em diversas aplicações aumentaram significativamente em duas décadas. Essa tendência é evidente em diversos artigos sobre APCs, que abrangem: preservação do rebordo alveolar, regeneração óssea horizontal e vertical, cobertura de recessão, osseo integração de implantes (Barootchi et al., 2024). Os APCs também apresentam benefícios adjuvantes no tratamento da osteonecrose dos maxilares relacionada a medicamentos (Bennardo et al., 2025). Mesmo no tratamento de feridas crônicas que não cicatrizam, como pé diabético, úlcera venosa na perna e ferida de hanseníase, os APCs demonstraram melhorar significativamente a regeneração dos tecidos moles (Blanco et al., 2025).

Segundo Pinto et al., (2025), observaram que o grupo L-PRF apresentou menos dor e necessitou de menos trocas de curativos em pacientes com pé diabético. Notavelmente, apesar de apresentar feridas maiores, o grupo L-PRF cicatrizou mais rápido. Já Bennardo et al., (2025), Quatro ECRs comparou os benefícios da aplicação de L-PRF em Úlceras venosas com outros curativos. O L-PRF resultou em uma redução significativamente maior no tamanho da ferida (86% vs. 43%).

Dorjay et al., 2022 aplicaram coágulos de L-PRF semanalmente em úlceras tróficas secundárias à hanseníase e atingiram diferença significativa capacidade de cicatrização em comparativo a outros métodos.

A estratégia de tratamento, incluindo úlceras do pé diabético (UPD), úlceras venosas da perna (UVP), úlceras por pressão (UPP) e úlceras complexas (UC), inclui uma série de etapas semelhantes, mas também algumas etapas específicas para cada tipo de ferida. As etapas específicas para cada tipo de ferida devem ser extremamente importantes começar com uma avaliação da condição médica do paciente e melhorar seu estado geral (verificando condições sistêmicas subjacentes, medicação, nutrição, etc.) antes da terapia.

A heterogeneidade significativa nos protocolos de preparo e técnicas cirúrgicas, apresentou diferentes níveis de eficácia clínica (Pinto et al., 2025). A família L-PRF, incluindo L-PRF, APRF, A-PRF+, CGF, H-PRF, T-PRF, que são APCs de segunda geração oferecem diversas vantagens adicionais em comparação aos APCs de primeira geração (Blanco et al., 2025). As diretrizes para a preparação de L-PRF são, até certo ponto, apoiadas por um grande número de estudos, destacando a importância do tempo (entre a coleta de sangue e a centrifugação, entre o final da centrifugação e a preparação das membranas), o papel da superfície interna dos tubos sanguíneos, o próprio processo de centrifugação (velocidade, vibração, temperatura...), a centrífuga e a compressão do coágulo em uma membrana (Quirynen, Pinto, 2022). Para alcançar os resultados mais favoráveis com o uso de L-PRF, o processo de preparação em si embora não seja complexo, um pequeno desvio no protocolo pode resultar em resultados clínicos desfavoráveis (Blanco et al., 2025).

A aplicação de L-PRF tem um impacto significativo na cicatrização de diversas feridas extraorais agudas e crônicas, incluindo a proporção de feridas que alcançam resolução completa, redução do tamanho da ferida (área e/ou volume), tempo para resolução completa e taxa de cicatrização, bem como na qualidade de vida do paciente, aumentando sua capacidade de se envolver em atividades diárias e reduzindo sua imobilidade e dependência. Naturalmente, deve-se estar ciente de que qualquer tratamento com L-PRF também deve incluir o manejo da doença para garantir um resultado clínico bem-sucedido, acelerar o processo de cicatrização e prevenir a recorrência da úlcera.

BAROOTCHI S, TAVELLI L, GALARRAGA VINUEZA ME, PINTO N, SANZ A, WANG H-L. Effect of autogenous platelet concentrates and their centrifugation protocols on the outcomes of root coverage: A systematic review & network meta-analysis. *Periodontol* 2000. 2024. BLANCO J, GARCÍA ALONSO A, HERMIDA-NOGUEIRA L, CASTRO A. How to explain the beneficial effects of L-PRF. *Periodontol* 2000. 2025; 97:74-94. BENNARDO F, BARONE S, ANTONELLI A, GIUDICE A. Autologous Platelet concentrates as adjuvant in the surgical management of medication-related osteonecrosis of the jaws (MRONJ). *Periodontol* 2000. 2025;97:287-307 DORJAY K, TANDON S, SINGH A, SHARMA S, SARDANA K. Platelet rich fibrin: a novel treatment for trophic ulcer in Hansen's disease. *Trop Dr*. 2022;52:293-297. PINTO, N., YU, J., KOIRALA, S., MOURÃO, C. F., ANDRADE, C., RESCIGNO, E., ZAMORA, Y., PINTO, D., & QUIRYNEN, M. L-PRF in extra-oral wound care. In *Periodontology 2000* (Vol. 97, Issue 1, pp. 342-362). John Wiley and Sons Inc. <https://doi.org/10.1111/prd.12605>. (2025). QUIRYNEN M, PINTO N. Leukocyte- and Platelet-Rich Fibrin in Oral Regenerative Procedures. Quintessence Publishing; 2022.

Biomarcadores Intestinais Zonulina e Calprotectina Fecal no Planejamento de Protocolos Estéticos Integrativos.

Erbelin Sirilo Pereira da Silva¹, Bruno Ambrósio da Rocha²

¹Centro Universitário de Adamantina, ²Centro Universitário de Adamantina (*Pós Graduação Multidisciplinar em Saúde Estética*)

e-mail: 10005924@fai.com.br

Durante muito tempo, a estética foi vista apenas como sinônimo de beleza. Contudo, atualmente é compreendida como área fundamental para o bem-estar físico, emocional e psicológico, uma vez que atua não apenas sobre alterações visíveis, mas também na autoestima e na forma como o indivíduo se percebe na sociedade (FRANCISCO; GOTT, 2022). Nesse cenário, a Estética Integrativa se destaca como abordagem inovadora ao reunir saberes de áreas como nutrição, dermatologia, endocrinologia e gastroenterologia. Seu propósito vai além da aparência, pois busca qualidade de vida, considerando o ser humano de forma integral e valorizando a funcionalidade dos sistemas biológicos (VILLELA; ELY, 2022).

Um dos temas mais discutidos nessa área é o eixo intestino-pele, que representa uma rede de comunicação entre a microbiota intestinal, o sistema imunológico, o sistema nervoso entérico e processos inflamatórios sistêmicos, impactando diretamente a saúde cutânea (MAHMUD et al., 2022; MARTINS; ANDRADE, 2023). Disfunções como disbiose, aumento da permeabilidade intestinal e inflamação crônica de baixo grau estão associadas a acne, rosácea, dermatite atópica, melasma e envelhecimento precoce (SANTOS; OLIVEIRA, 2022; ZHANG et al., 2024; JABER; GOMES, 2023).

Nesse contexto, biomarcadores intestinais como zonulina e calprotectina fecal têm papel essencial. A zonulina reflete alterações da barreira intestinal (STURGEON; FASANO, 2016), enquanto a calprotectina indica inflamação precoce (SILVA; MELO JÚNIOR, 2015). Na prática estética, sua utilização favorece intervenções personalizadas com probióticos, vitaminas, minerais e nutracêuticos (CHAVES et al., 2024; BALIO; GIRO; RORIZ, 2022; RUBERT et al., 2017), proporcionando maior segurança, eficácia e resultados duradouros (TEIXEIRA; RIBAS, 2022; MORAIS; GOMES, 2023).

O objetivo central deste trabalho é realizar uma revisão integrativa de artigos científicos sobre o uso dos biomarcadores intestinais zonulina e calprotectina fecal como instrumentos de apoio no planejamento de tratamentos estéticos personalizados.

Esse estudo trata-se de uma revisão integrativa da literatura, que permite reunir evidências

disponíveis de maneira sistemática e abrangente. Essa metodologia foi escolhida por possibilitar a reunião de artigos, monografias e teses com diferentes abordagens metodológicas, contribuindo para a construção de um panorama amplo sobre o tema proposto.

As buscas de dados foram realizadas entre abril e julho de 2025. Na fase de identificação, foram encontrados 118 artigos através de buscas nas bases de dados PubMed, SciELO, LILACS, ScienceDirect e Google Acadêmico, com o uso das seguintes palavras-chave: “Eixo intestino-pele”, “Biomarcadores intestinais”, “Nutracêuticos”, “Estética integrativa”. Durante a seleção, uma triagem inicial pelos títulos, resultou na exclusão de 43 estudos que não se encaixavam no tema, restando 75 artigos para a leitura dos resumos. Na fase de elegibilidade, 47 artigos foram descartados após a análise dos resumos, pois não atendiam aos critérios de inclusão (artigos de acesso aberto que tratassem da relação entre o intestino e a pele, a aplicação clínica dos biomarcadores intestinais citados, e estratégias terapêuticas voltados para a modulação intestinal com foco estético). Por fim, 28 artigos foram considerados conforme os critérios estabelecidos e incluídos na revisão integrativa.

A análise dos dados foi feita de maneira crítica, considerando a relevância científica dos artigos, a coerência das metodologias e os resultados apresentados. A partir da síntese das evidências, será proposto um protocolo funcional com base nos achados sobre os biomarcadores e às intervenções com probióticos, vitaminas e nutracêuticos.

O eixo intestino-pele constitui um sistema de comunicação entre sistema nervoso entérico, imunidade, microbiota intestinal e resposta inflamatória, com impacto direto na saúde cutânea (MARTINS; ANDRADE, 2023; MAHMUD et al., 2022). Na estética integrativa, essa relação embasa abordagens que ultrapassam o uso de cosméticos, considerando disbiose, hiperpermeabilidade e inflamação crônica como fatores decisivos na qualidade da pele (MORAIS; GOMES, 2023; JABER; GOMES, 2023). A disbiose favorece a produção de lipopolissacarídeos e toxinas capazes de atravessar a barreira intestinal, ativando a imunidade e induzindo inflamação sistêmica, o que acelera o envelhecimento cutâneo por estresse oxidativo e degradação do colágeno (ZHANG et al., 2024; CHAVES et al., 2024).

Entre os biomarcadores, destaca-se a zonulina, proteína reguladora das junções epiteliais intestinais. Níveis elevados indicam hiperpermeabilidade intestinal, permitindo a passagem de antígenos e endotoxinas que desencadeiam processos inflamatórios relacionados a melasma, rosácea e envelhecimento precoce (STURGEON; FASANO, 2016; SILVA; MELO JÚNIOR, 2015). A calprotectina fecal, por sua vez, é um marcador sensível de inflamação intestinal, inclusive em níveis subclínicos, associando-se a disbiose e doenças inflamatórias que repercutem na pele (TIBBLE et al., 2000; BRITO et al., 2019). A análise conjunta desses marcadores orienta diagnósticos diferenciais e terapias personalizadas, especialmente em casos de melasma ou acne resistentes (SANTOS; SILVA; FREIRE, 2023).

Rosácea, melasma e envelhecimento cutâneo precoce mantêm forte vínculo com alterações da microbiota intestinal. O crescimento excessivo de microrganismos e a hiperpermeabilidade elevam zonulina e calprotectina, intensificando inflamação e estimulando a produção de melanina via citocinas como IL-6 e TNF- α (CALDEIRA et al.,

2025; MARTINS; ANDRADE, 2023).

A modulação da microbiota é estratégia essencial. Probióticos, como *Lactobacillus* e *Bifidobacterium*, restauram a barreira intestinal e reduzem inflamação, beneficiando acne, rosácea e dermatite (BALIO; GIRO; RORIZ, 2022; WATANABE et al., 2021). Vitaminas A, C, D e E contribuem para a integridade da mucosa intestinal, funcionam como antioxidantes e favorecem a síntese de colágeno, retardando o envelhecimento cutâneo (SANTANA; BISPO DE SENNA; SILVA, 2022; SANTOS; OLIVEIRA, 2016). Nutrientes como colágeno hidrolisado, ácido hialurônico e polifenóis reforçam a barreira intestinal e reduzem a inflamação subclínica (BALIO; GIRO; RORIZ, 2022).

Dessa forma, a inclusão da avaliação de zonulina e calprotectina em protocolos de estética integrativa, associada ao uso de probióticos, vitaminas e nutracêuticos, possibilita intervenções mais eficazes e seguras, atuando nas causas internas dos desequilíbrios cutâneos e potencializando resultados terapêuticos (PRASAD, 2008; MAHMUD et al., 2022).

A presente revisão integrativa destaca que a estética integrativa, ao abordar a relação entre o intestino e a pele, se configura como uma abordagem promissora e embasada cientificamente para o cuidado dérmico. A investigação dos biomarcadores intestinais especialmente, zonulina e calprotectina fecal, revelou-se útil para detectar disfunções como o aumento da permeabilidade intestinal, a inflamação subclínica e disbiose, todos relacionados ao desenvolvimento ou agravamento de questões estéticas como acne, melasma, rosácea, dermatites e sinais de envelhecimento precoce.

BALIO, B. G.; GIRO, R.; RORIZ, M. Nutracêuticos com ação adjuvante na intervenção a nível das doenças gastrointestinais. Acta Portuguesa de Nutrição, n. 27, p. 64-68, 2022. Disponível em: https://actaportuguesadenutricao.pt/edicoes/https-actaportuguesadenutricao-pt-wp-content-uploads-2022-09-11_ar-pdf-2-2-2-2-2-2-2-2-2-2-2-2-2-2-2/. Acesso em: 2 jul. 2025.

BRITO, D. M. P. et al. Revisão bibliográfica: biomarcadores na doença inflamatória intestinal. Revista Eletrônica Acervo Saúde, supl. 21, p. 1-6, 2019. DOI: <https://doi.org/10.25248/reas.e610.2019>. CALDEIRA, S. O. et al. Melasma como distúrbio multifatorial: evidências da influência da microbiota intestinal e da alimentação. Brazilian Journal of Health Review, v. 8, n. 3, e80383, 2025. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/80383>. Acesso em: 2 jul. 2025.

CALDER, P. C. Omega-3 fatty acids and inflammatory processes: from molecules to man. Biochemical Society Transactions, v. 45, n. 5, p. 1105-1115, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1042/BST20160374>. CHAVES, R. S. S. et al. A influência da disbiose intestinal no envelhecimento da pele. Research, Society and Development, v. 13, n. 5, 2024. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v13i5.45831>.

FRANCISCO, I.; GOTT, N. V. Práticas integrativas e complementares na saúde/estética/SUS. Revista Estética em Movimento, v. 1, n. 3, 2022. Disponível em: <https://revista.fumec.br/index.php/esteticaemmovimento/article/view/9262>. Acesso em: 2 jul. 2025.

HSIEH, F. C. et al. Lactobacillus rhamnosus GG reduces gut permeability and

[illegible]

<https://doi.org/10.1042/BST20160374>, CHAVES, R. S. S. et al. A influência da disbiose intestinal no envelhecimento da pele. *Research, Society and Development*, v. 13, n. 5, 2024. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v13i5.45831>, FRANCISCO, I.; GOTT, N. V. Práticas integrativas e complementares na saúde/estética/SUS. *Revista Estética em Movimento*, v. 1, n. 3, 2022. Disponível em: <https://revista.fumec.br/index.php/esteticaemmovimento/article/view/9262>, HSIEH, F. C. et al. *Lactobacillus rhamnosus* GG reduces gut permeability and inflammation in healthy adults: a randomized trial. *Nutrients*, v. 11, n. 7, p. 1568, 2019. DOI: <https://doi.org/10.3390/nu11071568>, JABER, S. J. A. M.; GOMES, N. A. A. Relação entre microbiota intestinal e cutânea: impactos na saúde da pele e o papel da alimentação. *Revista Interdisciplinar*, 2023., MAHMUD, R. et al. Impact of the gut microbiome on skin health: the gut-skin axis observed through the lens of therapeutics and skin disease. *Gut Microbes*, v. 14, n. 1, 2022., MARTINS, T. S.; ANDRADE, M. M. Eixo intestino-pele: a influência da microbiota intestinal no envelhecimento cutâneo. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 10, n. 11, p. 6706-6724, 2023. DOI: <https://doi.org/10.51891/rease.v10i11.17193>, MORAIS, S. J. A.; GOMES, N. A. A. Relação entre microbiota intestinal e cutânea: impactos na saúde da pele e o papel da alimentação. *Revista de Saúde (UERJ)*, v. 49, n. 1, p. 1-14, 2023., PRASAD, A. S. Zinc in human health: effect of zinc on immune cells. *Molecular Medicine*, v. 14, n. 5-6, p. 353-357, 2008. DOI: <https://doi.org/10.2119/2008-00033.Prasad>, PRASAD, S.; TYAGI, A. K.; AGGARWAL, B. B. Curcumin supplementation modulates inflammatory biomarkers and microbial diversity: a randomized trial. *Journal of Nutritional Biochemistry*, v. 80, p. 108394, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jnutbio.2020.108394>, RUBERT, A. et al. Vitaminas do complexo B: uma breve revisão. *Revista Jovens Pesquisadores*, v. 7, n. 1, p. 30-45, 2017. DOI: <https://doi.org/10.17058/rjp.v7i1.9332>, SALEM, I. et al. The gut microbiome as a major regulator of the gut-skin axis. *Frontiers in Microbiology*, v. 9, p. 1459, 2018. DOI: <https://doi.org/10.3389/fmicb.2018.01459>, FRANCISCO, I.; GOTT, N. V. Práticas integrativas e complementares na saúde/estética/SUS. *Revista Estética em Movimento*, v. 1, n. 3, 2022. Disponível em: <https://revista.fumec.br/index.php/esteticaemmovimento/article/view/9262>, VILLELA, M. S.; ELY, V. H. M. Humanização na ambiência de práticas integrativas e complementares: significado de bem-estar na perspectiva dos usuários. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 27, n. 5, p. 2011-2022, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232022275.07702021>, MAHMUD, R. et al. Impact of the gut microbiome on skin health: the gut-skin axis observed through the lens of therapeutics and skin disease. *Gut Microbes*, v. 14, n. 1, 2022., MARTINS, T. S.; ANDRADE, M. M. Eixo intestino-pele: a influência da microbiota intestinal no envelhecimento cutâneo. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 10, n. 11, p. 6706-6724, 2023. DOI: <https://doi.org/10.51891/rease.v10i11.17193>, JABER, S. J. A. M.; GOMES, N. A. A. Relação entre microbiota intestinal e cutânea: impactos na saúde da pele e o papel da alimentação. *Revista Interdisciplinar*, 2023., SANTOS, A. P.; OLIVEIRA, M. C. O papel do intestino nas doenças dermatológicas. *BWS Journal*, 2022., ZHANG, X. E. et al. Microbiome: role in inflammatory skin diseases. *Journal of Inflammation Research*, v. 17, p. 131-148, 2024. DOI: <https://doi.org/10.2147/JIR.S441100>, STURGEON, C.; FASANO, A. Zonulin: a regulator of epithelial and endothelial barrier functions, and its involvement in chronic inflammatory diseases. *Tissue Barriers*, v. 4, n. 4, e1251384, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1080/21688370.2016.1251384>, SILVA, A. P. F.; MELO JÚNIOR, M. R. Biomarcadores fecais úteis nas doenças inflamatórias intestinais: revisão sistemática.

Revista Brasileira de Patologia e Medicina Laboratorial, v. 51, n. 1, p. 49-58, 2015., CHAVES, R. S. S. et al. A influência da disbiose intestinal no envelhecimento da pele. Research, Society and Development, v. 13, n. 5, 2024. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v13i5.45831>, BALIO, B. G.; GIRO, R.; RORIZ, M. Nutracêuticos com ação adjuvante na intervenção a nível das doenças gastrointestinais. Acta Portuguesa de Nutrição, n. 27, p. 64-68, 2022. Disponível em: https://actaportuguesadenutricao.pt/edicoes/https-actaportuguesadenutricao-pt-wp-content-uploads-2022-09-11_ar-pdf-2-2-2-2-2-2-2-2-2-2-2-2-2-2-2-2/. Acesso em: 2 jul. 2025. BRITO D. M. P. et al. Revisão bibliográfica: biomarcadores na doença inflamatória intestinal. Revista Eletrônica Acervo Saúde, supl. 21, p. 1-6, 2019. DOI: <https://doi.org/10.25248/reas.e610.2019>. CALDEIRA, S. O. et al. Melasma como distúrbio multifatorial: evidências da influência da microbiota intestinal e da alimentação. Brazilian Journal of Health Review, v. 8, n. 3, e80383, 2025. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/80383>. Acesso em: 2 jul. 2025. CALDER, P. C. Omega-3 fatty acids and inflammatory processes: from molecules to man. Biochemical Society Transactions, v. 45, n. 5, p. 1105-1115, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1042/BST20160374>. CHAVES, R. S. S. et al. A influência da disbiose intestinal no envelhecimento da pele. Research, Society and Development, v. 13, n. 5, 2024. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v13i5.45831>. FRANCISCO, I.; GOTTE, N. V. Práticas integrativas e complementares na saúde/estética/SUS. Revista Estética em Movimento, v. 1, n. 3, 2022. Disponível em: <https://revista.fumec.br/index.php/esteticaemmovimento/article/view/9262>. Acesso em: 2 jul. 2025. HSIEH, F. C. et al. Lactobacillus rhamnosus GG reduces gut permeability and inflammation in healthy adults: a randomized trial. Nutrients, v. 11, n. 7, p. 1568, 2019. DOI: <https://doi.org/10.3390/nu11071568>. JABER, S. J. A. M.; GOMES, N. A. A. Relação entre microbiota intestinal e cutânea: impactos na saúde da pele e o papel da alimentação. Revista Interdisciplinar, 2023. MAHMUD, R. et al. Impact of the gut microbiome on skin health: the gut-skin axis observed through the lens of therapeutics and skin disease. Gut Microbes, v. 14, n. 1, 2022. MARTINS, T. S.; ANDRADE, M. M. Eixo intestino-pele: a influência da microbiota intestinal no envelhecimento cutâneo. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 10, n. 11, p. 6706-6724, 2023. DOI: <https://doi.org/10.51891/rease.v10i11.17193>. MORAIS, S. J. A.; GOMES, N. A. A. Relação entre microbiota intestinal e cutânea: impactos na saúde da pele e o papel da alimentação. Revista de Saúde (UERJ), v. 49, n. 1, p. 1-14, 2023. PRASAD, A. S. Zinc in human health: effect of zinc on immune cells. Molecular Medicine, v. 14, n. 5-6, p. 353-357, 2008. DOI: <https://doi.org/10.2119/2008-00033.Prasad>. PRASAD, S.; TYAGI, A. K.; AGGARWAL, B. B. Curcumin supplementation modulates inflammatory biomarkers and microbial diversity: a randomized trial. Journal of Nutritional Biochemistry, v. 80, p. 108394, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jnutbio.2020.108394>. RUBERT, A. et al. Vitaminas do complexo B: uma breve revisão. Revista Jovens Pesquisadores, v. 7, n. 1, p. 30-45, 2017. DOI: <https://doi.org/10.17058/rjp.v7i1.9332>. SALEM, I. et al. The gut microbiome as a major regulator of the gut-skin axis. Frontiers in Microbiology, v. 9, p. 1459, 2018. DOI: <https://doi.org/10.3389/fmicb.2018.01459>. SANTANA, T. M.; BISPO DE SENNA, K.; SILVA, M. V. C. M. O uso da Vitamina A, Vitamina C, Vitamina E na prevenção do envelhecimento da pele. Revista Científica de Estética e Cosmetologia, v. 2, n. 1, E0692022-1, 2022. Disponível em: <https://rcec.com.br/journal/index.php/rcec/article/view/69>. Acesso em: 2 jul. 2025. SANTOS, A. P.; OLIVEIRA, M. C. O papel do intestino nas doenças dermatológicas.

BWS Journal, 2022. SANTOS, F. D.; SILVA, V. S.; FREIRE, M. R. L. C. A importância de exames laboratoriais em procedimentos estéticos. JNT Facit Business and Technology Journal, v. 1, n. 44, p. 195-208, 2023. ISSN 2526-4281. SANTOS, M. P.; OLIVEIRA, N. R. F. Ação das vitaminas antioxidantes na prevenção do envelhecimento cutâneo. *Disciplinarum Scientia*, v. 15, n. 1, p. 75-89, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufn.edu.br/index.php/disciplinarumS/article/view/1067> . Acesso em: 3 jul. 2025. SHEN, X. et al. Glutamine supplementation attenuates intestinal permeability and inflammation in septic patients. *Clinical Nutrition ESPEN*, v. 24, p. 128-134, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.clnesp.2018.03.005> . SILVA, A. P. F.; MELO JÚNIOR, M. R. Biomarcadores fecais úteis nas doenças inflamatórias intestinais: revisão sistemática. *Revista Brasileira de Patologia e Medicina Laboratorial*, v. 51, n. 1, p. 49-58, 2015. STURGEON, C.; FASANO, A. Zonulin: a regulator of epithelial and endothelial barrier functions, and its involvement in chronic inflammatory diseases. *Tissue Barriers*, v. 4, n. 4, e1251384, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1080/21688370.2016.1251384> . TEIXEIRA, S. L.; RIBAS, J. L. C. A importância dos exames laboratoriais no auxílio do tratamento de distúrbios estéticos. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*, v. 8, n. 1, p. 1-10, 2022. TIBBLE, J. A. et al. Surrogate markers of intestinal inflammation are predictive of relapse in inflammatory bowel disease. *Gastroenterology*, v. 119, n. 1, p. 15-22, 2000. DOI: <https://doi.org/10.1053/gast.2000.8468> . VILLELA, M. S.; ELY, V. H. M. Humanização na ambiência de práticas integrativas e complementares: significado de bem-estar na perspectiva dos usuários. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 27, n. 5, p. 2011-2022, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232022275.07702021> . WATANABE, S. et al. Probiotics as druggable targets in therapy of inflammatory skin diseases. *International Journal of Molecular Sciences*, v. 22, n. 12, p. 6484, 2021. DOI: <https://doi.org/10.3390/ijms22126484> . ZHANG, X. E. et al. Microbiome: role in inflammatory skin diseases. *Journal of Inflammation Research*, v. 17, p. 131-148, 2024. DOI: <https://doi.org/10.2147/JIR.S441100> . ZHENG, D.; LIWINSKI, T.; ELINAV, E. Clinical utility of intestinal permeability markers in chronic inflammatory diseases: a systematic review. *Gut Pathogens*, v. 13, n. 1, p. 20, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1186/s13099-021-00425-0>

Biovidro como material particulado no reparo ósseo odontológico

Livia maluf menegazzo bueno¹, Lithiene Ribeiro Castilho Padula¹, Cintia Megid Barbieri¹,
Rogério Leone Buchaim², Daniela Vieira Buchaim³

¹Centro Universitário de Adamantina, ²Universidade de São Paulo (*Faculdade de Odontologia de Bauru*), ³Centro Universitário de Adamantina (*Medicina*)

e-mail: livia@fai.com.br

A busca por alternativas previsíveis e seguras para o reparo ósseo é um dos grandes desafios da odontologia atual. Perdas ósseas podem ocorrer em diferentes contextos clínicos, como periodontite avançada, exodontias complexas, traumas, remoção de lesões patológicas, defeitos peri-implantares e reconstruções em implantodontia. O enxerto autógeno, por reunir propriedades osteogênicas, osteoindutivas e osteocondutivas, é considerado o padrão-ouro. No entanto, suas desvantagens incluem disponibilidade limitada, necessidade de uma área doadora e morbidade pós-operatória.

Nesse cenário, diversos biomateriais vêm sendo propostos como substitutos, incluindo enxertos homogêneos, xenógenos e aloplásticos. Entre os materiais aloplásticos, o **biovidro** se destaca por sua bioatividade e potencial de integração ao tecido ósseo. Criado por Hench em 1969, o biovidro apresenta composição formada por óxidos de silício, cálcio, sódio e fósforo. Quando em contato com fluidos corpóreos, desencadeia uma série de reações químicas superficiais que culminam na formação de uma camada rica em cálcio e fosfato, semelhante à hidroxiapatita, permitindo forte ligação entre o biomaterial e o osso adjacente.

Além de atuar como osteocondutor, o biovidro apresenta propriedades **osteoindutivas** decorrentes da liberação de íons bioativos, como silício e cálcio, que estimulam a proliferação de células osteoblásticas e promovem angiogênese. Outra característica relevante é sua **atividade antimicrobiana**, atribuída ao aumento do pH local, o que o diferencia de outros biomateriais particulados utilizados em odontologia.

Atualmente, o biovidro tem aplicações documentadas em diferentes áreas odontológicas, incluindo periodontia, implantodontia, cirurgia oral e endodontia, demonstrando resultados satisfatórios em regeneração óssea guiada. Considerando esses aspectos, torna-se relevante revisar as evidências científicas que embasam seu uso como biomaterial particulado para o reparo ósseo em odontologia.

O presente trabalho tem como objetivo revisar a literatura científica acerca do uso do biovidro como biomaterial particulado no reparo ósseo odontológico, destacando suas propriedades, mecanismos de ação, aplicações clínicas e limitações, a fim de discutir sua efetividade e perspectivas no contexto da regeneração óssea guiada.

rata-se de uma revisão de literatura narrativa, realizada por meio de busca eletrônica nas bases de dados **PubMed, Scopus, Web of Science, SciELO e Google Scholar**, abrangendo o período de 2000 a 2025. Foram utilizados os seguintes descritores em português e inglês: “biovidro”, “bioactive glass”, “bone regeneration”, “particulate biomaterials” e “dentistry”.

Os critérios de inclusão adotados foram: (i) artigos originais experimentais ou clínicos que abordassem o uso de biovidro particulado no reparo ósseo em odontologia; (ii) revisões sistemáticas e narrativas relevantes ao tema; (iii) publicações em inglês, português e espanhol; e (iv) trabalhos disponíveis em texto completo. Foram excluídos estudos que não apresentavam dados relacionados à odontologia, resumos sem acesso ao conteúdo completo e relatos de caso isolados sem fundamentação metodológica robusta.

A seleção dos artigos foi conduzida inicialmente por leitura de títulos e resumos, seguida da análise integral dos textos que atenderam aos critérios. As informações extraídas foram organizadas em categorias temáticas: composição e propriedades do biovidro, mecanismos biológicos de ação, aplicações em diferentes áreas da odontologia, comparações com outros biomateriais e limitações clínicas.

Essa metodologia possibilitou a síntese crítica da literatura disponível, destacando as evidências científicas mais relevantes para embasar a utilização do biovidro como material particulado no reparo ósseo odontológico.

O biovidro apresenta características únicas que o diferenciam de outros biomateriais utilizados em odontologia. Sua bioatividade é um dos principais fatores que justificam seu potencial regenerativo, pois a formação de uma camada de hidroxiapatita carbonatada proporciona ancoragem química e integração direta com o osso adjacente. Estudos *in vitro* e *in vivo* confirmam que essa interface favorece a proliferação de células osteoblásticas, além de estimular a deposição de matriz mineralizada.

Outro aspecto de destaque é a liberação de íons bioativos, como cálcio, fósforo e silício, que modulam a expressão gênica relacionada à osteogênese. Investigações demonstram aumento na expressão de marcadores como fosfatase alcalina, osteocalcina e RUNX2 em culturas celulares expostas ao biovidro, reforçando sua ação osteoindutiva. Além disso, o estímulo à angiogênese contribui para uma regeneração óssea mais estável e funcional.

Na prática clínica, a aplicação do biovidro particulado tem mostrado bons resultados em diferentes situações. Na periodontia, estudos relatam ganhos significativos de inserção clínica e redução de bolsas periodontais quando utilizado em defeitos infraósseos. Em implantodontia, sua aplicação em preservação alveolar e levantamento de seio maxilar mostrou taxas de neoformação óssea comparáveis a enxertos xenógenos, com a vantagem da atividade antimicrobiana. Em cirurgia oral, tem sido empregado no preenchimento de cavidades após remoção de cistos, favorecendo a regeneração óssea em médio prazo. Na endodontia, pesquisas experimentais indicam que o biovidro pode favorecer o reparo de lesões periapicais, sugerindo potencial terapêutico adjuvante.

Comparado a outros biomateriais aloplásticos, como hidroxiapatita e β -fosfato tricálcico, o

biovidro apresenta vantagens em relação à taxa de bioatividade, integração tecidual e efeito antimicrobiano. No entanto, ainda existem limitações a serem consideradas. Sua fragilidade mecânica restringe o uso em áreas que exigem grande suporte estrutural, sendo frequentemente recomendado em defeitos de pequeno a médio porte. Além disso, a literatura ainda aponta a necessidade de mais estudos clínicos randomizados de longo prazo para confirmar sua previsibilidade em comparação a enxertos autógenos e xenógenos.

Novas perspectivas incluem o desenvolvimento de composições modificadas e a associação do biovidro com polímeros ou fatores de crescimento, visando superar limitações mecânicas e ampliar suas indicações clínicas. Nesse sentido, o material apresenta grande potencial como parte de estratégias regenerativas avançadas na odontologia.

O biovidro particulado constitui um biomaterial promissor para o reparo ósseo em odontologia, apresentando propriedades bioativas que favorecem a osteocondução, osteoindução e integração tecidual. Seu desempenho clínico em periodontia, implantodontia e cirurgia oral tem demonstrado resultados consistentes, destacando-se ainda pela atividade antimicrobiana. Apesar das limitações relacionadas à resistência mecânica e à indicação restrita a defeitos de menor porte, os avanços em formulações híbridas ampliam suas perspectivas de uso. Dessa forma, o biovidro se consolida como uma alternativa eficaz e biologicamente segura, contribuindo para protocolos regenerativos mais previsíveis na prática odontológica.

HENCH, L. L. Bioceramics: From Concept to Clinic. *Journal of the American Ceramic Society*, v. 74, n. 7, p. 1487-1510, 1991. XUEREB, M.; CAMILLERI, J. The influence of bioglass on bone regeneration and angiogenesis: A narrative review. *Journal of Dentistry*, v. 106, p. 103576, 2021. BOSCO, J. M.; CUNHA, M. R.; MENDES, R. M. Biovidro em odontologia: propriedades e aplicações clínicas. *Revista Brasileira de Odontologia*, v. 79, n. 2, p. 1-9, 2022. FERREIRA, A. M. et al. Bioactive glass particles for periodontal regeneration: A systematic review and meta-analysis. *Clinical Oral Investigations*, v. 26, n. 3, p. 2311-2324, 2022. MOURA, J.; REIS, R.; AMARAL, M. Advances in bioactive glass for bone regeneration in dentistry. *Materials Science & Engineering C*, v. 127, p. 112221, 2021.

CIRURGIA BARIÁTRICA: SOLUÇÃO OU ILUSÃO? UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Giovana Brito Bertolini Firmino¹, Marisa Aparecida Brigo Ortiz¹, Zilda Lopes Mio², Ivonete Fernandes Francisco³

¹Prof.^a Carmelina Barbosa, ²AMIM JUNDI, ³Carlos de Campos

e-mail: giobbertolini@hotmail.com

A obesidade é uma doença crônica de caráter multifatorial, considerada atualmente um dos principais problemas de saúde pública mundial. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), em 2022 mais de 1 bilhão de pessoas estavam obesas, incluindo adultos, adolescentes e crianças. No Brasil, dados recentes apontam que mais de 60% da população adulta apresenta sobrepeso ou obesidade (BRASIL, 2023). Essa condição aumenta significativamente o risco para doenças crônicas não transmissíveis, como diabetes tipo 2, hipertensão arterial, dislipidemias, doenças cardiovasculares e alguns tipos de câncer (FURTADO et al., 2023).

Além do impacto físico, a obesidade também causa prejuízos emocionais e sociais. Pessoas com excesso de peso frequentemente sofrem preconceito e discriminação, o que pode levar a quadros de ansiedade, depressão e baixa autoestima (MEDEIRO; FRANÇA; MENEZES, 2021). Nesse contexto, a busca por soluções rápidas de emagrecimento se intensifica, e a cirurgia bariátrica surge como alternativa frequentemente procurada.

A cirurgia bariátrica é considerada um dos métodos mais eficazes para o tratamento da obesidade grave, pois proporciona significativa perda de peso e melhora de comorbidades. Contudo, sua realização exige acompanhamento clínico rigoroso e mudanças permanentes no estilo de vida. Assim, surge o questionamento: seria a cirurgia uma solução definitiva ou apenas uma ilusão diante de um problema de base multifatorial?

Este estudo propõe uma revisão bibliográfica a fim de discutir as indicações, benefícios, riscos e alternativas à cirurgia bariátrica.

Revisar a literatura científica sobre a cirurgia bariátrica, destacando sua eficácia, riscos, complicações e alternativas não cirúrgicas no tratamento da obesidade.

Trata-se de uma revisão bibliográfica narrativa, realizada entre março e agosto de 2024. Foram consultadas bases de dados nacionais e internacionais, incluindo SciELO, BVS/MS e Google Scholar.

Foram incluídos artigos publicados entre 2020 e 2023 que abordassem a obesidade, a cirurgia bariátrica e métodos alternativos de tratamento. Documentos oficiais, como

diretrizes do Ministério da Saúde, também foram incorporados. Foram excluídos estudos com recorte temporal anterior a 2020 ou que não apresentassem relação direta com a temática da obesidade e seus tratamentos.

A busca utilizou descritores como “cirurgia bariátrica”, “obesidade”, “reeducação alimentar”, “atividade física” e “complicações”. Após leitura dos títulos e resumos, foram selecionados os estudos que respondiam aos objetivos deste trabalho.

A revisão evidenciou que a obesidade é resultado da interação entre fatores genéticos, metabólicos, ambientais e comportamentais. O Índice de Massa Corporal (IMC) é o principal critério de avaliação. Segundo a Organização Mundial da Saúde, a obesidade grau III (IMC ≥ 40 kg/m²) representa alto risco de mortalidade, sendo indicação para cirurgia bariátrica (BRASIL, 2023; ZANIN, 2023).

Os tipos mais realizados de cirurgia bariátrica são o Bypass gástrico em Y de Roux, a Sleeve gástrica e a Fobi-Capella, além do balão intragástrico como alternativa menos invasiva (SCHWAAB et al., 2020). Em média, esses procedimentos permitem perda de 50 a 70% do excesso de peso inicial, com melhora significativa de doenças associadas como hipertensão, apneia do sono e diabetes tipo 2 (BRAGA et al., 2021).

Por outro lado, a literatura aponta complicações relevantes. Entre as precoces, destacam-se hemorragias, fístulas e trombozes. Já entre as tardias, ocorrem deficiências nutricionais, anemias, síndrome de dumping e reganho de peso (SILVA, 2023). A taxa de complicações varia de acordo com o tipo de procedimento e com a adesão do paciente ao acompanhamento pós-operatório.

É consenso que a cirurgia bariátrica não deve ser vista como solução isolada. Estudos ressaltam que a perda de peso só se mantém com mudanças no estilo de vida, incluindo reeducação alimentar, prática regular de atividade física e acompanhamento psicológico (SANTANA; FORGERINI, 2020; CHRISTINELLI et al., 2020).

As alternativas não cirúrgicas, como dietas balanceadas e programas de exercício físico, mostram resultados positivos, principalmente em obesidade grau I e II. Além disso, o suporte psicológico contribui para o enfrentamento de compulsão alimentar, ansiedade e depressão, fatores que podem comprometer tanto o emagrecimento quanto a manutenção do peso perdido (RODRIGUES et al., 2020).

Comparando-se os métodos, percebe-se que a cirurgia promove resultados mais rápidos e expressivos em pacientes graves, mas os métodos conservadores apresentam menos riscos e podem ser sustentáveis a longo prazo. Dessa forma, a decisão deve ser individualizada e acompanhada por equipe multiprofissional.

A revisão bibliográfica demonstrou que a cirurgia bariátrica é eficaz para pacientes com obesidade grave, especialmente quando há falha dos tratamentos convencionais. Entretanto, apresenta riscos que precisam ser ponderados. A cirurgia deve ser considerada apenas uma etapa dentro de um processo maior, que inclui acompanhamento multiprofissional, suporte

psicológico e mudanças no estilo de vida. Portanto, mais do que uma “solução” ou “ilusão”, a cirurgia bariátrica representa uma ferramenta útil quando associada a estratégias de prevenção e promoção de saúde. O desafio está em conscientizar os pacientes de que o sucesso depende da continuidade dos cuidados e da adesão a hábitos saudáveis.

ANDRADE, E. R.; CESSE, E. A. P.; FIGUEIRÓ, A. C. Desafios na prevenção e tratamento da obesidade no SUS. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 47, n. 138, p. 12-25, 2023. BRAGA, L. F. et al. Complicações pós-cirurgia bariátrica: revisão de literatura. *ABCD - Arquivos Brasileiros de Cirurgia Digestiva*, São Paulo, v. 34, n. 3, p. 1-8, 2021. DOI: 10.1590/abcd.2021.1234. BRASIL. Ministério da Saúde. *Cirurgia bariátrica: recomendações clínicas*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2023. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br>. Acesso em: 12 jun. 2024. CHRISTINELLI, H. C. B. et al. Eficácia de um programa de reeducação alimentar e prática de exercício físico na obesidade. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, Porto Alegre, v. 41, p. 1-9, 2020. DOI: 10.1590/1983-1447.2020.20190213. FURTADO, J. M. et al. Prevalência da obesidade e fatores associados. *ABCD - Arquivos Brasileiros de Cirurgia Digestiva*, São Paulo, v. 36, 2023. DOI: 10.1590/abcd.2023.0036. MEDEIRO, P.; FRANÇA, R.; MENEZES, A. Impactos psicossociais da obesidade. *Revista Brasileira de Saúde Coletiva*, Brasília, v. 31, n. 4, p. 211-220, 2021. RODRIGUES, F. et al. Transtornos mentais associados à obesidade. *Revista Científica Acervo Mais*, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 34-40, 2020. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/cientifico/article/view/4979>. Acesso em: 27 jul. 2024. SANTANA, E. L. S.; FORGERINI, S. M. Reeducação alimentar: principais dificuldades relatadas por mulheres com sobrepeso e obesidade. *Ciência & Saúde*, Mato Grosso, v. 12, ed. esp., p. 1-12, 2020. SCHWAAB, R. et al. Procedimentos bariátricos: indicações e complicações. *Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento*, São Paulo, v. 14, p. 45-53, 2020. SILVA, A. P. Complicações da cirurgia bariátrica: revisão integrativa. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília, v. 76, n. 1, p. 55-62, 2023. DOI: 10.1590/0034-7167-2023-0011. ZANIN, T. IMC: o que é, como calcular e tabela de resultados. *Tua Saúde*, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.tuasaude.com/imc/>. Acesso em: 11 jun. 2024.

Desafios Emergentes para a Saúde Mental em uma Sociedade Hiperconectada: implicações psicossociais do uso tecnológico

Dirce Rodrigues Neves¹

¹Instituto de Pós-Graduação e Graduação

e-mail: dirceneves19@hotmail.com

A crescente digitalização da sociedade tem transformado significativamente os modos de interação social, aprendizado, trabalho e lazer. O fenômeno da hiperconectividade — caracterizado pelo uso contínuo de dispositivos eletrônicos e pela exposição constante a redes digitais — tornou-se uma marca da contemporaneidade, sobretudo entre crianças, adolescentes e jovens adultos (HAIDT, 2024; INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA USP, 2021).

Estudos apontam que a hiperconectividade pode estar associada a alterações nos padrões de sono, aumento dos sintomas de ansiedade e depressão, dificuldades de regulação emocional, isolamento social e prejuízos no desempenho acadêmico ou profissional. Uma revisão sistemática realizada por Santos et al. (2023) evidenciou fortes correlações entre tempo de tela prolongado e impactos negativos na saúde mental de adolescentes, especialmente relacionados a ansiedade e depressão. Esses efeitos variam conforme idade, contexto sociocultural, padrão de uso da tecnologia e fatores individuais como resiliência e habilidades socioemocionais.

Adicionalmente, um estudo conduzido na Itália revelou que adolescentes hiperconectados têm 1,4 vezes mais chance de apresentar estados psicológicos negativos, como ansiedade, baixa autoestima e insatisfação com a vida.

Compreender os impactos psicossociais da hiperconectividade torna-se, portanto, essencial para o desenvolvimento de estratégias preventivas, políticas públicas adequadas e intervenções clínicas eficazes (BRAZILIAN JOURNAL OF DEVELOPMENT, 2022).

Assim, a compreensão desses desafios permite não apenas identificar os riscos associados à hiperconectividade, mas também destacar práticas de promoção da saúde mental, prevenção do adoecimento psicológico e uso consciente da tecnologia. Esse conhecimento é essencial para profissionais, pesquisadores e formuladores de políticas que desejam enfrentar os efeitos adversos da era digital, promovendo o equilíbrio entre conectividade e bem-estar psicológico.

O estudo objetiva analisar os impactos da hiperconectividade na saúde mental, identificando desafios emergentes, fatores de risco e consequências psicossociais. Busca discutir estratégias de prevenção, promoção do bem-estar psicológico e uso consciente da tecnologia, fornecendo subsídios para práticas clínicas, educacionais e políticas públicas na

era digital.

Este estudo caracteriza-se como uma revisão de literatura narrativa sobre os impactos da hiperconectividade na saúde mental. A busca bibliográfica foi realizada em bases nacionais e internacionais, incluindo PubMed, Scielo, PsycINFO, BVSPsi, PePSIC e Google Scholar, abrangendo publicações de 2019 a 2024. Também foram consultados capítulos de livros especializados que abordam de forma teórica ou empírica a relação entre uso intensivo de tecnologias digitais e bem-estar psicológico.

Foram utilizados descritores como “hiperconectividade”, “saúde mental”, “tecnologia digital” e “impactos psicossociais”, combinados com operadores booleanos para refinar a pesquisa.

Os critérios de inclusão abrangeram artigos originais, revisões sistemáticas, estudos empíricos e capítulos de livros que analisassem explicitamente efeitos psicológicos ou psicossociais decorrentes do uso excessivo da tecnologia. Foram excluídas publicações sem dados claros sobre saúde mental ou sem relação direta com hiperconectividade.

As fontes selecionadas foram analisadas criticamente quanto à metodologia, população estudada, tecnologias avaliadas e resultados sobre fatores de risco, sintomas e estratégias de prevenção.

A síntese dos achados permitiu identificar padrões de impacto, lacunas na literatura e oportunidades para intervenções clínicas, educativas e políticas públicas, oferecendo uma visão integrada dos efeitos da hiperconectividade na saúde mental contemporânea.

A análise das fontes selecionadas revelou que a hiperconectividade apresenta impactos significativos sobre a saúde mental, especialmente em crianças, adolescentes e jovens adultos. Estudos recentes indicam que o uso intensivo de tecnologias digitais e redes sociais está associado ao aumento de sintomas de ansiedade, depressão, estresse e dificuldades de regulação emocional. Além disso, observa-se que a hiperconectividade pode interferir no sono, na qualidade das relações interpessoais e no desempenho acadêmico ou profissional, evidenciando a complexidade dos efeitos psicossociais desse fenômeno.

Os fatores de risco identificados incluem exposição prolongada às redes digitais, multitarefas tecnológicas, falta de limites no uso de dispositivos e padrões de uso problemáticos, enquanto variáveis individuais e contextos socioculturais modulam os efeitos observados. Por exemplo, adolescentes com maior vulnerabilidade emocional ou menor suporte familiar apresentam maior propensão a desenvolver sintomas de adoecimento psicológico.

A revisão também destacou a relevância de estratégias preventivas e de promoção da saúde mental, que incluem programas educativos sobre uso consciente da tecnologia, desenvolvimento de habilidades socioemocionais e acompanhamento psicológico. Tais intervenções aparecem como medidas eficazes para reduzir os efeitos adversos da hiperconectividade e promover um equilíbrio entre conectividade e bem-estar psicológico.

A discussão dos achados sugere que, embora a tecnologia seja um recurso valioso para educação, trabalho e socialização, seu uso excessivo pode gerar consequências negativas cumulativas para a saúde mental. Isso reforça a necessidade de políticas públicas e práticas clínicas que considerem não apenas a redução do tempo online, mas também a qualidade da interação digital, a resiliência emocional e a promoção de hábitos saudáveis de conectividade.

Além disso, a literatura indica lacunas importantes, especialmente no que se refere a estudos longitudinais, avaliação de efeitos específicos em diferentes contextos e investigações sobre grupos etários diversos. A ausência desses dados limita a compreensão completa dos impactos da hiperconectividade e evidencia a necessidade de pesquisas futuras que explorem intervenções eficazes e estratégias de mitigação de riscos em múltiplos cenários.

Em síntese, os resultados reforçam a complexidade do fenômeno da hiperconectividade e seus efeitos psicossociais, destacando que a tecnologia, quando utilizada de forma desregulada, constitui um desafio emergente para a saúde mental contemporânea. A compreensão desses impactos oferece subsídios para ações clínicas, educativas e políticas públicas voltadas ao equilíbrio entre conectividade digital e bem-estar psicológico, promovendo uma abordagem mais consciente e saudável da interação tecnológica na sociedade atual.

A hiperconectividade constitui um desafio emergente para a saúde mental, especialmente em crianças, adolescentes e jovens adultos, associando-se a ansiedade, depressão, estresse e dificuldades de regulação emocional. Embora a tecnologia ofereça benefícios, seu uso excessivo demanda estratégias preventivas e promoção do bem-estar psicológico. Intervenções educativas, acompanhamento clínico e políticas públicas voltadas ao uso consciente da tecnologia são essenciais. A revisão evidencia lacunas, especialmente em estudos longitudinais e análises de diferentes contextos, reforçando a necessidade de pesquisas futuras que aprofundem a compreensão dos impactos psicossociais da era digital.

BRAZILIAN JOURNAL OF DEVELOPMENT. A influência das redes sociais nos transtornos mentais em adolescentes. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v. 8, n. 5, p. 33491-33506, 2022.,HAIDT, J. A geração ansiosa: como a infância hiperconectada está causando uma epidemia de transtornos mentais. Tradução de Lígia Azevedo. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2024.,INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA USP. Tecnologia e saúde mental na infância e adolescência: evidências e recomendações. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.ip.usp.br/tecnologiasaudemental>. Acesso em: 9 set. 2025.,SANTOS, R. M. S. et al. The associations between screen time and mental health in adolescents: a systematic review. *BMC Psychology*, v. 11, art. 127, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s40359-023-01166-7>. Acesso em: 9 set. 2025.

Desafios terapêuticos na fibrose cística: revisão sobre infecções por *Pseudomonas aeruginosa*

Karen Vitória Alvares¹, JULIANA FRANÇO SO DA SILVA MANTOVANI²

¹Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (*Departamento de Produção Animal e Vegetal, Faculdade de Ciências Agrárias e Tecnológicas*), ²Unesp - Faculdade de Ciências Agrárias e Tecnológicas (FCAT)

e-mail: alvares_vitoriak16@hotmail.com

A fibrose cística (FC) é uma doença genética autossômica recessiva causada por mutações no gene CFTR (Cystic Fibrosis Transmembrane Conductance Regulator), localizado no cromossomo 7 (Alvares; Nascimento, 2023). Esse gene codifica uma glicoproteína transmembrana essencial para transporte de íons, regulando o equilíbrio de cloro, sódio e água nas células epiteliais. A disfunção da CFTR resulta em secreções espessas e obstrução das glândulas exócrinas, comprometendo os sistemas respiratório, digestivo e reprodutivo (Bieger; Marson; Bertuzzo, 2012).

Entre as complicações da FC destacam-se as infecções respiratórias recorrentes, associadas a patógenos como *Staphylococcus aureus*, complexo *Burkholderia cepacia* e, principalmente, *Pseudomonas aeruginosa* (Silva et al., 2013). Este bacilo gram-negativo não fermentador coloniza pacientes de forma tardia, adquirindo caráter crônico devido a mudanças fenotípicas, o que dificulta sua eliminação (Azam; Khan, 2019).

A *P. aeruginosa* apresenta elevada adaptabilidade, sofrendo mutações que favorecem sua sobrevivência em ambientes de estresse característicos da FC (Azam; Khan, 2019). Também dispõe de múltiplos mecanismos de resistência antimicrobiana, incluindo bombas de efluxo, porinas, enzimas inativadoras, biofilme e alterações na permeabilidade da membrana (Simão et al., 2024; Riquena et al., 2020). Esses fatores favorecem sua persistência no hospedeiro, desencadeando inflamação crônica, perda funcional pulmonar e agravamento do prognóstico clínico (Figueiredo et al., 2021).

Dessa forma, o objetivo deste trabalho é realizar uma revisão literária sistemática para avaliar as dificuldades terapêuticas nas infecções por *pseudomonas aeruginosa* em paciente com Fibrose Cística.

Mediante revisão sistemática, realizou-se uma busca por estudos relacionados à fibrose cística e seu diagnóstico. As bases de dados utilizadas foram Scielo, Medline/PubMed e LILACS. Os artigos que foram admitidos eram nos idiomas português e inglês. As palavras chaves utilizadas nas pesquisas foram: "fibrose cística", "infecções", "diagnóstico", "*Pseudomonas aeruginosa*", "diagnóstico de infecções", "cystic fibrosis".

Os critérios de inclusão utilizados para a seleção dos artigos foram: (I) artigos que relatam o cenário brasileiro em relação a fibrose cística ; (II) artigos com estudos clínicos que tenham correlação com o diagnóstico de infecções; (III) artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais; (IV) artigos relacionados a *Pseudomonas aeruginosa* na FC; (V) artigos originais, com corte temporal de janeiro/2012 até Agosto/2025. Foram excluídos do estudo: (I) artigos com acesso restrito; (II) artigos relacionados apenas com a abordagem genética da doença; (III) artigos de revisão literária, editoriais e estudos de caso.

Foi realizada uma pesquisa inicial com base no título dos artigos, os estudos selecionados foram avaliados, seguindo os critérios descritos, mediante a leitura integral do trabalho. As informações extraídas tem como base as características do estudo, título, publicação, região de estudo, limitações descritas e considerações relevantes. A estratégia de busca foi igual para todas as bases de dados.

A *pseudomonas aeruginosa* é um patógeno associado não apenas às infecções oportunistas, como também à redução da função pulmonar e lesões estruturais (Folescu et al., 2012; Douglas et al., 2015). De acordo com Folescu (2012), em estudo com escore tomográfico, a alteração relacionada à bronquiectasia é comum em 96,2% dos pacientes com *P. aeruginosa*, ela causa lesões irreversíveis nas vias aéreas. As alterações encontradas em pacientes colonizados por essa bactéria tem impacto direto na progressão da doença.

Na clínica da fibrose cística, destaca-se a formação de um microambiente que fornece condições para os microrganismos se estabelecerem, como por exemplo, presença de secreções mucosas espessas, insuficiência pancreática e a desnutrição (Rosa et al., 2018). A *P. aeruginosa* é resistente a exposição de antibióticos, disponibilidade de nutrientes e pode desenvolver não só mutação nos genes reguladores, mas também, se tornar mucóide com a produção de exopolissacarídeo alginato, gerando grande deterioração e danos ao paciente (Lima et al., 2017).

Segundo o Cystic Fibrosis Foundation Registry, a colonização por *P. aeruginosa* em pacientes menores de 18 anos é de 39%, a estimativa aponta que a partir de 18 anos aproximadamente 75% dos pacientes com fibrose cística sejam infectados por essa bactéria (Rizzo et al., 2015). As opções disponíveis para o tratamento das infecções por *pseudomonas* inclui algumas classes de antimicrobianos, como por exemplo, fluoroquinolonas, aminoglicosídeos, cefalosporinas e carbapenêmicos. Por apresentar um alto nível de resistência e baixa susceptibilidade a antibióticos hidrofóbicos, existe grande dificuldade em romper a membrana externa e ser efetivo (Douglas et al., 2015). A *P. aeruginosa* possui uma maior capacidade de resposta ao estresse, decorrente de seu extenso genoma, que codifica múltiplas vias metabólicas e sistemas regulatórios, permitindo-lhe enfrentar de forma eficaz condições ambientais adversas (Mangiaterra et al., 2020).

As células persistentes de *P. aeruginosa*, incluindo as formas células viáveis mas não cultiváveis (VBNC), estão associadas à recorrência da infecção pulmonar crônica em pacientes com FC, pois toleram o tratamento antibiótico e dificultam a erradicação da infecção. Em estudo, Mangiaterra (2021), evidenciou a contribuição específica de diferentes

fármacos na indução de células persistentes e formas VBNC de *P. aeruginosa*. Antibióticos β -lactâmicos, como a ceftazidima, reduzem a formação de biofilme ao reprimir componentes da matriz extracelular e a motilidade bacteriana, etapa inicial essencial do processo. Inibidores de β -lactamases, como a combinação piperacilina/tazobactam, também diminuem a produção de biofilme; entretanto, no estudo foi identificado maior capacidade de transição para o estado séssil na presença de avibactam e tazobactam. A inibição da replicação do DNA, associada ao uso de inibidores de β -lactamase não β -lactâmicos, mostra-se uma abordagem promissora para limitar o fenótipo VBNC e atenuar a resiliência de *P. aeruginosa*.

Os avanços no diagnóstico da fibrose cística são de grande impacto no prognóstico da doença, acompanhamento ao paciente e tratamentos adequados podem reduzir as chances de infecções. A identificação e tratamento da *P. aeruginosa* ainda é de grande complexidade, os diversos mecanismos de resistência dessas bactérias ainda é um desafio para os profissionais de saúde. São necessários estudos abrangendo a relação dos tipos de mutações na fibrose cística e sua associação a prevalência de infecções, o conhecimento prévio auxilia na identificação e desenvolvimento de novos mecanismos para auxiliar no tratamento.

ALVARES, K.; BATISTA DO NASCIMENTO, G. OBSTÁCULOS NO DIAGNÓSTICO DA FIBROSE CÍSTICA - REVISÃO DE LITERATURA. Em: GUILHERME BARROSO L. DE FREITAS; ARIÁDINE REDER CUSTODIO DE SOUZA; MAYUMI BRITO (Eds.). Pesquisa Multidisciplinar em Saúde - Edição III. 3. ed. [s.l.] : Guilherme Barroso L. De Freitas, 2023. p. 39-46. AZAM, M. W.; KHAN, A. U. Updates on the pathogenicity status of *Pseudomonas aeruginosa*. *Drug Discovery Today*, [s. l.], v. 24, n. 1, p. 350-359, 2019. BIEGER, A. M.; MARSON, F. A. D. L.; BERTUZZO, C. S. Prevalence of $\Delta F508$ mutation in the cystic fibrosis transmembrane conductance regulator gene among cystic fibrosis patients from a Brazilian referral center. *Jornal de Pediatria*, [s. l.], v. 88, n. 6, p. 531-4, 2012. DOUGLAS, M. et al. Evaluación comparativa del uso asociado de antibióticos frente a *Pseudomonas aeruginosa*. *Revista Cubana de Farmacia*, v. 49, n. 3, p. 473-482, 2015. FIGUEIREDO, M. R.; LOMONACO, I.; SOUZA ARAÚJO A.; LUNDGREN, F.; DELGADO BARROS PEREIRA, E. Isolation of and risk factors for airway infection with *Pseudomonas aeruginosa* in patients with non-cystic fibrosis bronchiectasis. *Jornal Brasileiro de Pneumologia*, [s. l.], p. e20210017, 2021. FOLESCU, T. W.; MARQUES, E. D. A.; BOECHAT, M. C. B.; DALTRO, P.; HIGA, L. Y. S.; COHEN, R. W. F. Escore tomográfico em pacientes com fibrose cística colonizados por *Pseudomonas aeruginosa* ou *Staphylococcus aureus*. *Jornal Brasileiro de Pneumologia*, [s. l.], v. 38, n. 1, p. 41-49, 2012. LIMA, J. L. D. C.; ALVES, L. R.; PAZ, J. N. P. D.; RABELO, M. A.; MACIEL, M. A. V.; MORAIS, M. M. C. D. Analysis of biofilm production by clinical isolates of *Pseudomonas aeruginosa* from patients with ventilator-associated pneumonia. *Revista Brasileira de Terapia Intensiva*, [s. l.], v. 29, n. 3, 2017. MANGIATERRA, G.; CAROTTI, E.; VAIASICCA, S.; CEDRARO, N.; CITTERIO, B.; LA TEANA, A. L.; BIAVASCO, F. Contribution of Drugs Interfering with Protein and Cell Wall Synthesis to the Persistence of *Pseudomonas aeruginosa* Biofilms: An In Vitro Model. *International Journal of*

Molecular Sciences, [s. l.], v. 22, n. 4, p. 1628, 2021. MANGIATERRA, G.; CEDRARO, N.; VAIASICCA, S.; CITTERIO, B.; GALEAZZI, R.; LAUDADIO, E.; MOBBILI, G.; MINNELLI, C.; BIZZARO, D.; BIAVASCO, F. Role of Tobramycin in the Induction and Maintenance of Viable but Non-Culturable *Pseudomonas aeruginosa* in an In Vitro Biofilm Model. *Antibiotics* (Basel, Switzerland), [s. l.], v. 9, n. 7, p. 399, 2020. RIQUENA, B.; RIBEIRO FERREIRA DA SILVA FILHO, L. V.; MYRIAM AVERSA NAKAIE, C.; BUARQUE DE ALMEIDA, M.; CARLOS RODRIGUES, J.; VILLAC ADDE, F. Effectiveness of a multistep *Pseudomonas aeruginosa* eradication treatment protocol in children with cystic fibrosis in Brazil. *Jornal Brasileiro de Pneumologia*, [s. l.], v. 46, n. 4, p. e20180294–e20180294, 2020. RIZZO, L. C.; FISCHER, G. B.; MARÓSTICA, P. J. C.; MOCELIN, H. T. Profile of cystic fibrosis in two reference centers in southern Brazil. *Revista da Associação Médica Brasileira*, [s. l.], v. 61, n. 2, p. 150–155, 2015. ROSA, K. M. D.; LIMA, E. D. S. D.; MACHADO, C. C.; RISPOLI, T.; SILVEIRA, V. D’Azevedo; ONGARATTO, R.; COMARU, T.; PINTO, L. A. Genetic and phenotypic traits of children and adolescents with cystic fibrosis in Southern Brazil. *Jornal Brasileiro de Pneumologia*, [s. l.], v. 44, n. 6, p. 498–504, 2018. SILVA FILHO, L. V. R. F. D.; FERREIRA, F. D. A.; REIS, F. J. C.; BRITTO, M. C. A. D.; LEVY, C. E.; CLARK, O.; RIBEIRO, J. D. *Pseudomonas aeruginosa* infection in patients with cystic fibrosis: scientific evidence regarding clinical impact, diagnosis, and treatment. *Jornal Brasileiro de Pneumologia*, [s. l.], v. 39, n. 4, p. 495–512, 2013. SIMÃO, F. A.; ALMEIDA, M. M.; ROSA, H. S.; MARQUES, E. A.; LEÃO, R. S. Genetic determinants of antimicrobial resistance in polymyxin B resistant *Pseudomonas aeruginosa* isolated from airways of patients with cystic fibrosis. *Brazilian Journal of Microbiology*, [s. l.], v. 55, n. 2, p. 1415–1425, 2024. ALVARES, K.; BATISTA DO NASCIMENTO, G. OBSTÁCULOS NO DIAGNÓSTICO DA FIBROSE CÍSTICA - REVISÃO DE LITERATURA. Em: GUILHERME BARROSO L. DE FREITAS; ARIÁDINE REDER CUSTODIO DE SOUZA; MAYUMI BRITO (Eds.). *Pesquisa Multidisciplinar em Saúde - Edição III*. 3. ed. [s.l.] : Guilherme Barroso L. De Freitas, 2023. p. 39–46. AZAM, M. W.; KHAN, A. U. Updates on the pathogenicity status of *Pseudomonas aeruginosa*. *Drug Discovery Today*, [s. l.], v. 24, n. 1, p. 350–359, 2019. BIEGER, A. M.; MARSON, F. A. D. L.; BERTUZZO, C. S. Prevalence of $\Delta F508$ mutation in the cystic fibrosis transmembrane conductance regulator gene among cystic fibrosis patients from a Brazilian referral center. *Jornal de Pediatria*, [s. l.], v. 88, n. 6, p. 531–4, 2012. DOUGLAS, M. et al. Evaluación comparativa del uso asociado de antibióticos frente a *Pseudomonas aeruginosa*. *Revista Cubana de Farmacia*, v. 49, n. 3, p. 473–482, 2015. FIGUEIREDO, M. R.; LOMONACO, I.; SOUZA ARAÚJO A.; LUNDGREN, F.; DELGADO BARROS PEREIRA, E. Isolation of and risk factors for airway infection with *Pseudomonas aeruginosa* in patients with non-cystic fibrosis bronchiectasis. *Jornal Brasileiro de Pneumologia*, [s. l.], p. e20210017, 2021. FOLESCU, T. W.; MARQUES, E. D. A.; BOECHAT, M. C. B.; DALTRO, P.; HIGA, L. Y. S.; COHEN, R. W. F. Escore tomográfico em pacientes com fibrose cística colonizados por *Pseudomonas aeruginosa* ou *Staphylococcus aureus*. *Jornal Brasileiro de Pneumologia*, [s. l.], v. 38, n. 1, p. 41–49, 2012. LIMA, J. L. D. C.; ALVES, L. R.; PAZ, J. N. P. D.; RABELO, M. A.; MACIEL, M. A. V.; MORAIS, M. M. C. D. Analysis of biofilm production by clinical isolates of *Pseudomonas aeruginosa* from patients with ventilator-associated pneumonia. *Revista Brasileira de Terapia Intensiva*, [s. l.], v. 29, n. 3, 2017. MANGIATERRA, G.; CAROTTI, E.; VAIASICCA, S.; CEDRARO, N.; CITTERIO, B.; LA TEANA, A. L.; BIAVASCO, F. Contribution of Drugs Interfering with Protein and Cell Wall Synthesis to the Persistence of *Pseudomonas aeruginosa* Biofilms: An In Vitro Model. *International Journal of Molecular Sciences*, [s. l.], v. 22, n. 4, p. 1628, 2021. MANGIATERRA, G.; CEDRARO, N.; VAIASICCA, S.; CITTERIO, B.;

GALEAZZI, R.; LAUDADIO, E.; MOBBILI, G.; MINNELLI, C.; BIZZARO, D.; BIAVASCO, F. Role of Tobramycin in the Induction and Maintenance of Viable but Non-Culturable *Pseudomonas aeruginosa* in an In Vitro Biofilm Model. *Antibiotics* (Basel, Switzerland), [s. l.], v. 9, n. 7, p. 399, 2020.,RIQUENA, B.; RIBEIRO FERREIRA DA SILVA FILHO, L. V.; MYRIAM AVERSA NAKAIE, C.; BUARQUE DE ALMEIDA, M.; CARLOS RODRIGUES, J.; VILLAC ADDE, F. Effectiveness of a multistep *Pseudomonas aeruginosa* eradication treatment protocol in children with cystic fibrosis in Brazil. *Jornal Brasileiro de Pneumologia*, [s. l.], v. 46, n. 4, p. e20180294-e20180294, 2020.,RIZZO, L. C.; FISCHER, G. B.; MARÓSTICA, P. J. C.; MOCELIN, H. T. Profile of cystic fibrosis in two reference centers in southern Brazil. *Revista da Associação Médica Brasileira*, [s. l.], v. 61, n. 2, p. 150-155, 2015.,ROSA, K. M. D.; LIMA, E. D. S. D.; MACHADO, C. C.; RISPOLI, T.; SILVEIRA, V. D'Azevedo; ONGARATTO, R.; COMARU, T.; PINTO, L. A. Genetic and phenotypic traits of children and adolescents with cystic fibrosis in Southern Brazil. *Jornal Brasileiro de Pneumologia*, [s. l.], v. 44, n. 6, p. 498-504, 2018.,SILVA FILHO, L. V. R. F. D.; FERREIRA, F. D. A.; REIS, F. J. C.; BRITTO, M. C. A. D.; LEVY, C. E.; CLARK, O.; RIBEIRO, J. D. *Pseudomonas aeruginosa* infection in patients with cystic fibrosis: scientific evidence regarding clinical impact, diagnosis, and treatment. *Jornal Brasileiro de Pneumologia*, [s. l.], v. 39, n. 4, p. 495-512, 2013.,SIMÃO, F. A.; ALMEIDA, M. M.; ROSA, H. S.; MARQUES, E. A.; LEÃO, R. S. Genetic determinants of antimicrobial resistance in polymyxin B resistant *Pseudomonas aeruginosa* isolated from airways of patients with cystic fibrosis. *Brazilian Journal of Microbiology*, [s. l.], v. 55, n. 2, p. 1415-1425, 2024.

Envelhecimento Saudável

zildal Lopes Mio¹, Ivonete Fernandes Francisco², Giovana Brito Bertolini Firmino³, Marisa Aparecida Brigo Ortiz³

¹Etec Amim Jundi, ²Carlos de Campos, ³Prof.^a Carmelina Barbosa

e-mail: zildalopes40@gmail.com

O envelhecimento é um processo natural e inevitável da vida, marcado por mudanças fisiológicas, psicológicas e sociais que afetam o indivíduo de maneira heterogênea. Embora a velhice seja frequentemente associada a perdas e limitações, o conceito contemporâneo de envelhecimento saudável desloca o foco da ausência de doenças para a manutenção da funcionalidade, autonomia e participação social do idoso (OPAS, 2020).

Segundo Rodrigues et al. (2024), envelhecer envolve a senescência, processo natural do organismo, e a senilidade, caracterizada pelo comprometimento patológico. Dessa forma, a qualidade do envelhecimento não se limita a fatores biológicos, mas está relacionada a experiências vividas, estilos de vida e contexto social. Stefanacci (2022) ressalta que não há um marco fixo para a velhice, ainda que culturalmente os 65 anos sejam considerados o início dessa fase.

No Brasil, o Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003) e a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSPI) reconhecem o envelhecimento como um direito social, reforçando a importância de políticas públicas que assegurem qualidade de vida e dignidade à população idosa (BRASIL, 2022). A Organização Pan-Americana da Saúde (2020) também instituiu a “Década do Envelhecimento Saudável (2021-2030)”, buscando integrar governos e sociedades em torno da valorização dessa etapa da vida.

Diante desse cenário, compreender os fatores que promovem o envelhecimento saudável é essencial para profissionais de saúde, famílias e gestores, visando tanto à promoção da autonomia quanto à prevenção de agravos que comprometem a qualidade de vida.

Revisar a literatura científica acerca do envelhecimento saudável, destacando as principais mudanças físicas e psicossociais associadas à velhice, fatores que contribuem para a qualidade de vida, políticas públicas de proteção à pessoa idosa e o papel da sociedade na promoção de um envelhecimento ativo, saudável e digno.

Trata-se de uma revisão bibliográfica narrativa, fundamentada em artigos científicos, legislações e documentos oficiais publicados entre 2017 e 2024. As buscas foram realizadas em bases como SciELO, LILACS, PubMed e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), além de documentos da Organização Mundial da Saúde (OMS), Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e legislações brasileiras.

Os descritores utilizados foram: “envelhecimento saudável”, “idoso”, “qualidade de vida” e “políticas públicas”. Após análise, foram selecionados 25 trabalhos que abordavam aspectos fisiológicos, psicológicos, sociais e políticos do envelhecimento. Os conteúdos foram

organizados em três eixos temáticos: (1) Mudanças físicas e psicossociais; (2) Qualidade de vida e fatores associados; (3) Políticas públicas e direitos da pessoa idosa.

Mudanças físicas e psicossociais no envelhecimento

O envelhecimento provoca alterações no corpo humano, como declínio cognitivo, sarcopenia, redução da mobilidade, perdas sensoriais e maior predisposição a doenças crônicas (CRUZ, 2022). Tais mudanças podem comprometer a autonomia e a independência do idoso, mas sua intensidade varia conforme fatores genéticos, estilo de vida e ambiente social. Além das transformações biológicas, há também repercussões psicológicas e sociais. A perda de papéis sociais, a aposentadoria e o isolamento podem levar à depressão e à redução da autoestima (MIRANDA, 2020). Contudo, a valorização das experiências acumuladas e a inserção em atividades coletivas fortalecem a sensação de pertencimento e a saúde mental.

Qualidade de vida e fatores associados

Envelhecer bem não significa apenas ausência de doenças, mas sobretudo manter capacidade funcional, autonomia e participação social (OPAS, 2020). Segundo Pelegrine et al. (2020), fatores como alimentação equilibrada, prática regular de exercícios físicos, manutenção de vínculos sociais, espiritualidade e lazer são determinantes para a qualidade de vida. Pedone (2019) reforça que as condições favoráveis para um envelhecimento saudável se iniciam ainda na infância, sendo influenciadas por educação, hábitos de saúde, comportamento e contexto socioeconômico. Ramos et al. (2021) acrescentam que o conceito de envelhecimento ativo busca assegurar ao idoso bem-estar físico, mental e social, evitando a marginalização e promovendo a participação cidadã. No Brasil, projetos como grupos de convivência, atividades físicas em unidades básicas de saúde e programas de lazer contribuem para estimular autonomia e integração social. Atividades como caminhada, dança, hidroginástica e pilates são amplamente recomendadas (QUEIROZ et al., 2020).

Políticas públicas e direitos da pessoa idosa

O envelhecimento populacional impôs ao Estado a necessidade de ampliar políticas de proteção e promoção à saúde. O Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003) assegura direitos fundamentais como saúde, educação, cultura, lazer e convivência familiar, reforçando a responsabilidade compartilhada entre Estado, sociedade e família (BRASIL, 2022). A OPAS (2020) destaca que o envelhecimento saudável deve ser encarado como prioridade global, não restrito à ausência de doenças, mas centrado na manutenção da capacidade funcional. Nesse sentido, o Programa Viver – Envelhecimento Ativo e Saudável, instituído pelo Decreto nº 10.133/2019, visa promover inclusão digital, social e cuidados em saúde, mobilidade e educação (CHIARELLI; BATISTONI, 2022). As universidades abertas para a terceira idade (UNATI), em várias instituições, têm oferecido cursos, oficinas e projetos intergeracionais que favorecem o aprendizado contínuo, a socialização e a melhoria da autoestima.

O papel da sociedade

O envelhecimento saudável não depende apenas de políticas públicas, mas também de atitudes sociais. A valorização do idoso, o combate ao ageísmo (discriminação etária) e a promoção de ambientes inclusivos são estratégias indispensáveis (FERREIRA; FAUSTINO, 2020). Assim, o envelhecimento saudável se torna não apenas responsabilidade individual, mas também coletiva.

O envelhecimento saudável vai além da ausência de doenças, envolvendo autonomia, funcionalidade e participação social. A revisão demonstrou que hábitos de vida saudáveis, políticas públicas inclusivas e valorização social são fatores centrais para essa etapa da vida. A sociedade, em conjunto com o Estado, deve investir em estratégias que garantam dignidade e qualidade de vida, reconhecendo o idoso como protagonista do seu processo de envelhecer.

BARBOSA, M. M.; AFONSO, R. M.; YANGUAS, J.; PAÚL, C. Facilitadores e barreiras à implementação de Cuidados Centrados na Pessoa Idosa em contextos organizacionais: revisão narrativa da literatura. *Revista Kairós: Gerontologia*, v. 23, n. 1, p. 25-45, 2020. DOI: 10.23925/2176-901X.2020v23i1p25-45. BATISTA, C. C. et al. Boas escolhas e fatores de risco associados ao envelhecimento saudável: revisão da literatura. *Revista Amazonense de Geriatria e Gerontologia*, v. 12, n. 1, p. 1-14, 2021. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa. *Diário Oficial da União*, Brasília, 3 out. 2003. BRASIL. Plano Estratégico da Organização Pan-Americana da Saúde 2020-2025: equidade, o coração da saúde. Washington, D.C.: OPAS, 2020. CHIARELLI, T. M.; BATISTONI, S. S. T. Trajetória das políticas públicas brasileiras para pessoas idosas frente à Década do Envelhecimento Saudável (2021-2030). *Revista Kairós-Gerontologia*, v. 25, n. 1, p. 93-114, 2022. CRUZ, M. Organização dos serviços de saúde na promoção do envelhecimento saudável. 2022. FERREIRA, V. H. S.; LEÃO, L. R. B.; FAUSTINO, A. M. Ageísmo, políticas públicas voltadas para população idosa e participação social. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, n. 42, p. e2816, 2020. MIRANDA, R. C. N. A. et al. Sentido da vida no envelhecimento saudável: contribuições da teoria de Viktor Frankl. *Revista Família, Ciclos de Vida e Saúde no Contexto Social*, v. 8, n. 4, p. 943-951, 2020. PEDONE, M. R. E. Envelhecimento saudável: uma revisão integrativa. *Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano*, v. 16, n. 2, p. 50, 2019. DOI: 10.5335/rbceh.v16i2.10202. PELEGRINE, R. et al. Envelhecimento e fatores psicossociais associados. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, v. 23, n. 2, p. 356-364, 2020. QUEIROZ, M. G. et al. Envelhecimento saudável prejudicado pela obesidade: uma revisão integrativa. *Brazilian Journal of Health Review*, v. 3, n. 2, p. 2309-2316, 2020. DOI: 10.34119/bjhrv3n2-082. RAMOS, L. R. et al. Envelhecimento ativo e políticas públicas. *Revista Paulista de Geriatria e Gerontologia*, v. 24, n. 1, p. 35-42, 2021. RODRIGUES, A. P. et al. Aspectos biopsicossociais do envelhecimento. *Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano*, v. 21, n. 3, p. 187-195, 2024. STEFANACCI, R. G. Considerações gerais sobre o envelhecimento. *MSD Manual - Saúde para a Família*, 2022. Disponível em: <https://www.msdmanuals.com/pt-br/casa/questões-sobre-a-saúde-de-pessoas-idosas/o-envelhecimento-corporal/considerações-gerais-sobre-o-envelhecimento>. TRINTINAGLIA, V.; BONAMIGO, A. W.; AZAMBUJA, M. S. Políticas públicas de saúde para o envelhecimento

saudável na América Latina: uma revisão integrativa. Revista Brasileira em Promoção da Saúde, v. 35, p. 15, 2022. DOI: 10.5020/18061230.2022.11762.

Impacto da estética integrativa no bem-estar, saúde emocional e qualidade de vida de mulheres

Kaylane moreno Bicalho¹, Samili Angelica¹, Jaqueline Rodrigues Lopes¹

¹Centro Universitário de Adamantina

e-mail: kaylanebicalho61@outlook.com

Na atualidade, observa-se uma crescente valorização de padrões corporais considerados ideais, associados ao desejo de alcançar bem-estar e realização pessoal. Dentro desse cenário, a área da estética assume relevância ao proporcionar intervenções que contribuem para o aumento da satisfação com a própria imagem (Sherman AM, 2024;Anchieta NM et al, 2021).

Os cuidados estéticos voltados ao público feminino exercem influência notável sobre diferentes aspectos da vida cotidiana, promovendo benefícios que se refletem na autoestima, na saúde emocional e na qualidade das relações sociais (Soares MD et al,2020), . Esses tratamentos podem favorecer o fortalecimento da autoconfiança e da percepção positiva de si. Frequentemente, as pessoas recorrem a essas práticas na tentativa de se alinhar aos modelos de beleza amplamente divulgados, os quais estão em constante transformação (Machado MSM et al, 2021).Ainda assim, torna-se essencial considerar a realização de uma análise criteriosa antes de iniciar qualquer intervenção estética, seja voltada ao rosto ou ao corpo. A escolha de um profissional qualificado e a construção de uma relação de confiança são fatores indispensáveis para garantir segurança e resultados satisfatórios (Teixeira SL, Ribas JLC, 2021).

O Brasil está entre os países que mais realizam procedimentos cirúrgicos com finalidade estética em todo o mundo. Considerando sua grande extensão territorial e uma população de mais de 200 milhões de habitantes, apenas no ano de 2017, foram contabilizadas mais de 2,5 milhões de cirurgias estéticas no país (International Society of Aesthetic Plastic Surgery (ISAPS), 2019).Complementando esses cuidados, as Práticas Integrativas e Complementares (PICs) têm se consolidado como estratégias terapêuticas que consideram o ser humano de forma integral. Utilizando métodos naturais, essas práticas visam equilibrar corpo, mente e espírito, proporcionando benefícios como a diminuição da dependência de medicamentos (Brasil. Ministério da Saúde,2018)

Este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa de natureza bibliográfica, com abordagem qualitativa e de caráter descritivo, tendo como objetivo examinar os efeitos da estética integrativa no bem-estar, na saúde emocional e na qualidade de vida.

A pesquisa qualitativa envolve uma abordagem interpretativa dos fenômenos a partir dos significados que as pessoas a eles atribuem, valorizando não apenas os discursos dos sujeitos, mas também os contextos e narrativas que os moldam (Denzin N, Lincoln Y, 2006) .

A escolha pela pesquisa bibliográfica se justifica pela possibilidade de coleta, sistematização e análise de dados já existentes na literatura científica. O levantamento foi realizado por meio de consultas a bases de dados como SciELO, Google Acadêmico, Biblioteca Virtual em Saúde, além de obras e manuais disponíveis em acervos físicos e digitais.

Foram utilizados descritores como: “Autoestima”, “Qualidade de Vida” e “Práticas Integrativas e Complementares”, “Satisfação Pessoal”, “Integridade Psicológica”, entre outros termos relacionados ao tema. Os critérios de inclusão consideraram publicações em português e inglês, com preferência para os últimos dez anos, que apresentassem pertinência direta ao objeto de estudo. Os critérios de exclusão foram: estudos publicados fora do período dos últimos dez anos e que não abordassem diretamente a temática ligada aos objetivos desta pesquisa.

Durante o levantamento nas bases de dados, foram inicialmente encontrados 84 estudos relacionados aos descritores definidos. Após a leitura dos títulos e resumos, 43 estudos foram excluídos por não apresentarem vínculo direto com o objeto de estudo. Na sequência, 41 textos foram analisados na íntegra, resultando na exclusão de 30 deles por não atenderem aos critérios de inclusão, como ano de publicação fora do recorte temporal, abordagem teórica inadequada ou foco distante da estética integrativa e seus efeitos no bem-estar e

Este trabalho, de caráter descritivo e natureza qualitativa, teve como objetivo compreender os impactos da estética integrativa sobre o bem-estar, a saúde emocional e a qualidade de vida, por meio da análise de produções científicas que abordam tais relações. A seguir, os principais achados da revisão são apresentados e discutidos nos seguintes eixos temáticos:

As PICs vêm se consolidando em diferentes setores da saúde, incluindo o campo da estética, em resposta ao aumento da procura por terapias que priorizem métodos naturais, acolhedores e que considerem o indivíduo de forma global. Tais abordagens valorizam um cuidado contínuo, centrado na totalidade do ser humano. No Brasil, essas práticas foram oficialmente reconhecidas e incorporadas às políticas públicas de saúde por meio do Sistema Único de Saúde (SUS) a partir de 2006 (Vieira ABD et al, 2018; Habimorad PHL et al, 2020)

A estética atual passa por uma importante transformação com a incorporação das práticas integrativas, que são valorizadas não apenas pelos benefícios físicos, mas também pelos efeitos positivos no bem-estar emocional. Essas abordagens atendem à crescente procura por tratamentos que sejam menos agressivos ao corpo e que sigam princípios mais naturais e holísticos (Francisco I, 2022; Villela MS et al, 2020). Buscando equilibrar inovação e

cuidado responsável, a estética integrativa que se diferencia da estética tradicional, que costuma focar apenas no tratamento dos sintomas das alterações estéticas, sem investigar suas causas. Em contrapartida, a estética integrativa adota uma abordagem holística, considerando a interconexão entre mente, corpo e espírito, com o objetivo de promover um bem-estar global e resultados mais duradouros.

Desde as formas divinas das deusas até a perfeição das princesas e o charme sensual dos modelos, a representação do corpo feminino tem sido historicamente vinculada a padrões de beleza estabelecidos e reforçados pela sociedade (Sherman AM et al, 2024). A mídia estabelece um modelo de beleza que leva as pessoas a uma busca constante pela perfeição do corpo, incentivando práticas como dietas rigorosas, atividades físicas, uso de medicamentos, cirurgias e diversos procedimentos estéticos (Francisco BS, Scheidt G, 2021). O ideal de beleza muitas vezes inalcançável, amplamente veiculado pela televisão, revistas, cinema, desfiles e comerciais, tem penetrado no inconsciente coletivo, influenciando negativamente a forma como as pessoas enxergam a si mesmas. Essa valorização excessiva do corpo perfeito causa danos à autoestima e gera um sentimento persistente de insatisfação diante do próprio reflexo (Francisco BS, Scheidt G, 2021).

Este estudo teve como objetivo geral analisar os impactos da estética integrativa na promoção do bem-estar, da saúde emocional e da qualidade de vida. Verificou-se também que os padrões de beleza impostos pela mídia podem gerar insatisfação corporal e sofrimento psíquico, ressaltando a importância de uma atuação profissional ética, humanizada e centrada no indivíduo. Assim, conclui-se que a estética integrativa representa uma abordagem importante na construção de práticas de cuidado que consideram o ser humano em sua totalidade, promovendo transformações subjetivas e qualidade de vida.

Habimorad PHL, Catarucci FM, Bruno VHT, Silva IBD, Fernandes VC, Demarzo MMP, et al. Potencialidades e fragilidades de implantação da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares. *Cien Saude Colet*. 2020; 25; 2; 395-405., Anchietta NM, Mafra AL, Hokama RT, Varella MAC, Melo JDÁ, Silva LO, et al. Makeup and its application simulation affect women's self-perceptions. *Arch Sex Behav*. 2021; 50; 8; 3777-84., Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva; Secretaria de Atenção à Saúde. Glossário temático: práticas integrativas e complementares em saúde [Internet]. Brasília: Ministério da Saúde; 2018 [acesso em 2025 jun 5]. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/glossario_tematico_praticas_integrativas_complementares.pdf, Denzin N, Lincoln Y. A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: Denzin N, Lincoln Y, organizadores. *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. 2ª ed. Porto Alegre: ArtMed; 2006. p.15-41., Fardouly J, Diedrichs PC, Vartanian LR, Halliwell E. Social comparisons on social media: The impact of Facebook on young women's body image concerns and mood. *Body Image* 2015; 13; 38-45., Francisco BS, Scheidt G. A influência da estética na autoestima e qualidade de vida [monografia na Internet]. Palhoça: Universidade do Sul de Santa Catarina; 2021 [citado 2025 jul 5]. 43 p. Disponível em:

<https://repositorio-api.animaeducacao.com.br/server/api/core/bitstreams/cf320849-d2ce-4639-b18e-db010289d6d8/content>, Francisco I. Práticas integrativas e complementares na saúde/estética/SUS. *Rev Estét Mov.* 2022; 1; 3; 126-149., International Society of Aesthetic Plastic Surgery (ISAPS). Perfil da cirurgia de aumento de mama no Brasil. *Rev Bras Cir Plást.* 2019; 34; 2., Machado MSM, Linhares IC, Brum LSA, Almeida MS, Werneck MB. O impacto emocional imposto pela ditadura da beleza: uma revisão narrativa. *Rev Eletr Acervo Científ.* 2021;34; 1-12, Novaes JV, Vilhena J. De cinderela a moura torta: sobre a relação mulher, beleza e feiúra. *Interações.* 2003; 8; 15; 9-36., Sherman AM, Tran S, Sy J. Objectification and body esteem: age group patterns in women's psychological functioning. *Aging Ment Health* 2024; 28; 706-716.,] Soares MD, Barbosa JF. O corpo ideal: representação de corpo na subjetividade e contemporaneidade. *DOXA: Revista Brasileira de Psicologia e Educação* 2020; 22; 238-254., Soares MD, Barbosa JF. O corpo ideal: representação de corpo na subjetividade e contemporaneidade. *DOXA: Revista Brasileira de Psicologia e Educação* 2020; 22; 238-254., Teixeira SL, Ribas JLC. A importância dos exames laboratoriais no auxílio do tratamento de distúrbios estéticos. *Saúde Desenv.* 2021; 10; 18;38-51., Vieira ABD, Rezende ASV, Marques PFP, Vargas V, Oliveira L, Nascimento BG, et al. As práticas integrativas e complementares em saúde como um caminho para a sensibilização e formação de acadêmicos da saúde: relato de experiência. *Vitalle Rev Cienc Saúde.* 2018; 30; 1; 137-43., Villela MS, Ely VHMB. Stimuli towards well-being in an environment with Complementary and Integrative Practices (CIPs). *Ambiente Constr.* 2020; 20; 2; 441-56.

Impacto da Mídia na Saúde Coletiva: O Ciclo Complexo entre Exposição a Telas, Saúde Mental e Obesidade em Jovens

Daniele Cristina Ribeiro dos Santos¹, Marcia Pessoa de Sousa Noronha¹, Guilherme Correa Barbosa²

¹Universidade Estadual Paulista, ²Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"

e-mail: cristinaribeiro@fai.com.br

O avanço das tecnologias digitais e a intensificação da exposição a telas (celulares, televisores e computadores) configuram um determinante social de saúde de impacto crescente entre adolescentes. Evidências apontam associação entre tempo de tela, alterações psicossociais e obesidade juvenil (Hoare et al., 2016). A mídia não apenas estimula o sedentarismo, mas também favorece condutas de risco, ao promover o consumo de alimentos ultraprocessados (Oliveira-Costa, 2023; Amorim; Souza; Cardoso, 2025) e reforçar padrões estéticos inatingíveis (Bittar; Soares, 2020; Marques; Sanches; Ferreira, 2021). Esse cenário instaura um ciclo de vulnerabilidade que compromete tanto a saúde física quanto mental (Nascimento et al., 2025). Este estudo objetiva discutir a influência bidirecional da mídia sobre a obesidade e os transtornos de saúde mental em jovens.

Examinar o impacto da exposição midiática, com ênfase no tempo de tela e na publicidade de alimentos, sobre os padrões alimentares e a imagem corporal de adolescentes, bem como sua associação com o desenvolvimento da obesidade e desfechos de saúde mental, e transtornos alimentares.

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura. A busca sistemática de artigos, com recorte temporal de: 2016 a 2025, foi conduzida nas bases de dados PubMed, Scopus, Web of Science, Scielo e LILACS. A estratégia de busca utilizou combinações dos descritores mídia, redes sociais, obesidade, IMC, saúde mental, crianças, adolescentes. A seleção seguiu critérios de elegibilidade predefinidos, incluindo estudos sobre a relação entre mídia, obesidade e saúde mental na população infantojuvenil. Foram excluídos estudos com foco exclusivo em adultos, publicações que não fossem artigos de pesquisa (como editoriais) e trabalhos que não correlacionassem o uso de mídia a desfechos de saúde. Após a triagem, 07 publicações compuseram a amostra final, cujos dados foram submetidos à análise de conteúdo e sistematizados em quatro eixos temáticos: (1) tempo de tela, sedentarismo e IMC; (2) impacto da publicidade de alimentos; (3) padrões estéticos e insatisfação corporal; e (4) a relação entre redes sociais, ansiedade e obesidade.

Os achados demonstram que a mídia atua como vetor multifatorial da obesidade juvenil, exercendo influência tanto nos hábitos de vida quanto nos aspectos psicossociais (Rodrigues et al., 2024). Em relação à dimensão física, estudos apontam associação entre o tempo

excessivo de exposição às telas e o comportamento sedentário, condição que contribui para o aumento do IMC (Hoare et al., 2016). Simultaneamente, a publicidade de alimentos ultraprocessados e bebidas açucaradas direcionada ao público infantojuvenil, estimula escolhas alimentares inadequadas e amplia o consumo energético (Oliveira-Costa, 2023; Amorim; Souza; Cardoso, 2025).

No campo psicossocial, observa-se que a mídia, sobretudo as redes sociais, reforça padrões estéticos inatingíveis, resultando em insatisfação corporal, baixa autoestima e maior prevalência de ansiedade, depressão e transtornos alimentares (Bittar; Soares, 2020; Marques; Sanches; Ferreira, 2021). Observa-se uma dinâmica bidirecional: jovens com ansiedade tendem a intensificar o uso das redes sociais, ao passo que essa exposição agrava os sintomas (Hoare et al., 2016; Nascimento et al., 2025). O estigma da obesidade, amplificado pela mídia, acentua o sofrimento psicológico e favorece o bullying e o isolamento (Rodrigues et al., 2024).

Outro ponto emergente é o “sedentarismo intelectual”, caracterizado pelo consumo passivo de conteúdos digitais, que limita a cognição crítica e favorece a busca por gratificação imediata, em paralelo ao padrão alimentar desregulado (Amorim; Souza; Cardoso, 2025). Ademais, a pressão midiática por dietas restritivas e a oscilação de peso acarretam efeitos adversos duradouros na saúde física e emocional (Nascimento et al., 2025). Assim, o triângulo mídia saúde mental obesidade configura um ciclo interdependente de vulnerabilidade, sustentado por práticas midiáticas nocivas.

A exposição midiática é um determinante de risco para a saúde de adolescentes, com implicações diretas na prevalência da obesidade e no adoecimento psíquico (Hoare et al., 2016). Mecanismos como tempo de tela excessivo, publicidade de ultraprocessados e pressão estética fomentam um ciclo de sedentarismo e insatisfação corporal, agravado pelo estigma do peso que intensifica o isolamento social (Oliveira-Costa, 2023; Rodrigues et al., 2024). Evidencia-se a urgência de políticas públicas intersetoriais que regulem a publicidade, promovam a alfabetização midiática e articulem a prevenção da obesidade ao cuidado em saúde mental (Marques et al., 2021; Nascimento et al., 2025).

AMORIM, L.; SOUZA, R.; CARDOSO, F. Mídia digital e padrões de consumo alimentar em adolescentes: um estudo integrativo. *Revista Brasileira de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 112-125, 2025. BITTAR, A.; SOARES, M. Imagem corporal e redes sociais: impactos na saúde mental de adolescentes. *Saúde em Debate*, São Paulo, v. 44, n. 126, p. 509-522, 2020. HOARE, E. et al. Associations between sedentary behaviour and mental health in adolescents: a systematic review. *Journal of Adolescent Health*, New York, v. 59, n. 4, p. 382-391, 2016. MARQUES, J.; SANCHES, R.; FERREIRA, L. Redes sociais e saúde mental: vulnerabilidades na adolescência. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 9, p. 3781-3792, 2021. NASCIMENTO, P. et al. Ansiedade, obesidade e redes sociais: evidências de um ciclo bidirecional. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 59, p. 88, 2025. OLIVEIRA-COSTA, T. Publicidade de alimentos ultraprocessados e infância: uma análise crítica. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 39, n. 5, p. e00123423, 2023. RODRIGUES, F. et al. Exposição midiática, estigma e obesidade juvenil: desafios para a saúde coletiva. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, Botucatu, v. 28, p. e230112, 2024. AMORIM, L.; SOUZA, R.; CARDOSO, F. Mídia digital e padrões de consumo alimentar em adolescentes: um estudo integrativo. *Revista Brasileira de Saúde Coletiva*, Rio de

Janeiro, v. 30, n. 2, p. 112-125, 2025.,BITTAR, A.; SOARES, M. Imagem corporal e redes sociais: impactos na saúde mental de adolescentes. *Saúde em Debate*, São Paulo, v. 44, n. 126, p. 509-522, 2020.,HOARE, E. et al. Associations between sedentary behaviour and mental health in adolescents: a systematic review. *Journal of Adolescent Health*, New York, v. 59, n. 4, p. 382-391, 2016.,MARQUES, J.; SANCHES, R.; FERREIRA, L. Redes sociais e saúde mental: vulnerabilidades na adolescência. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 9, p. 3781-3792, 2021.,NASCIMENTO, P. et al. Ansiedade, obesidade e redes sociais: evidências de um ciclo bidirecional. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 59, p. 88, 2025.,OLIVEIRA-COSTA, T. Publicidade de alimentos ultraprocessados e infância: uma análise crítica. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 39, n. 5, p. e00123423, 2023.,RODRIGUES, F. et al. Exposição midiática, estigma e obesidade juvenil: desafios para a saúde coletiva. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, Botucatu, v. 28, p. e230112, 2024.

INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA DE DEPENDENTES QUÍMICOS: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.

Ivonete Fernandes Francisco¹, Giovana Brito Bertolini Firmino², Zilda Lopes Mio³, Marisa Aparecida Brigo Ortiz²

¹Centro Tecnológico Paula Souza, ²Prof.^a Carmelina Barbosa, ³AMIM JUNDI

e-mail: ivonete.francisco@etec.sp.gov.br

A dependência química é classificada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como doença crônica e recorrente, caracterizada pela perda do controle do uso de substâncias psicoativas, mesmo diante de consequências negativas. No Brasil, o uso abusivo de drogas constitui um grave problema de saúde pública, afetando não apenas a esfera individual, mas também dimensões sociais, políticas e econômicas.

A complexidade do tema se reflete no campo ético, especialmente diante da prática da internação compulsória, definida como aquela determinada por ordem judicial sem o consentimento do paciente. Essa medida, regulamentada por legislações como a Lei nº 10.216/2001 e a Lei nº 13.840/2019, tem como objetivo proteger indivíduos em estado de vulnerabilidade e risco, mas levanta questionamentos sobre autonomia, dignidade e eficácia terapêutica.

Nesse sentido, o debate em torno da internação compulsória articula-se com a Reforma Psiquiátrica e o Movimento Antimanicomial, que propõem a superação do modelo asilar e a adoção de práticas humanizadas, centradas na reintegração social. Assim, compreender as implicações éticas da internação compulsória de dependentes químicos exige analisar os princípios da bioética, os direitos humanos e a visão dos profissionais da saúde, além de discutir alternativas terapêuticas que priorizem o cuidado integral e respeitoso.

Este estudo tem como objetivo analisar, em formato de revisão bibliográfica, as questões éticas que envolvem a internação compulsória de dependentes químicos no Brasil, considerando sua relação com os direitos humanos, os princípios da bioética e as políticas públicas de saúde mental.

Este estudo caracteriza-se como uma revisão bibliográfica exploratória, fundamentada em artigos científicos, legislações nacionais e documentos oficiais que discutem a saúde mental, a dependência química e as implicações da internação compulsória no Brasil. O levantamento bibliográfico contemplou o período de 2001 a 2025, abrangendo desde a promulgação da Lei nº 10.216/2001, marco da Reforma Psiquiátrica brasileira, até produções recentes que analisam os impactos da Lei nº 13.840/2019 e das políticas públicas vigentes.

Foram utilizadas bases de dados eletrônicas, repositórios acadêmicos e documentos governamentais, com ênfase em publicações indexadas em periódicos nacionais. O corpus incluiu artigos científicos, dissertações, teses, legislações e relatórios técnicos, além de obras de referência que discutem os princípios da bioética e os direitos humanos aplicados à saúde mental.

A análise foi organizada em eixos temáticos:

1. Histórico da Reforma Psiquiátrica no Brasil e influências internacionais;
2. Definição de dependência química e fatores biopsicossociais;
3. Aspectos legais e constitucionais da internação compulsória;
4. Princípios da bioética e implicações éticas da prática;
5. Visão de profissionais de saúde e experiências clínicas;
6. Modelos de tratamento e políticas públicas recentes.

Esse recorte temporal permitiu identificar a evolução do debate sobre a internação compulsória ao longo das últimas duas décadas, destacando avanços e contradições nas práticas de saúde mental e nas políticas sobre drogas no Brasil.

Reforma Psiquiátrica e Dependência Química

A Reforma Psiquiátrica brasileira, inspirada pelo movimento da desinstitucionalização na Europa e pelas ideias de Basaglia, consolidou-se com a Lei nº 10.216/2001, que estabelece a prioridade de tratamentos comunitários em detrimento das internações prolongadas. Nesse contexto, a dependência química passou a ser reconhecida não apenas como problema individual, mas como questão social, exigindo políticas públicas de prevenção e reinserção. Autores como Amarante (1995) e Venâncio (2014) destacam a importância de práticas terapêuticas humanizadas. Assim, a internação compulsória, embora prevista em lei, deve ser interpretada como medida extrema, aplicável somente quando alternativas extra-hospitalares se mostrarem insuficientes.

Questões Éticas e Direitos Humanos

A Constituição Federal de 1988 garante o direito à liberdade e à dignidade da pessoa humana, princípios que entram em conflito com a prática da internação compulsória. De acordo com Sarlet (2010), direitos fundamentais podem colidir, exigindo uma análise de proporcionalidade: a liberdade individual pode ser limitada em prol da preservação da vida e da integridade. Nesse cenário, os princípios da bioética orientam a atuação profissional. Enquanto a autonomia defende o direito do indivíduo decidir sobre seu tratamento, a beneficência e a não maleficência justificam intervenções que busquem proteger pacientes em estado de vulnerabilidade. Essa tensão ética reforça a necessidade de decisões pautadas em critérios claros e transparentes.

A Perspectiva dos Profissionais de Saúde

Estudos revelam divergências entre profissionais de saúde. Para alguns, a internação compulsória protege tanto o paciente quanto a sociedade, prevenindo riscos de violência e agravamento clínico. Para outros, representa um processo violento, que pode gerar

ressentimento e dificultar a adesão ao tratamento. Profissionais da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) ressaltam que a judicialização excessiva compromete o vínculo terapêutico e pode transformar a internação em medida punitiva. A literatura também aponta que tratamentos voluntários apresentam melhores resultados a longo prazo, reforçando a importância de abordagens centradas no paciente.

Modelos de Tratamento e Alternativas

Entre os modelos terapêuticos, destacam-se: Abstinência total, com foco na interrupção completa do uso de drogas, adotada por programas como Alcoólicos Anônimos; Redução de danos, que busca minimizar riscos associados ao consumo, como infecções e overdoses, sem exigir a abstinência imediata; Comunidades terapêuticas e CAPS-AD, que oferecem acolhimento psicossocial, terapias individuais e coletivas, e apoio à reinserção social. A literatura indica que estratégias, quando articuladas a políticas públicas, contribuem para diminuir estigmas e fortalecer vínculos, ao passo que internações compulsórias isoladas tendem a produzir efeitos temporários e recaídas frequentes.

Estigma Social e Criminalidade

O estigma social em torno do dependente químico reforça práticas de exclusão e marginalização. De acordo com Nunes et al. (2010), usuários de drogas são frequentemente vistos como delinquentes, o que dificulta sua reintegração. Além disso, a criminalização do consumo contribui para o encarceramento em massa e para a associação entre dependência química e violência.

A revisão evidencia que a internação compulsória de dependentes químicos é um tema complexo, marcado por tensões entre direitos fundamentais e necessidades de proteção à vida. Embora possa ser necessária em casos específicos e seu uso indiscriminado ameaça a autonomia e a dignidade dos pacientes. Alternativas como a redução de danos, o fortalecimento da RAPS e a reintegração social mostram-se mais eficazes a longo prazo. Assim, a prática deve ser compreendida como medida excepcional, pautada em critérios éticos e legais, com ênfase em abordagens humanizadas. O desafio consiste em equilibrar proteção e liberdade, assim, garantindo o bem-estar individual e coletivo.

AMARANTE, Paulo. Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1995. ANDRADE, Tarcísio M. Redução de danos: um novo paradigma? In: _____. Drogas: tempos, lugares e olhares sobre seu consumo. Salvador: EDUFBA, 2004. ANDREETI, Tainara Oliveira et al. Internação compulsória e consumo de crack: uma reflexão a partir do olhar dos profissionais de saúde mental. *Psico*, Porto Alegre, v. 52, n. 1, p. e35772, 2021. DOI: 10.15448/1980-8623.2021.1.35772. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/revistapsico/article/view/35772>. Acesso em: 10 set. 2025. BRASIL. Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 9 abr. 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm. Acesso em: 10 set. 2025. BRASIL. Lei nº 13.840, de 5 de junho de 2019. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Políticas

Públicas sobre Drogas. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 6 jun. 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13840.htm. Acesso em: 10 set. 2025. NUNES, M.; SANTOS, J.; FISCHER, B.; GÜNTZEL, P. Estigmas e dependência química: reflexões sobre políticas públicas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 25, n. 74, p. 49-65, 2010. DOI: 10.1590/S0102-69092010000100005. RUIZ, Vanessa Regina Reguera; MARQUES, Henrique Rodrigues. A internação compulsória e suas variáveis: reflexões éticas e socioculturais. *Psicologia e Saúde*, Campo Grande, v. 7, n. 2, p. 1-15, 2015. DOI: 10.20435/pssa.v7i2.346. SARLET, Ingo Wolfgang. *A eficácia dos direitos fundamentais*. 10. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010. VENÂNCIO, Ana Teresa. Juliano Moreira e Nise da Silveira: pioneiros da psiquiatria humanizada no Brasil. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 123-139, 2014. DOI: 10.1590/S0104-59702014000100007.

O conceito de inibição na psicanálise freudiana e pós-freudiana

Eduardo Antoniassi Oliveira¹, Amanda Lays Monteiro Inácio¹

¹Universidade Estadual Paulista

e-mail: ea.oliveira@unesp.br

Como a psicanálise freudiana e pós freudiana compreendem a inibição? A partir desta pergunta norteadora buscou-se compreender e investigar o conceito. Justifica-se tal proposta pela necessidade de obtenção de dados sobre o conceito de inibição em diferentes concepções teóricas, tendo como finalidade subsidiar uma posterior pesquisa, em planejamento, sobre jovens adultos tímidos com traços de inibição verbal, no contexto do ensino superior.

Um estudo na área da fonoaudiologia, publicado por Marinho e colaboradores (2020) investigou a prevalência de timidez em um estudo transversal com 1124 jovens universitários, com idade entre 17 e 63 anos, sem envolver a investigação da causalidade do fenômeno. Em autoavaliação, 791 (70,3%) estudantes se declararam tímidos, 794 (70,6 %) afirmaram o temor de falar em público. A amostra foi composta, em sua maioria, por mulheres com idades entre 17 e 25 anos matriculadas em cursos de graduação na área de humanas.

Dada esta complexidade que implica não só em termos de clínica psicanalítica, mas também nas estruturação de formas subjetivas de lidar com o mundo, faz-se necessário uma pesquisa teórica para que se compreenda os impasses que o sujeito tímido enfrenta em seu cotidiano, partindo primeiramente do conceito de inibição.

Objetivo geral: compreender o conceito de inibição dentro do viés psicanalítico.

Objetivo específico: investigar o conceito de inibição em Freud, Melanie Klein, Anna Freud e Winnicott; verificar se há possibilidade de associação entre timidez e inibição.

O presente estudo configura-se como uma revisão de literatura teórico-conceitual, de caráter qualitativo, especificamente mediante leitura crítica, orientada por protocolo de sistematização voltado à análise de textos clássicos da psicanálise. A busca inicial concentrou-se no acervo físico particular do pesquisador e na biblioteca de acervo físico da Unifadra (Dracena/SP), buscando e utilizando livros em tradução oficial para o português. Para a pesquisa de livros, também foi utilizado o acervo de livros digitais da FCL/Unesp - Assis, "Tocalivros". Essas obras constituíram a base primária da revisão, permitindo contato direto com os escritos originais de Freud, Anna Freud, Melanie Klein e Winnicott. Como complemento, foram consultadas as bases digitais PePSIC, SciELO e BVS-Psi para localizar estudos que pudessem colaborar com o objetivo da pesquisa, sendo tal busca não

cronológica para o campo de discussão e cronológica (últimos cinco anos) no campo introdutório, usando os descritores: timidez, inibição; psicanálise; Winnicott; Freud; Anna Freud; Klein. O critério de inclusão foi definido por aqueles estudos que objetivam a análise do conceito inibição ou de temática sobre a timidez, e o de exclusão, por aqueles que não objetivam a análise do conceito de inibição e a temática da timidez.

Freud diferenciou inibição de sintoma, definindo a primeira como uma restrição funcional do ego e o segundo como formação psicopatológica ligada à repressão. Para ele, as inibições relacionam-se a funções do ego, sendo elas na ordem sexual, alimentar, motora e laboral, podendo estar articuladas à ansiedade, estando a serviço da autopreservação. Em Freud surgem casos clínicos, como por exemplo, o de Pequeno Hans, ilustrando como a inibição funciona como defesa frente à ansiedade de castração. Freud também relacionou inibição ao luto, à melancolia e ao papel social das pulsões inibidas em sua meta, revelando a amplitude conceitual do termo em sua obra (Freud, [1926]1996; Breuer; Freud, [1895] 1996; Freud [1921] 1996; Freud, [1917] 1996).

Anna Freud, em *O Ego e os Mecanismos de Defesa* ([1936] 2006), vinculou a inibição às defesas do ego, especialmente ao recalque. Em suas análises clínicas e observações no contexto educacional, destacou como a energia psíquica empregada na defesa reduz a disponibilidade do ego, resultando em inibições que podem afetar a aprendizagem ou manifestações criativas. Ressaltou ainda a importância do suporte pedagógico para evitar o empobrecimento egóico.

Melanie Klein, por sua vez, enfatizou o papel das inibições no desenvolvimento libidinal, relacionando-as ao complexo de castração e às dificuldades na puberdade. A autora analisou como experiências escolares e educacionais podem influenciar tais manifestações, destacando que um manejo acolhedor por parte dos professores pode reduzir sentimentos de culpa e hostilidade, favorecendo a autoestima. Sua contribuição estendeu-se também à compreensão da inibição intelectual e da importância do brincar no processo analítico (Klein, [1921] 1996; Klein, [1922]1996; Klein, [1923] 1996; Klein, [1932] 1981).

Yamamoto (2013) identifica em seu estudo que Winnicott, diferentemente dos anteriores, não propôs uma teoria genética do conceito. A pesquisadora identifica nos escritos do autor, algumas configurações específicas do conceito de inibição sendo: inibição da instintualidade; inibição da agressividade; inibição do brincar; inibição da alimentação; inibição do amor; inibição da voracidade; inibição da sexualidade; inibição do impulso; inibição intelectual.

Ao visitar a literatura de Winnicott, o autor enfatiza a importância do ambiente enquanto local de provisão para a maturação do bebê, e que falhas nesse período acarreta em problemas de integração do self e capacidade de relacionamento com objetos (Winnicott [1963]1983). Por outro lado, a inibição é favorável para a construção de uma sociedade, por exemplo, no que diz respeito às inibições de cunho sexual ([1969] 2021).

Freud distinguiu do sintoma e a vinculou às funções do ego; Anna Freud destacou sua relação com os mecanismos de defesa; Melanie Klein enfatizou o desenvolvimento libidinal e a influência educacional; e Winnicott a situou como resposta defensiva para além do

complexo de Édipo e da castração, mas sim por falhas ambientais. Com enfoques distintos, todos os autores ressaltam que a inibição, longe de ser apenas patológica, constitui elemento essencial do funcionamento psíquico na relação entre sujeito, pulsões e ambiente. Parece possível afirmar indícios de que a timidez tem relação com a inibição, por se relacionar a restrição de função.

BREUER, Joseph; FREUD, Sigmund. Estudos sobre a histeria (1895). in: FREUD, S. Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira. Vol. II. Rio de Janeiro: Imago, 1996. FREUD, Anna. O ego e os mecanismos de defesa (1936). Tradução Francisco Settineri. Porto Alegre: Artmed, 2006. FREUD, Sigmund. Inibições, sintomas e ansiedade (1926). in: FREUD, S. Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira. Vol. XX. Tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996. FREUD, Sigmund. Luto e Melancolia (1917). in: FREUD, Sigmund. Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira. Vol. XIV. Tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996. FREUD, Sigmund. Psicologia de grupo e análise do ego (1921). in: FREUD, S. Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira. Vol. XVIII. Tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996. KLEIN, Melanie. Inibições e dificuldades na puberdade (1922) in: KLEIN, Melanie. Amor, culpa e reparação e outros trabalhos (1921-1945). Obras completas de Melanie Klein, v.1. Tradução André Cardoso. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1996. KLEIN, Melanie. O desenvolvimento de uma criança (1921) in: KLEIN, Melanie. Amor, culpa e reparação e outros trabalhos (1921-1945). Obras completas de Melanie Klein, v.1. Tradução André Cardoso. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1996. KLEIN, Melanie. O papel da escola no desenvolvimento libidinal de uma criança (1923) in: KLEIN, Melanie. Amor, culpa e reparação e outros trabalhos (1921-1945). Obras completas de Melanie Klein, v.1. Tradução André Cardoso. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1996. KLEIN, Melanie. Psicanálise da criança (1932). Tradução Pola Civelli. 3ª ed. São Paulo: Mestre Jou, 1981. MARINHO, A. C. F.; MEDEIROS, A. M.; PANTUZA, J. J.; TEIXEIRA, L. C. Autopercepção de timidez e sua relação com aspectos da fala em público. CoDAS, São Paulo, v. 32, n. 5, p. e20190097, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/codas/a/dJdG9pP3zQ6nCcbhS4pvHmD/>. Acesso em: 14 jul. 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/2317-1782/20202019097>. WINNICOTT, D. W. Dependência no cuidado do lactente, no cuidado da criança e na situação psicanalítica (1963) in O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional (1979). Tradução Irineo Constantino Schuch Ortiz. Porto Alegre: Artmed, 1983. WINNICOTT, D. W. A pílula e a lua (1969) in WINNICOTT, Donald W. Tudo começa em casa. Tradução de Paulo Cesar Sandler. Organização de Clare Winnicott, Ray Shepherd, Madeleine Davis. São Paulo: Ubu Editora, 2021. Disponível em <https://biblitecaunesp.tocalivros.com>. Acesso em 29 de agosto de 2025. YAMAMOTO, Bruna Praxedes. A inibição como defesa: um estudo psicanalítico do ponto de vista da obra de Winnicott. 2013. 71 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia como Profissão e Ciência) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2013. disponível em: <https://repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/handle/123456789/15969>, acesso em: 25 jun de 2025.

O PAPEL DA ENFERMAGEM EM PACIENTES COM DEFICIÊNCIA FÍSICA E COGNITIVA.

zildal Lopes Mio¹, Ivonete Fernandes Francisco^{2,3}, Giovana Brito Bertolini Firmino⁴, Marisa Aparecida Brigo Ortiz⁴

¹Etec Amim Jundi, ²Carlos de Campos, ³Centro Tecnológico Paula Souza, ⁴Prof.^a Carmelina Barbosa

e-mail: zildalopes40@gmail.com

No Brasil, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023), cerca de 18,6 milhões de pessoas apresentam algum tipo de deficiência, o que representa 8,9% da população. Esse dado evidencia a relevância social e sanitária de estudos sobre práticas de cuidado direcionadas a indivíduos com limitações físicas ou cognitivas.

A deficiência física ou cognitiva representa um desafio multifacetado que transcende o campo biológico, impactando a vida social, emocional e econômica dos indivíduos. Pessoas com tais condições frequentemente enfrentam barreiras de acessibilidade, estigmatização e exclusão, necessitando de cuidados que ultrapassem a dimensão clínica. Nesse contexto, a enfermagem tem papel fundamental na promoção da autonomia, na adaptação de ambientes, no acolhimento de familiares e na aplicação de práticas baseadas em evidências, a fim de melhorar a qualidade de vida dos pacientes.

A literatura enfatiza que o cuidado de enfermagem deve ser integral, humanizado e interprofissional. Autores como Calderaro et al. (2021) e Santos (2021) destacam que o enfermeiro é peça-chave na mediação entre pacientes, famílias e demais profissionais de saúde, sendo responsável por promover a comunicação efetiva, a adaptação terapêutica e a continuidade do cuidado.

Diante da crescente demanda por serviços de saúde especializados, torna-se imprescindível compreender o papel da enfermagem no cuidado de pacientes com deficiência, contribuindo para práticas mais eficazes e humanizadas.

O presente estudo tem como objetivo analisar o papel da enfermagem no cuidado a pacientes com deficiência física e cognitiva, por meio de revisão bibliográfica, destacando a importância da atuação humanizada, multidisciplinar e integral na promoção da autonomia e da qualidade de vida.

Trata-se de uma revisão bibliográfica exploratória, realizada a partir de artigos científicos, dissertações, teses, diretrizes institucionais e documentos oficiais publicados entre 2011 e 2025. O recorte temporal buscou contemplar produções que retratam desde os debates iniciais sobre práticas inclusivas em saúde até as publicações mais atuais, permitindo

identificar avanços e desafios na atuação da enfermagem.

As fontes foram coletadas em bases como SciELO, periódicos acadêmicos nacionais, manuais de referência em saúde e documentos institucionais. Os critérios de seleção incluíram: relevância para a temática, atualidade, qualidade metodológica e pertinência para o contexto da enfermagem.

A análise dos dados seguiu abordagem qualitativa, organizada em eixos temáticos:

1. Deficiência física e suas implicações clínicas;
2. Deficiência cognitiva e desafios assistenciais;
3. Cuidado integral em enfermagem;
4. Capacitação profissional e políticas públicas;
5. Humanização e inclusão social.

Esse método possibilitou identificar convergências, divergências e lacunas na literatura, além de compreender a evolução do debate sobre o papel da enfermagem no cuidado a pessoas com deficiência.

Deficiência Física

A deficiência física envolve comprometimentos no sistema neurológico, muscular ou osteoarticular, que podem resultar em limitações motoras, de fala e de coordenação (ABREU, 2023). As principais causas incluem lesões traumáticas, como acidentes de trânsito e amputações, e doenças degenerativas, como osteoartrite e osteoporose (CORREIA, 2024).

A atuação da enfermagem nesses casos abrange desde cuidados imediatos, como prevenção de úlceras de pressão, manejo da dor e apoio à reabilitação motor, até estratégias de longo prazo, voltadas à adaptação de ambientes e à reinserção social. Andrade (2011) ressalta que a equipe de enfermagem é fundamental na reabilitação, atuando como elo entre pacientes e demais profissionais.

Deficiência Cognitiva

A deficiência cognitiva, que inclui transtornos intelectuais e demências, compromete funções como memória, raciocínio e habilidades adaptativas (BORGES, 2020; HUANG, 2025). O manejo exige conhecimentos sobre comunicação alternativa, estimulação cognitiva e suporte familiar.

De acordo com o TDI (2025), pacientes com transtorno de desenvolvimento intelectual devem receber acompanhamento multiprofissional, envolvendo fonoaudiólogos, psicólogos e terapeutas ocupacionais. Nessa perspectiva, a enfermagem desempenha papel central na coordenação do cuidado, garantindo que as necessidades do paciente sejam compreendidas e atendidas.

Cuidado Integral e Humanização

O cuidado integral em enfermagem busca abarcar dimensões físicas, psicológicas e sociais,

com enfoque na promoção da autonomia e da dignidade do paciente. Estudos recentes (UNIVERSITAS, 2022; CALDERARO et al., 2021) reforçam que a abordagem holística e centrada no paciente melhora a adesão ao tratamento e contribui para a prevenção de complicações.

A humanização é apontada como elemento-chave, visto que práticas despersonalizadas tendem a comprometer o vínculo terapêutico. Santos (2021) e Silva (2023) destacam que a escuta ativa, o acolhimento e a comunicação efetiva são ferramentas indispensáveis para fortalecer a relação enfermeiro-paciente.

Formação Profissional e Políticas Públicas

Um desafio recorrente identificado na literatura refere-se à ausência de capacitação específica na formação acadêmica. Muitos profissionais relatam aprender “na prática” estratégias para lidar com a complexidade dos casos (MATTIAI, 2017).

Além disso, estudos como o de Rankings (2011) evidenciam barreiras de acessibilidade aos serviços de saúde, ressaltando a necessidade de políticas públicas que assegurem equidade no atendimento a pessoas com deficiência. O papel da enfermagem, nesse contexto, vai além do cuidado clínico, englobando também *advocacy* em prol de direitos sociais e inclusão.

O Papel Central da Enfermagem

A revisão indica que a enfermagem atua como mediadora entre paciente, família e equipe multiprofissional. Sua função ultrapassa a execução de procedimentos técnicos, sendo fundamental para promover educação em saúde, prevenir complicações e favorecer a autonomia.

Essa atuação reforça a ideia de que o enfermeiro é peça-chave na promoção da inclusão social e na construção de uma assistência humanizada, ética e integral, capaz de contribuir significativamente para a qualidade de vida de pessoas com deficiência.

A revisão bibliográfica realizada entre 2011 e 2025 evidencia que a enfermagem desempenha papel essencial no cuidado a pacientes com deficiência física e cognitiva, atuando de forma integral, humanizada e multiprofissional. O enfermeiro se mostra fundamental na promoção da autonomia, no suporte familiar e na construção de práticas inclusivas em saúde. Apesar dos avanços, persistem desafios relacionados à capacitação profissional, à falta de recursos e às barreiras de acessibilidade. Portanto, é urgente investir em políticas públicas, educação continuada e abordagens inovadoras que consolidem a enfermagem como protagonista no cuidado a essa população.

ABREU, P. Entendendo a deficiência física. JusBrasil, 26 maio 2023. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/entendendo-a-deficiencia-fisica/1847085856>. Acesso em: 11 set. 2025. ANDRADE, L. T. Papel da enfermagem na reabilitação física. Revista

Brasileira de Enfermagem, Brasília, v. 64, n. 1, p. 153-160, jan. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/KkppVqtR5MKfCkspNSXSYJt/>. Acesso em: 12 set. 2025.

BIONICENTER. Tipos de amputações: causas e níveis de amputação. 9 out. 2020. Disponível em: <https://bionicenter.com.br/2020/10/09/tipos-de-amputacoes-causas-e-niveis-de-amputaca>. Acesso em: 23 ago. 2025.

BORGES, B. O que é deficiência intelectual? Evoluir Desenvolvimento Humano, 30 out. 2020. Disponível em: <https://evoluidesenvolvimento.com.br/o-que-e-deficiencia-intelectual-entenda-as-4-causas-mais-comuns-do-transtorno/>. Acesso em: 19 ago. 2025.

CALDERARO, A. et al. Assistência de enfermagem na esclerose múltipla. Brazilian Journal of Health Review, Curitiba, v. 4, n. 2, p. 7611-7623, 2021. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/31195>. Acesso em: 29 ago. 2025.

CORRÊA, D. M. Doenças crônicas degenerativas: quais as principais e como cuidar. Marcelo Reumatologista, 11 maio 2024. Disponível em: <https://marceloreumatologista.com.br/doencas-cronicas-degenerativas-quais-as-principais-e-como-cuidar/>. Acesso em: 29 ago. 2025.

HUANG, J. Demência. Manual MSD - Versão Saúde para a Família, fev. 2025. Disponível em: <https://www.msdmanuals.com/pt/casa/dist%C3%BArbios-cerebrais-da-medula-espinhal-e-dos-nervos/delirium-e-dem%C3%Aancia/dem%C3%Aancia>. Acesso em: 21 ago. 2025.

PAPEL DA ENFERMAGEM NA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Ivonete Fernandes Francisco¹, Zilda Lopes Mio², Giovana Brito Bertolini Firmino³, Marisa Aparecida Brigo Ortiz³

¹Centro Tecnológico Paula Souza, ²AMIM JUNDI, ³Prof.^a Carmelina Barbosa

e-mail: ivonete.francisco@etec.sp.gov.br

A violência contra a mulher (VCM) constitui um grave problema de saúde pública e uma violação dos direitos humanos que compromete a dignidade, a saúde e a autonomia feminina. Presente em diversas culturas e contextos sociais, essa forma de violência manifesta-se de maneira física, psicológica, sexual, patrimonial e moral, conforme preconiza a Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha. Apesar de avanços legislativos e institucionais, os números continuam alarmantes. Em 2022, cerca de 18,6 milhões de mulheres brasileiras foram vítimas de algum tipo de violência, representando um quadro de vulnerabilidade e risco crescente (BUENO; MARTINS; BRANDÃO et al., 2023).

O contexto da pandemia de COVID-19 agravou essa realidade, intensificando a convivência forçada com agressores e elevando os índices de violência doméstica. Estima-se que, durante o período de isolamento, oito mulheres eram violentadas a cada minuto no Brasil (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2021). Essa conjuntura evidencia a necessidade de políticas públicas articuladas e de práticas assistenciais humanizadas, sobretudo no campo da enfermagem.

O presente estudo, em forma de revisão bibliográfica, busca analisar o papel da enfermagem no enfrentamento da violência contra a mulher, destacando a importância da assistência humanizada, da capacitação profissional e da criação de protocolos específicos para o atendimento.

Discutir, a partir de uma revisão bibliográfica, a relevância da atuação da enfermagem no cuidado às mulheres vítimas de violência, enfatizando a necessidade de assistência humanizada, capacitação profissional e protocolos de atendimento eficazes.

Trata-se de uma revisão bibliográfica descritiva e exploratória, fundamentada em artigos científicos, livros, legislações e documentos institucionais publicados entre 2001 e 2023. Foram utilizadas bases como SciELO, LILACS e BVS, bem como relatórios oficiais de órgãos como Ministério da Saúde, Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Organização Mundial da Saúde (OMS) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

A seleção priorizou estudos relacionados ao papel da enfermagem, à humanização do atendimento e às consequências da violência contra a mulher. Também foram analisadas

diretrizes e políticas públicas voltadas ao enfrentamento do problema, incluindo a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (BRASIL, 2004).

Violência contra a mulher: conceitos e tipos

A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) define cinco formas de violência contra a mulher: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral (TJSE, [s.d.]). A física envolve agressões corporais; a psicológica atinge autoestima e saúde mental; a sexual inclui desde relações forçadas até restrição contraceptiva; a patrimonial refere-se ao controle de bens e recursos; e a moral engloba injúria e difamação. Essas modalidades, muitas vezes interligadas, são sustentadas por estruturas patriarcais que naturalizam a submissão feminina. O medo, a dependência financeira e os estigmas sociais perpetuam o ciclo da violência (LEITE, 2022).

Fatores de vulnerabilidade: Mulheres em situação de rua ou em contextos periféricos são mais expostas à violência. Em 2021, São Paulo registrou mais de 37 mil pessoas em situação de rua, sendo quase 5 mil mulheres sem acesso a redes de apoio (ROSA; BRÊTAS, 2015). Pobreza, baixa escolaridade e dependência emocional intensificam esse cenário (DIAS; PRATES; CREMONSE, 2021). O consumo de álcool e o machismo estrutural também estão entre os principais fatores associados à agressão (SILVA; RIBEIRO, 2020).

Consequências da violência: As consequências da violência são severas, incluindo lesões físicas, depressão, ansiedade, transtornos psicológicos, uso de drogas, risco de gravidez indesejada e doenças sexualmente transmissíveis. Casos mais graves podem culminar em homicídio ou suicídio (NETTO et al., 2014). A OMS reconhece a violência contra a mulher como um desafio global de saúde pública e uma violação direta aos direitos humanos.

Papel da enfermagem no enfrentamento: A enfermagem é central na identificação e acolhimento de vítimas, já que frequentemente é a primeira a receber essas mulheres nos serviços de saúde (LEAL et al., 2011). Escuta ativa, ausência de julgamentos e ambiente de confiança são essenciais. O cuidado deve proteger a integridade física e psicológica, respeitando a autonomia da vítima (SILVA; RIBEIRO, 2020). No entanto, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher ainda carece de protocolos padronizados e de maior capacitação (BRASIL, 2004).

Redes de apoio e acolhimento: O Brasil dispõe de serviços como o 180, Delegacias Especializadas (DEAMs), Casas da Mulher Brasileira e abrigos temporários, que oferecem apoio jurídico, social e psicológico (CNJ, 2018). Contudo, muitos profissionais de enfermagem desconhecem esses recursos, o que limita encaminhamentos eficazes (BONFIM, 2023).

Desafios para a enfermagem: Apesar da consciência sobre a necessidade de humanização, cerca de 52% dos profissionais afirmam não se sentir preparados para lidar com casos de violência (SILVA; RIBEIRO, 2020). Além disso, preconceitos como associar a violência à vestimenta da vítima reforçam estigmas e dificultam avanços. Torna-se essencial ampliar treinamentos, incluir a temática nos currículos de saúde e oferecer suporte emocional aos profissionais, prevenindo sobrecarga psicológica.

A violência contra a mulher permanece como um grave problema de saúde pública, agravado pela pandemia e por desigualdades sociais. A enfermagem ocupa papel central nesse cenário, atuando na identificação, acolhimento e encaminhamento das vítimas, além de promover assistência humanizada e integral. Entretanto, desafios como falta de capacitação, ausência de protocolos padronizados e desconhecimento das redes de apoio ainda limitam a efetividade desse cuidado. Investir em formação contínua, fortalecimento da enfermagem forense e integração entre saúde e justiça é essencial para garantir proteção e dignidade às mulheres vítimas de violência.

AVELINO, Iara. Violência contra a mulher: conheça os tipos e saiba como combatê-la. Disponível em: <https://www.dicasdemulher.com.br/violencia-contr-a-mulher/>. Acesso em: 24 ago. 2023. BONFIM. Casa Abrigo completa dois anos de funcionamento na região de Presidente Prudente e vira modelo de referência no Estado de SP. G1, Presidente Prudente, 05 ago. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/presidente-prudente-regiao/noticia/2023/08/05/casa-abrigo-completa-dois-anos>. Acesso em: 23 nov. 2023. BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: princípios e diretrizes. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2004. BUENO, Samira; MARTINS, Juliana; BRANDÃO, Adriana; et al. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. CNJ (Conselho Nacional de Justiça). O que são e como funcionam as Casas Abrigo. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/cnj-servico-o-que-sao-e-como-funcionam-as-casas-abrigo/>. Acesso em: 23 nov. 2023. COFEN (Conselho Federal de Enfermagem). Resolução nº 556, de 24 de junho de 2017. Dispõe sobre a atuação da enfermagem forense. Diário Oficial da União, Brasília, 24 jun. 2022. DIAS, Letícia Barbosa; PRATES, Lisie Alende; CREMONSE, Luiza. Perfil, fatores de risco e prevalência da violência contra a mulher. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufsm.br/revistasaude>. Acesso em: 6 nov. 2023. LEAL, Maria Cristina; et al. Atenção à saúde de mulheres em situação de violência. Revista de Saúde Pública, São Paulo, v. 45, n. 1, p. 101-106, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-89102011000100012>. LEITE, Gisele. Histórico da violência contra a mulher no Brasil. Jornal Jurid, 2022. Disponível em: <https://www.jornaljurid.com.br/colunas/gisele-leite/historico-da-violencia-contr-a-mulher-no-brasil>. Acesso em: 3 ago. 2023. NETTO, Leônidas de Albuquerque; MOURA, Maria Aparecida Vasconcelos; QUEIROZ, Ana Beatriz Azevedo; TYRRELL, Maria Antonieta Rubio; BRAVO, María del Mar Pastor. Violência contra a mulher e suas consequências. Revista da Escola de Enfermagem Anna Nery, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 153-160, 2014. DOI: <https://doi.org/10.5935/1414-8145.20140022>. ROSA, Anderson da Silva; BRÊTAS, Ana Cristina Passarella. A violência na vida de mulheres em situação de rua na cidade de São Paulo. Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 24, n. 3, p. 802-813, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902015000300013>. SILVA, Viviane Graciane da; RIBEIRO, Patrícia Mônica. Violência contra as mulheres na prática de enfermeiras da atenção primária à saúde. Revista Enfermagem Atual, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 45-53, 2020. DOI: <https://doi.org/10.31011/reaid-2020-v.20-n.2-art.530>. TJSE (Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe). Definição da violência contra a mulher. Aracaju, [s.d.]. Disponível em: <https://www.tjse.jus.br/portaldamulher/definicao-de-violencia-contr-a-mulher>. Acesso em: 3 ago. 2023.

Reparo da barreira cutânea durante o tratamento da acne inflamada: A importância da abordagem assertiva

Allana Rawany Silva dos Santos¹

¹Centro Universitário de Adamantina

e-mail: allanarawany@gmail.com

A acne inflamada é uma condição dermatológica crônica, de origem multifatorial, que afeta principalmente a unidade pilosebácea, gerando impacto estético, psicológico e social. Sua etiologia envolve hiperqueratinização folicular, produção sebácea exacerbada, alterações na microbiota cutânea e resposta inflamatória, fatores potencializados por hábitos de vida, estresse e dieta inadequada.

Tratamentos convencionais, como retinoides, peróxido de benzoíla e antibióticos, apresentam eficácia clínica, mas frequentemente causam efeitos adversos como ressecamento, eritema e descamação, comprometendo a barreira cutânea e dificultando a adesão terapêutica. Essa fragilidade aumenta a perda de água transepidérmica, altera o pH e favorece a disbiose microbiana, perpetuando o ciclo inflamatório.

Nesse cenário, cresce o interesse em estratégias que priorizem a reparação da barreira cutânea como etapa inicial do tratamento da acne. A utilização de dermocosméticos com ativos como ceramidas, niacinamida, aveia coloidal e prebióticos tem se mostrado eficaz para restaurar a homeostase cutânea, reduzir a inflamação e melhorar a tolerância aos tratamentos. Assim, compreender o papel da barreira cutânea e sua recuperação torna-se essencial para protocolos mais seguros, eficazes e individualizados.

Analisar, por meio de revisão narrativa da literatura, a importância da reparação da barreira cutânea no tratamento da acne inflamada, destacando os impactos da disfunção da barreira, os riscos de terapias agressivas e o papel dos dermocosméticos como estratégia integrativa e inicial no manejo da doença.

Este estudo foi desenvolvido como uma pesquisa teórica, de abordagem qualitativa, com natureza exploratória e descritiva. Realizou-se uma revisão narrativa da literatura, buscando compreender a relação entre a integridade da barreira cutânea e o tratamento da acne inflamada, considerando os impactos da escolha de dermocosméticos nesse contexto.

A busca foi conduzida em bases científicas reconhecidas, como PubMed, SpringerLink, Elsevier, Google Scholar, SciELO, ScienceDirect e *Journal of Drugs in Dermatology (JDD)*. Os descritores utilizados, em português e inglês, foram: “barreira cutânea”, “acne inflamada”, “dermocosméticos”, “niacinamida”, “ceramidas”, “cosméticos não agressivos”, “skin barrier”, “inflammatory acne” e “dermocosmetics”.

Foram incluídos artigos publicados entre 2013 e 2024, com acesso ao texto completo, que apresentassem relevância direta para o tema e abordassem a disfunção da barreira cutânea, os tratamentos estéticos e o uso de ativos específicos no cuidado da acne inflamada. Foram excluídas publicações duplicadas, com viés comercial ou com baixa aplicabilidade clínica e estética. Após a seleção, os estudos foram analisados criticamente, priorizando evidências sobre a importância do reparo da barreira cutânea como estratégia inicial e o papel de ativos reparadores como ceramidas, niacinamida e aveia coloidal.

A literatura revisada evidencia que a integridade da barreira cutânea é determinante na acne inflamada. Estudos apontam aumento da perda de água transepidérmica, elevação do pH, alteração da microbiota e redução da diversidade bacteriana em pacientes com acne, fatores diretamente associados à gravidade clínica e ao comprometimento da barreira.

Os medicamentos tópicos convencionais, como retinoides, peróxido de benzoíla e clindamicina, apesar de eficazes, apresentam efeitos adversos como descamação, eritema e ressecamento, que fragilizam ainda mais a pele e comprometem a adesão ao tratamento. Nesse cenário, torna-se essencial associar dermocosméticos reparadores, capazes de restaurar a função barreira e promover maior tolerabilidade.

Hidratantes formulados com lipídios fisiológicos, como ceramidas, colesterol e ácidos graxos, mostraram eficácia na recomposição do estrato córneo e na redução da perda hídrica. A niacinamida se destaca por suas propriedades anti-inflamatórias, antioxidantes e fortalecedoras da barreira, enquanto a aveia coloidal contribui com efeitos calmantes, antioxidantes e moduladores do pH cutâneo. Outros ativos, como prebióticos e probióticos, auxiliam na restauração do equilíbrio do microbioma cutâneo, reduzindo a disbiose associada à acne.

Essas evidências reforçam que o reparo da barreira cutânea deve anteceder ou acompanhar os tratamentos medicamentosos tradicionais, favorecendo maior conforto ao paciente, adesão ao protocolo e melhores resultados clínicos. Assim, a abordagem estética integrativa, baseada no fortalecimento da barreira, representa um avanço significativo no manejo da acne inflamada, promovendo não apenas melhora clínica, mas também benefícios emocionais e sociais.

A disfunção da barreira cutânea é um fator central na acne inflamada, agravando a inflamação e reduzindo a eficácia terapêutica. O reparo da barreira, por meio de dermocosméticos específicos, favorece maior tolerância cutânea, adesão ao tratamento e melhores resultados clínicos. Assim, a restauração da integridade epidérmica deve ser considerada etapa essencial no manejo seguro e eficaz da acne, promovendo benefícios estéticos, funcionais e psicossociais.

RENNÓ, A. C. M.; MARTIGNAGO, C. C. S. Manual prático de cosmetologia e estética: do básico ao avançado [e-book]. Barueri: Manole, 2022. 318 p. ISBN 9786555768268. Disponível em: [acesso em: 28 jul. 2025]. BAKER, P.; HUANG, C.; RAD, R.; MOLL, S. B.;

JULES, E.; ARBISER, J. L. Skin barrier function: the interplay of physical, chemical, and immunologic properties. *Cells*, v. 12, n. 23, p. 2745, 2023. DOI: 10.3390/cells12232745.

NETO, C. F.; CUCÉ, L. C.; REIS, V. M. S. Manual de dermatologia [e-book]. 6. ed. Barueri: Manole, 2024. 126 p. ISBN 9788520458303. Disponível em: [acesso em: 28 jul. 2025].

DENG, Y.; WANG, F.; HE, L. Disfunção da barreira cutânea na acne vulgar: patogênese e abordagens terapêuticas. *Med Sci Monit*, v. 30, p. e945336, 2024. DOI: 10.12659/MSM.945336.

HOFFMAN, L. K.; BHATIA, N.; ZEICHNER, J.; KIRCIK, L. H. Topical vehicle formulations in the treatment of acne. *J Drugs Dermatol*, v. 17, n. 6 Suppl, p. S6-S10, 2018.

KUROKAWA, I.; KOBAYASHI, M.; NOMURA, Y.; ABE, M.; KEROB, D.; DRENO, B. The role and benefits of dermocosmetics in acne management in Japan. *Dermatol Ther (Heidelb)*, v. 13, n. 7, p. 1423-1433, 2023. DOI: 10.1007/s13555-023-00943-x.

CLOYD, J. Managing acne naturally: lifestyle changes and daily routines [Internet]. Rupa Health, 2024. Disponível em: <https://www.rupahealth.com/post/managing-acne-naturally-lifestyle-changes-and-daily-routines>. Acesso em: 5 jul. 2025.

TAN, J. et al. The personalised acne care pathway—recommendations to guide longitudinal management from the Personalising Acne: Consensus of Experts. *JAAD Int*, v. 5, p. 101-111, 2021. DOI: 10.1016/j.jdin.2021.09.006.

DRÉNO, B.; DAGNELIE, M. A.; KHAMMARI, A.; CORVEC, S. The skin microbiome: a new actor in inflammatory acne. *Am J Clin Dermatol*, v. 21, Suppl 1, p. 18-24, 2020. DOI: 10.1007/s40257-020-00531-1.

DRAELOS, Z. D.; BAALBAKI, N.; COLON, G.; DRÉNO, B. Ceramide containing adjunctive skin care for skin barrier restoration during acne vulgaris treatment. *J Drugs Dermatol*, v. 22, n. 6, p. 554-558, 2023.

YOUSEF, H.; ALHAJJ, M.; FAKOYA, A. O.; SHARMA, S. Skin anatomy. In: StatPearls [Internet]. Treasure Island (FL): StatPearls Publishing, 2023. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/books/NBK470464/>. Acesso em: 28 jul. 2025.

AGARWAL, S.; KRISHNAMURTHY, K. Histology, skin. In: StatPearls [Internet]. Treasure Island (FL): StatPearls Publishing, 2023 [atualizado em 1 maio 2023]. Acesso em: 28 jul. 2025.

NGUYEN, A. V.; SOULIKA, A. M. The dynamics of the skin's immune system. *Front Med (Lausanne)*, v. 6, p. 160, 2019.

ZHOU, L.; LIU, X.; LI, X.; HE, X.; XIONG, X.; LAI, J. et al. Epidermal barrier integrity is associated with both skin microbiome diversity and composition in patients with acne vulgaris. *Clin Cosmet Investig Dermatol*, v. 15, p. 2065-2075, 2022. DOI: 10.2147/CCID.S377759.

KOBAYASHI, T.; RICARDO-GONZALEZ, R. R.; MORO, K. Skin-resident innate lymphoid cells – cutaneous innate guardians and regulators. *Trends Immunol*, v. 41, n. 2, p. 100-112, 2020. DOI: 10.1016/j.it.2019.12.004.

CAÑEDO-DORANTES, L.; JÁVEGA-ESQUIVEL, L. Skin acute wound healing: a comprehensive review. *Int J Inflamm*, 2019, p. 3706315. DOI: 10.1155/2019/3706315.

SCHACHNER, L. A.; ALEXIS, A. F.; ANDRIESEN, A.; BERSON, D.; GOLD, M.; GOLDBERG, D. J. et al. Insights into acne and the skin barrier: optimizing treatment regimens with ceramide-containing skincare. *J Cosmet Dermatol*, v. 22, n. 8, p. 2274-2282, 2023. DOI: 10.1111/jocd.15946.

DRÉNO, B.; LAYTON, A. M.; ZOUBOULIS, C. C. et al. Understanding innate immunity and inflammation in acne: implications for management. *Br J Dermatol*, v. 178, n. 3, p. 498-505, 2018. DOI: 10.1111/bjd.16090.

DRÉNO, B.; POLI, F.; MASTROIANNI, C. et al. New insights into the pathophysiology of acne: implications for treatment. *J Eur Acad Dermatol Venereol*, v. 32, Suppl 2, p. 5-13, 2018. DOI: 10.1111/jdv.14872.

GOLDSTEIN, J. A. et al. Isotretinoin in the treatment of acne: histologic changes, sebum production, and clinical observations. *Arch Dermatol*, v. 118, n. 8, p. 555-558, 1982. DOI: 10.1001/archderm.1982.01650200023009.

EVARISTO, L. S. B. F.; BAGATIN, E. Use of oral

isotretinoin to treat acne in the public system: a hospital-based retrospective cohort [Internet]. *Sao Paulo Med J*, v. 137, n. 4, p. 363-368, ago. 2019. DOI: 10.1590/1516-3180.2018.054405072019. Acesso em: 28 jul. 2025. ALLAIS, B.; FRIEDMAN, A. Colloidal oatmeal part I: history, basic science, mechanism of action, and clinical efficacy in the treatment of atopic dermatitis. *J Drugs Dermatol*, v. 19, n. 10 Suppl, p. S4-S7, 2020. MADISON, K. C. Barrier function of the skin: "La raison d'être" of the epidermis. *J Invest Dermatol*, v. 121, n. 2, p. 231-241, 2003. DOI: 10.1046/j.15231747.2003.12359.x. DRAELOS, Z. D. The multifunctional benefits of niacinamide in dermatology. *Cutis*, v. 92, n. 2 Suppl, p. 17-20, 2013.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA: SÍNDROME DE BURNOUT E SUA ASCENSÃO PÓS PANDEMIA DE COVID -19.

Ivonete Fernandes Francisco¹, Giovana Brito Bertolini Firmino², Zilda Lopes Mio³, Marisa Aparecida Brigo Ortiz²

¹Centro Tecnológico Paula Souza, ²Prof.^a Carmelina Barbosa, ³AMIM JUNDI

e-mail: ivonete.francisco@etec.sp.gov.br

A Síndrome de Burnout, também conhecida como esgotamento profissional, é uma condição caracterizada pela exaustão física e emocional decorrente de situações de estresse crônico no ambiente de trabalho. Identificada inicialmente pelo psiquiatra Herbert Freudenberger, em 1974, passou a ganhar relevância como problema de saúde pública nas últimas décadas, sobretudo em profissões que exigem contato constante com pessoas, como médicos, professores e profissionais da enfermagem (RONDON, 2020; FASANELLA, 2022).

No Brasil, a síndrome foi oficialmente reconhecida em 1999 como transtorno ocupacional, sendo listada entre os distúrbios mentais e comportamentais relacionados ao trabalho (LUZ et al., 2021). O advento da pandemia da COVID-19, em 2020, acentuou os casos de Burnout, especialmente entre profissionais da saúde. A sobrecarga de trabalho, o medo da contaminação, as condições adversas de atuação e as perdas constantes de pacientes ampliaram o desgaste físico e emocional desses trabalhadores (BROOKS et al., 2020; SOUZA et al., 2021).

Diante disso, estudar a ascensão da Síndrome de Burnout pós-pandemia torna-se relevante para compreender os impactos na saúde mental dos profissionais de saúde, refletindo sobre as estratégias de prevenção e intervenção que possam minimizar seus efeitos no ambiente laboral.

Compreender a influência da pandemia da COVID-19 no aumento dos diagnósticos de Síndrome de Burnout entre profissionais de saúde.

O presente trabalho consiste em uma revisão bibliográfica narrativa, fundamentada em estudos publicados em bases como SciELO, BVS e documentos oficiais do Ministério da Saúde, entre os anos de 2005 e 2023. Foram incluídos artigos científicos, diretrizes governamentais e relatórios institucionais relacionados à Síndrome de Burnout, estresse ocupacional e saúde mental dos profissionais da enfermagem.

A seleção dos materiais ocorreu mediante leitura exploratória e analítica, priorizando textos que abordam o histórico, os sinais e sintomas, os impactos da pandemia de COVID-19 e os cuidados de enfermagem direcionados ao Burnout. O recorte temporal centrou-se nos últimos 18 anos, devido à ampliação das pesquisas sobre saúde mental no trabalho nesse período.

Histórico e Conceito da Síndrome de Burnout

A origem do conceito de Burnout remonta aos anos 1970, quando Freudenbergger observou o adoecimento de trabalhadores submetidos a alta pressão emocional e laboral (RONDON, 2020). O termo passou a descrever um processo de exaustão progressiva, caracterizado por desmotivação, perda de sentido no trabalho e esgotamento físico.

No Brasil, a inclusão do Burnout no rol de transtornos ocupacionais representou um avanço no reconhecimento da saúde mental como parte da saúde do trabalhador (LUZ et al., 2021). Autores como Guimarães e Barbosa (2005) destacam que se trata de uma reação à tensão emocional contínua, que compromete a motivação e a eficácia profissional.

Sinais e Sintomas

O Ministério da Saúde (2021) lista sintomas como insônia, fadiga, perda de memória, dores musculares, distúrbios gastrointestinais e alterações de humor. A persistência desses sinais pode afetar tanto a vida laboral quanto a pessoal, comprometendo relacionamentos e a autoestima. Cavallini (2021) enfatiza a possibilidade de manifestações psicossomáticas, como hipertensão e depressão, frequentemente associadas ao Burnout.

Tratamento e Intervenções

O tratamento exige abordagem multidisciplinar, combinando psicoterapia, medicação quando necessário e mudanças no estilo de vida e no ambiente de trabalho (QUEIROZ, 2023). A Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) é apontada como eficaz para ressignificação de pensamentos negativos. Estratégias como apoio psicossocial, incentivo ao lazer e à prática de exercícios físicos também auxiliam na recuperação (MS, 2023). Nos casos graves, o uso de antidepressivos e ansiolíticos pode ser indicado, aliado a mudanças organizacionais que melhorem a infraestrutura de trabalho e ofereçam suporte emocional aos profissionais (LUZ et al., 2021).

Burnout e Pandemia de COVID-19

Durante a pandemia, o Brasil destacou-se entre os países com maiores índices de Burnout, principalmente entre enfermeiros e técnicos de enfermagem (ISMA, 2019). O aumento da carga horária, o contato frequente com a morte, a escassez de equipamentos de proteção e a necessidade de afastamento da família agravaram os níveis de estresse (SOUZA et al., 2021). Brooks et al. (2020) apontam que a pandemia impactou a saúde mental de forma global, resultando em sintomas de insônia, estresse, ansiedade e depressão entre profissionais da linha de frente. Para Miyazato et al. (2022), a síndrome não possui causa única, mas resulta da interação de fatores ocupacionais, emocionais e sociais. Estudos recentes indicam que, após a pandemia, a Síndrome de Burnout tornou-se mais comum e requer estratégias preventivas contínuas, especialmente para os profissionais de enfermagem, que permanecem expostos a altas demandas laborais (LAZAROTTO, 2022; SANTOS, 2022).

A Síndrome de Burnout consolidou-se como um desafio contemporâneo da saúde ocupacional, intensificado pela pandemia da COVID-19. Entre os profissionais de enfermagem, os impactos foram ainda mais evidentes, exigindo intervenções multidisciplinares que envolvam apoio psicossocial, reorganização das condições laborais e valorização da saúde mental. Investir em estratégias de prevenção e acompanhamento contínuo é essencial para reduzir os efeitos da síndrome e preservar a qualidade de vida e o desempenho profissional.

BROOKS, S. K. et al. The psychological impact of quarantine and how to reduce it: rapid review of the evidence. *The Lancet*, v. 395, n. 10227, p. 912-920, 2020. CAVALLINI, M. Síndrome de Burnout: causas e consequências. São Paulo: Atlas, 2021. FASANELLA, A. Burnout: quando o trabalho consome a vida. Rio de Janeiro: Record, 2022. GUIMARÃES, L. A. M.; BARBOSA, G. A. Síndrome de Burnout: o estresse ocupacional dos trabalhadores da saúde. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, v. 27, n. 2, p. 159-164, 2005. INTERNATIONAL STRESS MANAGEMENT ASSOCIATION (ISMA). Relatório mundial de estresse e Burnout. Londres, 2019. LAZAROTTO, L. Impactos da pandemia na saúde mental dos profissionais de saúde. *Revista de Saúde Coletiva*, v. 32, p. 1-12, 2022. LUZ, M. R. et al. Burnout e seus impactos na saúde do trabalhador. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, v. 46, e202101, 2021. MARQUES, F. A importância da saúde ocupacional na prevenção do Burnout. *Revista de Enfermagem Contemporânea*, v. 10, n. 2, p. 45-52, 2021. MIYAZATO, A. et al. Burnout syndrome: occupational risk factors. *Journal of Occupational Health*, v. 64, e12221, 2022. MINISTÉRIO DA SAÚDE (MS). Síndrome de Burnout. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude>. Acesso em: 10 set. 2023. QUEIROZ, M. Estratégias de enfrentamento da Síndrome de Burnout. São Paulo: Manole, 2023. RONDON, A. A origem e evolução da Síndrome de Burnout. Porto Alegre: Artmed, 2020. SANTOS, R. C. Burnout e enfermagem: desafios pós-pandemia. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 75, e202203, 2022. SOUZA, E. R. et al. Pandemia e saúde mental dos profissionais da linha de frente. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 37, n. 3, e00245820, 2021.

Sarcopenia como Preditor de Mortalidade e Custos Elevados em Doenças Crônicas: Evidências de um Estudo no Sistema Único de Saúde (SUS)

Beatriz Garbin¹, Gabriel Lima Duarte da Silva¹, Daniele Cristina Ribeiro Dos Santos^{2,1},
Liliana Cristina Tino³, Beatriz Santos Jordão¹

¹Centro Universitário de Adamantina (*Residência Multiprofissional COREMU*) , ²Universidade Estadual Paulista (*Unesp - FMB*) , ³Centro Universitário de Adamantina (*Docência Enfermagem*)

e-mail: 10004724@fai.com.br

A sarcopenia é definida pela perda progressiva de massa e força muscular, comprometendo a função física (CRUZ-JENTOFT et al., 2019). Evidências indicam que a baixa reserva muscular associa-se a maior risco de mortalidade, quedas, declínio funcional e hospitalizações (BEAUDART et al., 2017). Estudos recentes destacam a importância da massa muscular como um novo sinal vital, em razão de sua associação com a sobrevida e a capacidade funcional (VAISHYA et al., 2024). Tornando o tema de grande relevância para futuros estudos. O pico da massa muscular ocorre entre 25 e 30 anos, seguido por um declínio lento e progressivo, que intensifica-se com o envelhecimento (GUSTAFSSON; ULFHAKE, 2024). Fatores como inatividade física, nutrição inadequada e presença de doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs) aceleram esse processo, potencializando a fragilidade funcional (KIRK, 2024). No Brasil, a alta prevalência de DCNTs, como diabetes, hipertensão, câncer, doenças cardiovasculares e respiratórias crônicas, principais causas de internação hospitalar e mortalidade (BRASIL, 2023), em associação à baixa reserva muscular, reduz a qualidade de vida e aumenta a demanda por serviços de saúde (GUERRA et al., 2022). Nessa perspectiva, torna-se primordial compreender a relação entre sarcopenia e internações por condições crônicas, considerando o impacto demasiado sobre a saúde pública.

Descrever a relação da sarcopenia nas internações por doenças crônicas não transmissíveis, integrando evidências da literatura e a análise descritiva dos dados das internações hospitalares em Adamantina-SP.

Trata-se de uma revisão narrativa com análise epidemiológica descritiva. A revisão bibliográfica foi conduzida nas bases Ovid Discovery (UpToDate) e PubMed, com identificação inicial de vinte artigos, dos quais dez foram selecionados por apresentarem maior relevância ao tema proposto. Para a etapa de análise descritiva, utilizaram-se dados secundários do Sistema de Informações em Saúde (DATASUS - TABNET), considerando o período de 2024. Os critérios de refinamento incluíram: Epidemiológicas e Morbidade; Morbidade Hospitalar do SUS (SIH/SUS); Geral, por local de internação (a partir de 2008); abrangência geográfica São Paulo; linha de pesquisa "Município"; município de Adamantina (código 350010); ano de 2024; e capítulos da CID-10 referentes às Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas, Doenças do aparelho circulatório, Doenças do aparelho respiratório e Doenças do aparelho digestivo. Foram analisadas as variáveis: número de internações, óbitos, taxa de mortalidade, média de permanência, valor médio por internação e valores de serviços hospitalares. Os dados foram organizados em planilha eletrônica, sendo posteriormente apresentados em tabelas e gráficos. A análise buscou descrever o perfil epidemiológico das internações por doenças crônicas não transmissíveis em Adamantina-SP, destacando aquelas que, segundo a literatura, apresentam maior relação com a ocorrência de sarcopenia, considerando os impactos mais relevantes no contexto municipal. Ressalta-se que os resultados obtidos possuem caráter ilustrativo e não configuram comprovação de causalidade. Por se tratarem de dados públicos e de acesso livre, não houve necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE).

A sarcopenia, caracterizada pela perda progressiva de massa e função muscular, é fator de risco significativo para desfechos clínicos adversos, especialmente no contexto das DCNTs. Estudos demonstram associação com maiores taxas de internação hospitalar e mortalidade em pacientes com diabetes, insuficiência cardíaca e doença pulmonar obstrutiva crônica (DE ARAÚJO et al., 2021; ZHANG et al., 2021; CHEN et al., 2023). A interação entre sarcopenia e desnutrição em idosos com diabetes tipo 2 eleva em 2,42 vezes o risco de internação prolongada e em 2,01 vezes a mortalidade em um ano (BERETTA et al., 2024), evidenciando impacto direto na sobrevida e nos custos assistenciais. No cenário brasileiro, as DCNTs representaram 54,7% dos óbitos em 2019, sendo 41,8% prematuros (30 a 69 anos) (Secretaria Especial de Comunicação, 2022). Esse dado converge de forma alarmante com a fisiopatologia da sarcopenia, cujo início ocorre a partir dos 30 anos, com declínio muscular de 3% a 5% por década (NATIONAL INSTITUTES OF HEALTH, 2025). A sobreposição temporal sugere que a perda muscular pode ser fator subjacente e agravante na mortalidade prematura por DCNTs, reforçando a necessidade de investigar o impacto local para subsidiar políticas de prevenção e manejo eficazes. Diante disso, este estudo analisou internações hospitalares por DCNTs associadas à sarcopenia no município de Adamantina-SP.

Resultados:

A análise das internações hospitalares em Adamantina-SP, associadas a classes de DCNTs com forte correlação na literatura à sarcopenia, revelou um panorama de alta mortalidade e expressivo impacto orçamentário. As doenças do aparelho circulatório configuraram a

segunda maior causa de internações (n=586) e o maior dispêndio financeiro, totalizando R\$ 722.699,36 (valor médio de R\$1.233,28 por internação). Apesar da média de permanência de 3,5 dias, a taxa de mortalidade foi de 6,48% (38 óbitos). Em contrapartida, as doenças do aparelho respiratório apresentaram a maior letalidade. Com 492 internações, registraram 86 óbitos, resultando em uma taxa de mortalidade de 17,48%. Os custos foram igualmente elevados (R\$ 590.666,83), com permanência média de 4,6 dias. As doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas, embora com menor volume (127 internações), também se destacaram pela alta letalidade, com 18 óbitos e uma taxa de mortalidade de 14,17%, reforçando sua relevância clínica e epidemiológica no município. Por fim, as doenças do aparelho digestivo, embora nem todas de caráter crônico, foram responsáveis pelo maior número de internações (n=649). Contudo, apresentaram menor custo médio e taxa de mortalidade de 2,77%, indicando menor impacto em óbitos, mas elevada demanda assistencial. Ressalva-se que os dados podem apresentar subnotificação, uma vez que pacientes podem ser atendidos em municípios de maior densidade tecnológica, com registros de óbito ocorrendo fora da localidade de residência.

Dados de Adamantina-SP tendem a vertente de que a sarcopenia agrava os desfechos de DCNTs, aumentando a mortalidade, as internações e os custos assistenciais. A alta letalidade e o dispêndio com estas doenças revelam a saúde muscular como um pilar subestimado na gestão do cuidado. Conclui-se que é imperativa uma mudança de foco da doença para a funcionalidade do indivíduo. Integrar a prevenção, o diagnóstico e o tratamento da sarcopenia na Atenção Primária é uma estratégia crucial para diminuir a pressão sobre a rede hospitalar e, fundamentalmente, melhorar a qualidade de vida.

BEAUDART, Charlotte et al. Health outcomes of sarcopenia: a systematic review and meta-analysis. *PloS One*, v. 12, n. 1, p. e0169548, 2017.,BERETTA, Mileni Vanti et al. Prolonged hospitalization and 1-year mortality are associated with sarcopenia and malnutrition in older patients with type 2 diabetes: a prospective cohort study. *Diabetes Research and Clinical Practice*, v. 207, p. 111063, 2024.,CRUZ-JENTOFT, Alfonso J. et al. Sarcopenia: revised European consensus on definition and diagnosis. *Age and Ageing*, v. 48, n. 1, p. 16-31, 2019.,TABNET, DATASUS. Morbidade hospitalar do SUS por local de internação, 2024, Brasil. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sih/cnv/nisp.def> . Acesso em: 29 set. 2025.

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: REVISÃO DE LITERATURA SOBRE A ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM

zildal Lopes Mio¹, Ivonete Fernandes Francisco², Giovana Brito Bertolini Firmino³, Marisa Aparecida Brigo Ortiz³

¹Etec Amim Jundi, ²Carlos de Campos, ³Prof.^a Carmelina Barbosa

e-mail: zildalopes40@gmail.com

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um distúrbio do neurodesenvolvimento caracterizado por alterações na comunicação verbal e não verbal, dificuldades de interação social, interesses restritos e padrões repetitivos de comportamento. Trata-se de uma condição complexa, que pode variar desde formas leves até quadros mais severos, nos quais há associação com déficits intelectuais e prejuízos significativos de linguagem (BONFIM, 2020).

O termo “espectro” relaciona-se justamente à diversidade de manifestações clínicas, tornando cada caso singular e demandando estratégias de diagnóstico e tratamento individualizadas (PORTES, 2020). Estudos apontam maior prevalência em indivíduos do sexo masculino, sugerindo influência genética, ainda que fatores ambientais também sejam considerados (MARSCH, 2022). No Brasil, estima-se que mais de dois milhões de pessoas vivam com TEA, realidade que expõe lacunas na rede de atenção à saúde, tais como dificuldades no acesso ao diagnóstico precoce, insuficiência de profissionais capacitados e escassez de políticas públicas efetivas (JERÔNIMO, 2023).

A Enfermagem, nesse contexto, desempenha papel central ao estar diretamente envolvida no processo de triagem, acompanhamento clínico e acolhimento familiar. A atuação desse profissional deve aliar competência técnica à sensibilidade diante das necessidades individuais, promovendo cuidado humanizado e inclusivo.

Este trabalho tem como objetivo revisar a literatura científica sobre a assistência de Enfermagem às pessoas com Transtorno do Espectro Autista, enfatizando os sinais e sintomas característicos, os métodos de diagnóstico, a importância da equipe multiprofissional e os direitos assegurados pela legislação brasileira. Além disso, busca destacar os desafios atuais.

O estudo caracteriza-se como uma revisão bibliográfica narrativa. Foram consultadas publicações entre 2019 e 2024 em bases nacionais e internacionais, incluindo SciELO, LILACS, PubMed e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Como critérios de inclusão, consideraram-se artigos que abordassem: (a) características clínicas do TEA; (b) estratégias de diagnóstico; (c) assistência de enfermagem; (d) políticas públicas e direitos dos autistas. Além de artigos científicos, também foram utilizadas legislações brasileiras

relevantes, como a Lei nº 12.764/2012 (Lei Berenice Piana), a Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e a Lei nº 13.977/2020 (Lei Romeo Mion), que regulamentam os direitos e a proteção das pessoas com TEA. Após a leitura integral dos materiais, os conteúdos foram organizados em categorias temáticas: (1) sinais e sintomas; (2) diagnóstico; (3) assistência de enfermagem; (4) políticas públicas e inclusão social. O resultado foi sintetizado em uma análise crítica sobre a importância da Enfermagem no cuidado integral ao autista.

Sinais e sintomas

A literatura mostra que os sintomas do TEA podem ser observados ainda nos primeiros anos de vida, geralmente antes dos três anos. Contudo, o diagnóstico precoce ainda é um desafio, especialmente em casos leves (SEIZE, 2022). Entre os sinais mais frequentes estão atraso na fala, isolamento social, comportamentos repetitivos, seletividade alimentar, hipersensibilidade a estímulos sensoriais e dificuldades em interpretar expressões faciais (VARELLA, 2023).

Exames complementares como eletroencefalograma, ressonância magnética funcional e PET-CT têm contribuído para reforçar diagnósticos, embora o exame clínico associado a instrumentos de triagem, como o M-CHAT-R/F, ainda seja fundamental (MARSCH, 2022).

Classificação clínica

O TEA pode ser classificado em três manifestações principais (VARELLA, 2023):

- Autismo clássico: maior comprometimento da interação e da comunicação, com forte presença de estereotípias;
- Autismo de alto desempenho (síndrome de Asperger): dificuldades sociais discretas, mas alta capacidade cognitiva e verbal;
- Distúrbio Global do Desenvolvimento (DGD): sintomas inespecíficos, dificultando a categorização clínica.

Assistência de Enfermagem

A Enfermagem é fundamental no cuidado ao paciente com TEA. Na atenção primária, cabe ao enfermeiro identificar sinais precoces e orientar os familiares, além de encaminhar para avaliação especializada (BONFIM, 2020).

Apesar dessa relevância, muitos profissionais relatam dificuldades para identificar e lidar com o TEA, devido à formação insuficiente sobre o tema (NASCIMENTO et al., 2018). Essa lacuna compromete a efetividade do cuidado, destacando a necessidade de capacitações específicas.

O papel do enfermeiro vai além da técnica: envolve acolhimento, escuta ativa e empatia. Em muitos casos, a família encontra nesse profissional o primeiro suporte para enfrentar o impacto do diagnóstico (MAGALHÃES, 2020). A atuação integrada à equipe multiprofissional, composta por médicos, psicólogos, fonoaudiólogos e terapeutas ocupacionais, é essencial para garantir um tratamento global e eficaz (LOHMANN;

MARCHESE, 2019).

Direitos e inclusão

No Brasil, o marco legal mais importante é a Lei nº 12.764/2012, que reconhece a pessoa com TEA como pessoa com deficiência para todos os efeitos legais. Essa legislação garante acesso à saúde, educação e assistência social. Complementarmente, a Lei nº 13.977/2020 (Lei Romeo Mion) instituiu a Carteira de Identificação da Pessoa com TEA (Ciptea), assegurando prioridade em serviços públicos e privados (BRASIL, 2020).

A Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) reforça os direitos fundamentais, ampliando a acessibilidade e garantindo a inclusão social. Tais medidas legais são essenciais para reduzir desigualdades e ampliar oportunidades para os autistas e suas famílias.

O Transtorno do Espectro Autista demanda diagnóstico precoce, assistência integral e políticas públicas efetivas. A revisão evidenciou avanços legais e científicos, mas também desafios como a carência de profissionais capacitados e dificuldades de acesso ao cuidado especializado. Nesse cenário, a Enfermagem se destaca por atuar desde a triagem até o acolhimento familiar, exercendo papel técnico e humanizado. Investimentos em formação continuada, equipes multiprofissionais e ações de inclusão social são fundamentais para garantir qualidade de vida às pessoas com TEA, consolidando a Enfermagem como eixo central nesse processo.

BONFIM,A. Transtorno do Espectro Autista: diagnóstico e tratamento. Revista Brasileira de Enfermagem,Brasília,v. 73,n. 2,p. 1-6,2020. BRASIL. Lei nº 13.977,de 08 de janeiro de 2020. Institui a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea). Diário Oficial da União: seção 1,DF,2020. FERNANDES,F. R. Os símbolos do autismo. São Paulo: Fundação Egydio Setúbal,2019. JERÔNIMO,G. O autismo no Brasil: desafios no diagnóstico e tratamento. Revista de Saúde Pública,São Paulo,v. 57